

Anexo 3A

Entrevistas exploratórias aos interlocutores dos municípios da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Espinho	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	24-07-2002	Câmara Municipal de Espinho, Gabinete da vereação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do projecto de investigação; - período de realização, apoio formal da FCT, instituições envolvidas; - tema geral e objectivos; - difusão dos resultados; - repercussões políticas e sociais do projecto.
Gondomar	1	Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Acção Social	30-07-2002	Câmara Municipal de Gondomar, Gabinete da vereação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Referência ao(s) ofício(s) enviado(s): - apresentação dos objectivos e das fontes documentais necessárias; - disponibilidade das fontes: como proceder?; - instituições locais e técnicos superiores a contactar; - credencial da câmara para a consulta, requisição e reprodução das fontes solicitadas.
Maia	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	29-07-2002	Câmara Municipal da Maia, Gabinete da vereação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcação das entrevistas com as vereações.
	1	Chefe dos Serviços Administrativos	13-09-2002	Câmara Municipal da Maia, Gabinete dos Serviços	
Matosinhos	1	Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e Turismo	12-02-2002	Câmara Municipal de Matosinhos, Gabinete da vereação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcação das entrevistas com as vereações.
	1	Adjunta do Vereador do Pelouro da Educação, Cultura e Turismo e Responsável pelo Gabinete de História da Biblioteca Municipal	17-09-2002		
	1	Chefe do Departamento de Desenvolvimento Local	15-01-2003		

continua

continuação

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Porto	1	Vereador do Pelouro do Apoio às Actividades Económicas, Turismo e Protecção Civil	31-10-2002	Câmara Municipal do Porto, Gabinete da vereação	<ul style="list-style-type: none">▪ Contactos com os presidentes de câmara para a realização de entrevista.▪ Outras informações.
	1	Adjunto do Vereador do Pelouro da Cultura	06-11-2002		
Póvoa de Varzim	1	Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	10-07-2002	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Gabinete da vereação	
	1	Directora do Arquivo Municipal	01-10-2002	Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, Sala de reuniões	
	1	Assessora do Vereador do Pelouro da Cultura e do Turismo	04-10-2002	Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Gabinete da vereação	
Valongo	1	Responsável pelos Serviços Sócio-Culturais e de Qualidade de Vida	07-08-2002	Câmara Municipal de Valongo, Gabinete da vereação	

continua

continuação

	Entrevistas exploratórias	Interlocutores privilegiados	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Vila do Conde	1	Vereador do Pelouro da Cultura	26-07-2002	Câmara Municipal de Vila do Conde, Gabinete da vereação	
	2	Assessor do Vereador do Pelouro da Cultura	01-10-2002 07-03-2003	Museu dos Bilros, Gabinete do assessor	
	1	Vereador do Pelouro do Desporto	11-10-2002	Câmara Municipal de Vila do Conde, Gabinete da vereação	
Vila Nova de Gaia	1	Assessor do Presidente de Câmara	03-10-2002	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Gabinete da vereação	
	1	Director de Comunicação e Imagem	23-01-2002		
	1	Director Cultural da GaiAnima, Empresa Municipal	06-03-2003	Casa Museu Teixeira Lopes, Vila Nova de Gaia, Sala de reuniões	

a) Para além das entrevistas exploratórias, vários outros contactos foram feitos ao longo da pesquisa empírica com interlocutores privilegiados e que não estão aqui contabilizados. As entrevistas aqui indicadas foram aquelas sujeitas a marcações formais, nos contextos sociais autárquicos e nas primeiras fases do trabalho.

Anexo 3B

Entrevistas exploratórias aos interlocutores privilegiados das organizações locais e regionais, 2002-2003

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN)	1 Quadro técnico superior responsável pelo Departamento de Promoção do Desenvolvimento Regional e da Cooperação (DPDRC)	05-02-2003	CCRN, Porto Sala de reuniões	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterização das políticas turísticas da Região do Norte (RN), particularmente dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização da actividade turística da RN, particularmente dos concelhos da AMP: <ul style="list-style-type: none"> - diagnósticos; - objectivos; - projectos/actividades; - recursos financeiros, humanos, materiais e jurídicos; - públicos-alvo; - obstáculos/dificuldades; - modalidades e resultados de avaliação; - evolução da realidade turística entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização dos modelos de desenvolvimento para os concelhos da RN. ▪ Caracterização da política turística metropolitana. ▪ Relação entre a CCRN e os concelhos da RN quanto à concepção, implementação e avaliação das políticas turísticas globais e locais.

continua

continuação

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Observatório das Actividades Culturais (OAC)	2 Investigadores do OAC nas áreas das práticas culturais e políticas municipais	19-12-2002	OAC, Lisboa Gabinetes dos técnicos entrevistados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação sumária do projecto. ▪ Publicações do OAC que se enquadram no trabalho (nacionais e europeias). ▪ Publicações do OAC em falta: OBS n.º 8. ▪ Dados estatísticos e descritivos disponíveis no OAC sobre: rede de equipamentos culturais (europeia, nacional, local), despesas dos municípios com a cultura (para além do já publicado), turismo cultural e políticas culturais (para além do já publicado). ▪ Fontes documentais das autarquias: orçamentos <i>versus</i> contas da gerência: que indicadores seleccionar?
Quatenaire Portugal, S.A.	1 Quadro técnico superior responsável pelos projectos de planeamento estratégico, ordenamento do território e desenvolvimento regional e urbano e pela montagem, execução, acompanhamento e avaliação de acções	18-12-2002	Quatenaire, Porto Gabinete do técnico entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Trabalhos realizados e dados disponíveis sobre: políticas culturais e turísticas da AMP/RN entre 1980 e 2001, rede de equipamentos culturais, desportivos e turísticos da AMP/RN entre 1980 e 2001 e políticas de desenvolvimento dos concelhos da AMP/RN entre 1980 e 2001. ▪ Caracterização dos modelos territoriais de desenvolvimento da AMP. ▪ Considerações sobre os critérios de delimitação da AMP.

continua

continuação

Interlocutores privilegiados	Entrevistas exploratórias	Data de realização	Local	Objecto das entrevistas
Instituto Nacional de Estatística (INE)	1 Técnico do INE	28-11-2002	INE, Porto Sala de reuniões	<ul style="list-style-type: none">▪ Critérios de delimitação das áreas urbanas.▪ Dados disponíveis nas publicações do INE sobre rede de equipamentos culturais, desportivos e turísticos à escala nacional, regional, concelha e europeia.▪ Sistemas de representação cartográfica.▪ Natureza dos dados disponíveis e possibilidade de comparação entre dados em períodos temporalmente diferentes.▪ Aquisição/oferta de publicações no âmbito do projecto.▪ Critérios e modalidades de obtenção de novos dados à escala do concelho e da freguesia.

Anexo 3C

Exemplificação de ofícios enviados aos actores-alvo do projecto para a pesquisa empírica, 2002-2003

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Espinho
José Barbosa Mota
Largo José Salvador
4501-901 Espinho

Data: 26 de Junho de 2002

Assunto: Colaboração da autarquia na realização do Projecto POCTI/39803/SOC/2001 sobre as políticas culturais dos concelhos da Área Metropolitana do Porto

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Câmara Municipal de Espinho na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, disponíveis nas autarquias e/ou em organismos por elas tutelados, sobre o município e as actividades culturais e turísticas, como por exemplo:

1. planos de actividades e relatórios de contas;
2. programa político da autarquia;
3. agendas culturais e prospectos/folhetos;
4. *dossiers* entregues à imprensa local, regional e nacional;
5. actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal;
6. estudos/projectos/monografias/trabalhos realizados e/ou em curso sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural e turística;
7. outros documentos disponíveis.

É do nosso interesse também contactar com os presidentes de câmara dos concelhos da AMP e com os vereadores responsáveis pelos pelouros da cultura e do turismo. Solicito, por isso, a V. Ex.^a. não só a disponibilidade para a realização de uma entrevista como também a autorização para a realização dos contactos com os respectivos vereadores.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.^o, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226077190, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Porto, 23 de Setembro de 2003

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gondomar
Major Valentim Loureiro

Tomo a liberdade de com a presente carta endereçar-lhe, na qualidade de Presidente da Autarquia, um pedido de colaboração pessoal.

Sou docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora Responsável pelo Projecto *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto* (Projecto POCTI/SOC/39803/2001), aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

O tema central deste trabalho reporta-se à caracterização das políticas culturais e turísticas dos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP) entre 1980 e 2001, enquadrando-as nos modelos mais globais de desenvolvimento destes concelhos.

Iniciei esta investigação há um ano e meio. No momento presente, recolho informações junto dos arquivos municipais de todas as câmaras da AMP e realizo as entrevistas aos autarcas e a organismos locais e regionais ligados às questões da cultura, do turismo e do desenvolvimento. Até à data, já entrevistei quatro presidentes de câmara da AMP (Espinho, Póvoa de Varzim, Valongo e Vila Nova de Gaia) e todas as vereações da cultura, do desporto e do turismo da mesma região.

No âmbito deste Projecto, tenho tido com a Câmara de Gondomar as melhores relações de trabalho e a colaboração necessária de todos aqueles que nela trabalham, particularmente dos responsáveis pelo Pelouro da Cultura e pelo Pelouro do Turismo.

Enderecei ofícios e telefonemas ao Gabinete da Presidência, no sentido de solicitar a marcação de uma entrevista com V.Ex.^a, mas até ao momento sem qualquer sucesso. Com a entrevista será minha intenção tomar conhecimento do projecto político global para o concelho de Gondomar que V.Ex.^a concebe e protagoniza.

Por isso, e desta forma, venho reiterar mais uma vez o meu pedido com o pressuposto de que a participação da figura do Presidente de Câmara é de todo necessária para a prossecução deste trabalho. E, se mo permite, por algumas das seguintes razões:

1.^a pela visão global e integrada que o Presidente de Câmara tem do seu próprio concelho e pelo projecto político global de desenvolvimento que tem para o concelho e para a região;

2.^a pela pertinência teórica e social do Projecto – a caracterização global do espaço metropolitano na sua vertente turística e cultural, perspectivando a cultura e o turismo como factores de desenvolvimento local e regional e a relevância política, sócio-económica e cultural do concelho de Gondomar;

3.^a pelo enquadramento jurídico e institucional do próprio Projecto – é financiado pela FCT (Programa POCTI) e participado pelo FEDER, integrando fundos nacionais e comunitários e obedecendo a uma lógica de realização consentânea com as directrizes da FCT;

4.^a pela publicação dos resultados da investigação – o Projecto será alvo de um relatório final a apresentar em Janeiro de 2005 à FCT e constitui a tese de doutoramento do Investigador Responsável.

Certa do Vosso interesse, agradeço-lhe desde já a colaboração.

O meu contacto é o seguinte: Natália Azevedo, Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/nº, 4150-564 Porto. Telefone: 226077190. E-mail: nazevedo@letras.up.pt. Telemóvel: 917902398.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Dr. António Ponte
Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde
Rua da Igreja
4480-754 Vila do Conde

Data: 30 de Julho de 2003

Assunto: Reinício do trabalho de consulta das fontes documentais sobre a actividade cultural do concelho de Vila do Conde

No âmbito do projecto POCTI/SOC /39803 /2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia ao abrigo do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, volto a contactá-lo para dar-lhe conhecimento do reinício do trabalho de consulta de um conjunto de fontes documentais sobre a actividade cultural do concelho.

Por razões inerentes à própria pesquisa, nomeadamente o trabalho desenvolvido até ao momento noutros arquivos da Área Metropolitana do Porto e as entrevistas realizadas aos actores locais, não me foi possível concluir o trabalho acima indicado no vosso Arquivo.

É minha intenção retomá-lo a partir de 01 de Setembro.

Aqui ficam os meus contactos: e-mail - nazevedo@letras.up.pt, fax - 226077190, e telemóvel - 917902398.

Desde já agradeço a sua atenção.

Com os melhores cumprimentos,

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Fernando Rocha
Vereador da Educação, Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Matosinhos
Av. Dom Afonso Henriques
4450-510 Matosinhos

Data: 18 de Dezembro de 2002

Assunto: Confirmação dos equipamentos e das associações culturais, bem como o levantamento dos eventos culturais do município de Matosinhos.

No âmbito do projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, e para o qual V. Ex.^a já manifestou o interesse e a colaboração necessários, venho solicitar-lhe a confirmação do conjunto dos equipamentos culturais, citados em anexo, bem como o levantamento das associações e dos eventos culturais existentes no concelho de Matosinhos.

A listagem de equipamentos apresentada corresponde a um levantamento feito pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, num estudo levado a cabo em 1999. É nossa intenção actualizar a referida listagem, particularmente no período relativo a 1999/2002, e confirmar as informações produzidas até 1999 pelo estudo da CCRN.

Por outro lado, chamamos a atenção para o facto de que neste levantamento não são considerados:

1. equipamentos culturais cuja visita implica o aviso prévio;
2. equipamentos desportivos que estão inseridos em parques de campismo;
3. equipamentos desportivos pertencentes a associações ligadas a actividades recreativas de nível paroquial, de bairro ou cuja actividade seja predominantemente local;
4. equipamentos desportivos pertencentes a entidades particulares cujo domínio não prevê a livre utilização colectiva, nomeadamente locais de ensino particular, hotéis, unidades fabris entre outros.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226077190, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Delegado do Ministério da Cultura
Delegação Regional de Cultura do Norte
Dr. José Fortunato Freitas Costa Leite
Avenida Aureliano Barrigas, Ed. da Cruz Vermelha
5000-413 Vila Real

Porto, 12 de Julho de 2002

Assunto: Colaboração da Delegação Regional de Cultura do Norte na realização do Projecto POCTI/39803/SOC/2001 sobre as políticas culturais dos concelhos da Área Metropolitana do Porto

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Delegação Regional de Cultura do Norte na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, estatísticas e não estatísticas, sobre a actividade cultural e turística da Região do Norte, em particular dos concelhos da AMP, como por exemplo:

1. estudos/projectos/monografias/trabalhos realizados e/ou em curso sobre os concelhos e a região e a sua dinâmica cultural e turística;
2. dados estatísticos recentes sobre equipamentos culturais da região e dos concelhos (de 1999 em diante);
3. programa político e/ou estratégico do Ministério da Cultura;
4. outros documentos disponíveis.

É do nosso interesse também realizar uma entrevista com V. Ex.^a para a qual solicito, desde já, a Vossa disponibilidade.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço a colaboração prestada.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226091610, e-mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto
(Dr.^a Natália Azevedo)

Ex.mo Sr. Presidente da Associação Nacional das Regiões de Turismo

Av. 5 de Outubro, 18-20

8001-902 Faro

Data: 26 de Junho de 2002

Assunto: Pedido de informações sobre a actividade turística em Portugal entre 1980 e 2001

Na qualidade de investigador responsável pelo projecto POCTI/39803/SOC/2001- *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto*, aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do novo programa operacional (POCTI) do Quadro Comunitário de Apoio III e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração da Associação Nacional das Regiões de Turismo na prossecução do referido projecto.

Pretendemos com este estudo fazer o levantamento da dinâmica cultural dos concelhos da AMP, caracterizando as políticas culturais e turísticas das autarquias no período compreendido entre 1980 e 2001.

Interessa-nos, na fase actual do projecto, proceder à consulta de um conjunto de fontes documentais, estatísticas e não estatísticas, sobre a actividade turística nacional, regional e local entre 1980 e 2001, com particular interesse pelos concelhos da Região do Norte. A saber:

1. estudos/ projectos/ monografias/ trabalhos realizados e/ou em curso;
2. dados estatísticos por NUTS I, II e III;
3. outras informações disponíveis.

Solicito, por isso, a V. Ex.^a a devida autorização para a cedência e/ou consulta de tais documentos.

A sua colaboração é de todo imprescindível para a prossecução deste estudo.

Certo do Vosso interesse, agradeço desde já a disponibilidade e colaboração.

Estamos disponíveis para qualquer informação adicional. O nosso contacto é o seguinte: Projecto POCTI/39803/SOC/2001 (Dr.^a Sara Melo), Secção Autónoma de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n.º, 4150-564 Porto, tel. 226077190, fax 226091610, e.mail saramelo@letras.up.pt.

Sem outro assunto de momento, e aguardando a Vossa resposta, subscrevo-me com os melhores cumprimentos.

O Investigador Responsável pelo Projecto

(Dr.^a Natália Azevedo)

Anexo 3D

Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP, 2002-2003

Actores	Presidentes de Câmara		Vereadores da Cultura		Vereadores do Desporto		Vereadores do Turismo		Assesores/outros vereadores/outros técnicos			Total		
	realizada	contacto sem resposta	realizada	contacto sem resposta	realizada	contacto sem resposta	realizada	contacto sem resposta	realizada	contacto sem resposta	recusada	realizada	contacto sem resposta	recusada
Espinho	10-04-2003		03-12-2002		✓		✓✓		03-12-2002			3 [2]		
Gondomar		☹	05-12-2002		✓							2 [1]	1	
Maia	13-10-2003		30-10-2002		✓		✓					2 [2]		
Matosinhos		☹	24-10-2002			☹	✓✓					1 [1]	2	
Porto		☹	12-02-2003		05-12-2002		03-09-2003					3	1	
Póvoa de Varzim	07-01-2003		23-12-2002		11-12-2002		✓					3 [1]		
Valongo	05-03-2003		07-11-2002		26-11-2002		✓					3 [1]		
Vila do Conde			24-01-2003		20-12-2002						✓	2		1 [1]
Vila Nova de Gaia	28-02-2003					☹		☹				1 [1]	2	
Total	5	3	8 [+1]		4 [+3]	2 [+1]	2 [+5]	1 [+1]	1			20 [+9]	6	1 [+1]

Legenda

✓✓ - Vereador da Cultura.

✓ - Presidente da Câmara.

Anexo 3E

Identificação dos eleitos locais em exercício de funções (2001-2005), por concelho da AMP ^{a)}

	Presidentes de Câmara	Vereadores da Cultura	Vereadores do Desporto	Vereadores do Turismo	Assessores/Técnicos Superiores/Outros Vereadores
Espinho	José Barbosa Mota	António do Couto Canastro	<i>é o presidente de câmara</i>	<i>é o vereador da cultura</i>	Chefe de Divisão da Dinamização e do Fomento Desportivo
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	Fernando Ribeiro de Sousa	<i>é o vereador da cultura</i>	Maria Clotilde Cristino	
Maia	António Bragança Fernandes	Mário Nuno Neves	<i>é o presidente de câmara</i>	<i>é o vereador da cultura</i>	
Matosinhos	José Narciso Miranda	Fernando Alves Rocha	<i>é o presidente de câmara</i> ^{b)}	<i>é o vereador da cultura</i>	
Porto	Rui Fernando Rio	Marcelo Mendes Pinto	Paulo Cutileiro	Fernando Albuquerque	
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	Luís Diamantino Batista	Paulo Martins da Costa	<i>é o vereador da cultura</i>	
Valongo	Fernando Pereira de Melo	José Luís Pinto	Luís Lourenço	<i>é o vereador da cultura</i>	
Vila do Conde	Mário Moreira Almeida	Maria Elisa Ferraz	Abel Barbosa Maia	<i>é o presidente de câmara</i>	
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes	<i>é o presidente de câmara</i> ^{c)}	Cancela Moura	António Guedes Barbosa	

^{a)} À data dos primeiros contactos estabelecidos com os municípios (2002-2003).

^{b)} Delegado pelo Presidente no Assessor António Rijo.

^{c)} Delegado pelo Presidente no Director Municipal do Património, Cultura e Ciência, Jorge Alves da Silva.

Anexo 3F

Mapa de entrevistas realizadas e não realizadas aos actores locais e regionais, 2003-2004 ^{a)}

Actores Locais e Regionais	realizada	contacto sem resposta	recusada
Agência para a Modernização do Porto (APOR)		☺	
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	01-06-2004		
Área Metropolitana do Porto (AMP)		☺	
Associação Empresarial de Portugal (AEP)			x
Associação Nacional das Regiões de Turismo (ANRET)		☺	
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	18-09-2003		
Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE)		☺	
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	06-10-2003		
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	18-02-2003		
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	06-08-2003		
Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (APDR)		☺	
Associação Regional de Protecção do Património Natural e Cultural (ARPPA)		☺	
Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN)			x
Confederação do Turismo Português (CTP)			x
Cooperativa Nascente	04-05-2004		
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	27-01-2003		
Direcção Geral de Turismo (DGT)	25-09-2003		
ICEP Portugal	24-09-2003		
Porto Convention & Visitors Bureau	29-09-2003		
PRIMUS – Agência de Desenvolvimento Regional	09-05-2003		
Total	11	6	3

^{a)} Para além das entrevistas realizadas, vários outros contactos, exploratórios e não exploratórios, foram feitos ao longo da pesquisa empírica com interlocutores privilegiados e que não estão aqui contabilizados. As entrevistas aqui indicadas foram aquelas sujeitas a marcações formais.

Anexo 3G

Guião de entrevista aos presidentes de câmara da AMP

I. Caracterização sociográfica

Sexo

Idade

Naturalidade

Área de residência

Nível de escolaridade

Actividade profissional exercida/em exercício

Tempo de exercício de funções políticas

Filiação partidária

Pelouros atribuídos

II. Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento do concelho. O desenvolvimento da Região Norte e da AMP.

III. Representações políticas e sociais sobre a cultura e o turismo

O lugar actual da cultura e do turismo na macroestrutura organizacional da autarquia. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos). Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas. Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia.

IV. O projecto político global da autarquia e as políticas culturais e turísticas

O projecto de uma cidade cultural. O turismo cultural. Outras potencialidades turísticas do concelho.

V. Relação da autarquia com outros actores

Outros actores do poder local: o projecto metropolitano. Organismos de desenvolvimento local. Organizações não governamentais. Comunidade local. Existência/não existência. Modalidades de relação. Representações sobre as modalidades de relação ideais. Representações sobre a política cultural e turística conjunta.

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3H

Guião de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro da cultura [e do turismo] na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização da cultura [e do turismo] na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização da cultura [e do turismo] na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e culturais associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro da cultura [e do turismo] no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais

- b) funções/competências/atribuições
- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre a cultura [e o turismo]

1. Representações políticas sobre a cultura
 - a) património de conhecimentos e de competências sociais
 - b) recurso económico e político local
 - c) factor de desenvolvimento endógeno
 - d) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
2. Representações sociais/ideológicas sobre a cultura
 - a) cultura popular (pequena cultura) *versus* cultura de massas (indústrias culturais) *versus* cultura de elite (grande cultura)
 - b) cultura *versus* desporto
3. Representações políticas sobre o turismo
 - a) recurso económico e político local
 - b) factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
 - c) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
4. Representações sociais/ideológicas sobre o turismo
 - a) turismo de massas *versus* turismo selectivo
 - b) turismo de praia *versus* turismo cultural
 - c) turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
 - d) outras

IV. Políticas culturais [e turísticas] da autarquia

1. Existência/inexistência de uma política cultural [e turística]
2. Representações sobre a política cultural [e turística] do concelho no momento actual
3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
4. Representações sobre a evolução das políticas culturais [e turísticas] do concelho nas últimas duas décadas
5. Articulação entre a política cultural [e turística] e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?
 - c) papel do presidente de câmara e do vereador
6. Projectos significativos do pelouro da cultura [e do turismo] no concelho
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
 - d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
7. Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

V. Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com outros actores do poder local

1. Relação com outras câmaras/outras pelouros da cultura [e do turismo]
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais

2. Relação com as câmaras/pelouros da cultura [e do turismo] da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política cultural conjunta

VI. Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com a comunidade local

1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados
2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural para o concelho

1. Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3I

Guião de entrevista aos vereadores do turismo da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro do turismo na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização do pelouro do turismo na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização do turismo na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e turísticas associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro do turismo no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais
 - b) funções/competências/atribuições

- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre o turismo

1. Representações políticas sobre o turismo
 - a) recurso económico e político local
 - b) factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
 - c) recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais
2. Representações sociais/ideológicas sobre o turismo
 - a) turismo de massas *versus* turismo selectivo
 - b) turismo de praia *versus* turismo cultural
 - c) turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
 - d) outras

IV. Políticas turísticas da autarquia

1. Existência/inexistência de uma política turística
2. Representações sobre a política turística do concelho no momento actual
3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
4. Representações sobre a evolução das políticas turísticas do concelho nas últimas duas décadas
5. Articulação entre a política turística e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?

- c) papel do presidente de câmara e do vereador
- 6. Projectos significativos do pelouro do turismo no concelho
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
 - d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
- 7. Representações sobre o projecto de uma cidade turística

V. Relação do pelouro do turismo com outros actores do poder local

- 1. Relação com outras câmaras/outros pelouros do turismo
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
- 2. Relação com as câmaras/pelouros do turismo da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política cultural conjunta

VI. Relação do pelouro do turismo com a comunidade local

- 1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados

2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento turístico para o concelho

1. Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3J

Guião de entrevista aos vereadores do desporto da AMP

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas
8. Filiação partidária
9. Pelouros atribuídos

II. Historial do pelouro do desporto na autarquia

1. Momentos de criação/institucionalização do pelouro do desporto na autarquia
 - a) representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
 - b) representações sobre a articulação formal entre o departamento do desporto e o da cultura
 - c) proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos dois sectores
2. Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização do desporto na autarquia
 - a) actores responsáveis
 - b) factores políticos, sociais e culturais
 - c) dinâmicas políticas e desportivas associadas a este processo
3. Estrutura formal do pelouro do desporto no mandato actual
 - a) recursos financeiros, humanos e materiais

- b) funções/competências/atribuições
- c) dinâmicas de trabalho
- d) dificuldades/obstáculos
- e) relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

III. Representações sobre o desporto

- 1. Representações políticas sobre o desporto
- 2. Representações sociais/ideológicas sobre o desporto
 - a) desporto *versus* cultura
 - b) desporto *versus* turismo

IV. Políticas desportivas da autarquia

- 1. Existência/inexistência de uma política desportiva
- 2. Representações sobre a política desportiva do concelho no momento actual
- 3. Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)
- 4. Representações sobre a evolução das políticas desportivas do concelho nas últimas duas décadas
- 5. Articulação entre a política desportiva e o projecto político global da autarquia
 - a) como?
 - b) por quem?
 - c) papel do presidente de câmara e do vereador
- 6. Projectos significativos do pelouro do desporto
 - a) identificação e descrição
 - b) valor político e social atribuído aos projectos
 - c) recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)

- d) dificuldades e problemas na execução dos projectos
 - e) públicos-alvo dos projectos
 - f) avaliação dos projectos
7. Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

V. Relação do pelouro do desporto com outros actores do poder local

- 1. Relação com outras câmaras/outros pelouros do desporto
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
- 2. Relação com as câmaras/pelouros do desporto da AMP
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) representações sobre a política desportiva conjunta

VI. Relação do pelouro do desporto com a comunidade local

- 1. Relação com outras organizações/instituições/associações locais
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação efectivas
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) projectos e actividades desenvolvidas
 - e) avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados
- 2. Relação com os públicos
 - a) existência/não existência
 - b) modalidades de relação
 - c) representações sobre as modalidades de relação ideais
 - d) modalidades de participação dos públicos nas actividades

VII. Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

1. Modelos de desenvolvimento local para o concelho
2. A cultura como um factor de desenvolvimento local
3. O turismo cultural e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Plano de observação

Entrevistador

Entrevistado

Data

Local

Início

Fim

Observações

Anexo 3K

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos presidentes de câmara da AMP

	Data	Local	Duração	Observações^{a)}
Espinho	10-04-2003	Gabinete do presidente	100 minutos (10h20m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Desporto e Comunicação
Maia	13-10-2003	Gabinete do presidente	35 minutos (16h05m - 16h40m)	Pelouros acumulados: Desporto, Obras Municipais e Finanças
Póvoa de Varzim	07-01-2003	Gabinete do presidente	51 minutos (18h35m - 19h26m)	Não acumula pelouros
Valongo	05-03-2003	Gabinete do presidente	67 minutos (16h50m - 17h57m)	Pelouros acumulados: Educação
Vila Nova de Gaia	28-02-2003	Gabinete do presidente	115 minutos (12h15m - 14h10m)	Pelouros acumulados: Desporto e Cultura

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos presidentes de câmara segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3L

Registos de observação da situação de entrevista aos presidentes de câmara da AMP

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Espinho
Data	10-04-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	100 minutos (10h20m - 12h00m)

Observações

Esperei cerca de 3m no *hall* de acesso aos gabinetes da vereação e da presidência. Entretanto a secretária do presidente conduziu-me ao *hall* e ao gabinete da presidência. Aguardei cerca de 15m. Tomei um café, amavelmente oferecido. E esperei, no gabinete, sentada. Gabinete com traços arquitectónicos nobres, não muito arejado, mas sem deixar de ser confortável, virado para o largo da praça, do lado direito. Com objectos que retratavam a actividade política anterior e actual. Havia barulho e vozes provindas de uma sala contígua ao gabinete. Relembra-me dos pormenores das entrevistas anteriores, e constatava que estaria prestes a realizar mais uma conversa com um actor político local, de importância indiscutível no âmbito do projecto. Começava a sentir uma relativa familiaridade com os contextos políticos e pensava, agradavelmente, que os esforços da pesquisa começavam a dar os seus primeiros passos.

Quando o entrevistado entrou as apresentações habituais marcaram presença: minhas, do projecto, do interlocutor. Mantive-me no sofá, enquanto o entrevistado se sentava numa cadeira defronte. Depois de discutirmos o modelo da conversa, mudámos de assentos e a entrevista decorreu na secretária do presidente, novamente num frente a frente circunstancial. As vozes da sala ao lado mantiveram-se, e ao longo da entrevista, perturbando ligeiramente as condições de gravação e os nossos discursos.

Estivemos ambos relativamente descontraídos. A entrevista decorreu num ambiente formal, mas com uma presente informalidade discursiva (nos conteúdos e nas formas verbais). O entrevistado foi-se entusiasmando, ligeiramente, à medida que decorria a conversa, integrando novas dimensões temáticas e exemplos, sobretudo na parte final da entrevista. Discurso fluente, sem grandes hesitações, linear. Algumas interjeições exclamativas. Por várias vezes, mexeu-se no cadeirão, recostou-se, sorriu perante alguns exemplos. Retratou, nalguns momentos, o seu percurso. Fui pouco directiva na conversa. Testava, de novo, o guião, e percebia que a dimensão não estruturada se ajustava mais às especificidades políticas e ideológicas destes actores sociais. A distância pessoal face ao contexto político de Espinho e às dinâmicas culturais do concelho tornaram-me menos participativa na conversa, mas assumi sinais de assentimento. A entrevista acabou por não ser interrompida, excepto no momento de viragem da cassetete. Foi servido um café ao presidente, que não quebrou a rotina da gravação.

Chovia e fazia mais frio do que nos dias anteriores primaveris. Ambos conversámos *off-record* cerca de 10m após a entrevista. Mais uma vez, e à semelhança de outras conversas com autarcas, manteve-se disponível para continuar a colaborar com o projecto e com a equipa de investigação. Sai, satisfeita, arquitectando novas tarefas para Espinho.

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal da Maia
Data	13-10-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	35 minutos (16h05m - 16h40m)

Observações

Esperei na sala de recepção algum tempo, cerca de 45m. Enquanto esperava, e deambulava os olhos pelos meus apontamentos e pelas revistas a propósito da Maia e do seu presidente anterior, entretanto falecido, desfrutei da vista. A área da presidência situava-se no último piso do edifício emblemático do concelho: Torre do Lيدador (vulgo *isqueiro bic*). Lá de cima, fui observando os percursos do concelho, a várias escalas de percepção, com traços da ruralidade maiata a espreitarem por entre os novos sinais urbanos. Os telefones tocavam e a azáfama administrativa de uma instituição pública processava-se no seu quotidiano de trabalho. Quando me vieram buscar, fui encaminhada para uma sala mais restrita, de acesso ao gabinete do presidente, e quando me sentei defronte dele, no seu amplo gabinete, constatei que a vista que usufruía momentos antes se prolongava naquele outro espaço. A circularidade do edifício e as janelas vidradas e despojadas faziam-nos sentir suspensos. O gabinete era amplo e confortável. O entrevistado recebeu-me de forma algo distante e impessoal, como mais uma entre múltiplas tarefas que teria ainda que resolver durante aquele dia. Aguardei que concluísse tarefas e desse indicações para proceder às habituais apresentações e contextualizações da pesquisa. Senti-o pouco interessado, e algo incomodado com a situação de entrevista, mas provavelmente seriam impressões minhas pouco objectivas. Sentámo-nos nos sofás de apoio e num frente a frente circunstancial iniciámos a conversa nos termos previstos; eu lançando os primeiros temas e, mais uma vez, não estruturando em demasia as minhas intervenções, aguardando pelas respostas e pelos modos como o entrevistado assumia o seu papel de interveniente activo; o meu interlocutor, respondendo, por vezes evasivo, outras vezes mais entusiasmado e objectivo nas suas posições. Fez um discurso abrangente, por vezes fluente, outras vezes com sobressaltos verbais, nem sempre perceptível, ora pelas condições de gravação ora pelo tom de voz nalguns momentos. Tal como em momentos anteriores, pude constatar que, tanto nas paredes do edifício como nos discursos dos interlocutores, a presença do anterior presidente mantinha-se, num culto local pela personalidade política de Vieira de Carvalho. Ao longo da conversa, o entrevistado fez questão de vincá-lo, tanto a título pessoal como político. Não houve interrupções da entrevista (a não ser na mudança de cassette) e, de novo, assumi sinais de assentimento. Ora por sugestão e questionamento directos do entrevistado, ora como forma de proporcionar a condução da conversa nalguns momentos, assumi maior directividade face às resposta concisas do entrevistado.

Não houve propriamente conversas *off-record* no final da entrevista. Comentámos a vista sobranceira sobre o concelho e a inexistência do mar como recurso privilegiado local.

Saí com a sensação do “dever metodológico” cumprido, particularmente numa autarquia cujos sobressaltos burocráticos e políticos tinham sido vinculados. Fazia sol e o burburinho das ruas defronte o edifício do poder local indiciavam um final de tarde habitual.

continuação

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	07-01-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	51 minutos (18h35m - 19h26m)

Observações

Esperei cerca de 25m no *hall* de acesso aos gabinetes do executivo municipal. Por volta das 18h25m, a secretária conduziu-me ao gabinete do presidente. A familiaridade com alguns dos elementos do executivo actual e as relações de uma certa proximidade com a presidência, bem como o facto de ter sido esta a primeira entrevista aos presidentes de câmara, condicionaram-me um pouco, e de início, deixaram-me ligeiramente nervosa e apreensiva. Permitiram-me a aproximação rápida e fácil; mas dificultavam-me um certo distanciamento crítico e o assumir de um novo papel: o de quem tentava objectivar situações muito próximas do seu quotidiano.

Quando entrei no gabinete, deparei-me com o entrevistado já sentado, à cabeceira de uma mesa de reuniões da sala contígua ao seu gabinete. Mostrou-se pouco aprazível, distante e não muito ciente do teor da entrevista. Conversámos inicialmente, e como que numa inversão temporária de papéis, sobre mim, sobre aspectos familiares e profissionais, e depois sobre os objectivos do trabalho e os temas da entrevista. Garantiu-me apenas 30m de entrevista. Não se manifestou incomodado com o gravador.

A sala, apesar de confortável e ampla, estava demasiado quente. Vários dossiers, relatórios e ofícios dispersavam-se pela mesa. E a secretária, defronte nós, arrumou-a sumariamente, ainda antes do início da conversa.

A entrevista teve início num ambiente ligeiramente mais informal. Com o decorrer da conversa, cada um de nós se descontraíu e o próprio entrevistado foi-se revelando mais interessado e disponível. Por várias vezes sorriu e recostou-se no cadeirão de couro. Fumou, com prazer, durante a entrevista. Acabou por conversar cerca de 51m sobre os temas sugeridos e 10m mais após a gravação. Disponibilizou-me fotocópias de uma entrevista recentemente dada a um semanário local. Reiterou-me a sua disponibilidade para continuar a colaborar com o projecto. Sublinhou também que gostaria de ver o relatório final da investigação.

Houve duas interrupções ao longo da entrevista: a primeira, logo no início, com a saída do presidente do gabinete; e a segunda, com o toque do telemóvel e o atendimento da respectiva chamada.

Ao longo da conversa, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de assumir alguma directividade em momentos particulares da entrevista. Procurei que o entrevistado desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para o entrevistado, sentado ao meu lado esquerdo. Manifestei vários sinais de assentimento ao longo da entrevista e, à medida que esta se tornava mais uma conversa, ambos os nossos discursos se sobrepunham, ora por interrupção de um, ora por interrupção do outro.

continua

continuação

Observações

O discurso do entrevistado, com uma acentuação notoriamente local - o falar poveiro - foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com várias hesitações, como que evidenciando uma certa gaguez, e algumas exclamações discursivas. O entusiasmo foi em crescendo e os exemplos locais e internacionais de dinamização cultural e turística fizeram sorrir e, nalguns momentos, rejubilar o entrevistado.

Não havia quase barulhos no interior do edifício camarário. Apenas ruídos provenientes da rua, nomeadamente do trânsito, o que de certa forma perturbou ligeiramente alguns momentos da entrevista.
Quando saí fazia noite e frio.

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Data	05-03-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	67 minutos (16h50m - 17h57m)

Observações

Esperei cerca de 12m no *hall* de acesso aos gabinetes da presidência e das vereações. A sala, ampla e luminosa, encontrava-se com mais pessoas do que o habitual, não para atendimento, mas, presumo, para uma acção de formação. A dado momento, entraram no salão nobre (anfiteatro). A secretária do presidente chamou-me e acompanhou-me até à entrada do gabinete, por entre os meandros dos gabinetes e salas de trabalho, num trajecto algo sinuoso. Antes da entrada juntou-se-me a adjunta do presidente, que havia permitido a realização da entrevista e que, desde o início do trabalho, se mantinha como um dos meus interlocutores privilegiados junto da presidência. Cumprimtámo-nos afavelmente, retomando pormenores do projecto, discutidos em momentos anteriores, e entrámos no gabinete. Amplo, confortável, com várias plantas e um mobiliário moderno.

Com muita luz e com vários artefactos que espelhavam o exercício da actividade política. O entrevistado, simpático e sorridente, recebeu-me de pé, junto à entrada e com um aperto de mão. Fomos encaminhados para os sofás de apoio.

Após explicações prévias sobre a sua recuperação física, e sobre a indisponibilidade momentânea para me atender, criámos as condições para a realização da entrevista. A adjunta sentou-se, à minha direita, e do lado esquerdo, defronte, o presidente. Percebi que aquela seria, sempre, um elemento de apoio ao longo da entrevista.

O ambiente foi sempre informal, descontraído, de alguma cumplicidade. Apresentei o projecto, os objectivos e as modalidades da entrevista, e agradei a colaboração solícita da Câmara Municipal de Valongo ao longo do projecto. De alguma maneira, estávamos descontraídos, calmos. Sem esquecer que o contexto era, para todos os efeitos, formal, não senti, pelo contrário (e talvez devido aos termos de proximidade e à relativa facilidade de acesso aos eleitos locais de Valongo), "nervosismos institucionais". Em determinados momentos da conversa, fui mais directiva, e assumi os sinais de assentimento na situação de entrevista. Houve intervenções da adjunta do presidente, para completar raciocínios, opiniões e informações dadas pelo entrevistado, de ordem mais factual, e para apresentar os respectivos panfletos dos equipamentos disponíveis. Entregaram-me documentação para posterior confronto e análise. Constatei que não houve interrupções ao longo da conversa.

Conversámos informalmente cerca de 10/15m após a entrevista. A despedida foi familiar e próxima. Como se nos conhecêssemos há algum tempo.

Fazia noite, pingava e estava frio. De alguma forma regozijava com a entrevista feita. Os discursos até agora tinham sido claramente políticos, e a disponibilidade dos autarcas, verbalmente, mantinha-se.

continua

continuação

Actor político	Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Data	28-02-2003
Local	Gabinete do presidente
Duração	115 minutos (12h15m - 14h10m)

Observações

Aguardei cerca de 1h na pequena sala de espera. Chovia e fazia algum frio matinal. Era a terceira vez que tentava a realização da entrevista e, como tal, sentia-me apreensiva com a demora, a espera. A própria projecção do entrevistado, a nível nacional e quanto às lógicas político-partidárias mais abrangentes, faziam-me sentir um outro nervosismo, mais "institucional" e "metodológico". Tentava, em todas as situações de entrevista, evitar que a dimensão ideológica dos discursos dos actores políticos levasse a conceber e a orientar tais registos como entrevistas para fins não científicos. Entretanto, a secretária do presidente de câmara veio até à porta de acesso ao gabinete presidencial e chamou-me. Levou-me até ao presidente. O gabinete era amplo, com traça nobre e vistas para a rua principal. Havia barulho proveniente do exterior e chamadas telefónicas e interrupções. Fizemos a entrevista na própria mesa de trabalho do presidente de câmara, sentados lado a lado. A formalidade e o distanciamento mantiveram-se desde o primeiro contacto até ao final da entrevista. Entrevistado disponível para a entrevista, sem contudo fazer perguntas e/ou expressar interesses imediatos. Assumi um papel distante, pouco conversador, revelando familiaridade mais do que suficiente com as situações de entrevistas formais e, ao mesmo tempo, uma reserva, quase timidez. Foi-me oferecido um café. Tomámos, em tempos diferentes, o café trazido pela secretária.

A entrevista decorreu como um longo monólogo do entrevistado, com apenas pequenas e curtas intervenções da minha parte, assumindo que o esquema mental e discursivo do entrevistado não só correspondia aos temas do guião como, igualmente, as características pessoais e políticas do entrevistado melhor se coadunariam com a situação de entrevista.

Adoptou um discurso fluente, objectivo, com recurso a metáforas, pausado, com colocação da voz, ora fixando-me, ora fazendo esquemas num papel a propósito da cultura e do turismo no concelho. Pouca directividade me permitiu na orientação da conversa e eu própria assumi a postura de pouca estruturação da conversa. A abordagem feita pelo entrevistado não deixou de ser política, mas com traços diferentes das outras tidas até aí. Revelei alguns sinais de assentimento ao longo da conversa. A entrevista, nalguns momentos, foi alvo de várias interrupções, sobretudo telefónicas, que não perturbaram, particularmente, a orientação dos temas e, mais ainda, o raciocínio do interlocutor.

Tivemos uma ligeira e curta conversa informal no final da entrevista. Sem grandes complicações ou proximidades, como se ambos tivéssemos cumprido a sua função e, mais do que isso, o seu papel. Conversei com o secretário do presidente de câmara a propósito das idas ao arquivo e da recolha documental. A disponibilidade da câmara para a manutenção do projecto foi verbalmente assumida pelo presidente.

Chovia ainda mais quando saí, pela porta principal.

Anexo 3M

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002	Gabinete do vereador	55 minutos (11h20m - 12h15m)	Pelouros acumulados: Turismo e Educação
Gondomar	05-12-2002	Gabinete do vereador	65 minutos (15h20m - 16h25m)	Pelouros acumulados: Educação, Desporto, Acção Social, Juventude e Habitação
Maia	30-10-2002	Gabinete do vereador	55 minutos (11h05m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Turismo
Matosinhos	24-10-2002	Sala de reuniões contígua aos gabinetes	57 minutos (10h40m - 11h37m)	Pelouros acumulados: Turismo e Educação
Porto	12-02-2003	Gabinete do vereador	73 minutos (12h00m - 13h13m)	Não acumula pelouros
Póvoa de Varzim	23-12-2002	Gabinete do vereador	75 minutos (10h45m - 12h00m)	Pelouros acumulados: Turismo
Valongo	07-11-2002	Gabinete do vereador	58 minutos (11h20m - 12h18m)	Pelouros acumulados: Juventude, Turismo, Habitação Social e Ambiente
Vila do Conde	24-01-2003	Gabinete da vereadora	35 minutos (12h15m - 12h50m)	Pelouros acumulados: Educação e Acção Social
Vila Nova de Gaia	28-02-2003			<i>é o presidente de câmara</i>

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3N

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores da cultura [e do turismo] da AMP

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Espinho
Data	03-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	55 minutos (11h20m - 12h15m)

Observações

Esperei cerca de 3m no *hall* de acesso aos gabinetes da vereação. A chegada do vereador, entretanto, fez com que ele me reconduzisse de imediato ao gabinete. Aguardei no gabinete do vereador. Tivemos uma conversa prévia sobre o projecto e a entrevista e trocámos impressões sobre a marcação da entrevista com o presidente de câmara, que entretanto estava lá fora em conversa com outras pessoas. Estabelecemos contactos com a secretária do presidente de câmara, no sentido de agendarmos a marcação da entrevista e, entretanto, reiniciámos a conversa sobre o pelouro da cultura.

Fizemos a entrevista na mesa de apoio do gabinete, com a porta do gabinete aberta. Após uma ou outra interrupção, reiniciámos a entrevista. O entrevistado pareceu-me ligeiramente nervoso, pouco à vontade com a situação da entrevista, e receoso que faltasse dizer algo sobre o seu pelouro e a sua actividade. Aliás, tal característica já havia sido visível noutros contextos de entrevista: havia, por parte destes actores políticos, e nos contextos das autarquias de menores dimensões (de recursos, particularmente), uma representação da situação de entrevista como um meio para dar visibilidade e credibilidade ao trabalho desenvolvido e em curso.

Fui algo directiva nalgumas questões, atendendo a certas especificidades do interlocutor e ao próprio guião previsto. Por vezes, a conversa tendia a espraar-se por outras áreas e a perder alguma factualidade e enquadramento culturais.

Entregaram-me documentação sem que a entrevista tivesse sido interrompida. Havia ruídos provenientes do exterior. Senti a sala algo fria e desconfortável. Os ruídos dos outros gabinetes também por lá ressoavam.

Pareceu-me que o discurso foi "em crescendo" quanto à exactidão, ao menor nervosismo e à articulação de ideias, particularmente por parte do entrevistado. Os traços específicos de Espinho foram-se desenhando à medida que a conversa se estreitava pelos meandros culturais e turísticos do concelho. Conversámos informalmente após a entrevista cerca de 15m, assumindo-se verbalmente a disponibilidade para colaborar no projecto. Estava frio e pouco sol lá fora.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Gondomar
Data	05-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	65 minutos (15h20m - 16h25m)

Observações

Esperei cerca de 3m no *hall* de entrada. Conversei previamente com o interlocutor em torno de materiais documentais cedidos pela autarquia. Fiz o ponto da situação do trabalho quanto à análise documental e o vereador tomou notas de outros materiais a recolher.

Em virtude de contactos prévios, o entrevistador foi afável, descontruído, com uma disponibilidade clara para a entrevista. A relação com a docência e a investigação, e os contextos de trabalho académico anteriores, justificavam, por parte do jovem autarca, a sensibilidade e a cooperação necessárias para este tipo de pesquisa. A área da sociologia, de alguma forma, estava presente nos gabinetes da vereação, pois a adjunta do vereador era alguém com formação de base sociológica. Os interlocutores privilegiados desta vereação foram relevantes para o avanço da pesquisa e, por isso, este contexto de entrevista de alguma forma era esperado. Fizemos a entrevista na mesa de apoio do gabinete. Fui pouco directiva ao longo da conversa, testando a viabilidade do guião e permitindo ao interlocutor a análise das questões em causa.

Tinha um discurso fluente e organizado, nem sempre perceptível em termos de registo, dadas as condições de gravação.

Havia muito barulho proveniente da rua, sobretudo do trânsito.

A sala estava demasiado quente. Pedi para diminuir a temperatura do aquecimento. Houve algumas interrupções telefónicas, desde logo resolvidas pelo vereador, que as desligava, e de pessoas que entravam no gabinete para tratar de assuntos correntes.

Conversámos informalmente após a entrevista sobre o projecto e o trabalho com as câmaras. Mais uma vez, conversámos sobre a possibilidade de agendar uma entrevista com a presidência da autarquia. A disponibilidade para a colaboração necessária foi reiterada. Quando saí, a rua estava amena.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal da Maia
Data	30-10-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	55 minutos (11h05m - 12h00m)

Observações

Esperei cerca de 20m. Primeiro, no átrio do Fórum da Maia, depois no *hall* de espera e acesso ao gabinete do vereador. Quando entrei, preparei o cenário para a entrevista. Já nos conhecíamos de um primeiro contacto exploratório a propósito da pesquisa. De qualquer maneira, retomei os objetivos e os preâmbulos habituais.

Tivemos uma conversa ligeira e curta *off-record* a propósito do Festival de Teatro Cómico da Maia e das salas de cinema adquiridas pela câmara. Abordámos a possibilidade de agendar uma entrevista com o presidente. Foi-me oferecido material para consulta. O gabinete espelhava a dinâmica cultural local.

O entrevistado estava relativamente simpático e calmo. Apesar de disponível, pareceu-me pouco motivado para a entrevista. Quis saber as questões de antemão, mas à medida que decorria a entrevista, interessou-se mais pelo discurso que ele próprio produzia. Confrontava-se, de alguma forma, com o trabalho que o seu pelouro desenvolvia, e o entusiasmo a dado momento ressaltava. Percebi que a situação de entrevista era uma forma de tornar visível, provavelmente, o trabalho de certas autarquias, para além da centralidade funcional e territorial do Porto. A proximidade às áreas do social, sobretudo pela sua formação académica, justificava, em parte, a disponibilidade discursiva entretanto manifestada.

Fui um pouco interventiva, sem olhar para o guião, excepto nos momentos de pausa provocados. Estive atenta ao discurso produzido.

A sala era confortável e agradável. A entrevista foi feita numa situação formal de frente a frente. O entrevistado fumou muito. Havia muito barulho: obras vindas lá de fora, por uma janela entreaberta.

Houve três interrupções ao longo da entrevista: chamadas no telemóvel do vereador. Havia dado indicações precisas à secretária de que não queria ser incomodado.

Fazia sol quando sai.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Matosinhos
Data	24-10-2002
Local	Sala de reuniões contígua aos gabinetes
Duração	57 minutos (10h40m - 11h37m)

Observações

A entrevista estava marcada para as 10h. Esperei cerca de 35m na sala de espera e na sala de reuniões contígua aos gabinetes. A sala de reuniões era confortável, ampla, com as condições acústicas favoráveis ao registo áudio. A entrevista decorreu sem interrupções. O entrevistado revelou-se familiarizado com a situação de entrevista. Estava calmo, atencioso, simpático, poucas vezes evasivo nas respostas. Tinha um discurso fluente, rápido, com poucas hesitações e pausas. Fui pouco directiva e interveniente. Estava calma e pouco ligada ao guião de entrevista que se encontrava em cima da mesa. Apenas por três vezes desviei o olhar do entrevistado para controlar o guião da entrevista. Era a primeira entrevista e, como tal, testava pela primeira vez o guião de perguntas. A não directividade excessiva seria de evitar, mas a estruturação em demasia seria pouco produtiva. A ligação do entrevistado à área do jornalismo criava também dois modelos de situação de entrevista ou, pelo menos, duas representações diferentes face à mesma.

O espaço era amplo, com uma mesa redonda para cerca de 10 a 12 pessoas, com sofás e mesas de apoio. Era a sala onde teve lugar a primeira audiência de apresentação. O interlocutor foi dando conta, com uma certa satisfação política e pessoal, do trabalho cultural da autarquia.

Conversámos cerca de 15m *off-record*, após o final da gravação, sobre a Póvoa de Varzim (concelho de naturalidade e de residência do entrevistado) e a oferta cultural da Área Metropolitana do Porto. Conversámos também sobre a possibilidade de marcar a entrevista com o presidente da câmara. A proximidade ganhou outros contornos quando, *off-record*, o entrevistado soube que éramos conterrâneos.

Quando saí, chovia. E com uma sensação de que o trabalho tendia a ganhar outros contornos pelos meandros do poder local.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura da Câmara Municipal do Porto
Data	12-02-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	73 minutos (12h00m - 13h13m)

Observações

Fiz as consultas no Arquivo Geral a propósito da pesquisa e, após indicação dada pelos funcionários da recepção, subi as escadas até ao piso 2 onde se situava o Pelouro da Cultura. Guardei no pequeno *hall* de acesso aos gabinetes: acolhedor, com estantes preenchidas por publicações municipais sobre cultura, com informação alusiva às actividades culturais do momento e com alguns cartazes. A secretária do vereador solicitou-me que aguardasse. O atendimento contemplou de igual modo um café e umas bolachas de chocolate. Dei por mim a saboreá-los com agrado. A simpatia do atendimento havia sido clara desde os primeiros contactos. Quando o vereador chegou, e após alguns momentos, fui encaminhada para o respectivo gabinete. Os barulhos lá fora mantinham-se, como resquícios do Porto 2001, e após as primeiras apresentações e troca de impressões, em particular os contrastes para a marcação da entrevista, iniciámos a conversa.

O interlocutor, ligado à área das ciências humanas, e académico de formação, manifestava interesse pelas questões que politicamente geria e, sobretudo, pela investigação. De alguma forma, a entrevista tornou-se-lhe familiar nos propósitos e agradável no decurso. E as relações com a sociologia, enquanto área de investigação acerca do cultural, nas mais diversas manifestações, passaram pelos discursos.

Introduzi na conversa a directividade que me pareceu necessária face ao contexto da entrevista e à orientação da própria entrevista.

No final, e já em *off-record*, conversámos em torno da possibilidade de agendar uma entrevista com o presidente da autarquia. A boa vontade manifestou-se mas, por momentos, tornou-se visível que a dimensão, a burocracia e os posicionamentos políticos da câmara, e na área da cultura, na altura tão mediaticamente tratada, não seriam factores favoráveis no processo. Manifestou reiterado interesse na prossecução do projecto. Saí com sol, e numa altura de pausa laboral.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	23-12-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	75 minutos (10h45m - 12h00m)

Observações

Depois de me ter apresentado, dirigi-me ao *hall* de acesso aos gabinetes e aguardei cerca de 1h05m pela entrada no gabinete do vereador. O vereador atendeu durante esse período algumas pessoas que apareceram sem marcação prévia. Enquanto esperava, por vezes sentada, por vezes circulando e confrontando-me com as fotografias a preto e branco de poveiros, fui-me sentindo mais ansiosa. O espaço e as pessoas eram-me suficientemente familiares mas a espera, pelo menos ali, não.

Por volta das 10h35, o próprio vereador chamou-me ao seu gabinete. Por entre desculpas e comentários, sentámo-nos e trocámos algumas impressões, nomeadamente sobre o início inesperadamente tardio da entrevista. Sentámo-nos num frente a frente. O gabinete era amplo, confortável, um pouco frio, com vários e dispersos sinais de actividade cultural. O barulho ouvia-se distintamente, quer o provindo da rua quer o do corredor e dos gabinetes contíguos.

A entrevista foi realizada na própria secretária do vereador. Já nos conhecíamos há vários anos e essa familiaridade manifestamente se tornou, pelo menos no início da entrevista, um factor de constrangimento, particularmente para mim. O entrevistado não se manifestou incomodado com o gravador e, com o seu sentido de humor peculiar, manteve após o início da gravação o pronome de tratamento "tu". À medida que a entrevista decorria, e porque eu desde sempre procurei manter um certo distanciamento na interacção verbal, o entrevistado foi assumindo uma postura mais distante e usou, alternadamente, diferentes pronomes de tratamento.

O entrevistado mostrou-se, desde o início, calmo, atencioso, simpático, poucas vezes evasivo nas respostas. O discurso era fluente, por vezes rápido, outras vezes compassado, com poucas hesitações e pausas, muito metafórico e enfático. Procurei ser pouco directiva e interventiva. Evitei fazer uso do guião de entrevista que se encontrava em cima da mesa.

Houve várias interrupções, pessoais e telefónicas, mas apenas uma vez a entrevista foi momentaneamente suspensa.

Após o final da entrevista trocámos diversas impressões sobre o trabalho, a actuação da autarquia poveira, a figura do presidente local. Mais uma vez, solicitei ao entrevistado que, dentro do possível, viabilizasse a marcação da entrevista. Como o presidente estava naquele momento presente, dirigimo-nos ao *hall* presidencial. O vereador trocou impressões com a secretária e, juntamente comigo, entrou no gabinete do presidente. Sentado a uma mesa, mostrou-se disponível para a entrevista e, após uma breve interacção conjunta, ele próprio marcou na agenda a entrevista.

Sai e aguardei a vinda do vereador para os devidos agradecimentos e despedidas.

Fazia sol, quando abandonei a câmara municipal. E com um regozijo claro. Em vésperas de Natal.

continua

continuação

Actor político	Vereador da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Valongo
Data	07-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	58 minutos (11h20m - 12h18m)

Observações

Esperei cerca de 10m no *hall* da presidência. O interlocutor, jovem autarca, recebeu-me de modo acessível e simpático. Conversámos previamente sobre a entrevista e o projecto.

A sala era confortável, com ar condicionado demasiado frio, mas entretanto desligado. Havia pouco barulho. Sentámo-nos numa mesa de apoio ao gabinete, num frente a frente.

Ao longo da conversa, houve entradas e saídas do gabinete pelo adjunto do vereador e uma interrupção formalmente feita: um pedido de informações sobre os eventos culturais fixos anualmente.

O entrevistado foi simpático, descontraído, entusiasmado, acessível. Mostrou-se muito disponível para a entrevista e para a discussão em torno das questões culturais e turísticas da Câmara de Valongo. Agradava-lhe, parecia-me, partilhar trabalho feito, e de certo modo, conferir à autarquia uma visibilidade cultural que, nalguns eventos, parecia já ter adquirido para além dos limites do concelho.

Nalguns momentos, fui um pouco mais interventiva, de modo a direccionar algumas respostas dadas pelo entrevistado, mas não olhei mais do que uma vez para o guião. O contexto formal da entrevista não me perturbou. A proximidade etária e as ligações à área da cultura e da investigação académica tornaram-na propícia à troca de impressões. A equipa de jovens eleitos e técnicos de alguns serviços da autarquia assumia perante o projecto uma disponibilidade relativamente rápida.

Conversámos ligeiramente cerca de 10m, após o fim da entrevista. Concedeu-me material alusivo a actividades culturais, nomeadamente umas gravações a propósito dos festivais de música moderna. Quando saí, fazia sol.

continua

continuação

Actor político	Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Vila do Conde
Data	24-01-2003
Local	Gabinete da vereadora
Duração	35 minutos (12h15m - 12h50m)

Observações

Aguardei cerca de 10m no *hall* de acesso aos gabinetes dos vereadores. A secretária conduziu-me às novas instalações do Pelouro da Cultura. A entrevista foi realizada no novo gabinete: mais amplo e confortável do que aquele onde tivera lugar a audiência de apresentação. Soalheiro, quente, acolhedor, com muita luz natural, situado em pleno centro histórico vilacondense.

Quando entrei no gabinete, deparei-me com a entrevistada sentada à sua secretária, atendendo uma chamada que se prolongou por alguns minutos. Permanecemos sentadas frente a frente ao longo da entrevista. A entrevistada estava relativamente calma com a eventual gravação e mais predisposta para o tema em questão do que na primeira reunião tida entre ambas. Contudo, não se recordava nem do projecto nem da equipa de investigação e da audiência de apresentação. Algo apreensiva com a situação de entrevista, comecei por reiterar a apresentação do projecto e por justificar a pertinência da entrevista.

A entrevista teve início num contexto demasiado formal e, a dado momento, com alguns constrangimentos: as respostas curtas e directas da entrevistada e os sucessivos toques telefónicos que se traduziram em três interrupções efectivas. Senti que a autarca estava com alguma falta de tempo e com assuntos pendentes para resolver. A hora do almoço avizinhava-se também. De qualquer forma, procurei não atender todas as chamadas ocorridas. À medida que a entrevista decorria, e apesar das especificidades da situação criada e da própria entrevistada, o meu desconforto inicial foi desaparecendo. Optei, até ao final da entrevista, por uma crescente estruturação das questões. Não fiz uso do guião em suporte papel, situado ao meu lado numa cadeira. Procurei sempre olhar para o interlocutor, apesar do distanciamento criado pela secretária situada entre ambas. Fiz uso de sinais de assentimento ao longo da entrevista. Curiosamente, a entrevistada também. Foi-se manifestando ao longo da entrevista uma certa empatia entre as interlocutoras.

A entrevista caracterizou-se, assim, por uma maior directividade do que o habitual, desde logo assumida por mim face às respostas curtas e concisas da entrevistada e a algum desconhecimento, assumido por este último, relativamente a certas matérias. Porém, e no seu modo simples e directo, a vereadora sorriu perante algumas dessas situações.

O discurso da entrevistada revelou-se linear, curto, com poucas hesitações, em certos momentos com algumas exclamações discursivas. Fluente, rápido e com uma oralidade muito correcta.

No final da entrevista, e durante alguns minutos, trocámos breves impressões sobre as fases seguintes do projecto e a eventual marcação da entrevista com o presidente da câmara. A entrevistada, de modo cordial, não garantiu qualquer forma de resolver a situação. Mostrou-se, contudo, e dentro das suas possibilidades, disponível para colaborar. Havia-se levantado da cadeira há pouco tempo para se despedir e preparava-se para sair. Fazia sol e frio. Num dia de feira semanal em Vila do Conde.

Anexo 30

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do desporto da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002	Nave desportiva do concelho, gabinete do professor	55 minutos (14h45m - 15h40m)	Chefe de Divisão da Dinamização Desportiva da edilidade; assessor do presidente de câmara para o Desporto
Gondomar	05-12-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Maia	13-10-2003		<i>é o presidente de câmara</i>	
Porto	05-12-2002	Gabinete do vereador	60 minutos (09h10m - 10h10m)	Pelouros acumulados: Educação, Juventude, Recursos Humanos e Euro 2004
Póvoa de Varzim	11-12-2002	Gabinete do vereador	60 minutos (10h30m - 11h30m)	Pelouros acumulados: Acção Social, Serviços Jurídicos e Polícia Municipal
Valongo	26-11-2002	Gabinete do vereador	65 minutos (11h35m - 12h40m)	Pelouros acumulados: Obras Municipais, Feiras, Mercados e Cemitérios
Vila do Conde	20-11-2002	Gabinete do vereador	50 minutos (14h10m - 15h00m)	Pelouros acumulados: Administração e Finanças, Gestão Urbanística e Serviços Jurídicos

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores/técnicos segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3P

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do desporto da AMP

Actor político	Assessor do presidente de câmara para o Desporto, Chefe de Divisão da Dinamização Desportiva da Câmara Municipal de Espinho
Data	03-12-2002
Local	Nave desportiva do concelho, gabinete do professor
Duração	55 minutos (14h45m - 15h40m)
Observações	

Não esperei para entrar. Apresentei-me no gabinete e trocámos esclarecimentos quanto a um mal-entendido nas marcações das entrevistas entre o vereador da cultura e o entrevistado.

Mostrou-se imediatamente disponível para a entrevista. Conversámos previamente sobre o projecto e o guião de entrevista.

O entrevistado estava calmo, com um discurso fluente, e com a postura de um técnico, desprovido de pruridos e compromissos políticos. Foi ganhando interesse e entusiasmo com o decorrer da entrevista. Percebi que estava perante uma situação de entrevista diferente, com um técnico, assessor do presidente, mas, de algum modo, com um posicionamento menos político e mais operacional da área em questão.

Houve alguma directividade da minha parte em momentos de certa desorientação ou explanação desnecessária pelo entrevistado.

Os ruídos provenientes do exterior, das máquinas que preparavam a pista de motocross para o fim de semana, mantiveram-se ao longo da conversa.

Houve interrupções várias (telefone e portas), mas que o entrevistado ignorou. Previamente tinha avisado que não queria ser interrompido.

Realizámos a entrevista na mesa de apoio ao gabinete, num frente a frente numa sala minimamente confortável.

A conversa informal, após a entrevista, impôs-se por cerca de 10m.

Sol e frio, lá fora, esperavam-me.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal do Porto
Data	05-12-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	60 minutos (09h10m - 10h10m)

Observações

Cheguei à Câmara, edifício de valor arquitectónico, bonito e pleno de meandros de serviços e gabinetes. Já se me tornava mais familiar. Depois dos habituais protocolos à entrada, dirigi-me à vereação do desporto. Esperei 10m em virtude das arrumações do gabinete porque havia mudança de instalações.

Como habitualmente houve uma conversa informal em torno do projecto e do guião de entrevista. A sala era confortável, apesar das mudanças em curso.

Os ruídos, provenientes da rua, mantinham-se. Continuavam lá fora os resquícios das obras posteriores ao Porto 2001.

O entrevistado mostrou-se disponível, interessado, com um discurso fluente. O entrevistado, jovem autarca, estava inicialmente sentado na mesa de apoio, mas, entretanto, levantou-se e circulou entre a mesa e a janela. Brincava com a cadeira e respondia às questões. Sorri perante tal mudança de postura mas entendi-o. Por vezes, é-nos mais fácil abordar discursivamente um tema, uma pessoa, uma situação, circulando. Não tinha ainda presenciado tal traço nas entrevistas realizadas até ali: houve, para todos os efeitos, uma mudança no cenário, *a priori* institucional e formal. Receei pelo alcance da gravação, mas o tom de voz do interlocutor era suficientemente audível.

Nalguns momentos, fui mais directiva, particularmente em certos temas, em virtude da finalização rápida das respostas e da abordagem, por vezes, factual e objectiva de certos temas.

Houve interrupções telefónicas e interrupções feitas pelo próprio entrevistado.

Conversámos informalmente após a entrevista. Reiterou a disponibilidade para colaboração e entregou-me documentação.

Estava sol e frio, lá fora, quando saí. Dei conta, de novo, de que consoante o eleito local e as particularidades da área que tutelava, mais disponível ou menos disponível, mais rápido ou menos rápido se processaria o trabalho.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim
Data	11-12-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	60 minutos (10h30m - 11h30m)

Observações

Depois de apresentado pelos serviços da recepção, subi as escadas até ao *hall* de acesso aos gabinetes dos vereadores e da presidência. Cruzei-se com o vereador da cultura e a convite do próprio mantive no seu gabinete uma conversa informal sobre o trabalho e marqueei directamente com ele a respectiva entrevista.

Entretanto, por volta das 10h30m, chegou o entrevistado, algo esbaforido, cumprimentando o colega e a mim, sem ter-me reconhecido enquanto entrevistadora que o aguardava. Só após os comentários humorísticos do vereador da cultura, no sentido de que seria com aquela pessoa que teria a entrevista, é que o entrevistado se apercebeu da situação e encaminhou-me para o seu gabinete.

No gabinete, para além dos dois interlocutores, encontrava-se um terceiro elemento, assessor do próprio vereador, convocado para a suposta reunião. Desfeito o equívoco, pois não seria uma reunião de trabalho mas sim uma entrevista formal ao vereador, ficaram apenas no gabinete os dois interlocutores esperados.

O gabinete era amplo, confortável, mas naquele início de manhã pouco acolhedor e demasiado frio. Os sinais da actividade desportiva municipal espalhavam-se pela secretária e pelas paredes. Sentámo-nos, lado a lado, na mesa de apoio. Houve uma conversa informal de alguns minutos sobre o trabalho e o guião de questões. Eu conhecia o entrevistado de outros contextos e de redes de relações comuns, o que de certa forma tomou desconfortável a situação de entrevista.

A entrevista teve início num ambiente ligeiramente descontraido para ambas as partes. O entrevistado, calmo e interessado, mostrou-se disponível para a entrevista sem manifestar incómodo com o gravador e a falta de tempo. À medida que decorria a conversa, o entrevistado foi sistematizando melhor o seu discurso, revelando *a posteriori* temas e informações não referidas anteriormente. Desenvolveu um discurso relativamente linear e objectivo, com várias exemplificações, fazendo uso de algumas exclamações discursivas e com uma acentuação notoriamente poveira.

Procurei ser pouco directiva, intervindo sempre que necessário e particularmente nos últimos temas da conversa. Não fiz uso do guião em suporte papel. Procurei sempre olhar o entrevistado, fazendo sempre que necessário sinais de assentimento.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Ouviu-se apenas o barulho proveniente da rua, do corredor e dos gabinetes contíguos.

Após a entrevista, conversámos sobre as redes de conhecimentos locais comuns. O entrevistado mostrou-se disponível para continuar a colaborar com a equipa responsável pelo projecto.

Chovia e fazia muito frio lá fora.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Valongo
Data	26-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	65 minutos (11h35m - 12h40m)

Observações

Esperei no *hall* de entrada cerca de 5m.

Houve entre nós uma conversa prévia, ligeira e informal, sobre o projecto e o guião de entrevista (temas e abordagens) e as funções académicas de ambos. A proximidade, desde logo, estabeleceu-se pelas funções de docência e de investigação e de investigação, no caso do entrevistado ligados à psicologia e aos recursos humanos. A sala era pequena mas acolhedora.

O entrevistado era afável, descontraido, com uma voz particular, dificultadora de uma percepção adequada na fita magnética, com um discurso fluente, objectivo mas nem sempre curto. Respondeu, contudo, às questões colocadas.

Alguna directividade em momentos de alguma explanação desnecessária pelo entrevistado.

A entrevista realizou-se numa mesa de apoio ao gabinete. Não houve interrupções. Apenas alguns ruídos provindos de outros gabinetes. A entrevista terminou 2m após a conclusão da fita: a cassette foi totalmente esgotada.

Tivemos uma conversa informal após a entrevista de cerca de 10m. O entrevistado referiu-se às suas intenções em não ser presidente de câmara, em continuar ligado ao trabalho político autárquico, e à sua relação particular com o meio social local.

Chovia e fazia frio lá fora.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Desporto da Câmara Municipal de Vila do Conde
Data	20-11-2002
Local	Gabinete do vereador
Duração	50 minutos (14h10m - 15h00m)

Observações

Aguardei cerca de 5m na sala de espera que dá acesso aos gabinetes dos vereadores. O gabinete do vereador, situado agora no novo edifício municipal entretanto recuperado, havia sido recentemente ocupado pela vereação. Era um gabinete amplo, aprazível mas ainda não totalmente confortável.

A entrevistada foi feita na mesa de apoio, que balançava sempre que algum dos interlocutores se movia ou apoiava os braços. Os barulhos feitos pela mesa interferiram na qualidade da gravação.

Tivemos uma conversa inicial ligeira. Ao longo da conversa, o entrevistado mostrou-se simpático, disponível e acessível. Foi-se descontraindo e entusiasmando à medida que a conversa decorria.

Houve várias interrupções da entrevista pois o telefone tocava com alguma insistência e várias pessoas procuravam entrar no gabinete do vereador.

Havia barulho proveniente da rua e dos corredores.

Fui directiva nalguns momentos particulares da entrevista, tentando direccionar a conversa para os temas fulcrais do guião. Era a primeira entrevista às vereações do desporto e confrontava-me com o discurso particular da área do desporto, nem sempre transversal com o da cultura.

A familiaridade com os espaços, os contextos e os actores da autarquia vilacondense não era propriamente relevante; pelo contrário, algo distante e até facilitadora da análise mais objectivada. Foi relativamente escurrita a realização desta entrevista. Não me senti, particularmente, estranha e apreensiva na situação de entrevista.

Quando sai, fazia sol e chuva.

Anexo 3Q

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos vereadores do turismo da AMP

	Data	Local	Duração	Observações ^{a)}
Espinho	03-12-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Gondomar	21-01-2003	Gabinete da vereadora	50 minutos (12h00m - 12h50m)	Pelouros acumulados: Geminhões, Protocolo, Gabinete de Imprensa e Gabinete do Cidadão; vereadora-adjunta do presidente
Maia	30-10-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Matosinhos	24-10-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Porto	03-09-2003	Gabinete do vereador	115 minutos (15h15m - 17h10m)	Pelouros acumulados: Actividades Económicas, Polícia, Batalhão de Sapadores de Bombeiros, Relações Internacionais; representação do presidente
Póvoa de Varzim	23-12-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	
Valongo	07-11-2002		<i>é o vereador da cultura</i>	

a) Indicação dos pelouros acumulados pelos vereadores segundo os seus testemunhos discursivos na situação de entrevista.

Anexo 3R

Registos de observação da situação de entrevista aos vereadores do turismo da AMP

Actor político	Vereadora do Turismo da Câmara Municipal de Gondomar
Data	21-01-2003
Local	Gabinete da vereadora
Duração	50 minutos (12h00m - 12h50m)

Observações

Esperei cerca de 20m no *hall* de entrada do edifício municipal. Por volta das 11h50, e por indicações dadas previamente pelos funcionários da recepção, dirigi-me aos gabinetes da Divisão e já no seu interior fui conduzida ao gabinete da vereadora. O gabinete era muito pequeno, despojado, confortável. Ouvia-se o barulho provindo da rua e as vozes dos gabinetes contíguos.

Quando entrei, deparei-me com a entrevistada sentada, numa pequena secretária, acompanhada por um outro elemento da equipa, uma técnica superior adjunta, sentada do seu lado esquerdo, que desde logo me foi apresentada como um elemento da equipa que trabalhava há cerca de 6 anos na área do turismo. Sentei-me, num frente a frente circunstancial. Afigurou-se-me, desde logo, uma nova situação de entrevista: a presença de um terceiro elemento, que tirou notas quanto às primeiras trocas de impressões entre os interlocutores, que assistiu à entrevista e que participou mesmo na abordagem de alguns temas, completando as enunciações feitas pela própria vereadora.

Logo de início, fui directamente questionada pela entrevistada quanto às minhas intenções. Percepcionei não só alguma confusão quanto ao conteúdo do ofício enviado para a marcação de entrevista, como também uma certa relutância quanto à própria situação de entrevista, deixando-me ligeiramente perplexa. Por momentos senti que a entrevista poderia não realizar-se. Apercebi-me de algumas falhas na circulação de informação entre a câmara e a própria equipa de investigação mas, resolvido o mal entendido, e perante a concordância da entrevistada em conceder a entrevista, teçi considerações sobre o projecto, o trabalho realizado até agora com as outras autarquias e o guião de questões. Curiosa perante as especificidades da macroestrutura das outras autarquias, a entrevistada fez questão de dizer que daria uma entrevista mais curta do que aquelas tidas até ao momento no âmbito do projecto.

A entrevista realizou-se na própria secretária e teve início num ambiente ligeiramente mais descontraído. Adquiriu mesmo, à medida que os temas eram expostos, um carácter mais informal. A entrevistada revelou algum desconforto perante a situação de entrevista. Sobretudo, algum embaraço político perante a abordagem de certos temas (por exemplo, as carências infraestruturais do concelho ao nível do turismo) mas sempre reposicionado pelo uso de um sentido de humor oportuno.

continua

continuação

Observações

Procurei não ser muito directiva na abordagem dos temas, deixando que a entrevistada expusesse os seus pontos de vista. Contudo, senti necessidade de intervir mais e de modo mais concreto a partir de um certo momento da entrevista, em virtude das especificidades das respostas e do discurso da própria entrevistada.

Houve várias interrupções ao longo da entrevista: chamadas telefónicas (telemóvel e telefone) e entradas súbitas de outras pessoas no gabinete, o que manifestamente desagradou a vereadora. A duração da entrevista ultrapassou largamente as intenções iniciais da entrevistada.

O discurso caracterizou-se por várias hesitações e pausas e pelo uso de conjunções como o “pronto” e o “portanto”. O discurso nem sempre foi fluente e linear e com recurso a várias exemplificações.

Quando saí, fazia sol, com alguns chuviscos e frio.

continua

continuação

Actor político	Vereador do Turismo da Câmara Municipal do Porto
Data	03-09-2003
Local	Gabinete do vereador
Duração	115 minutos (15h15m - 17h10m)

Observações

Esperei cerca de 10m no *hall* de acesso ao gabinete da vereação. Quando entrei, o entrevistado manifestou-me simpatia e reconhecimento, atendendo a contactos prévios já feitos.

Tivemos uma conversa prévia, informal e amena sobre as férias e o trabalho. Sentámo-nos na mesa de apoio.

O gabinete estava muito frio (o ar condicionado estava ligado) e o barulho da rua, decorrente das obras no centro do Porto, ressoava pelo gabinete. Ofereceram-me café e água.

A entrevista foi longa e pausada. Com muita água e cigarros, por parte do entrevistado. A informalidade e a simpatia perpassaram ao longo da entrevista.

Fui pouco directiva. Adoptei a menor directividade possível, deixando que o entrevistado abordasse as questões com o nível de desenvolvimento e a orientação mais adequados.

Tinha um discurso fluente e exemplificativo.

Conversámos *off-record* sobre o presidente de câmara e a marcação de entrevista e as dificuldades tidas quanto aos contactos junto da presidência. De novo, me apercebia das facilidades/dificuldades no acesso a determinados actores políticos, ora por razões de agenda política ora por prioridades políticas, ora ainda por entraves burocrático-administrativos. A disponibilidade do pelouro foi reiterada.

Sai da câmara às 17h45m, com sol e calor.

Anexo 3S

Guião de entrevista aos actores locais e regionais

I. Caracterização sociográfica

1. Sexo
2. Idade
3. Naturalidade
4. Área de residência
5. Nível de escolaridade
6. Actividade profissional exercida/em exercício
7. Tempo de exercício de funções políticas/administrativas

1. Historial do organismo

- a) natureza jurídica
- b) objectivos
- c) actividades
- d) programas
- e) recursos financeiros, humanos e materiais
- f) funções/competências/atribuições
- g) dinâmicas de trabalho
- h) dificuldades/obstáculos
- i) relação com outros organismos estatais
- j) avaliação dos programas/actividades

2. Representações sobre a cultura e o turismo cultural

3. Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural do país, da Região Norte e da AMP

4. Relações do organismo com
 - a) outros actores políticos
 - b) autarquias
 - c) organismos de desenvolvimento local
 - d) organizações não governamentais

5. Representações sobre as políticas culturais nacionais, regionais e metropolitanas
 - a) representações sobre o projecto de uma cidade cultural/concelho cultural
 - b) evolução das políticas culturais e turísticas no país e regiões

Anexo 3T

Data, local e duração das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais

	Data	Local	Duração
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	01-06-2004	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de reuniões	85 minutos (14h15m - 15h40m)
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	18-09-2003	Sede da ANMP, Coimbra, gabinete do interlocutor	75 minutos (15h20m - 16h35m)
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	06-10-2003	Sede da APCNP, Porto, sala de reuniões	75 minutos (15h45m - 17h00m)
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	18-02-2003	Sede da ADETURN, Porto, sala de reuniões	55 minutos (10h45m - 11h40m)
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	06-08-2003	Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, sala do piso 0	55 minutos (16h05m - 17h00m)
Cooperativa Nascente	04-05-2004	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de trabalho	65 minutos (16h10m - 17h15m)
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	27-01-2003	Sede da DRCN, Vila Real, gabinete do interlocutor	72 minutos (10h50m - 12h12m)
Direcção Geral de Turismo (DGT)	25-09-2003	Sede da DGT, Lisboa, gabinete do interlocutor	75 minutos (10h45m - 12h00m)

continua

continuação

	Data	Local	Duração
ICEP Portugal	24-09-2003	Sede do ICEP, Lisboa, gabinete do interlocutor	45 minutos (14h45m - 15h30m)
Porto Convention & Visitors Bureau	29-09-2003	Sede do Porto Convention, Porto, sala de reuniões	45 minutos (15h05m - 15h50m)
PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional	09-05-2003	Santa Casa da Misericórdia da Maia, gabinete do interlocutor	55 minutos (11h35m - 12h30m)

Anexo 3U

Registos de observação da situação de entrevista aos actores locais e regionais

Actor	Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)
Data	01-06-2004
Local	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, sala de reuniões
Duração	85 minutos (14h15m - 15h40m)

Observações

A entrevista decorreu nas instalações da Cooperativa Nascente em Espinho. Associação por demais familiar do entrevistado, pois durante anos desenvolveu nela também actividades de dinamização cultural, sobretudo na área do teatro.

Pouco esperei pelo entrevistado quando lá cheguei. Fomos encaminhados pela secretária da Associação para uma mesa, por entre os meandros de salas daquele edifício, de modo a gravarmos convenientemente a entrevista.

A conversa decorreu numa informalidade amena. O entrevistado foi contando a sua experiência cultural e a sua relação particular com o meio local. Não o senti propriamente incomodado ou nervoso com a situação de entrevista, pelo contrário, manteve-se, na sua assumida condição de cidadão local, disponível e afável. Fui pouco directiva ao longo da entrevista, procurando explorar o universo de representações do interlocutor sobre o concelho e a actividade cultural local. Não houve interrupções. A entrevista decorreu dentro da normalidade esperada.

Quando saí da Cooperativa, o dia de praia mantinha-se. Soalheiro e acolhedor.

continua

continuação

Actor	Secretário Geral Adjunto da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
Data	18-09-2003
Local	Sede da ANMP, Coimbra, gabinete do interlocutor
Duração	75 minutos (15h20m - 16h35m)

Observações

Fazia muito calor nessa tarde em Coimbra. Quando cheguei ao edifício sede da ANMP, um edifício de valor arquitectónico, bonito, numa área residencial urbana, e feitas as apresentações, fui encaminhada para a sala de espera no rés-do-chão e aguardei cerca de 20m pela entrevistada. Tive o prazer de tomar um café e uma água. Subi ao gabinete do entrevistado quando fui chamada e numa mesa de apoio realizámos a entrevista.

Sentados lado a lado nuns sofás, a conversa foi-se estabelecendo com alguma informalidade. O interlocutor mostrou-se disponível e afável, pouco formal no discurso, reavaliando a história e o papel da ANMP. Introduzi pouca directividade na conversa, mas contextualizei, por vezes mais do que o habitual, as questões, de modo a perspectivar as representações políticas do interlocutor. Não houve nervosismos ou percalços ao longo da entrevista. Apenas algumas interrupções, devidas a telefonemas.

O entrevistado mostrou-se disponível para continuar, dentro do possível, com o projecto, e fez questão de consultar os resultados finais.

Saí satisfeita com a entrevista realizada, pronta a embarcar no Alfa, rumo ao Porto.

continua

continuação

Actor	Presidente da Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)
Data	06-10-2003
Local	Sede da APCNP, Porto, sala de reuniões
Duração	75 minutos (15h45m - 17h00m)

Observações

A entrevista decorreu dentro daquilo que esperava. Dirigi-me à sede da associação, em pleno centro do Porto, e numas instalações provisórias e pouco relacionadas com a área cultural (um apartamento num edifício antigo, poucos sinais de actividade associativa e cultural), conheci o interlocutor. Numa sala de reuniões, para a qual fui encaminhada pela secretária, e num frente a frente numa mesa de apoio, fiz as apresentações devidas e demos início à situação mais formal de entrevista. O interlocutor, habituado a estas situações, mostrou-se disponível e relativamente formal no contexto da interação. Foi apresentando a actividade local e regional da associação, e eu, com a directividade que me pareceu necessária, fui orientando os temas da conversa. Não havia propriamente apreensão ou desconforto de ambas as partes com a entrevista em si. Face aos contextos do poder local e dos actores políticos locais, os discursos e as representações verbalizadas nestas situações de entrevista revelavam-se ligeiramente diferentes.

O discurso foi marcado por algumas hesitações e por várias exemplificações. E a sociologia, como formação de base de ambos os interlocutores, estabeleceu uma informalidade mais acentuada no final da conversa.

Deixei as instalações, a pé, rumo à Faculdade, numa tarde portuense soalheira.

continua

continuação

Actor	Coordenadora da Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)
Data	18-02-2003
Local	Sede da ADETURN, Porto, sala de reuniões
Duração	55 minutos (10h45m - 11h40m)

Observações

Cheguei com 25m de atraso devido a problemas com a chuva e o trânsito da cidade do Porto. Procurei contactar a entrevistada telefonicamente mas a linha estava sistematicamente interrompida. Quando cheguei, fui encaminhada por um funcionário da ADETURN para a sala de reuniões onde já tivera, em 29 de Janeiro, a audiência de apresentação com a entrevistada. Aguardei cerca de 15m pela entrevistada, ocupada com uma chamada telefónica. A sala, situada num 4.º piso de um edifício voltado para a Praça D. João I, estava pouco iluminada, fria e despojada de artefactos alusivos ao turismo.

Ambas as interlocutoras já se conheciam mutuamente. Haviam sido colegas de licenciatura há cerca de 11 anos. O conhecimento prévio e a familiaridade recíproca, bem como a disponibilidade imediata da ADETURN para colaborar com o projecto em causa, tornaram desde logo a situação de entrevista pouco formal e constrangedora.

Quando a entrevistada entrou na sala de reuniões, foram apresentadas desculpas recíprocas. A coordenadora entregou o material que havia coligido sobre as questões do turismo, tal como fora combinado. Mostrou-se aprazível, simpática e receptiva à situação de entrevista, não se tendo manifestado incomodada nem com o gravador nem com a contingência da gravação.

A entrevista teve início num ambiente quase informal. Ambas as interlocutoras estavam descontraídas e disponíveis. No entanto, manifestei algumas reticências quanto ao modo discursivo como trataria a minha interlocutora, ou seja, que pronomes de tratamento usaria sempre que colocasse uma questão ou fizesse qualquer comentário na situação de entrevista. Após a primeira hesitação, e aguardando a postura que a própria entrevistada assumiria, optei por utilizar o pronome pessoal “tu”, transpondo para a situação de entrevista a familiaridade prévia que já existia entre as interlocutoras. Por seu turno, a entrevistada, sempre disponível e interessada quanto às questões do turismo, não revelou qualquer desconforto ou hesitação com o pronome de tratamento “tu” desde logo verbalizado.

Ao longo da entrevista, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de alguma directividade em momentos particulares da entrevista, nomeadamente nos últimos temas colocados, onde manifestei pontos de vista pessoais. Procurei que a entrevistada desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para a entrevistada, sentada ao meu lado direito. Manifestei sinais de assentimento ao longo da entrevista. Não reagi ao modo como a entrevistada justificou a oportunidade dos comentários feitos a propósito dos autarcas da Área Metropolitana do Porto. Comentários directos e transparentes que, do seu ponto de vista e atendendo às particularidades da entrevista (uma entrevista num contexto de investigação sociológica), poderiam ser verbalizados.

continua

continuação

Observações

O discurso da coordenadora foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com algumas hesitações e exclamações discursivas ou entoações enfáticas.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Apenas o barulho provindo da rua que perturbou ligeiramente a entrevista.

No fim da entrevista, trocámos algumas impressões sobre o universo profissional da sociologia.

Estava chuva e frio. O início de tarde avizinhava-se cinzento e húmido.

continua

continuação

Actor	Presidente da Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)
Data	06-08-2003
Local	Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Porto, sala do piso 0
Duração	55 minutos (16h05m - 17h00m)

Observações

Esperei pelo entrevistado cerca de 1h no *hall* de entrada da FLUP. Procurei contactar o entrevistado telefonicamente para a sede da APRIL e para o seu telemóvel.

Quando o entrevistado chegou, apresentou desculpas pelo atraso.

Tivemos uma conversa informal prévia em torno do projecto e da entrevista, pelos corredores, enquanto nos dirigíamos para o local da entrevista, e na própria sala.

Ambiente informal e descontraído. Houve uma proximidade discursiva e uma empatia crescente entre os interlocutores. O entrevistado denotou pouco nervosismo perante a situação de entrevista. Sentámo-nos na mesa do professor da sala de aula, frente a frente, com água e copos por companhia.

Fui pouco directiva ao longo da entrevista. O discurso do entrevistado foi fluente, pareceu-me familiarizado com este tipo de situações e questões. A situação de entrevista revelava-se diferente das realizadas a outros actores políticos: nos protagonistas, nos discursos e nos contextos e modalidades de informação, inclusive, entre os intervenientes, o entrevistado e eu.

Não houve interrupções ao longo da entrevista. Apenas o barulho provindo das obras que ocorriam no exterior da FLUP.

Fazia sol.

continua

continuação

Actor	Presidente da Cooperativa Nascente
Data	04-05-2004
Local	Sede da Cooperativa Nascente, Espinho, gabinete do interlocutor
Duração	65 minutos (16h10m - 17h15m)

Observações

Cheguei à hora indicada à Cooperativa e pouco tempo depois tive o prazer de conhecer o interlocutor. Feitas as apresentações, e após deambularmos pelo corredor da Cooperativa, alojámo-nos numa sala de trabalho e, num frente a frente circunstancial, iniciámos a conversa em torno da história e da actividade da associação. A simpatia e a disponibilidade do interlocutor foram desde logo evidentes. A situação de entrevista decorreu numa informalidade e troca de impressões. A experiência e a idade do interlocutor indiciavam histórias curiosas a propósito de Espinho e da actividade cultural de outros tempos. O gabinete transbordava de objectos, de papéis e de resquícios culturais. Os sinais do Cinanima por lá andavam e, de certo modo efusivamente, o entrevistado começou a desfiar as histórias locais e associativas.

A directividade da minha parte foi a necessária, e particularmente quando sentia necessidade de ouvir as opiniões do entrevistado face a posições políticas e opções estratégicas para o concelho. O entrevistado teve um discurso fluente, exemplificativo e, à distância de alguns anos face à actividade marcante da Cooperativa, implicado.

Os formalismos próprios dos contextos e discursos políticos de outras situações de entrevista, mais uma vez, se desvaneceram nestas abordagens. Outros discursos ideológicos, a reflectirem posicionamentos situados para além do poder local, configuraram-se. Acabámos a conversa num final de tarde soalheiro.

continua

continuação

Actor	Delegado Regional da Cultura do Norte
Data	27-01-2003
Local	Sede da Delegação Regional, Vila Real, gabinete do interlocutor
Duração	72 minutos (10h50m - 12h12m)

Observações

Esprei cerca de 10m no *hall* de entrada da Delegação. Por volta das 10h15m, a secretária conduziu-me ao gabinete do Delegado.

Os dois interlocutores já haviam tido uma primeira reunião de trabalho no Porto, na Faculdade de Letras, no dia 28 de Novembro de 2002, na qual não só os objectivos do trabalho foram apresentados como igualmente foi solicitada a devida colaboração ao Delegado Regional. O conhecimento prévio e a familiaridade recíproca, bem como a disponibilidade imediata da Delegação para colaborar com o projecto em causa, tornaram desde logo a situação de entrevista pouco formal e constrangedora.

Quando entrei no gabinete, deparei com o entrevistado de pé e pronto a conduzir-me para a mesa de apoio onde a entrevista foi realizada. Mostrou-se aprazível, simpático e receptivo ao trabalho proposto. Houve uma conversa informal prévia, de largos minutos, sobre a cidade de Vila Real e o périplo turístico realizado por mim, o Museu do Douro e a Delegação Regional da Cultura e a investigação propriamente dita, nomeadamente sobre os materiais e contactos solicitados antecipadamente ao Delegado. Apresentei ainda os principais temas da entrevista a serem discutidos.

Na sala ampla, confortável, pouco aquecida mas não por isso menos acolhedora, espalhavam-se dossiers e diversos artefactos de cultura.

A entrevista teve início num ambiente quase informal. Ambos os interlocutores estavam descontraídos e manifestamente disponíveis. O entrevistado revelou sempre uma necessidade de consubstanciar as respostas, recorrendo a dossiers e relatórios sobre as diversas áreas de actuação e disponibilizando-mos, em fotocópias. Mostrou-se sempre disponível e interessado ao longo de mais de 1h de conversa sobre as questões culturais.

Ao longo da entrevista, procurei ser pouco directiva, não me coibindo de assumir alguma directividade em momentos particulares da entrevista, nomeadamente nos últimos temas colocados, onde manifestei pontos de vista pessoais. Procurei que o entrevistado desenvolvesse o seu discurso sem muitas interrupções e evitei confrontar-me directamente com o guião disposto à minha frente. Procurei sempre olhar para o entrevistado, sentado ao meu lado direito. Manifestei alguns sinais de assentimento ao longo da entrevista.

O discurso do entrevistado, com uma certa acentuação local - interior norte - foi relativamente fluente, linear e objectivo. Com breves pausas entre palavras, frases e ideias; com várias hesitações e quase nenhuma exclamações discursivas ou entoações enfáticas, e um uso sistemático da conjunção “portanto”.

Houve quatro interrupções ao longo da entrevista, duas por pedido do entrevistado (atendimento de uma chamada de telemóvel e procura de dossiers alusivos ao Programa Operacional da Cultura) e outras duas por contingências da própria situação de entrevista (mudança de fita magnética).

continua

continuação

Observações

Quanto a estas duas últimas, o facto não perturbou o entrevistado que retomou linearmente o seu discurso após o reinício da gravação. No fim da entrevista, e depois de uma conversa sobre temas diversos, o Delegado protagonizou uma pequena visita guiada pelas instalações da Delegação, salientando aspectos de logística, de recursos humanos e financeiros como os principais constrangimentos do trabalho cultural da Delegação. Não havia barulhos no interior do edifício da Delegação. Era hora do almoço. Apenas ruídos provenientes da rua, nomeadamente do trânsito, que, ao longo da entrevista e em certos momentos particulares, perturbaram a entrevista. Estava pouco frio. O sol quente surpreendia os residentes em Vila Real.

continua

continuação

Actor	Assessor principal da Direcção Geral de Turismo (DGT)
Data	25-09-2003
Local	Sede da DGT, Lisboa, gabinete do interlocutor
Duração	75 minutos (10h45m - 12h00m)

Observações

Cheguei às instalações da DGT em Lisboa por volta das 10h30, tal como previamente marcado. Depois de ser atendida pela secretária, e de aguardar breves momentos numa sala, fui conduzida ao gabinete do interlocutor, relativamente pequeno, e num frente a frente numa mesa de apoio, gravámos a conversa. Antes houvera tempo para as apresentações iniciais e os esclarecimentos habituais, elementos que simultaneamente contextualizavam a situação de entrevista e permitiam aos interlocutores a definição mais ou menos formal dos seus papéis. O entrevistado, por demais familiarizado com estas circunstâncias de inquirição, desenvolveu um discurso fluente, objectivo, articulando a dimensão política e a dimensão técnica do trabalho da DGT. Sempre solícito e disponível para esclarecimentos, deu-me informações quanto à consulta da base de dados documentais e mostrou-se disponível para participar no projecto. Tendi a ser pouco directiva e a orientar a conversa sempre que necessário e no sentido dos temas globais do guião. Tentava viabilizar, à semelhança de entrevistas anteriores, as mesmas posturas metodológicas. Não senti propriamente embaraço ou apreensão com a situação de entrevista nem tão pouco com a proximidade institucional face ao poder central. O interlocutor, sem perder a formalidade circunstancial e a representação política que envergava, permitiu o suficiente ajustamento às situações de conversação e, nalguns momentos, entusiasmou-se com a abordagem dos temas. Não deixou, contudo, de ser uma abordagem próxima dos órgãos de poder.

A despedida foi circunstancial e a promessa de contacto posterior manteve-se.

Quando saí, num final de manhã de greve nos transportes lisboetas, deparei-me com o bulício acrescido da capital.

continua

continuação

Actor	Director de Promoção do ICEP Portugal
Data	24-09-2003
Local	Sede do ICEP, Lisboa, gabinete do interlocutor
Duração	45 minutos (14h45m - 15h30m)

Observações

Dirigi-me para o ICEP, um outro organismo no seio da capital. Após a chegada, e as apresentações, dirigi-me ao gabinete do entrevistado. Pouco tempo esperei até que a secretária me desse indicação para entrar. A relação cordial e informal estabeleceu-se rapidamente. Tive o prazer de tomar um café. Na mesa de apoio no gabinete, amplo e luminoso, montei o cenário para a gravação. O entrevistado, por demais familiarizado com circunstâncias de entrevista, e de certo modo acessível como representante institucional, sugeriu uma conversa que, aos poucos e poucos, se tornou objectiva e informal. As opiniões trocadas a dado momento entre ambas as partes posicionaram-me na entrevista de uma forma mais interventiva e opinativa. Ainda que com tempo limitado para a entrevista, o interlocutor mostrou-se acessível, interessado, de discurso fluente e exemplificativo. A proximidade com o poder central, mais uma vez, se fazia sentir, atendendo a que estava perante um tipo de interlocutor que era representante institucional destacado da administração pública.

As circunstâncias da entrevista foram adequadas e a estruturação das perguntas nalguns momentos foi uma opção assumida por mim. A proximidade pessoal estabeleceu-se mas sem perda de objectividade de ambas as partes. Os papéis foram assumidos, conscientemente, pelas partes envolvidas. Quando terminámos a conversa, e depois de uma troca de impressões *off-record* mais informal a propósito do projecto, do turismo cultural e da Área Metropolitana do Porto e da Região Norte, manifestou interesse em prosseguir a colaboração com o projecto.

Saí com a convicção de que mais uma vez estivera próxima de representantes das instâncias políticas e administrativas responsáveis pela viabilização das políticas culturais e turísticas e, como tal, considerava gratificante a minha deslocação a Lisboa. Enquanto caminhava rumo à estação de metro, e numa tarde quente de Lisboa, apercebia-me da centralização dos serviços e das instâncias de poder em Lisboa e de como a investigação em torno de algumas questões se ressentia desse distanciamento face aos centros de decisão nacional e regional.

continua

continuação

Actor	Director Executivo do Porto Convention & Visitors Bureau
Data	29-09-2003
Local	Sede do Porto Convention, Porto, sala de reuniões
Duração	45 minutos (15h05m - 15h50m)

Observações

Numa tarde soalheira, junto à ribeira portuense, e depois de procurar a sede da associação, curiosamente situada nas assoalhadas de um edifício residencial sobranceiro ao rio, aguardei que me abrissem a porta. Esperei cerca de 40m. Quando o interlocutor chegou, e depois de feitas as apresentações, iniciámos a entrevista numa sala de reuniões. O ambiente foi formal desde o início até ao fim. A pouco e pouco, e dadas as informações fornecidas pelo interlocutor, o trabalho da associação foi-se tornando mais claro e objectivo. A proximidade com o poder local e a ligação estreita com o turismo de negócios marcaram o discurso do entrevistado. Fluente, objectivo, mais técnico. A minha directividade surgia sempre que o rumo da entrevista o exigia. Continuava a manter como pressuposto de partida a menor estruturação possível da situação de entrevista. O interlocutor reiterou a disponibilidade para participar no projecto e concedeu-me os materiais de divulgação (o marketing institucional da associação).

Voltei à rua com a noção de que tivera mais um testemunho sobre o Porto e a Região Norte. O dia mantinha-se soalheiro e convidativo. As situações de entrevista e os guiões haviam-se tornado por demais familiares por um efeito directo das entrevistas já realizadas. Tanto me asseguravam confiança e controlo do guião como me podiam enviesar na condução dos tempos e temas das conversas com os novos actores institucionais.

continua

continuação

Actor	Presidente da PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional
Data	09-05-2003
Local	Santa Casa da Misericórdia da Maia, gabinete do interlocutor
Duração	55 minutos (11h35m - 12h30m)

Observações

Houve alteração do local de realização de entrevista. Esperei cerca de 1h na sala de reuniões. O espaço era amplo, com relativo conforto, com janelas viradas para a rua principal, com algumas plantas e artefactos próprios das aptidões/competências da instituição.

O atendimento foi cordial, simpático e solícito.

Houve uma conversa informal prévia entre os interlocutores para apresentação do projecto, encadeada entretanto com o início formal da gravação, com a anuência do entrevistado.

Estávamos calmos, com uma recíproca simpatia criada, e com uma disponibilidade do entrevistado para a situação de entrevista. Inicialmente, atrasado e disposto apenas a 30m de conversa, acabou por se predispor para quase o dobro.

Mostrou-se inquieto, sorridente, pouco formal na postura e no modo como se me dirigiu.

Sentámo-nos num frente a frente, que por uma vez foi interrompido - o entrevistador abandonou a sala - devido ao atendimento do telemóvel. Houve outras interrupções telefónicas durante a conversa.

Fui pouco directiva ao longo da entrevista, com partilha constante de opiniões. Os contextos de interacção revelavam-se mais próximos e menos formais do que os tidos nas autarquias, com os actores do poder local.

Mantivemos no final uma conversa informal de aproximadamente 15m sobre cultura e a Área Metropolitana do Porto.

Quando saí, fazia sol.

-

Anexo 3V

Fontes documentais primárias e secundárias previstas no trabalho de terreno junto das câmaras municipais

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
<ul style="list-style-type: none">▶ Planos de actividades e orçamentos entre 1980 e 2001.▶ Relatórios de actividades e contas da gerência entre 1980 e 2001.▶ Actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal entre 1980 e 2001.▶ Organogramas da autarquia entre 1976 e 2001.	<ul style="list-style-type: none">▶ Programas políticos das listas/partidos eleitos para a Câmara entre 1976 e 2001 (programas políticos de campanha e/ou programas políticos do Executivo eleito).▶ Eleitos locais para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal entre 1976 e 2001.▶ Listagem dos presidentes de câmara e dos vereadores da cultura, do desporto e do turismo entre 1976 e 2001.▶ Agendas culturais municipais publicadas entre 1980 e 2001.▶ Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do concelho entre 1980 e 2001.▶ Listagem das associações culturais e desportivas do concelho em 2002.▶ Listagem dos equipamentos culturais e desportivos do concelho em 2002.▶ Listagem dos eventos culturais e desportivos municipais em 2002.▶ Resenha de imprensa realizada pela autarquia entre 1980 e 2001.▶ Monografias sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural, desportiva e turística.▶ Representação cartográfica do concelho e das freguesias.▶ Outros documentos disponíveis.

Anexo 3W

Critérios de escolha dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP a serem objecto de registos de observação

Eventos culturais	Eventos desportivos
<ul style="list-style-type: none">▪ de cariz cultural (natureza e tipos de actividades e bens).▪ com uma projecção nacional e/ou internacional.▪ com uma periodicidade anual/bianual.▪ com organização (total/parcial), apoio (financeiro/não financeiro) e/ou colaboração (total/parcial) da autarquia.▪ com uma oferta caracterizada pela especificidade dos bens culturais.▪ com uma procura caracterizada pela maior ou menor segmentação dos públicos.▪ com potencialidades turísticas para o concelho.	<ul style="list-style-type: none">▪ de cariz desportivo (natureza e tipos de actividades e bens).▪ com uma projecção nacional e/ou internacional.▪ com uma periodicidade anual/bianual.▪ com organização (total/parcial), apoio (financeiro/não financeiro) e/ou colaboração (total/parcial) da autarquia.▪ com uma oferta caracterizada pela especificidade dos bens desportivos.▪ com uma procura caracterizada pela maior ou menor segmentação dos públicos.▪ com potencialidades turísticas para o concelho.

Anexo 3X

Categorias de observação previstas para os registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP

Categorias de observação

I. Espaços físicos

1. Identificação e descrição do equipamento social escolhido para a realização do evento
2. Levantamento dos elementos criados/valorizados no equipamento em função das características do evento
 - a) elementos decorativos
 - b) elementos informativos
 - c) elementos formativos
 - d) elementos lúdicos
 - e) elementos simbólicos
3. Levantamento dos espaços interiores e exteriores do equipamento utilizados para a realização do evento
 - a) identificação (tipos e valências culturais/desportivas)
 - b) caracterização (recursos, funções, actividades/bens, públicos)

II. Espaços de sociabilidades

1. Usos dos espaços pelos públicos
2. Modos de interacção dos públicos nos diferentes espaços
3. Usos dos espaços pelos elementos da organização do evento
4. Modos de interacção entre a organização do evento e os públicos
5. Usos dos espaços pelos actores do poder local e pelos actores culturais (quando presentes no local do evento)

III. Objecto cultural/desportivo

1. Identificação e descrição do evento a partir da informação recolhida no local
2. Historial breve do evento a partir da informação recolhida no local
3. Características do evento
 - a) tipo
 - b) partes/momentos que o compõem
 - c) conteúdos temáticos e formais
 - d) duração total
 - e) participantes

continua

Categorias de observação

4. Material de suporte à recepção do evento

- a) folhetos/prospectos
- b) brochuras/monografias
- c) cartazes/autocolantes/estandartes
- d) material digital/áudio/visual
- e) *site* do evento disponibilizado no local

5. Organização do evento

- a) descrição e caracterização da equipa responsável
- b) recursos disponíveis
- c) modos de funcionamento do evento
- d) modos de relação com os órgãos de comunicação social
- e) modos de relação com os actores do poder local e actores culturais (quando presentes no local do evento)
- f) modos de relação com os públicos nos diferentes espaços e momentos/partes que compõem o evento

IV. Públicos

1. Descrição

2. Caracterização

- a) segmentação *versus* homogeneização
 - b) grupos etários e sexo
 - c) práticas de ida
 - d) modos de estar no evento
 - e) modos de recepção do evento nas suas diferentes partes/momentos
-

Anexo 3Y

Grelha matriz para as notas de campo (registos de observação dos eventos culturais e desportivos dos concelhos da AMP)

Notas de campo

N.º: _____
Data: _____
Observador: _____
Concelho: _____
Local: _____
Evento: _____

Equipamento cultural/desportivo: _____

Intervenientes: _____

Situação em observação: _____

Início: _____
Fim: _____

Comentários do observador:

_____ [registo]

CO:

_____ [registo]

[Pretende-se elaborar notas de campo, de cariz observacional, a partir de um conjunto de indicadores previamente definidos. As notas serão redigidas em parágrafos autónomos consoante os elementos a serem observados. Na margem esquerda do texto mantém-se um determinado espaço para posteriores anotações de codificação e análise. Poderão ser intercaladas com Comentários do Observador (CO) que são reflexões do investigador sobre aspectos teóricos e metodológicos do trabalho e inerentes ao próprio registo observacional; conflitos e dilemas éticos quanto à situação de observação; pontos de vista do observador sobre os actores e as situações observadas e elementos de clarificação do que é anotado.]

Anexo 4A

Número de municípios e freguesias e área (km²), 2005

	N.º de Municípios	N.º de Freguesias	Área (km²)
Total Continente	278	4050	88 966,7
Total Regiões Autónomas	30	209	3123
Total Nacional	308	4259	92 089,7
Total Região Norte	86	2028	21 285,8
Total GAMP	14	214	1575

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 Regiões)*

Anexo 4B

Grandes Áreas Metropolitanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA)	Águeda	49 691	23-04-2004	14-07-2004 DR n.º 164
	Albergaria-a-Velha	25 497		
	Aveiro	73 626		
	Estarreja	28 279		
	Ílhavo	39 247		
	Murtosa	9 657		
	Oliveira de Azeméis	71 243		
	Oliveira do Bairro	22 365		
	Ovar	56 715		
	Sever do Vouga	12 940		
	Vagos	23 205		
	Vale de Cambra	24 761		
Total	12	437 226		
Grande Área Metropolitana do Algarve (GAMAL)	Albufeira	35 281	29-03-2004	29-04-2004 DR n.º 101
	Alcoutim	3 411		
	Aljezur	5 322		
	Castro Marim	6 495		
	Faro	58 305		
	Lagoa	22 658		
	Lagos	27 041		
	Loulé	62 295		
	Monchique	6 441		
	Olhão	42 272		
	Portimão	47 189		
	São Brás de Alportel	11 205		
	Silves	34 909		
	Tavira	25 105		
	Vila do Bispo	5 381		
Vila Real de Santo António	18 158			
Total	16	411 468		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC)	Cantanhede	38 590	29-03-2004	17-06-2004 DR n.º 141
	Coimbra	142 408		
	Condeixa-a-Nova	16 459		
	Figueira da Foz	63 144		
	Góis	4 606		
	Lousã	17 252		
	Mealhada	21 500		
	Mira	13 146		
	Miranda do Corvo	13 400		
	Montemor-o-Velho	25 084		
	Mortágua	10 365		
	Penacova	16 850		
	Penela	6 421		
	Soure	20 695		
Tábua	12 452			
Vila Nova de Poiares	7 291			
Total	16	429 663		
Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)	Alcochete	14 966	17-06-2004	05-07-2004 DR n.º 156
	Almada	165 363		
	Amadora	176 239		
	Barreiro	78 992		
	Cascais	181 444		
	Lisboa	529 485		
	Loures	199 231		
	Mafra	62 009		
	Moita	70 226		
	Montijo	40 466		
	Odivelas	143 995		
	Oeiras	168 475		
	Palmela	58 222		
	Seixal	164 715		
	Sesimbra	44 046		
Setúbal	120 117			
Sintra	409 482			
Vila Franca de Xira	133 224			
Total	18	2 760 697		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana do Minho (GAMM)	Amares	19 290	30-03-2004	18-07-2005 DR n.º 135
	Barcelos	123 831		
	Braga	170 858		
	Cabeceiras de Basto	17 775		
	Fafe	53 528		
	Guimarães	161 876		
	Póvoa de Lanhoso	23 657		
	Terras de Bouro	7 955		
	Vieira do Minho	14 474		
	Vila Nova de Famalicão	131 690		
	Vila Verde	48 122		
Vizela	23 528			
Total	12	796 584		
Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP) ^{b)}	Espinho	31 703	06-07-2004	30-07-2004 DR n.º 178
	Gondomar	169 239		
	Maia	130 254		
	Matosinhos	168 451		
	Porto	238 954		
	Póvoa de Varzim	65 452		
	Valongo	91 274		
	Vila do Conde	75 981		
	Vila Nova de Gaia	300 868		
Total	9	1 272 176		
Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS)	Aguiar da Beira	6 270	18-09-2004	11-11-2004 DR n.º 265
	Carregal do Sal	10 555		
	Castro Daire	16 846		
	Fornos de Algodres	5 435		
	Gouveia	15 792		
	Mangualde	21 158		
	Moimenta da Beira	11 053		
	Nelas	14 504		
	Oliveira de Frades	10 597		
	Penalva do Castelo	8 768		
	Penedono	3 378		
	Santa Comba Dão	12 393		
	São Pedro do Sul	19 215		
Sátão	13 419			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Grande Área Metropolitana de Viseu (GAMVIS)	Seia	27 574	18-09-2004	11-11-2004 DR n.º 265
	Sernancelhe	6 150		
	Tarouca	8 303		
	Tondela	31 026		
	Vila Nova de Paiva	6 319		
	Viseu	96 810		
	Vouzela	11 807		
Total	21	357 372		
Total nacional	104	6 465 186		

Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} À data a que reportam os dados, a GAMP não integra ainda os 5 novos concelhos: Arouca, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira e Trofa.

Anexo 4C

Comunidades Urbanas: denominação, municípios associados, número de habitantes, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Área Metropolitana de Leiria (AMLEI)	Alvaiázere	8 112	31-03-2004	14-07-2004 DR n.º 164
	Ansião	13 673		
	Batalha	15 542		
	Leiria	124 701		
	Marinha Grande	38 030		
	Ourém	49 269		
	Pombal	58 617		
	Porto de Mós	24 775		
Total	8	332 719		
Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT)	Almeirim	22 617	29-03-2004	24-04-2004 DR n.º 97
	Alpiarça	8 198		
	Azambuja	21 508		
	Benavente	25 837		
	Cartaxo	24 465		
	Chamusca	11 313		
	Coruche	20 629		
	Golegã	5 629		
	Rio Maior	21 621		
	Salvaterra de Magos	20 908		
	Santarém	64 124		
Total	11	246 849		
Comunidade Urbana das Beiras (COMURBEIRAS)	Almeida	7 784	30-06-2004	24-08-2004 DR n.º 199
	Belmonte	7 662		
	Celorico da Beira	8 752		
	Covilhã	53 501		
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884		
	Guarda	44 149		
	Manteigas	3 900		
	Meda	6 000		
	Penamacor	6 160		
	Pinhel	10 436		
	Sabugal	14 222		
	Trancoso	10 639		
Total	12	180 089		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Urbana de Trás-os-Montes	Alfândega da Fé	5 688	09-06-2004	02-08-2004 DR n.º 180
	Boticas	6 116		
	Bragança	34 774		
	Chaves	44 186		
	Freixo de Espada à Cinta	4 014		
	Macedo de Cavaleiros	17 210		
	Miranda do Douro	7 707		
	Mirandela	25 780		
	Mogadouro	10 792		
	Montalegre	12 150		
	Ribeira de Pena	7 251		
	Valpaços	19 154		
	Vila Flor	7 737		
	Vila Pouca de Aguiar	15 100		
Vimioso	5 105			
Vinhais	10 051			
Total	16	232 815		
Comunidade Urbana do Douro	Alijó	13 942	29-06-2004	30-07-2004 DR n.º 178
	Armamar	7 318		
	Carrazeda de Ansiães	7 220		
	Lamego	27 054		
	Mesão Frio	4 652		
	Murça	6 476		
	Peso da Régua	17 987		
	Sabrosa	6 835		
	Santa Marta de Penaguião	8 400		
	São João da Pesqueira	8 367		
	Tabuaço	6 501		
	Torre de Moncorvo	9 408		
	Vila Nova de Foz Côa	8 249		
	Vila Real	50 499		
Total	14	182 908		
Comunidade Urbana do Médio Tejo (CUMT)	Abrantes	41 326	25-03-2004	11-05-2004 DR n.º 110
	Alcanena	14 763		
	Constância	3 796		
	Entroncamento	20 065		
	Ferreira do Zêzere	9 345		
	Mação	7 763		
	Sardoal	3 992		
	Tomar	42 983		
	Torres Novas	37 155		
	Vila de Rei	3 242		
	Vila Nova da Barquinha	7 878	25-03-2004	11-05-2004
Total	11	192 308		

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Urbana do Oeste (CUO)	Alcobaça	55 269	29-03-2004	27-04-2004 DR n.º 99
	Alenquer	42 932		
	Arruda dos Vinhos	11 210		
	Bombarral	13 712		
	Cadaval	14 385		
	Caldas da Rainha	51 403		
	Lourinhã	24 601		
	Óbidos	11 187		
	Peniche	28 164		
	Sobral de Monte Agraço	9 789		
Torres Vedras	75 494			
Total	11	338 146		
Comunidade Urbana do Tâmega (ComUrbTâmega)	Amarante	61 029	15-08-2004	07-10-2004 DR n.º 236
	Baião	21 564		
	Celorico de Basto	20 128		
	Marco de Canaveses	53 961		
	Mondim de Basto	8 470		
Total	5	165 152		
Comunidade Urbana do Vale do Sousa (CUVS)	Castelo de Paiva	17 089	08-03-2004	01-04-2004 DR n.º 78
	Felgueiras	58 553		
	Lousada	46 322		
	Paços de Ferreira	54 801		
	Paredes	85 428		
	Penafiel	72 095		
Total	6	334 288		
Comunidade Urbana VALE-E-MAR (VALIMAR)	Arcos de Valdevez	24 635	11-03-2004	25-06-2004 DR n.º 148
	Caminha	16 926		
	Esposende	34 625		
	Ponte da Barca	13 026		
	Ponte de Lima	44 609		
	Viana do Castelo	90 654		
Total	6	224 475		
Total nacional	100	2 429 749		

Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} A adesão do município de Vila de Rei à Comunidade Urbana do Médio Tejo não foi objecto de escritura pública, correspondendo a data de publicação no Diário da República, III Série, a um Aviso que a publicita.

Anexo 4D

Comunidades Intermunicipais de Fins Gerais: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{a)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Comunidade Intermunicipal do Pinhal (CIP)	Arganil	13 187	Articulação de investimentos, coordenação de actuações quanto a infraestruturas, planeamento e gestão de actividades.	24-02-2005	13-04-2005 DR n.º 72
	Castanheira de Pera	3 464			
	Figueiró dos Vinhos	7 080			
	Oliveira do Hospital	21 901			
	Pampilhosa da Serra	4 756			
	Pedrógão Grande	4 262			
	Sertão	16 208			
Total	7	70 858			
Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT)	Melgaço	9 739	Defesa do Rio Minho e da sua bacia hidrográfica.	20-01-2004	10-03-2004 DR n.º 59
	Monção	19 842			
	Paredes de Coura	9 409			
	Valença	14 284			
	Vila Nova de Cerveira	8 813			
Total	5	62 087			
Total nacional	12	132 945			

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

Anexo 4E

Associações Municipais de Fins Específicos: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005 ^{a)}

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA)	Alcácer do Sal	13 624	Planeamento, gestão de equipamentos e realização de investimentos quanto à limpeza pública e resíduos sólidos.	24-05-2005	04-01-2005
	Aljustrel	9 940			
	Ferreira do Alentejo	8 505			
	Grândola	14 454			
	Odemira	25 738			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Sines	13 613			
	Total	7			
Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB)	Almeida	7 784	Prosecução de acções nos domínios da formação profissional, ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, planeamento, gestão estratégica económica, social e territorial.	30-09-2004	12-11-2004
	Belmonte	7 662			
	Celorico da Beira	8 752			
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884			
	Fornos de Algodres	5 435			
	Fundão	31 297			
	Guarda	44 149			
	Manteigas	3 900			
	Meda	6 000			
	Penamacor	6 160			
	Pinhel	10 436			
	Sabugal	14 222			
	Trancoso	10 639			
Total	13	163 320			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Lajes do Pico	4 840	Instalação e gestão de sistemas de depósito e tratamento de resíduos sólidos.	06-05-2004	27-05-2005
	Madalena	6 184			
	São Roque do Pico	3 705			
Total	3	14 729			
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira (AMRAM)	Calheta	11 856	Promoção, representação e valorização na Região Autónoma da Madeira dos interesses autárquicos que não sejam, por lei ou por natureza, de exercício local exclusivo.	07-08-1985	07-11-1985
	Câmara de Lobos	35 150			
	Funchal	100 847			
	Machico	21 321			
	Ponta do Sol	8 189			
	Porto Moniz	2 762			
	Porto Santo	4 388			
	Ribeira Brava	12 523			
	Santa Cruz	32 696			
	Santana	8 491			
	São Vicente	6 063			
Total	11	244 286			
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Angra do Heroísmo	35 103	Promoção, representação, valorização e realização de quaisquer interesses compreendidos nas atribuições dos municípios seus associados, que não sejam, por lei ou por natureza, de exercício local exclusivo daqueles.	09-01-2001	20-02-2001 ^{e)}
	Calheta (São Jorge)	3 972			
	Corvo	451			
	Horta	15 224			
	Lagoa (Açores)	14 698			
	Lajes das Flores	1 491			
	Lajes do Pico	4 840			
	Madalena	6 184			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) b)	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Nordeste	5 254			
	Ponta Delgada	64 516			
	Povoação	6 696			
	Praia da Vitória	20 342			
	Ribeira Grande	29 318			
	Santa Cruz da Graciosa	4 777			
	Santa Cruz das Flores	2 500			
	São Roque do Pico	3 705			
	Velas	5 585			
	Vila do Porto	5 511			
	Vila Franca do Campo	11 039			
Total	19	241 206			
Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga (AMC-V)	Águeda	49 691	Promoção, realização e unificação da exploração do serviço público de abastecimento de água e execução das respectivas obras nas áreas dos concelhos associados.	10-05-2005	01-07-2005
	Albergaria-a-Velha	25 497			
	Aveiro	73 626			
	Estarreja	28 279			
	Ílhavo	39 247			
	Murtosa	9 657			
Total	6	225 997			
Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)	Alcácer do Sal	13 624	Coordenação e promoção de estudos, projectos e/ou acções nos seguintes domínios: cultura e património, ambiente e recursos naturais;	21-12-2005	31-01-2006
	Alcochete	14 966			
	Almada	165 363			
	Barreiro	78 992			
	Grândola	14 454			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)	Moita	70 226	sociedade de informação de Setúbal – península digital, formação e modernização administrativa e acessibilidade e mobilidade dos cidadãos.		
	Montijo	40 466			
	Palmela	58 222			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Seixal	164 715			
	Sesimbra	44 046			
	Setúbal	120 117			
	Sines	13 613			
Total	13	829 007			
Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (TERRA FRIA)	Bragança	34 774	Promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios associados.	28-06-2005	11-05-2006
	Miranda do Douro	7 707			
	Vimioso	5 105			
	Vinhais	10 051			
	Total	4			
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT)	Alfândega da Fé	5 688	Promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios associados.	14-07-2004	01-10-2004 DR n.º 232
	Carrazeda de Ansiães	7 220			
	Macedo de Cavaleiros	17 210			
	Mirandela	25 780			
	Vila Flor	7 737			
Total	5	63 635			
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM)	Arouca	24 019	Planeamento, elaboração de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades relacionadas com a articulação dos investimentos	10-05-2004	28-06-2004 DR n.º 150
	Oliveira de Azeméis	71 243			
	Santa Maria da Feira	142 295			
	São João da Madeira	21 538			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM)	Vale de Cambra	24 761	municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central em diversas áreas de actuação municipal (saneamento básico, saúde, educação, ambiente, protecção civil, etc.).		
Total	5	283 856			
Associação de Municípios das Terras do Vouga e Caramulo (AMTVC)	Aveiro	73 626	Desenvolvimento turístico local e regional.	29-10-2004	d)
	Oliveira de Frades	10 597			
	Tondela	31 026			
	Vouzela	11 807			
Total	4	127 056			
Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para tratamento de resíduos sólidos (AMTRES)	Cascais	181 444	Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos produzidos na área dos municípios associados.	18-07-2005	14-10-2005
	Mafra	62 009			
	Oeiras	168 475			
	Sintra	409 482			
Total	4	821 410			
Associação de Municípios de Enxóe (AME)	Mértola	7 996	Projeção, implementação e gestão do sistema integrado de abastecimento de água e da rede de estradas e caminhos municipais e intermunicipais.	20-05-2002	25-06-2002 DR n.º 144
	Serpa	16 072			
Total	2	24 068			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago - Alqueva (ATTGLA)	Alandroal	6 293	Aproveitamento das potencialidades dos regolfos de Alqueva e Pedrogão, gestão de equipamentos e serviços, desenvolvimento de projectos e acções no âmbito do financiamento comunitário de apoio ao desenvolvimento regional e transfronteiriço e promoção de acções de informação e divulgação, especialmente do turismo.	13-05-2005	12-10-2005
	Moura	16 411			
	Mourão	3 348			
	Portel	7 078			
	Reguengos de Monsaraz	11 460			
	Serpa	16 072			
	Vidigueira	6 019			
Total	7	66 681			
Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVCOA)	Freixo de Espada à Cinta	4 014	Promoção da cooperação, colaboração e desenvolvimento em toda a área do agrupamento do Vale do Côa.	27-09-2006	
	Torre de Moncorvo	9 408			
	Almeida	7 784			
	Figueira de Castelo Rodrigo	6 884			
	Meda	6 000			
	Pinhel	10 436			
	Sabugal	14 222			
	Trancoso	10 639			
	Vila Nova de Foz Côa	8 249			
Total	9	77 636			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça (AMVCD)	Lousã	17 252	Elaboração de um Plano Director Municipal e sua implementação.	11-08-2004	14-09-2004
	Miranda do Corvo	13 400			
	Penela	6 421			
	Vila Nova de Poiares	7 291			
Total	4	44 364			
Associação de Municípios do Alto Alentejo para o Ambiente (AMAMB)	Arraiolos	7 382	Promoção de estudos e acções, elaboração e gestão de projectos e planos comuns nos domínios do abastecimento público de água, tratamento de águas residuais e da defesa do ambiente.	10-10-2003	23-01-2006
	Estremoz	15 064			
	Montemor-o-Novo	18 540			
	Mora	5 470			
	Vendas Novas	11 957			
Total	5	58 413			
Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT)	Boticas	6 116	Planeamento, programação, elaboração de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades de carácter intermunicipal.	11-10-2004	18-11-2004
	Chaves	44 186			
	Montalegre	12 150			
	Ribeira de Pena	7 251			
	Valpaços	19 154			
	Vila Pouca de Aguiar	15 100			
Total	6	103 957			
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL)	Alcácer do Sal	13 624	Acções nos domínios do desenvolvimento económico, ambiente, ensino e formação, sociedade de informação e cultura.	03-03-2005	18-04-2005
	Aljustrel	9 940			
	Almodôvar	7 650			
	Alvito	2 708			
	Barrancos	1 825			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAAL)	Beja	34 970			
	Castro Verde	7 702			
	Cuba	4 775			
	Ferreira do Alentejo	8 505			
	Grândola	14 454			
	Mértola	7 996			
	Moura	16 411			
	Odemira	25 738			
	Ourique	5 842			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Serpa	16 072			
Sines	13 613				
Vidigueira	6 019				
Total	18	228 047			
Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE)	Alandroal	6 293	Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal. Coordenação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central nas seguintes áreas: saneamento básico, saúde, educação, ambiente, protecção civil, acessibilidades, equipamentos de utilização colectiva, turismo, desporto, planeamento e	23-06-2005	
	Arraiolos	7 382			
	Borba	7 545			
	Estremoz	15 064			
	Évora	55 619			
	Montemor-o-Novo	18 540			
	Mora	5 470			
	Mourão	3 348			
	Portel	7 078			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE)	Redondo	6 990	gestão estratégica, económica e social, gestão territorial.		
	Vendas Novas	11 957			
	Viana do Alentejo	5 639			
	Vila Viçosa	8 745			
Total	13	159 670			
Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS)	Freixo de Espada à Cinta	4 014	Promoção da cooperação, colaboração e desenvolvimento em toda a área do agrupamento do Vale do Douro Superior.	13-05-2004	15-06-2004
	Mogadouro	10 792			
	Torre de Moncorvo	9 408			
	Vila Nova de Foz Côa	8 249			
Total	4	32 463			
Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA)	Alcácer do Sal	13 624	Apoio técnico ao desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios integrantes, em domínios como a protecção civil, abastecimento de água, elaboração e acompanhamento dos planos intermunicipais de desenvolvimento regional e do ordenamento do território, etc.	24-05-2004	04-01-2005
	Grândola	14 454			
	Odemira	25 738			
	Santiago do Cacém	30 203			
	Sines	13 613			
Total	5	97 632			
Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA)	Alter do Chão	3 666	Promoção de projectos e actividades relacionadas com planos e programas integrados de desenvolvimento e contratos-programa respeitantes a vários municípios.	03-06-1992	24-07-1992
	Arronches	3 278			
	Avis	5 054			
	Campo Maior	8 359			
	Castelo de Vide	3 780			
Crato		3 995			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República	
Associação de Municípios do Norte Alentejano (AMNA)	Elvas	22 691				
	Fronteira	3 422				
	Gavião	4 453				
	Marvão	3 739				
	Monforte	3 241				
	Nisa	8 047				
	Ponte de Sor	17 593				
	Portalegre	24 756				
	Sousel	5 579				
	Total	15				121 653
Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)	Fafe	53 528	Apoio, coordenação, gestão e concretização de iniciativas inseridas no âmbito das seguintes actividades: tratamento automático da informação, programação financeira e organização administrativa, planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos, saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e protecção do ambiente, desenvolvimento sócio-cultural e económico, obras intermunicipais, representação colectiva dos municípios.	28-03-2000	31-05-2000	
	Guimarães	161 876				
	Póvoa de Lanhoso	23 657				
	Vieira do Minho	14 474				
	Vila Nova de Famalicão	131 690				
	Póvoa de Varzim	65 452				
	Santo Tirso	71 623				
	Vila do Conde	75 981				
	Total	8				598 281

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Vale do Cávado (AMVC)	Amares	19 290	Apoio, coordenação, gestão e concretização de iniciativas inseridas no âmbito das seguintes actividades: tratamento automático da informação, programação financeira e organização administrativa, planeamento territorial, política de habitação e de transportes públicos, saneamento básico, abastecimento de água, tratamento de lixo e protecção do ambiente, desenvolvimento sócio-cultural e económico, obras intermunicipais, representação colectiva dos municípios.	19-02-2003	d)
	Barcelos	123 831			
	Braga	170 858			
	Esposende	34 625			
	Montalegre	12 150			
	Póvoa de Lanhoso	23 657			
	Terras de Bouro	7 955			
	Vieira do Minho	14 474			
	Vila Verde	48 122			
	Total	9			
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN)	Alijó	13 942	Planeamento, programação, aprovação de projectos, financiamento, execução, gestão e manutenção de actividades relacionadas com: tratamento e aproveitamento final dos lixos entregues pelos municípios associados, planeamento territorial, obras e melhoramentos intermunicipais, protecção do ambiente e qualidade de vida, tratamento e processamento de dados.	25-10-1990	05-12-1990
	Mesão Frio	4 652			
	Murça	6 476			
	Peso da Régua	17 987			
	Sabrosa	6 835			
	Santa Marta de Penaguião	8 400			
	Vila Real	50 499			
	Total	7			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Vale do Douro Sul (AMVDS)	Armamar	7 318	Execução do sistema integrado de resíduos sólidos urbanos, execução de trabalhos de cartografia, interlocução dos interesses dos municípios associados junto da administração central e União Europeia, gestão de financiamentos nacionais e comunitários, elaboração e execução de planos de desenvolvimento regional, colaboração com agentes económicos, sociais, culturais e institucionais da região.	24-02-1997	09-05-1997
	Cinfães	21 318			
	Lamego	27 054			
	Moimenta da Beira	11 053			
	Penedono	3 378			
	Resende	11 978			
	São João da Pesqueira	8 367			
	Sernancelhe	6 150			
	Tabuaço	6 501			
	Tarouca	8 303			
Total	10	111 420			
Associação de Municípios Natureza e Tejo (AMNT)	Castelo Branco	55 034	Promoção e valorização turísticas dos municípios.	20-10-2003	28-11-2003
	Idanha-a-Nova	10 929			
	Nisa	8 047			
	Oleiros	6 212			
	Proença-a-Nova	9 267			
	Vila Velha de Ródão	3 802			
Total	6	93 291			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Terras do Infante - Associação de Municípios (TIAM)	Aljezur	5 322	Promoção e defesa da subregião, afirmação no contexto regional, nacional e internacional, valorizando as suas características próprias e únicas, conferindo maior escala a projectos e iniciativas de interesse comum, ou complementar, para melhoria permanente do bem-estar e qualidade de vida, constituindo factor de desenvolvimento económico.	28-09-2004	26-11-2004
	Lagos	27 041			
	Vila do Bispo	5 381			
Total	3	37 744			
Associação Intermunicipal Alo-Digital (AIAD)	Amadora	176 239	Definição e operacionalização do projecto ALO-DIGITAL.	04-07-2004	29-07-2004
	Loures	199 231			
	Odivelas	143 995			
	Vila Franca de Xira	133 224			
Total	4	652 689			
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Lagoa (Açores)	14 698	Instalação e gestão de sistemas de depósito e tratamento de resíduos sólidos.	24-06-1992	16-09-2002
	Ponta Delgada	64 516			
	Povoação	6 696			
	Ribeira Grande	29 318			
Total	5	126 267			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Baixo Tâmega (AMBT)	Amarante	61 029	Realização de atribuições e exercício das competências dos municípios associados relativos a projectos ou interesses de incidência intermunicipal.	17-05-2000	15-06-2000
	Baião	21 564			
	Cabeceiras de Basto	17 775			
	Celorico de Basto	20 128			
	Marco de Canaveses	53 961			
	Mondim de Basto	8 470			
Total	6	182 927			
Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT)	Abrantes	41 326	Promoção de estudos, elaboração e gestão de projectos e planos comuns nos domínios da cultura, do ensino, da informação, da saúde, da segurança social, do urbanismo, da defesa do meio ambiente, da protecção civil e das infraestruturas, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações dos municípios associados.	07-01-1988	06-04-1988
	Alcanena	14 763			
	Constância	3 796			
	Entroncamento	20 065			
	Ferreira do Zêzere	9 345			
	Gavião	4 453			
	Golegã	5 629			
	Mação	7 763			
	Ourém	49 269			
	Ponte de Sor	17 593			
	Sardoal	3 992			
	Tomar	42 983			
	Torres Novas	37 155			
	Vila Nova da Barquinha	7 878			
Total	14	266 010			

continua

continuação

Denominação	Municípios	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Municípios do Médio Vouga (AMMV)	Oliveira de Frades	10 597	[sem informação disponível]	18-11-1997	
	São Pedro do Sul	19 215			
	Sever do Vouga	12 940			
	Vouzela	11 807			
Total	4	54 559			
Total nacional ^{c)}	204	6 083 207			

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005*; DGAL, www.dgaa.pt

^{a)} Para além das associações de municípios de fins específicos criadas no âmbito da lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, ou que adaptaram os respectivos estatutos a este diploma, encontram-se presentes na listagem associações de municípios criadas ao abrigo de legislação anterior, mas que se encontram em funcionamento. Do cruzamento da informação disponível no site oficial da DGAL, outras associações surgiram após 31-12-2004: Associações de Municípios do Oeste (AMO), do Pinhal Interior Norte (AMPIN), do Vale do Távora (AMVT), para o Gás (AMAGÁS), do Baixo Sabor de Fim Específico e da Lezíria do Tejo.

^{b)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{c)} Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

^{d)} Em fase de publicação.

^{e)} O total nacional tem em conta o princípio da não duplicação de contagem, tanto dos municípios como da população abrangida, dado que os municípios podem, de acordo com a legislação em vigor, pertencer a várias associações de municípios de fins específicos, existindo, deste modo, sobreposição geográfica entre algumas delas.

Anexo 4F

Associações de Freguesias: denominação, municípios associados, número de habitantes, objecto, data da escritura e data da publicação em Diário da República, 2005 ^{a)}

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Desenvolvimento das Freguesias da Zona do Concelho de Trancoso ^{c)}	Fiães	263	Promoção, elaboração e gestão de estudos, projectos e equipamentos comuns às freguesias associadas.	04-06-2004	20-09-2004
	Rio de Mel	311			
	Tamanhos	323			
	Trancoso (Santa Maria)	1 313			
	Trancoso (São Pedro)	1 793			
Total	5	4 003			
Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão - ABOMARÃO ^{d)}	Aoadela	887	Promoção, desenvolvimento integrado nas áreas socioeconómicas das freguesias do Marão e Aboboreira no âmbito dos poderes previstos ou autorizados pelas freguesias. Promoção e elaboração de estudos, gestão de projectos e planos comuns nos domínios da sua competência.	10-04-2000	31-05-2000
	Ansiães	815			
	Bustelo	577			
	Candemil	1 039			
	Carneiro	354			
	Carvalho de Rei	209			
	Cepelos	1 539			
	Gondar	1 693			
	Gouveia (São Simão)	740			
	Jazente	660			
	Lomba	859			
	Olo	446			
Padroneiro	904				

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias da Aboboreira e Marão - ABOMARÃO ^{d)}	Rebordelo	398			
	Salvador do Monte	1 154			
	Sanche	523			
	Várzea	563			
	Vila Chã do Marão	1 078			
Total	18	14 438			
Associação de Freguesias do Concelho da Guarda MAISJUNTAS ^{e)}	Albardo	181			
	Arrifana	735			
	Casal de Cinza	592			
	Gonçalo Bocas	217	Promoção de estudos, projectos e planos.	30-07-2003	01-09-2003
	Mizarela	187			
	São Miguel da Guarda	6 734			
	Trinta	497			
Total	7	9 143			
Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã (AFCL)	Atalaia	1 555			
	Lourinhã	8 797			
	Marteleira	1 538	Realização de interesses no âmbito das atribuições e competências das freguesias associadas. Promoção de estudos, projectos e planos comuns.		
	Miragaia	1 670			
	Moita dos Ferreiros	1 740			
	Moledo	425			
	Reguengo Grande	1 562			
	Ribamar	2 080			
				10-10-2002	05-02-2003

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias do Concelho da Lourinhã (AFCL)	Santa Bárbara	1 414			
	São Bartolomeu dos Galegos	1 041			
	Vimeiro	1 443			
Total	11	23 265			
Associação de Freguesias Gardunha ^{f)}	Alcaide	764			
	Alcongosta	573			
	Aldeia de Joanes	971			
	Aldeia Nova do Cabo	683			
	Alpedrinha	1 184	Realização de quaisquer interesses no âmbito das atribuições e competências das próprias freguesias associadas.	01-06-2003	g)
	Castelo Novo	439			
	Donas	912			
	Louriçal do Campo	805			
	São Vicente da Beira	1 597			
	Souto da Casa	988			
	Vale de Prazeres	1 510			
Total	11	10 426			
Associação de Freguesias Ribeirinhas O DOURO QUE NOS UNE	Avintes	11 523	Promoção, desenvolvimento e bem-estar das respectivas populações, assim como intensificação das relações de cooperação e amizade entre as freguesias ribeirinhas do Rio Douro.	07-07-2000	23-10-2000
	Bonfim	28 578			
	Campanhã	38 757			
	Crestuma	2 962			
	Lever	3 033			
Lordelo do Ouro	22 212				

continua

continuação

Denominação	Freguesias	População abrangida (n.º de habitantes) ^{b)}	Objecto	Data da escritura pública	Data da publicação em Diário da República
Associação de Freguesias Ribeirinhas O DOURO QUE NOS UNE	Massarelos	7 756			
	Miragaia	2 810			
	Olival	5 616			
	Oliveira do Douro	23 384			
	Santa Marinha	30 758			
	São Nicolau	2 937			
	São Pedro da Afurada	3 442			
	Sé	4 751			
	Total	14			
Associação de Freguesias TERRAS DE RECEZINHOS ^{b)}	Castelões	1 413	Realização de quaisquer interesses no âmbito das atribuições e competências das próprias freguesias associadas.	30-05-2003	10-07-2003
	Recezinhos (São Mamede)	1 528			
	Recezinhos (São Martinho)	1 873			
Total	3	4 814			
Total nacional	69	254 608			

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

^{a)} Os dados reportam a 31-12-2004.

^{b)} Dados resultantes do registo de freguesias efectuado pela DGAL.

^{c)} Informação reportada a 26-01-2005.

^{d)} Informação confirmada junto da própria associação em 24-05-2005.

^{e)} Informação confirmada junto da própria associação em 24-05-2005.

^{f)} Informação reportada a 25-10-2003.

^{g)} Informação não disponível.

^{h)} Informação confirmada em 25-05-2006 pelo Gabinete da Cultura de Penafiel.

Anexo 4G

Empresas municipais da GAMP: denominação, objecto e data da publicação em Diário da República, 2005

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
Maia	Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Produção e divulgação de eventos culturais tais como exposições, espectáculos, congressos, seminários, colóquios e organização e gestão do Conservatório de Música da Maia e outros organismos da Câmara Municipal da Maia.	14-09-2000
	Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou estruturas executadas no solo ou no subsolo no município da Maia.	14-09-2000
	MAIAMBIENTE - Empresa Municipal de Ambiente, E.M.	Remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados; recolha selectiva de materiais recicláveis; manutenção da higiene e limpeza de locais públicos.	18-12-2001
	Empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Promoção da habitação social e melhoria das condições habitacionais do município da Maia; gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja confiada; participação em acções de renovação e de requalificação urbanística.	20-09-2001 10-12-2002 a)
	Empresa Municipal de Transportes da Maia, E.M.	Prestação de serviços públicos de transporte colectivo de passageiros.	05-02-2003
	TUM - Transportes Urbanos da Maia	Prestação do serviço público de transporte colectivo de passageiros na área do Município da Maia.	05-02-2003

continua

continuação

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
Matosinhos	MATOSINHOSHABIT - MH - Empresa municipal de habitação de Matosinhos, E.M.	Promoção de habitação; gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município de Matosinhos.	15-01-2001
	MS – Matosinhos Sport - Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M.	Gestão de equipamentos desportivos.	14-06-2003
Porto	GOP - Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M.	Gestão de obras públicas da Câmara Municipal do Porto e para outras empresas participadas pela autarquia	27-04-2001
	Empresa Municipal de Habitação e Manutenção da Câmara Municipal do Porto, E.M.	Gestão do parque habitacional do município, bem como manutenção de equipamentos e infraestruturas do domínio público ou privado.	03-05-2001
Póvoa de Varzim	VARZIM LAZER - Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M.	Gestão dos equipamentos desportivos municipais; promoção e organização de eventos desportivos ou recreativos.	05-05-2000
	Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.	Administração e gestão de equipamentos desportivos, culturais e sociais, promoção e realização de actividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de carácter socioeconómico e científico.	16-01-2001

continua

continuação

Município	Denominação	Objecto	Data da publicação em Diário da República
São João da Madeira	Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.	Gestão social, patrimonial e financeira dos bairros de habitação social e outros fogos da empresa.	25-08-2003
	TROFÁGUAS - Serviços Ambientais, E.M.	Empresa de águas, saneamento e resíduos sólidos urbanos.	31-03-2004
	TROFA-PARK, E.M.	Empresa gestora do parque industrial da Trofa.	08-07-2004
Valongo	Vallis Habita - empresa municipal de gestão de empreendimentos habitacionais do Concelho de Valongo, E.M.	Gestão, manutenção e exploração dos complexos habitacionais, espaços culturais e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção de eventos culturais, desportivos, recreativos de lazer e de fomento do desporto e da cultura em Valongo.	11-05-2000
	Águas de Gaia, E.M.	Gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água de drenagem e tratamento de águas residuais.	01-07-1999
Vila Nova de Gaia	GAIASOCIAL - Empresa Municipal de Habitação, E.M.	Gestão e exploração do parque habitacional da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.	13-05-2000
	Parque Biológico de Gaia, E.M.	Exploração do centro de educação ambiental denominado "Parque Biológico".	18-10-2000
	GAIANIMA - Equipamentos municipais	Estabelecimento, gestão e exploração dos equipamentos públicos municipais; promoção de eventos desportivos, recreativos, de lazer e culturais.	15-10-2001
	GAIURB, Gestão Urbanística e da Paisagem Urbana de Gaia, E.M.	Ordenamento do território e gestão urbanística do Município de Vila Nova de Gaia.	08-05-2002

Fonte: DGAL, Administração local em números 2005

a) Datas da 1.ª e 2.ª publicação dos Estatutos, respectivamente.

Anexo 4H

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1976
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária			
				CDS	FEPU	PPD/ PSD	PS
Espinho	Artur Pereira Bártolo	PS	7	1	1	2	3
Gondomar	José Luís Ferreira de Araújo	PS	9	1	2	2	4
Maia	Jorge Luís da Costa Catarino	PS	7	1	1	2	3
Matosinhos	Mário Moreira Maia	PS	9	1	1	2	5
Porto	Aureliano Capelo Veloso	PS	13	3	2	3	5
Póvoa de Varzim	Manuel João Tenreiro Carneiro	CDS	7	3		2	2
Valongo	João Moreira Dias	PS	7	1	1	2	3
Vila do Conde	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	7	1		2	4
Vila Nova de Gaia	António Coutinho Gonçalves da Fonseca	PS	11	2	1	3	5

Legenda

CDS - Centro Democrático Social

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4I

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1976
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS	FEPU	GDUP's	PPD/PSD	PS
Espinho	Avelino Ferreira Loureiro Zenha	PS	16	2	2		5	7
Gondomar	Júlio Pires	PS	26	4	5		6	11
Maia	Maria Emília de Melo Moreira da Silva	PS	17	3	2		5	7
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	26	4	3	1	6	12
Porto	António Cândido Miranda Macedo	PS	40	8	6	1	10	15
Póvoa de Varzim	Artur Gomes da Costa	CDS	16	6	1		5	4
Valongo	Renato Alberto de Miranda de Sousa Chaves	PS	16	2	2		5	7
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	6	3		9	13
Vila Nova de Gaia	Fernando Alves Tomé dos Santos	PS	36	6	5	1	9	15

Legenda

CDS - Centro Democrático Social

FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4J

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-1979
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	José Carvalho da Fonseca	AD	7	3	1			3
Gondomar	Álvaro Rodrigues de Sousa	AD	9	4	2			3
Maia	José Vieira de Carvalho	AD	9	5	1			3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	9	4	1			4
Porto	Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães	AD	13	7	2			4
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7			3	2	2
Valongo	Aires Fernandes Martins	AD	7	3	1			3
Vila do Conde	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	7	3				4
Vila Nova de Gaia	Hermenegildo José da Silva Tavares	AD	11	5	2			4

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4K

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-1979
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS	UDP
Espinho	Pedro Rui Carreira Pinheiro de Lima	AD	35	17	5			13	
Gondomar	António Barbosa da Costa	AD	45	18	10			16	1
Maia	Bernardino da Costa Pereira	AD	45	21	7			17	
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	45	18	7			20	
Porto	Francisco de Nápoles Ferraz Almeida e Sousa	AD	65	33	11			20	1
Póvoa de Varzim	José António Ribeiro de Azevedo	CDS	35		3	14	10	8	
Valongo	Manuel Joaquim Moreira Moutinho	AD	35	15	6			14	
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	35	14	3			18	
Vila Nova de Gaia	Artur dos Santos Ferreira Nobre	AD	55	25	8			21	1

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4L

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1982
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	Artur Pereira Bártolo	PS	7		1	1	2	3
Gondomar	Manuel Arlindo Sousa das Neves	PS	9		2		3	4
Maia	José Vieira de Carvalho	AD	9	4	1			4
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	9		1	1	1	6
Porto	António Guilherme Paulo Vallada	AD	13	6	2			5
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7		1	3	2	1
Valongo	João Moreira Dias	PS	7		1		2	4
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	7	2				5
Vila Nova de Gaia	António Coutinho Gonçalves da Fonseca	PS	11		2	1	3	5

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4M

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1982
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				AD	APU	CDS	PPD/PSD	PS
Espinho	Avelino Ferreira Loureiro Zenha	PS	35		6	4	12	13
Gondomar	António da Rocha Rodrigues	PS	45		10	3	14	18
Maia	José Albino da Silva Peneda	AD	45	20	7			18
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	45		7	5	8	25
Porto	Adalberto Manuel Fonseca Neiva de Oliveira	AD	65	29	14			22
Póvoa de Varzim	Manuel João Borges Madureira Pires	CDS	35		4	13	10	8
Valongo	Mário António Magalhães da Silva	PS	35		7	3	9	16
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	35	13	3			19
Vila Nova de Gaia	Alberto Augusto Martins da Silva Andrade	PS	55		10	5	16	24

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Anexo 4N

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 15-12-1985
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				APU	CDS	PPD/ PSD	PRD	PS
Espinho	José Gomes Almeida	PPD/PSD	7		2	3		2
Gondomar	Manuel Arlindo Sousa das Neves	PS	9	2		3		4
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9	1		6		2
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11	1		4		6
Porto	Fernando Cabral Monteiro	PPD/PSD	13	2	1	5	1	4
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	CDS	7		4	2		1
Valongo	João Moreira Dias	PS	7	1		3		3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	7			2		5
Vila Nova de Gaia	Mário Pinto Simões	PPD/PSD	11	2		4	1	4

Legenda

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 40

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 15-12-1985
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária			
				APU	CDS	PPD/PSD	PRD PS
Espinho	José Augusto Ferreira de Campos	PPD/PSD	21	3	3	9	1 5
Gondomar	Álvaro Rodrigues de Sousa	PPD/PSD	27	6	1	9	2 9
Maia	António Elísio de Carvalho Costa	PPD/PSD	27	3		16	2 6
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	4	1	10	2 16
Porto	António da Silva Loureiro	PPD/PSD	38	7	3	16	3 9
Póvoa de Varzim	Manuel João Borges Madureira Pires	CDS	21	2	10	6	3
Valongo	Manuel Augusto Braga Lino	PS	21	3	1	7	1 9
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	2	2	8	1 18
Vila Nova de Gaia	Artur dos Santos Ferreira Nobre	PPD/PSD	33	5	2	12	3 11

Legenda

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4P

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 17-12-1989
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS	MDP/ CDE	PCP- PEV	PPD/ PSD	PPD/ PSD	PS
Espinho	Romeu Assis Marques Vitó	PPD/PSD	7	1		1	1	3	2
Gondomar	Aníbal Jaime Gomes Lira	PS	11	1	1	2		3	4
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9				6		3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11			1	3		7
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13	1		1	5		6
Póvoa de Varzim	Manuel Vaz da Silva	PPD/PSD	7	2			3		2
Valongo	João Moreira Dias	PS	9			1	3		5
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9				3		6
Vila Nova de Gaia	José Heitor Meireles Carvalheiras	PS	11			1	4		6

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Q

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS	MDP/ CDE	PCP- PEV	PPD/ PSD	PS	
Espinho	José Augusto Ferreira de Campos	PPD/PSD	21	2		3	8	8	
Gondomar	Fernando Antão de Oliveira Ramos	PS	33	2	3	5	11	12	
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27	1		2	15	9	
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1		3	9	20	
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39	3		5	15	16	
Póvoa de Varzim	João Ferreira Trovão	PPD/PSD	21	5		1	10	5	
Valongo	António Augusto Magalhães Gomes	PS	27	1		3	10	13	
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31			1	11	19	
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	1		4	13	15	

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
MDP/CDE - Movimento Democrático Português/Comissões Democráticas Eleitorais
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4R

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 12-12-1993
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN	
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7		1	2	3	1	
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		1	5	5		
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9		1	6	2		
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11			2	9		
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13		1	3	9		
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	7	3	1	3			
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9		1	4	4		
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9			3	6		
Vila Nova de Gaia	José Heitor Meireles Carvalheiras	PS	11		1	4	6		

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4S

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 12-12-1993
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PS	PSN	
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21	1	2	7	8	3	
Gondomar	Fernando Antão de Oliveira Ramos	PS	33	1	3	14	15		
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27	1	2	16	8		
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1	2	8	22		
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39	2	3	12	22		
Póvoa de Varzim	José Ferreira Trovão	PPD/PSD	21	8	2	8	2	1	
Valongo	José Alberto Puig dos Santos Costa	PPD/PSD	27		3	13	11		
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	1	1	10	19		
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	1	4	13	15		

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

PSN - Partido da Solidariedade Nacional

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4T

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 14-12-1997
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				PCP-PEV	PPD/PSD	PSD	PPD/PSD.	PS
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7		2			5
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		9			2
Maia	José Vieira de Carvalho	PPD/PSD	9		6			3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda	PS	11		3			8
Porto	Fernando Manuel dos Santos Gomes	PS	13	1		4		8
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	7		6			1
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9		6			3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9		3			6
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD	11		6			5

Legenda

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD,CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4U

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 14-12-1997
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária				
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD, CDS-PP	PS
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21		2	7		12
Gondomar	Raúl Chagas Fernandes Ramos	PPD/PSD	33		3	21		9
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD	27		1	16		10
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1	3	8		21
Porto	Manuel Duarte Baganha	PS	39		5		13	21
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	21	3	1	13		4
Valongo	António Álvaro de Sousa	PPD/PSD	27		2	14		11
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31	1	1	10		19
Vila Nova de Gaia	Manuel Lencastre de Sousa Figueiredo	PS	33	13	3			17

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4V

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD	CDS-PP	PS
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7			3			4
Gondomar	Valentim dos Santos Loureiro	PPD/PSD	11		1	7			3
Maia	José Vieira de Carvalho ^{a)}	PPD/PSD. CDS/PP	9				6		3
Matosinhos	José Narciso Rodrigues de Miranda ^{b)}	PS	11		1		4		6
Porto	Rui Fernando da Silva Rio	PPD/PSD. CDS/PP	13		1		6		6
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	9	1		7			1
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9			6			3
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9				4		5
Vila Nova de Gaia	Luís Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD. CDS/PP	11				8		3

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

PS - Partido Socialista

^{a)} Substituído por António Gonçalves Bragança Fernandes.

^{b)} Substituído por Manuel José Seabra Monteiro.

Anexo 4W

Eleitos locais dos concelhos da AMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 16-12-2001
(resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária					
				BE	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD	PS
Espinho	Carlos Afonso Pinheiro de Morais Gaio	PS	21		2	2	7		10
Gondomar	Raúl Chagas Fernandes Ramos	PPD/PSD	33		1	3	19		10
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD. CDS/PP	27			1		16	10
Matosinhos	José Manuel Soares de Oliveira	PS	33	1		3		11	18
Porto	Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco	PPD/PSD. CDS/PP	39	1		4		18	16
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	27		3	1	18		5
Valongo	Henrique Jorge Campos Cunha	PPD/PSD. CDS/PP	27			2		14	11
Vila do Conde	António José de Sousa Pereira	PS	31			1		13	17
Vila Nova de Gaia	Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan	PPD/PSD. CDS/PP	33			2		19	12

Legenda

BE - Bloco de Esquerda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular

PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPD/PSD.CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4X

Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Câmara Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Câmara Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária							
				CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD/CDS-PP	PPD/PSD/CDS-PP/PPM	PS	II	VII
Arouca	José Artur Tavares Neves	PS	7					2	3	2	
Espinho	José Barbosa Mota	PS	7			3			4		
Gondomar	Valentim dos Santos de Loureiro	II	11			1			2	8	
Maia	António Gonçalves Bragança Fernandes	PPD/PSD/CDS/PP	9			6			3		
Matosinhos	Guilherme Manuel Lopes Pinto	PS	11		1	4			6		
Porto	Rui Fernando da Silva Rio	PPD/PSD/CDS/PP	13		1	7			5		
Póvoa de Varzim	José Macedo Vieira	PPD/PSD	9			6			3		
Santa Maria da Feira	Alfredo de Oliveira Henriques	PPD/PSD	11			6			5		
Santo Tirso	António Alberto Castro Fernandes	PS	9			4			5		
São João da Madeira	Manuel Castro de Almeida	PPD/PSD	7	1		5			1		
Trofa	Bernardino Manuel de Vasconcelos	PPD/PSD	7			4			3		
Valongo	Fernando Horácio Pereira de Melo	PPD/PSD	9			5			4		
Vila do Conde	Mário Hermenegildo Moreira de Almeida	PS	9				4		5		
Vila Nova de Gaia	Luis Filipe Menezes Lopes	PPD/PSD/CDS/PP	11		1	7			3		

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD/CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular
 PPD/PSD/CDS-PP/PPM - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular e Partido Popular Monárquico
 PS - Partido Socialista
 II - "Valentim" - Valentim Loureiro - Gondomar no Coração
 VII - Unidos por Arouca (U.P.A)

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Y

Eleitos locais dos concelhos da GAMP para o órgão Assembleia Municipal, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelho	Presidente da Assembleia Municipal	Partido político	Total de eleitos	Composição político-partidária											
				BE	CDS-PP	PCP-PEV	PPD/PSD	PPD/PSD, CDS-PP	PPD/PSD, CDS-PP, PPM	PS	II	VII	PS		
Arouca	José Armando de Pinho Oliveira	PS	21			1				8		8		4	
Espinho	Maria da Graça Ribeiro de Sousa Guedes	PS	21	1		2			9			9			
Gondomar	Manuel Joaquim Ferreira Vieira	II	33	1		3			3			7	19		
Maia	Luciano da Silva Gomes	PPD/PSD, CDS/PP	27	2		2			14			9			
Matosinhos	José Manuel Queirós Dias da Fonseca	PS	33	3		3			11			16			
Porto	José Pedro Correia de Aguiar Branco	PPD/PSD, CDS/PP	39	2		4			18						15
Póvoa de Varzim	Álvaro António Vasconcelos Moreira	PPD/PSD	27			2	1	16				8			
Santa Maria da Feira	José Manuel Moreira Cardoso da Costa	PPD/PSD	33	1		1		16				14			
Santo Tirso	Manuel Luciano da Costa Gomes	PS	27			1		12				14			
São João da Madeira	Fernando Neves Portal e Silva	PPD/PSD	21			3	1	11				6			
Trofa	Daniel Marques Figueiredo	PPD/PSD	21			2	1	10				8			
Valongo	Casimiro Couto Sousa	PS	27	1		2			12			12			
Vila do Conde	Lúcio Maia Ferreira	PS	31	1		1			12			17			
Vila Nova de Gaia	Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan	PPD/PSD, CDS/PP	33	2		3			16			12			

Legenda

BE - Bloco de Esquerda
 CDS-PP - Centro Democrático Social-Partido Popular
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PPD/PSD, CDS-PP - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular
 PPD/PSD, CDS-PP, PPM - Partido Social Democrata/Centro Democrático Social-Partido Popular e Partido Popular Monárquico
 PS - Partido Socialista
 II - "Valentim" - Valentim Loureiro - Gondomar no Coração
 VII - Unidos por Arouca (U.P.A)

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4Z

Partidos políticos portugueses, 1974-2003

Acção Social Democrata Independente (ASDI)
Aliança Operária Camponesa (AOC). Em 1979: Partido Trabalhista (PT)
Associação para a Defesa dos Interesses de Macau (ADIM)
Bloco de Esquerda (BE)
Centro Democrático de Macau (CDM)
Força de Unidade Popular (FUP)
Frente Eleitoral Comunista - Marxistas-Leninistas (FEC-ML). Em 1976: Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)
Frente Socialista Popular (FSP)
Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP's)
Liga Comunista Internacionalista (LCI). Em 1979 funde-se com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e dá origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR)
Liga Socialista dos Trabalhadores (LST). Em 1989: Frente de Esquerda Revolucionária (FER)
Movimento de Esquerda Socialista (MES)
Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais (MDP/CDE). Em 1993: MDP. Em 1994: Política XXI
Movimento Ecológico Português-Partido Os Verdes (MEP-PV). Em 1987: Partido Ecológico "Os Verdes" (PEV)
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa (MIRN/PDP)
Movimento O Partido da Terra (MPT). Em 2003: MPT-Partido da Terra
Movimento pelo Doente (MD)
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Em 1977: Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)
Nova Democracia (PND)
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista) (PCP-ML)
Partido Comunista Português (PCP)

continua

continuação

Partido Comunista Reconstituído (PCP-R)
Partido da Democracia Cristã (PDC)
Partido da Gente (PG)
Partido da Solidariedade Nacional (PSN)
Partido de Unidade Popular (PUP)
Partido Democrático do Atlântico (PDA). Em 1979 tem como sigla UDA-PDA e a partir de 1983 PDA
Partido do Centro Democrático Social (CDS). Em 1993: Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP). Em 1995: Partido Popular (CDS-PP)
Partido Humanista (PH)
Partido Operário de Unidade Socialista (POUS). Em 1994: Movimento para a Unidade dos Trabalhadores (MUT). Em 1999: Partido Operário de Unidade Socialista (POUS)
Partido Popular Democrático PPD. Em 1976: Partido Social Democrata (PPD-PSD)
Partido Popular Monárquico (PPM)
Partido Português das Regiões (PPR)
Partido Renovador Democrático (PRD). Em 2000: Partido Nacional Renovador (PNR)
Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Em 1979 funde-se com a Liga Comunista Internacionalista (LCI) e dá origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR)
Partido Socialista (PS)
Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)
União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS)
União Democrática Popular (UDP)

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4AA

Partidos inscritos no Tribunal Constitucional, partidos extintos e número de eleições a que concorreu para a Assembleia da República, 1974-2006

Denominação ^{a)}	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/ dissolução/ cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Ação Social Democrata Independente	ASDI	1980		com inscrição em vigor mas sem actividade política	1 [2]
Aliança Operária Camponesa	AOC	1975	1979		1
Partido Trabalhista	PT	1979		2000	1
Associação para a Defesa dos Interesses de Macau	ADIM	1975		com inscrição em vigor mas sem actividade política	0
Bloco de Esquerda	BE	1999			3
Centro Democrático de Macau	CDM	1975		com inscrição em vigor mas sem actividade política	0
Força de Unidade Popular	FUP	1980		2004	0
Frente Eleitoral Comunista - Marxistas-Leninistas	FEC-ML	1975	1976		1
Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa	OCMLP	1976		1988	3
Frente Socialista Popular	FSP	1975	2004		2
Grupos Dinamizadores de Unidade Popular	GDUP's	1976		1997	0
Liga Comunista Internacionalista	LCI	1975	1979		2
+ Partido Revolucionário dos Trabalhadores	PRT	1975	1979		1
= Partido Socialista Revolucionário	PSR	1979			6 [7]
Liga Socialista dos Trabalhadores	LST	1983	1989		1
Frente de Esquerda Revolucionária	FER	1989		2005	1
Movimento de Esquerda Socialista	MES	1975		1997	2
Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais	MDP/CDE	1975	1993		
Movimento Democrático Português	MDP	1993	1994		5
Política XXI	PXXI	1994			
Movimento Ecologista Português-Partido Os Verdes	MEP-PV	1982	1987		6
Partido Ecologista "Os Verdes"	PEV	1987			

continua

continuação

Denominação	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/dissolução/cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa	MIRN/PDP	1979		1997	1
Movimento O Partido da Terra	MPT	1993	2003		3
MPT - Partido da Terra		2003			
Movimento pelo Doente	MD	2002			0
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado	MRPP	1975	1977		11
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PCTP/MRPP	1977			
Nova Democracia	PND	2003			1
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)	PCP-ML	1976		com inscrição em vigor mas sem actividade política	2 [1]
Partido Comunista Português	PCP	1974			12
Partido Comunista Reconstituído	PC (R)	1981		2002	2
Partido da Democracia Cristã	PDC	1975		2004	6
Partido da Gente	PG	1995		1999	1
Partido da Solidariedade Nacional	PSN	1990		2006	3
Partido de Unidade Popular	PUP	1975		1997	1
Partido Democrático do Atlântico	UDA-PDA PDA	1979 1983	1983		5 [6]
Partido do Centro Democrático Social	CDS	1975	1993		
Centro Democrático Social - Partido Popular	CDS-PP	1993	1995		12
Partido Popular	CDS-PP	1995			
Partido Humanista	PH	1999			3
Partido Operário de Unidade Socialista	POUS	1979	1994		
Movimento para a Unidade dos Trabalhadores	MUT	1994	1999		7 [9]
Partido Operário de Unidade Socialista	POUS	1999			
Partido Popular Democrático	PPD	1975	1976		12
Partido Social Democrata	PPD/PSD	1976			

continua

continuação

Denominação	Sigla	Ano de inscrição	Ano de alteração de identificação	Ano de extinção/ dissolução/ cancelamento	N.º de eleições a que concorreu para a AR
Partido Popular Monárquico	PPM	1975			8
Partido Português das Regiões	PPR	1995		1999	0
Partido Renovador Democrático	PRD	1985	2000		3
Partido Nacional Renovador	PNR	2000			2
Partido Socialista	PS	1975			12
Partido Socialista dos Trabalhadores	PST	1980		1981	1
União de Esquerda Socialista Democrática	UEDS	1979		1997	2
União Democrática Popular	UDP	1975		2005	7 [10]

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Apresenta-se o conjunto de denominações dos partidos até à sua denominação actual ou última. Com excepção do PSR, as várias denominações resultaram de pedidos de alteração feitos pelos próprios partidos.

Anexo 4BA

Variação da taxa de abstenção na eleição do órgão executivo por concelho na AMP, 1976-2005 (%)

Figura 4BA1

Concelho de Espinho

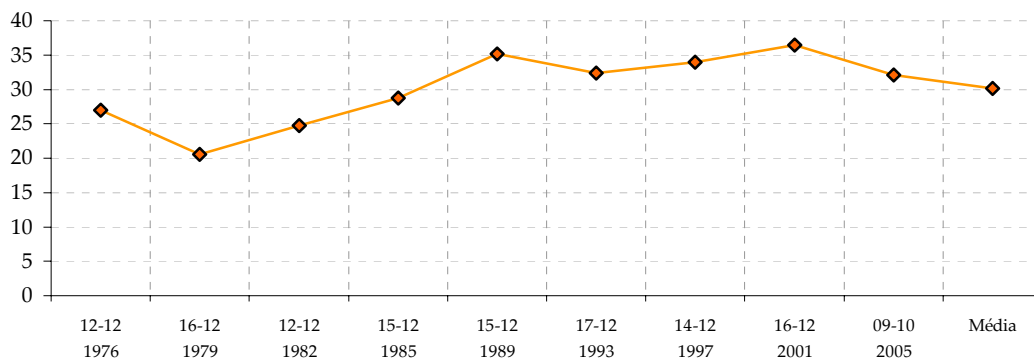


Figura 4BA2

Concelho de Gondomar

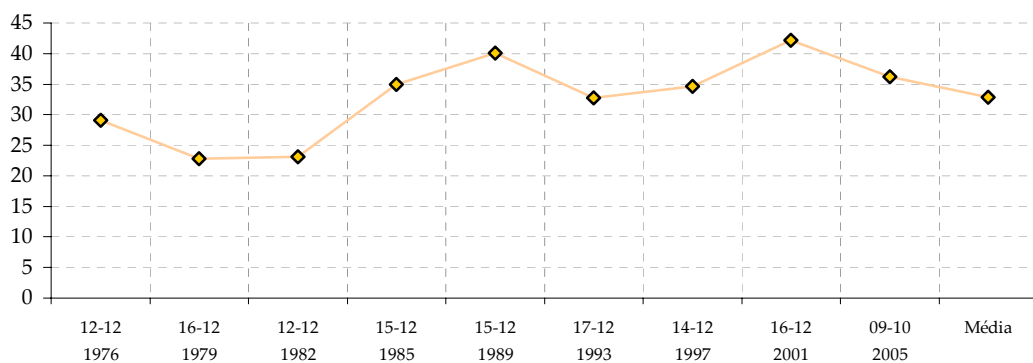
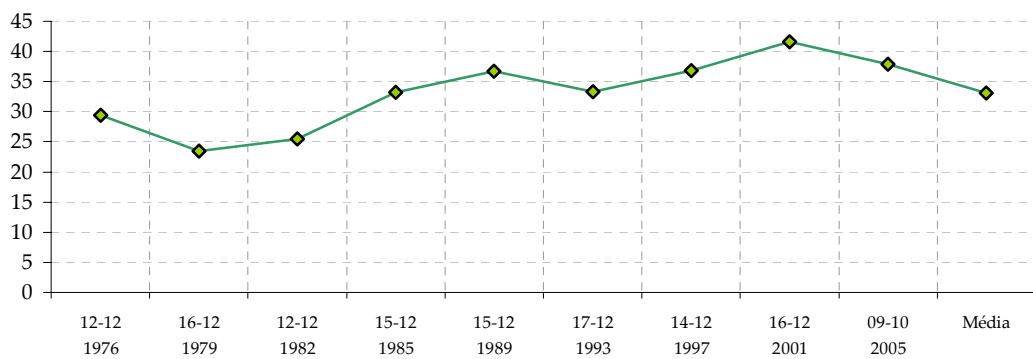


Figura 4BA3

Concelho da Maia



continua

continuação

Figura 4BA4

Concelho de Matosinhos

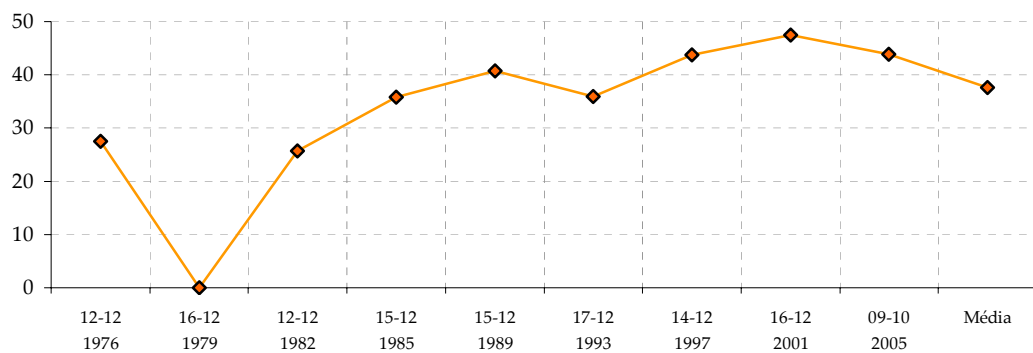


Figura 4BA5

Concelho do Porto

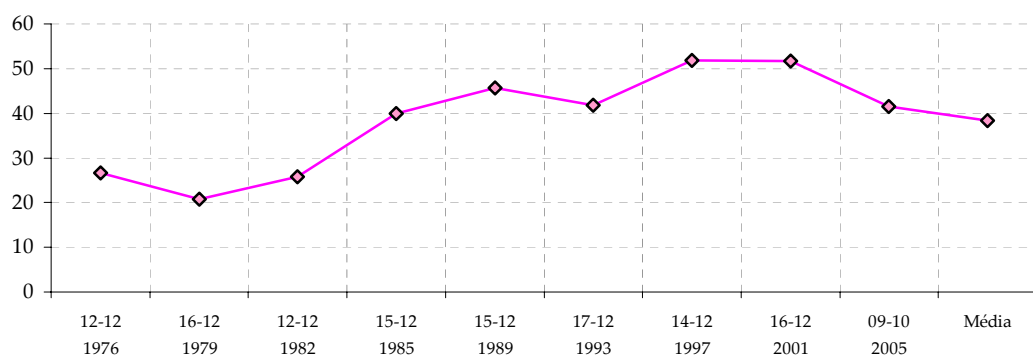
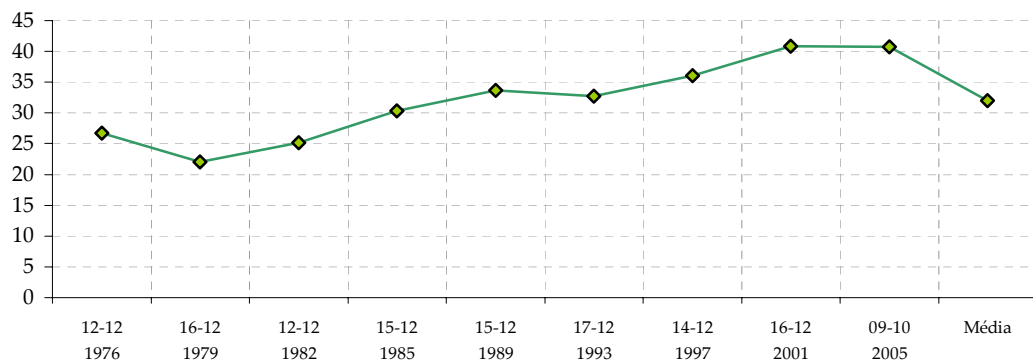


Figura 4BA6

Concelho de Póvoa de Varzim



continua

continuação

Figura 4BA7
Concelho de Valongo

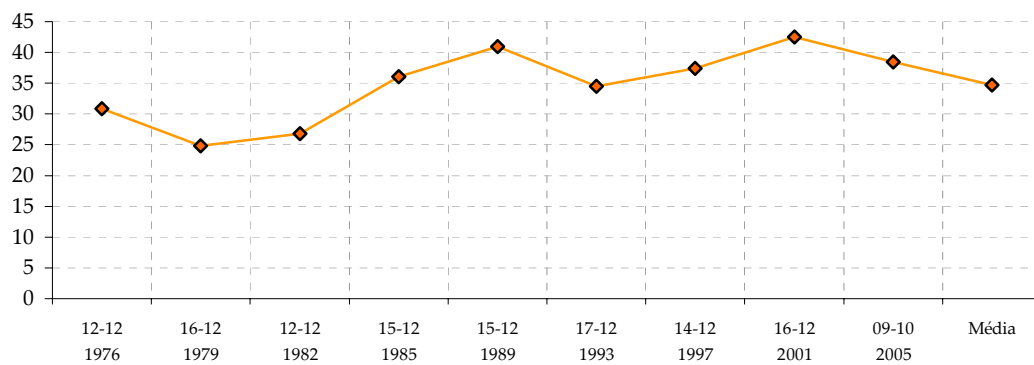


Figura 4BA8
Concelho de Vila do Conde

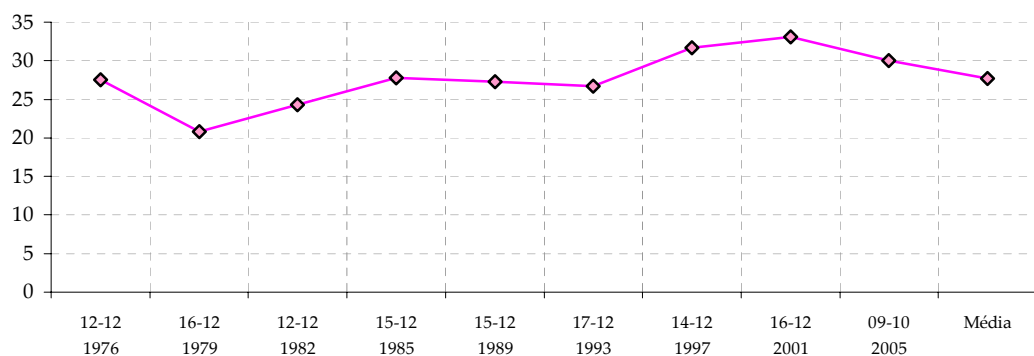
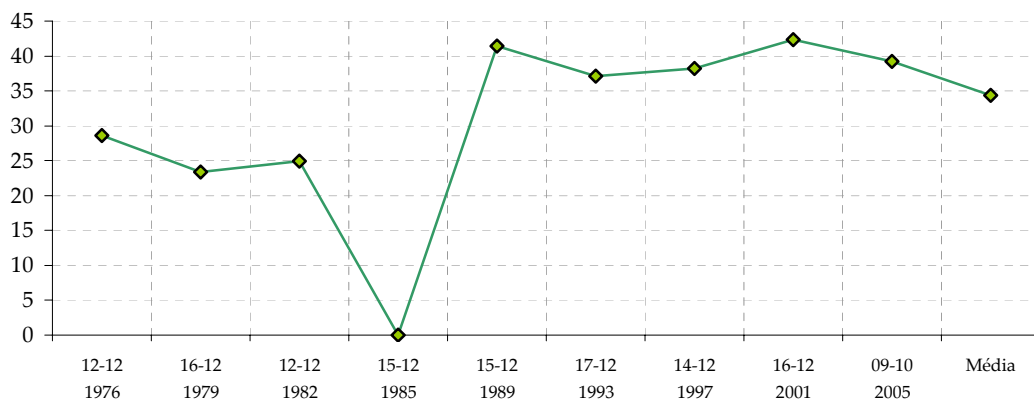


Figura 4BA9
Concelho de Vila Nova de Gaia



Fonte: CNE, www.eleicoes.com.pt

Anexo 4CA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	19993 100,00%	14603 73,04%	5390 26,96%	216 1,48%	160 1,10%
Gondomar	75500 100,00%	53561 70,94%	21939 29,06%	918 1,71%	810 1,51%
Maia	46344 100,00%	32720 70,60%	13624 29,40%	564 1,72%	536 1,64%
Matosinhos	83236 100,00%	60324 72,47%	22912 27,53%	925 1,53%	953 1,58%
Porto	237760 100,00%	174464 73,38%	63296 26,62%	1749 1,00%	1894 1,09%
Póvoa de Varzim	29415 100,00%	21561 73,30%	7854 26,70%	412 1,91%	380 1,76%
Valongo	32972 100,00%	22784 69,10%	10188 30,90%	414 1,82%	352 1,54%
Vila do Conde	35740 100,00%	25893 72,45%	9847 27,55%	446 1,72%	533 2,06%
Vila Nova de Gaia	140329 100,00%	100254 71,44%	40075 28,56%	1504 1,50%	1216 1,21%
AMP	701289 100,00%	506164 72,18%	195125 27,82%	7148 1,41%	6834 1,35%
Continente e Ilhas	6454990 100,00%	4173761 64,66%	2281229 35,34%	89073 2,13%	88783 2,13%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4DA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1976 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido													Total de mandatos				
		APU	CDS	FEPU	GDUP's	GRUPS	LCI	MRPP	PCP (ML)	PCTP/MRPP	PPD/PSD	PPM	PRT	PS					
Espinho	14603		2129 14,58% 1	2008 13,75% 1	204 1,40% 0						142 0,97% 0				4176 28,60% 2			5568 38,13% 3	7
Gondomar	53561		8010 14,95% 1	9965 18,60% 2						238 0,44% 0	600 1,12% 0				12364 23,08% 2			20073 37,48% 4	9
Maia	32720		5334 16,30% 1	4147 12,67% 1	1053 3,22% 0				214 0,65% 0						7950 24,30% 2			12922 39,49% 3	7
Matosinhos	60324		8522 14,13% 1	7198 11,93% 1	1997 3,31% 0				602 1,00% 0						13991 23,19% 2			16136 26,75% 5	9
Porto	174464		34890 20,00% 3	24028 13,77% 2	6966 3,99% 0			312 0,18% 0	666 0,38% 0	825 0,47% 0					42666 24,46% 3			60468 34,66% 5	13
Póvoa de Varzim	21561		6546 30,36% 3	2162 10,03% 0											6256 29,02% 2			5805 26,92% 2	7
Valongo	22784		3355 14,73% 1	3077 13,51% 1											6281 27,57% 2			9305 40,84% 3	7
Vila do Conde	25893		4660 18,00% 100,00%	2498 9,65% 0											7102 27,43% 2			10654 41,15% 4	7
Vila Nova de Gaia	100254		16252 16,21% 2	12029 12,00% 1	2560 2,55% 0			433 0,43% 0		1093 1,09% 0					25830 25,76% 3			39437 39,34% 5	11
AMP	506164		89698 17,72% 14	67112 13,26% 9	12780 2,52% 0			1197 0,24% 0	1266 0,25% 0	3245 0,64% 0					126616 25,01% 20			180368 35,63% 34	77
Continente e Ilhas	4173761		693766 16,62% 0	718006 17,20% 268	103784 2,49% 5			3464 0,08% 0	24619 0,59% 0	15276 0,37% 0					1014092 24,30% 624			1377684 33,01% 691	1908

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social
FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido

GDUP's - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
GRUPS - Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
LCI - Liga Comunista Internaconsalista
MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PCP(ML) - Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPM - Partido Popular Monárquico

PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS - Partido Socialista

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4EA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	21348 100,00%	16967 79,48%	4381 20,52%	140 0,83%	162 0,95%
Gondomar	83067 100,00%	64089 77,15%	18978 22,85%	411 0,64%	944 1,47%
Maia	51063 100,00%	39086 76,54%	11977 23,46%	292 0,75%	408 1,04%
Matosinhos	91069 100,00%	69989	21080	a)	a)
Porto	245140 100,00%	194244 79,24%	50896 20,76%	844 0,43%	2367 1,22%
Póvoa de Varzim	32290 100,00%	25177 77,97%	7113 22,03%	219 0,87%	306 1,22%
Valongo	37840 100,00%	28446 75,17%	9394 24,83%	227 0,80%	378 1,33%
Vila do Conde	39398 100,00%	31201 79,19%	8197 20,81%	220 0,71%	413 1,32%
Vila Nova de Gaia	148781 100,00%	113983 76,61%	34798 23,39%	825 0,72%	1058 0,93%
AMP	749996 100,00%	583182 77,76%	166814 22,24%	3178 0,54%	6036 1,04%
Continente e Ilhas	6105651 100,00%	4380269 71,74%	1725382 28,26%	44693 1,02%	63679 1,45%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4FA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-1979 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido													Total de mandatos
		AD	APU	CDS	PCPT/MRPP	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PS	UDP	UEDS		
Espinho	16967	7993	2035								6518	119			7
		47,11%	11,99%							38,42%	0,70%				
Gondomar	64089	24980	12818				341				23901	694			9
		38,98%	20,00%		0,53%					37,29%	1,08%				
Maia	39086	17838	5601				389				14076	482			9
		45,64%	14,33%		1,00%					36,01%	1,23%				
Matosinhos	69989	26319	10967								29711	1861			9
		a)	a)							a)	a)				
Porto	194244	94557	32519				1141				59689	3124			13
		48,68%	16,74%		0,59%					30,73%	1,61%				
Póvoa de Varzim	25177		2427	10097							6044				7
			9,64%	40,10%							24,16%				
Valongo	28446	12084	4995				198				10133	431			7
		42,48%	17,56%		0,70%						35,62%	1,52%			
Vila do Conde	31201	11852	2145								16571				7
		37,99%	6,87%								53,11%				
Vila Nova de Gaia	113983	50246	17151				576				42538	1589			11
		44,08%	15,05%		0,51%						37,32%	1,39%			
AMP	583182	245869	90658	10097			2645				209181	8300			79
		42,16%	15,55%	1,73%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		35,87%	1,42%			
Continente e Ilhas	4380269	1044642	885899	334258			18829				1258966	53076			1901
		23,85%	20,22%	7,63%	0,02%	0,43%	0,15%	0,01%	0,43%		28,74%	1,21%			
		426	316	156			0				516	3			

Legenda

AD - Aliança Democrática
APU - Aliança Povo Unido

a) Sem informação disponível.

CDS - Centro Democrático Social

PCPT/MRPP - sem informação disponível

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDC - Partido da Democracia Cristã

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PS - Partido Socialista

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

UEDS - União de Esquerda Socialista Democr

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4GA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	23094 100,00%	17374 75,23%	5720 24,77%	287 1,65%	317 1,82%
Gondomar	90056 100,00%	69194 76,83%	20862 23,17%	892 1,29%	963 1,39%
Maia	56166 100,00%	41870 74,55%	14296 25,45%	560 1,34%	605 1,44%
Matosinhos	98111 100,00%	72916 74,32%	25195 25,68%	778 1,07%	966 1,32%
Porto	257697 100,00%	191195 74,19%	66502 25,81%	2088 1,09%	2035 1,06%
Póvoa de Varzim	35079 100,00%	26255 74,85%	8824 25,15%	338 1,29%	471 1,79%
Valongo	42203 100,00%	30871 73,15%	11332 26,85%	390 1,26%	429 1,39%
Vila do Conde	42446 100,00%	32147 75,74%	10299 24,26%	529 1,65%	686 2,13%
Vila Nova de Gaia	160933 100,00%	120791 75,06%	40142 24,94%	1694 1,40%	2080 1,72%
AMP	805785 100,00%	602613 74,79%	203172 25,21%	7556 1,25%	8552 1,42%
Continente e Ilhas	6987106 100,00%	4964370 71,05%	2022736 28,95%	87381 1,76%	91403 1,84%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4HA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1982 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido														Total de mandatos						
		AD	APU	CDS	OCMLP	PCPT/MRPP	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PS	PS/UEDS	UD	UDP	UD	UDP					
Espinho	17374		2644 15,22% 1	2184 12,57% 1								5841 33,62% 2				6021 34,66% 3			85 0,49% 0			7
Gondomar	69194		14362 20,76% 2	4675 6,76% 0								21757 31,44% 3				26545 38,36% 4						9
Maia	41870	18549 44,30% 4	5908 14,11% 1													15703 37,50% 4			545 1,30% 0			9
Matosinhos	72916		10667 14,63% 1	8517 11,68% 1								12455 17,08% 1				39533 54,22% 6						9
Porto	191195	81521 42,64% 6	37284 19,50% 2		320 0,17% 0		479 0,25% 0									65884 34,46% 5			1565 0,82% 0			13
Póvoa de Varzim	26255		2929 11,16% 1	9447 35,98% 3								7403 28,20% 2				5667 21,58% 1						7
Valongo	30871		5873 19,02% 1	3104 10,05% 0								7760 25,14% 2				13113 42,48% 4			202 0,65% 0			7
Vila do Conde	32147	10395 32,34% 2	3130 9,74% 0,00%													17407 54,15% 5						7
Vila Nova de Gaia	120791		20584 17,04% 2	11780 9,75% 1								32542 26,94% 3				51159 42,35% 5			952 0,79% 0			11
AMP	602613	110465 18,33% 12	103381 17,16% 11	39707 6,59% 6	320 0,05% 0	0 0,00% 0	479 0,08% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	87758 14,56% 13	0 0,00% 0	0 0,00% 0	241032 40,00% 37	0 0,00% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	3349 0,56% 0	0 0,00% 0	0 0,00% 0	79
Continente e Ilhas	4964370	988347 19,91% 322	1038033 20,91% 316	369263 7,44% 185	1388 0,03% 0	4236 0,09% 7	15315 0,31% 0	855 0,02% 0	5684 0,11% 0	11149 0,22% 5	1547664 31,18% 11	745048 15,01% 439	31251 0,63% 11	3840 0,08% 2	1547664 31,18% 619	31251 0,63% 11	3840 0,08% 2	31567 0,64% 3	0 0,00% 0	0 0,00% 0	31567 0,64% 3	1909

Legenda

AD - Aliança Democrática

APU - Aliança Povo Unido

CDS - Centro Democrático Social

PCPT/MRPP - sem informação disponível

OCMLP - Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDC - Partido da Democracia Cristã

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PS - Partido Socialista

UD = União Democrática

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

UDP - União Democrática Popular

UEDS - União de Esquerda Socialista Democrática

Anexo 4IA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	25113 100,00%	17891 71,24%	7222 28,76%	279 1,56%	264 1,48%
Gondomar	97694 100,00%	63552 65,05%	34142 34,95%	725 1,14%	500 0,79%
Maia	61548 100,00%	41078 66,74%	20470 33,26%	555 1,35%	490 1,19%
Matosinhos	104992 100,00%	67426 64,22%	37566 35,78%	681 1,01%	783 1,16%
Porto	271625 100,00%	163103 60,05%	108522 39,95%	1683 1,03%	1045 0,64%
Póvoa de Varzim	38524 100,00%	26821 69,62%	11703 30,38%	302 1,13%	447 1,67%
Valongo	46714 100,00%	29854 63,91%	16860 36,09%	350 1,17%	342 1,15%
Vila do Conde	45778 100,00%	33055 72,21%	12723 27,79%	358 1,08%	447 1,35%
Vila Nova de Gaia	171728 100,00%	108800	62928	a)	a)
AMP	863716 100,00%	551580 63,86%	312136 36,14%	4933 0,89%	4318 0,78%
Continente e Ilhas	7578622 100,00%	4776407 63,02%	2802215 36,98%	73784 1,54%	71126 1,49%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4JA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos de AMP, Autárquicas de 15-12-1985 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido											Total de mandatos
		APU	CDS	PCTP/MRPP	PDC	POUS	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	UDP	UDP	
Espinho	17891	1951 10,90% 0	4379 24,48% 2				6849 38,28% 3				3975 22,22% 2	194 1,08% 0	7
Gondomar	63552	11962 18,82% 2	2629 4,14% 0				20445 32,17% 3		3796 5,97% 0		23161 36,44% 4	334 0,53% 0	9
Maia	41078	3901 9,50% 1					24905 60,63% 6		2845 6,93% 0		8153 19,85% 2	229 0,56% 0	9
Matosinhos	67426	7982 11,84% 1	2840 4,21% 0				18701 27,74% 4		4484 6,65% 0		31638 46,92% 6	317 0,47% 0	11
Porto	163103	28870 17,70% 2	13496 8,27% 1	424 0,26% 0			60027 36,80% 5		11881 7,28% 1		44174 27,08% 4	1503 0,92% 0	13
Póvoa de Varzim	26821	1858 6,93% 0	14490 54,02% 4				6487 24,19% 2				3237 12,07% 1		7
Valongo	19854	3445 11,54% 1	1552 5,20% 0				9634 32,27% 3		1850 6,20% 0		12195 40,85% 3	188 0,63% 0	7
Vila do Conde	33055	1884 5,70% 0	2131 6,45% 0				8814 26,66% 2				19421 58,75% 5		7
Vila Nova de Gaia	108800	15942 a) 2	7243 a) 0		359 a) 0		37368 a) 4		9710 a) 1		34941 a) 4	455 a) 0	11
AMP	551580	77795 14,10% 9	48760 8,84% 7	424 0,08% 0	359 0,07% 0	0	193230 35,03% 32	0	34566 6,27% 2	0	180895 32,80% 31	3220 0,58% 0	81
Continente e Ilhas	4776407	935897 20,12% 303	466965 10,04% 222	10697 0,23% 0	7910 0,17% 2	2324 0,05% 0	1633247 35,11% 819	23968 0,52% 3	224161 4,82% 49		1318287 28,34% 574	28772 0,62% 3	1975

Legenda

APU - Aliança Povo Unido
CDS - Centro Democrático Social

PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDC - Partido da Democracia Cristã

POUS - Partido Operário de Unidade Socialista

PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico

PRD - Partido Renovador Democrático

PS - Partido Socialista

UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Sem informação disponível.

Anexo 4KA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	27736 100,00%	17990 64,86%	9746 35,14%	401 2,23%	324 1,80%
Gondomar	107662 100,00%	64522 59,93%	43140 40,07%	1273 1,97%	1325 2,05%
Maia	68643 100,00%	43445 63,29%	25198 36,71%	641 1,48%	634 1,46%
Matosinhos	116058 100,00%	68817 59,30%	47241 40,70%	1010 1,47%	828 1,20%
Porto	276089 100,00%	150111 54,37%	125978 45,63%	2226 1,48%	1355 0,90%
Póvoa de Varzim	42290 100,00%	28052 66,33%	14238 33,67%	473 1,69%	384 1,37%
Valongo	53979 100,00%	31873 59,05%	22106 40,95%	594 1,86%	447 1,40%
Vila do Conde	50692 100,00%	36842 72,68%	13850 27,32%	357 0,97%	437 1,19%
Vila Nova de Gaia	190990 100,00%	111939 58,61%	79051 41,39%	1838 1,64%	1371 1,22%
AMP	934139 100,00%	553591 59,26%	380548 40,74%	8813 1,59%	7105 1,28%
Continente e Ilhas	8110493 100,00%	4936410 60,86%	3174083 39,14%	90114 1,83%	80328 1,63%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4IA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 17-12-1989 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido															Total de mandatos						
		CDS	CDS/PS	FER	MDP/CDE	MDP/CDE/PRD	PCP/PEV	PCP/PEV	PCP-PEV/PRD	PCP-MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPD/CDS-PPM	PRM	PRD		PRD-MDP/CDE	PS	PS/CDS	PS-PCP-MDP/CDE-PEV	UDP	
Espinho	17990	3397 18,88% 1				2175 12,09% 1												5552 30,86% 2					7
Gondomar	64522	6514 10,10% 1			7591 11,76% 1	8859 13,73% 2									982 1,52% 0			20119 31,18% 4				272 0,42% 0	11
Maia	43445	1261 2,90% 0				3275 7,54% 0			318 0,73% 0									12147 27,96% 3				248 0,57% 0	9
Matosinhos	68817	1867 2,71% 0				5613 8,16% 1												41222 59,90% 7				488 0,71% 0	11
Porto	150111	15440 10,29% 1			328 0,22% 0	17227 11,48% 1			765 0,51% 0						1054 0,69% 0			62322 41,52% 6				630 0,42% 0	13
Póvoa de Varzim	28052	7341 26,17% 2				1473 5,25% 0												11950 42,60% 3				6431 22,93% 2	7
Valongo	31873	1164 3,65% 0				3419 10,73% 1												11250 35,30% 3				14999 47,06% 5	9
Vila do Conde	36842	680 1,85% 0				997 2,71% 0												11747 31,88% 3				22209 60,28% 6	9
Vila Nova de Gaia	111939	5440 4,86% 0				12134 10,84% 1												40336 36,03% 4				50153 44,80% 6	11
AMP	553591	43104 7,79% 5			7919 1,43% 1	415 0,07% 0			1083 0,20% 0						2036 0,37% 0			189444 34,22% 33				235154 42,48% 41	87
Continente e Ilhas	4936410	451126 9,14% 179	953 0,02% 1	2424 0,05% 0	11384 0,23% 1	3607 0,07% 2	959 0,02% 0	23026 0,47% 5	21819 0,44% 0	349 0,01% 0	7189 0,15% 1	1572500 31,86% 780	193161 3,91% 13	2768 0,06% 1	38565 0,78% 4	710 0,01% 1	1599483 32,40% 728	34912 0,71% 15	180760 3,66% 9	15876 0,32% 4	1997		

Legenda

CDS - Centro Democrático Social
 FER - Frente de Esquerda Revolucionária
 MDP/CDE - Movimento Democrático Português-Comissões Democráticas Eleitorais
 PCP - Partido Comunista Português
 PCP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses
 PDA - Partido Democrático do Atlântico
 PDC - Partido Democrático Português
 PDP/PSD - Coligação Democrática Unitária
 PPM - Partido Popular Monárquico
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4MA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 12-12-1993 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	29444 100,00%	19907 67,61%	9537 32,39%	396 1,99%	278 1,40%
Gondomar	116292 100,00%	78194 67,24%	38098 32,76%	1239 1,58%	1096 1,40%
Maia	75966 100,00%	50657 66,68%	25309 33,32%	899 1,77%	740 1,46%
Matosinhos	126073 100,00%	80830 64,11%	45243 35,89%	1104 1,37%	721 0,89%
Porto	281745 100,00%	164034 58,22%	117711 41,78%	2249 1,37%	1275 0,78%
Póvoa de Varzim	46256 100,00%	31104 67,24%	15152 32,76%	415 1,33%	440 1,41%
Valongo	59504 100,00%	38988 65,52%	20516 34,48%	762 1,95%	486 1,25%
Vila do Conde	54690 100,00%	40084 73,29%	14606 26,71%	466 1,16%	440 1,10%
Vila Nova de Gaia	207397 100,00%	130491 62,92%	76906 37,08%	2211 1,69%	1408 1,08%
AMP	997367 100,00%	634289 63,60%	363078 36,40%	9741 1,54%	6884 1,09%
Continente e Ilhas	8529737 100,00%	5410610 63,43%	3119127 36,57%	103686 1,92%	83251 1,54%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4NA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos de 12-12-1993 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido													Total de mandatos				
		CDS-PP	MDP	MPT	PCP/PEV	PCTP/MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPM	PRD	PS	PS/CDS-PP	PSN		PS-PCP-PEV	PS/PCP/PSR/UDP	PS-PCP-PEV-UDP-PDA	UDP
Espinho	19907	928 4,66% 0			2114 10,62% 1			6136 30,92% 2			7099 35,66% 3			2936 14,75% 1					7
Gondomar	78194	1775 2,27% 0			6675 8,54% 1			33602 42,97% 5			32864 42,03% 5			589 0,75% 0					11
Maia	50657	1816 3,58% 0			4491 8,87% 1			30020 59,26% 6			12691 25,05% 2								9
Matosinhos	80830	3237 4,00% 0			5113 6,33% 0			16980 21,01% 2			52952 65,51% 9			367 0,45% 0				356 0,44% 0	11
Porto	164034	7908 4,82% 0			11667 7,11% 1			41829 25,50% 3			97775 59,61% 9			647 0,39% 0				684 0,42% 0	13
Póvoa de Varzim	31104	10613 34,12% 3			4012 12,90% 1			11553 37,14% 3			2622 8,43% 0			1449 4,66% 0					7
Valongo	38988				3931 11,91% 1			17695 53,59% 4			15364 46,53% 4			751 2,27% 0					9
Vila do Conde	40084	1571 3,92% 0			1146 2,86% 0			11284 28,15% 3			25177 62,81% 6								9
Vila Nova de Gaia	130491	6623 5,08% 0			15029 11,52% 1			47619 36,49% 4			57601 44,14% 6								11
AMP	634289	34471 5,43% 3			54178 8,54% 7			216738 34,17% 32			304145 47,95% 44			6739 1,06% 1				1040 0,16% 0	87
Continente e Ilhas	5410610	454047 8,39% 135	1387 0,03% 1	23225 0,43% 2	689923 12,75% 246	16090 0,30% 0	287 0,01% 0	1824519 33,72% 806	269 0,00% 0	1456 0,03% 0	1953279 36,10% 796	11435 0,21% 7	28716 0,53% 3	190 0,00% 4	200816 3,71% 11	10234 0,19% 4	8161 0,15% 0	2015	

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
MDP - Movimento Democrático Português
MPT - Movimento O Partido da Terra
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDA - Partido Democrático do Atlântico
PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
PDC - Partido da Democracia Cristã
PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico
PRD - Partido Renovador Democrático
PS - Partido Socialista
PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PSR - Partido Socialista Revolucionário
UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4OA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30999 100,00%	20465 66,02%	10534 33,98%	437 2,14%	264 1,29%
Gondomar	126059 100,00%	82379 65,35%	43680 34,65%	1468 1,78%	1428 1,73%
Maia	84361 100,00%	53314 63,20%	31047 36,80%	1345 2,52%	896 1,68%
Matosinhos	132478 100,00%	74509 56,24%	57969 43,76%	1758 2,36%	1045 1,40%
Porto	280575 100,00%	134987 48,11%	145588 51,89%	4423 3,28%	1590 1,18%
Póvoa de Varzim	49710 100,00%	31775 63,92%	17935 36,08%	425 1,34%	528 1,66%
Valongo	64511 100,00%	40348 62,54%	24163 37,46%	822 2,04%	869 2,15%
Vila do Conde	59168 100,00%	40435 68,34%	18733 31,66%	675 1,67%	417 1,03%
Vila Nova de Gaia	221968 100,00%	137077 61,76%	84891 38,24%	2714 1,98%	1556 1,14%
AMP	1049829 100,00%	615289 58,61%	434540 41,39%	14067 2,29%	8593 1,40%
Continente e Ilhas	8922182 100,00%	5362609 60,10%	3559573 39,90%	117360 2,19%	87584 1,63%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4PA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 14-12-1997 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido																Total de mandatos			
		CDS-PP	CDS-PP/PSD	FER	MPT	PCF/PEV	PCTP/MRPP	PDA	PDC	PPD/PSD	PPD/PSD/CDS-PP	PPM	PRD	PS	PSN	PS-PCP-PEV-UDP	PSR		PSR/FXX I	PXXI	UDP
Espinho	20465	637 3,11% 0	1630 7,96% 0							6320 30,88% 2				11177 54,62% 5							7
Gondomar	82379	1192 1,45% 0	6131 7,44% 0							55556 67,44% 9				16140 19,59% 2	168 0,20% 0					296 0,36% 0	11
Maia	53314		3320 6,23% 0							32179 60,36% 6				15574 29,21% 3							9
Matosinhos	74509	2661 3,57% 0	5352 7,18% 0							16413 22,03% 3				46547 62,47% 8	168 0,23% 0					565 0,76% 0	11
Porto	134987		35495 26,30% 4											75275 55,76% 8						812 0,60% 0	13
Póvoa de Varzim	31775	2970 9,35% 0	2442 7,69% 0							19818 62,37% 6				5592 17,60% 1							7
Valongo	40348		2521 6,25% 0							21567 53,45% 6				14283 35,40% 3	0 0,00% 0					286 0,71% 0	9
Vila do Conde	40345	979 2,42% 0	1310 3,24% 0							11742 29,04% 3				25312 62,60% 6							9
Vila Nova de Gaia	137077		10150 7,40% 0							64038 46,72% 6				56746 41,40% 5						881 0,64% 0	11
AMP	615289	8439 1,37% 0	35495 5,77% 4							227633 37,00% 41	686 0,11% 0			266646 43,34% 41	336 0,05% 0					812 0,13% 0	87
Continente e Ilhas	5362609	302763 5,65% 83	1884 0,04% 2							1761383 32,85% 7	7129 0,13% 5	1483 0,03% 0	2041307 38,07% 869	2301 0,04% 0	165008 3,08% 10	9126 0,17% 0				9175 0,17% 0	2021

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
 FER - Frente de Esquerda Revolucionária
 MPT - Movimento O Partido da Terra
 PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PDA - Partido Democrático do Atlântico
 PCF-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PDC - Partido da Democracia Cristã
 PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico
 PRD - Partido Renovador Democrático
 PS - Partido Socialista
 PSN - Partido da Solidariedade Nacional

PSR - Partido Socialista Revolucionário
 PXXI - Política XXI
 UDP - União Democrática Popular

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4QA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30256 100,00%	19227 63,55%	11029 36,45%	562 2,92%	307 1,60%
Gondomar	129546 100,00%	74953 57,86%	54593 42,14%	1798 2,40%	1179 1,57%
Maia	90846 100,00%	53021 58,36%	37825 41,64%	2128 4,01%	947 1,79%
Matosinhos	131541 100,00%	69083 52,52%	62458 47,48%	2049 2,97%	882 1,28%
Porto	245781 100,00%	118614 48,26%	127167 51,74%	3562 3,00%	1686 1,42%
Póvoa de Varzim	50687 100,00%	30002 59,19%	20685 40,81%	524 1,75%	350 1,17%
Valongo	67565 100,00%	38852 57,50%	28713 42,50%	987 2,54%	680 1,75%
Vila do Conde	59044 100,00%	39481 66,87%	19563 33,13%	695 1,76%	342 0,87%
Vila Nova de Gaia	227247 100,00%	131109 57,69%	96138 42,31%	2683 2,05%	1777 1,36%
AMP	1032513 100,00%	574342 55,63%	458171 44,37%	14988 2,61%	8150 1,42%
Continente e Ilhas	8738906 100,00%	5254180 60,12%	3484726 39,88%	114834 2,19%	78049 1,49%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4RA

Votação por partido e total de mandatos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 16-12-2001 (resultados oficiais)

Concelhos	Votantes	Votação por Partido																Total de mandatos			
		BE	CDS-PP	PP-PPD/PSD	CDS-PP/PPM	CDS-PP/PS	Grupo Cidadãos	MPT	PCP-PEV	PCTP/MRPP	PH	FNR	PPD/PSD	PPD/PSD-CDS-PP-PPM	PPD/PSD-CDS-PP-PPM	PPM	PS		PS/CDS-PP	PS-PCP-PEV	UDP
Espinho	19227	1981 10,30%	0	0	0	0	0	0	1648 8,57%	0	0	5948 30,94%	0	0	0	8793 45,73%	4	0	0	7	
Gondomar	74953	819 1,09%	2034 2,71%	0	0	0	0	0	5775 7,70%	1	0	44310 59,12%	7	0	0	19038 25,40%	3	0	0	11	
Maia	53021	899 1,70%	0	0	0	0	0	0	2834 5,35%	609 1,15%	0	0	0	0	29855 56,31%	6	0	0	0	9	
Matosinhos	69083	1713 2,48%	0	0	0	0	0	0	5350 7,74%	1	0	0	0	0	21858 31,64%	4	0	0	0	11	
Porto	118614	3038 2,56%	0	0	0	0	0	0	12438 10,49%	1005 0,85%	528 0,45%	0	0	0	42,78%	6	0	0	0	13	
Póvoa de Varzim	30002	3149 10,50%	1	0	0	0	0	0	1398 4,66%	0	0	19387 64,62%	7	0	0	5202 17,34%	1	0	0	9	
Valongo	38852	455 1,17%	0	0	0	0	0	0	2348 6,04%	0	0	21803 56,12%	6	0	0	12579 32,38%	3	0	0	9	
Vila do Conde	39481	388 0,98%	0	0	0	0	0	0	1195 3,03%	0	0	0	0	0	15610 39,54%	4	0	0	0	9	
Vila Nova de Gaia	131109	1570 1,20%	0	0	0	0	0	0	8192 6,25%	0	0	0	0	0	78549 59,91%	8	0	0	0	11	
AMP	574342	8882 1,55%	7164 1,25%	1	0	0	0	0	41178 7,17%	1614 0,28%	0	91448 15,92%	23	0	34,23%	28	0	0	0	89	
Continente e Ilhas	5254180	61789 1,18%	195198 3,72%	7880 0,15%	4289 0,08%	2010 0,04%	1,60%	12568 0,24%	557481 10,61%	17541 0,33%	3019 0,06%	877 0,02%	1482682 28,22%	774	67094 1,28%	472581 8,99%	294 0,01%	131135 2,50%	25551 0,49%	5318 0,10%	2044

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Legenda
 BE- Bloco de Esquerda
 CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
 Grupo de Cidadãos -

MPT - Movimento O Partido da Terra
 PCI-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses

PH - Partido Humanista
 PNR - Partido Nacional Renovador
 PPD/PSD - Partido Social Democrata

PPM - Partido Popular Monárquico
 PS - Partido Socialista
 UDP - União Democrática Popular

Anexo 4SA

Total de inscritos, votantes, abstenções, votos brancos e votos nulos para o órgão executivo nos concelhos da AMP, Autárquicas de 09-10-2005 (resultados oficiais)

Concelhos	Inscritos (a)	Votantes (b)	Abstenções (a-b)	Votos Brancos	Votos Nulos
Espinho	30281 100,00%	20560 67,90%	9721 32,10%	659 3,21%	345 1,68%
Gondomar	132957 100,00%	84871 63,83%	48086 36,17%	2368 2,79%	2373 2,80%
Maia	96353 100,00%	59808 62,07%	36545 37,93%	2389 3,99%	1222 2,04%
Matosinhos	135045 100,00%	75819 56,14%	59226 43,86%	2839 3,74%	1408 1,86%
Porto	235119 100,00%	137380 58,43%	97739 41,57%	2984 2,17%	1436 1,05%
Póvoa de Varzim	52244 100,00%	30948 59,24%	21296 40,76%	754 2,44%	346 1,12%
Valongo	70476 100,00%	43397 61,58%	27079 38,42%	1246 2,87%	817 1,88%
Vila do Conde	60771 100,00%	42515 69,96%	18256 30,04%	717 1,69%	448 1,05%
Vila Nova de Gaia	233564 100,00%	141838 60,73%	91726 39,27%	3431 2,42%	2185 1,54%
AMP	1046810 100,00%	637136 60,86%	409674 39,14%	17387 2,73%	10580 1,66%
Continente e Ilhas	8843875 100,00%	5389035 60,94%	3454840 39,06%	139012 2,58%	90919 1,69%

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Continuação

Concelhos	Votantes	Votação por Partido										Total de mandatos												
		I	II	III	IV	V	VII	X	XII	XV	XVII		XVIII	XIX	XX									
Espinho	20560														512 2,49% 0								7	
Gondomar	84871		48828 57,53% 8																					11
Maia	59808																							9
Matosinhos	75819																							11
Porto	137380																							13
Póvoa de Varzim	30948																							9
Valongo	43397																							9
Vila do Conde	42515																							9
Vila Nova de Gaia	141838																							11
AMP	637136	0 0,00%	48828 7,66%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	89
Continente e Ilhas	5389035	16164 0,30%	75870 1,41%	1720 0,03%	9881 0,18%	1889 0,04%	3426 0,06%	2469 0,05%	1543 0,03%	479 0,01%	16756 0,31%	789 0,01%	2263 0,04%	131 0,00%	512 0,08%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	2046

Legenda

I, II, III, IV, V, VII, X, XII, XV, XVII, XVIII, XIX e XX - Grupo de Cidadãos

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4UA

Três partidos mais votados na eleição do órgão executivo nos concelhos da AMP, 1976-2005 (%)

Concelhos	12-12-1976			16-12-1979			12-12-1982			15-12-1985			15-12-1989						
	PS	PPD/ PSD	CDS FEPU	AD	PS	APU	CDS	PPD/ PSD	AD	CDS	PS	PPD/ PSD	APU	CDS	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS	
Espinho	38,13	28,60	14,58	47,11	38,42	11,99		34,66	33,62	15,22		22,22	38,28	24,48	30,86	34,14			18,88
Gondomar	37,48	23,08	18,60	38,98	37,29	20,00		38,36	31,44	20,76		36,44	32,17	18,82	31,18	27,26	13,73		
Maia	39,49	24,30	16,30	45,64	36,01	14,33		37,50		14,11	44,30		19,85	60,63	27,96	57,36	7,54		
Matosinhos	26,75	23,19	14,13					54,22	17,08	14,63			46,92	27,74	59,90	25,85	8,16		
Porto	34,66	24,46	20,00	48,68	30,73	16,74		34,46		19,50	42,64		27,08	36,80	41,52	31,79	11,48		
Póvoa de Varzim	26,92	29,02	30,36		24,01		40,10	21,58	28,20			35,98	12,07	24,19	22,93	42,60			26,17
Valongo	40,84	27,57	14,73	42,48	35,62	17,56		42,48	25,14	19,02			40,85	32,27	47,06	35,30	10,73		
Vila do Conde	41,15	27,43	18,00	37,99	53,11	6,87		54,15		9,74	32,34		58,75	26,66	60,28	31,88	2,71		
Vila Nova de Gaia	39,34	25,76	16,21	44,08	37,32	15,05		42,35	26,94	17,04					44,80	36,03	10,84		
AMP	35,63	25,01	17,72	42,16	35,87	15,55	1,73	40,00	14,56	17,16	18,33	6,59	32,80	35,03	42,48	34,22	9,97	7,79	
Continente e Ilhas	33,01	24,30	16,62	23,85	28,74	20,22	7,63	31,18	15,01	20,91	19,91	7,44	28,34	35,11	32,40	31,86	12,82	9,14	

Legenda

AD - Aliança Democrática
 APU - Aliança Povo Unido
 CDS - Centro Democrático Social
 FEPU - Frente Eleitoral Povo Unido
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PS - Partido Socialista

continua

continuação

Concelhos	17-12-1993				14-12-1997				16-12-2001				09-10-2005							
	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP	PSN	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP- PPD/ PSD	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	CDS- PP- PPD/ PSD	PS	PPD/ PSD	PCP- PEV	II	PPD/ PSD	CDS- PP	
Espinho	35,66	30,92			14,75	54,62	30,88	7,96			45,73	30,94		10,30	44,72	37,96	7,06			
Gondomar	42,03	42,97	8,54			19,59	67,44	7,44			25,40	59,12	7,70		18,65	7,23		57,53		
Maia	25,05	59,26	8,87			29,21	60,36	6,23			29,70		5,35	56,31	29,08	52,58	5,64			
Matosinhos	65,51	21,01	6,33			62,47	22,03	7,18			53,89		7,74	31,64	47,35	30,83	8,62			
Porto	59,61	25,50	7,11			55,76		11,27	26,30		38,50		10,49	42,78	36,14	46,18	8,96			
Póvoa de Varzim		37,14	12,90	34,12		17,60	62,37			9,35	17,34	64,62		10,50	28,50			54,21	7,36	
Valongo	46,53	53,59	11,91			35,40	53,45	6,25			32,38	56,12	6,04		40,63		6,58	44,18		
Vila do Conde	62,81	28,15	3,92			62,60	29,04	3,24			53,83		3,03	39,54	53,97	38,06	3,04			
Vila Nova de Gaia	44,14	36,49	11,52			41,40	46,72	7,40			28,28		6,25	59,91	27,96	54,97	8,31			
AMP	47,95	34,17	8,54	5,43	1,06	43,34	37,00	7,81	5,77	1,37	35,27	15,92	7,17	34,23	34,06	35,53	7,35	7,66	0,36	
Continente e Ilhas	36,10	33,72	12,75	8,39	0,53	38,07	32,85	12,01	0,66	5,65	34,12	28,22	10,61	8,99	35,87	8,58	10,94	1,41	28,27	3,07

Legenda

CDS-PP - Centro Democrático Social - Partido Popular
 PCP-PEV - Coligação Democrática Unitária
 PPD/PSD - Partido Social Democrata
 PS - Partido Socialista
 PSN - Partido da Solidariedade Nacional
 II - "Valentim" - Valentim Loureiro - Gondomar no Coração

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

Anexo 4VA

Interesse dos europeus pela política, 2004

De um modo geral, qual o seu interesse pela política?

	Portugal		Total da amostra europeia	
Muito interesse	117	5,7	4107	10,9
Algum interesse	455	22,3	13259	35,2
Pouco interesse	675	33,1	13522	35,9
Nenhum interesse	794	38,9	6739	17,9
Total	2041	100	37627	99,9
Recusa	4		9	
Não sabe	7		81	
Não responde	0		3	
Total	11		93	
Total	2052		37720	

Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

Anexo 4WA

Representação sobre a política, 2004

Com que frequência a política lhe parece tão complicada que não percebe verdadeiramente, o que se está a passar?

	Portugal		Total da amostra europeia	
Nunca	110	5,5	2661	7,2
Raramente	325	16,1	7080	19
Algumas vezes	680	33,7	13199	35,5
Bastantes vezes	422	20,9	8714	23,4
Frequentemente	479	23,8	5518	14,8
Total	2016	100	37173	100
Recusa	1		33	
Não sabe	31		506	
Não responde	4		8	
Total	36		547	
Total	2052		37720	

Fonte: ESS/ICS, Inquérito social europeu 2004

Anexo 4XA

Enquadramento jurídico das competências dos órgãos do município

Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
<p>1 - Compete à câmara municipal no âmbito da <i>organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente</i> :</p> <p>a) Elaborar e aprovar o regimento;</p> <p>b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;</p> <p>c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros;</p> <p>d) Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços, nos termos da lei;</p> <p>e) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;</p> <p>f) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;</p> <p>g) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções;</p> <p>h) Aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário;</p>	<p>1 - Compete à assembleia municipal:</p> <p>a) Eleger, por voto secreto, o presidente da mesa e os dois secretários;</p> <p>b) Elaborar e aprovar o seu regimento;</p> <p>c) Acompanhar e fiscalizar a actividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais;</p> <p>d) Acompanhar, com base em informação útil da câmara, facultada em tempo oportuno, a actividade desta e os respectivos resultados, nas associações e federações de municípios, empresas, cooperativas, fundações ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;</p> <p>e) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão, para que conste da respectiva ordem do dia;</p> <p>f) Solicitar e receber informações, através da mesa, sobre assuntos de interesse para autarquia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que pode ser requerido por qualquer membro em qualquer momento;</p>

continua

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro</p> <p>Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro</p> <p>Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>i) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados e das empresas públicas municipais, assim como os representantes do município nos órgãos de outras empresas, cooperativas, fundações ou entidades em que o mesmo detenha alguma participação no respectivo capital social ou equiparado;</p> <p>j) Fixar as tarifas e os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;</p> <p>l) Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;</p> <p>m) Organizar e gerir os transportes escolares;</p> <p>n) Resolver, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos próprios que lhe sejam apresentados de todas as deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;</p> <p>o) Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos funcionários do município, tendo por objecto o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas;</p> <p>p) Deliberar sobre a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelo município ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares;</p>	<p>g) Aprovar referendos locais, sob proposta quer de membros da assembleia, quer da câmara municipal, quer dos cidadãos eleitores, nos termos da lei;</p> <p>h) Apreciar a recusa, por acção ou omissão, de quaisquer informações e documentos, por parte da câmara municipal ou dos seus membros, que obstem à realização de acções de acompanhamento e fiscalização;</p> <p>i) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos, resultantes de acções tutelares ou de auditorias executadas sobre a actividade dos órgãos e serviços municipais;</p> <p>j) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para estudo dos problemas relacionados com as atribuições próprias da autarquia, sem interferência no funcionamento e na actividade normal da câmara;</p> <p>l) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da acção desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros;</p> <p>m) Discutir, a pedido de quaisquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;</p> <p>n) Elaborar e aprovar, nos termos da lei, o regulamento do conselho municipal de segurança;</p> <p>o) Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia;</p> <p>p) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;</p>

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>q) Aprovar os projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços; r) Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição; s) Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição; t) Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município; u) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos; v) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios; x) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gátideos, nos termos da legislação aplicável; z) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais nocivos; aa) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação, de forma inequívoca e duradoura; bb) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.</p>	<p>q) Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia; r) Exercer outras competências que lhe sejam conferidas por lei. 2 - Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara: a) Aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa; b) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões; c) Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas; d) Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei; e) Estabelecer, nos termos da lei, taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos; f) Fixar anualmente o valor da taxa da contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos; bem como autorizar o lançamento de derramas para reforço da capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro, de acordo com a lei;</p>

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>2 - Compete à câmara municipal <i>no âmbito do planeamento e do desenvolvimento</i> :</p> <p>a) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os planos necessários à realização das atribuições municipais;</p> <p>b) Participar, com outras entidades, no planeamento que directamente se relacione com as atribuições e competências municipais, emitindo parecer para submissão a deliberação da assembleia municipal;</p> <p>c) Elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta de orçamento e as respectivas revisões;</p> <p>d) Executar as opções do plano e orçamentos aprovados, bem como aprovar as suas alterações;</p> <p>e) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;</p> <p>f) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;</p> <p>g) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;</p>	<p>g) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento, pelo Governo, de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte exclusivamente para os municípios;</p> <p>h) Deliberar em tudo quanto represente o exercício dos poderes tributários conferidos por lei ao município;</p> <p>i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto artigo 64.º;</p> <p>j) Determinar a remuneração dos membros do conselho de administração dos serviços municipalizados;</p> <p>l) Municipalizar serviços, autorizar o município, nos termos da lei, a criar fundações e empresas municipais e a aprovar os respectivos estatutos, bem como a remuneração dos membros dos corpos sociais, assim como a criar e participar em empresas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, fixando as condições gerais da participação;</p>

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro</p> <p>Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro</p> <p>Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>g) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;</p> <p>h) Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;</p> <p>i) Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei;</p> <p>j) Criar ou participar em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural;</p> <p>l) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;</p> <p>m) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.</p> <p>3 - Compete à câmara municipal no âmbito consultivo:</p> <p>a) Emitir parecer, nos casos e nos termos previstos na lei, sobre projectos de obras não sujeitas a licenciamento municipal;</p> <p>b) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei.</p>	<p>m) Autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações e federações de municípios, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou cooperativas e a criar ou participar em empresas privadas de âmbito municipal que prossigam fins de reconhecido interesse público local e se contenham dentro das atribuições cometidas aos municípios, em quaisquer dos casos fixando as condições gerais dessa participação;</p> <p>n) Aprovar, nos termos da lei, a criação ou reorganização de serviços municipais;</p> <p>o) Aprovar os quadros de pessoal dos diferentes serviços do município, nos termos da lei;</p> <p>p) Aprovar incentivos à fixação de funcionários, nos termos da lei;</p> <p>q) Autorizar, nos termos da lei, a câmara municipal a concessionar, por concurso público, a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais;</p> <p>r) Fixar o dia feriado anual do município;</p> <p>s) Autorizar a câmara municipal a delegar competências próprias, designadamente em matéria de investimentos, nas juntas de freguesia;</p> <p>t) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição do brasão, selo e bandeira do município e proceder à sua publicação no Diário da República.</p>

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>4 - Compete à câmara municipal <i>no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal</i> :</p> <p>a) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;</p> <p>b) Apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;</p> <p>c) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;</p> <p>d) Deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes;</p> <p>e) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei;</p> <p>f) Deliberar sobre a participação do município em projectos e acções de cooperação descentralizada, designadamente no âmbito da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.</p>	<p>3 - É ainda da competência da assembleia municipal, <i>em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal</i> :</p> <p>a) Aprovar os planos necessários à realização das atribuições municipais;</p> <p>b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei.</p> <p>4 - É também da competência da assembleia municipal, <i>sob proposta da câmara municipal</i> :</p> <p>a) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal, nos termos e com as competências previstos na lei;</p> <p>b) Deliberar sobre a afectação ou desafectação de bens do domínio público municipal, nos termos e condições previstos na lei;</p> <p>c) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação, de acordo com a lei;</p> <p>d) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;</p>

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>5 - Compete à câmara municipal, em matéria de licenciamento e fiscalização :</p> <p>a) Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;</p> <p>b) Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos;</p> <p>c) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;</p> <p>d) Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos.</p> <p>6 - Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos :</p> <p>a) Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.os 2 a 4 do artigo 53.º;</p> <p>b) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias;</p> <p>c) Propor à assembleia municipal a concretização de delegação de parte das competências da câmara nas freguesias que nisso tenham interesse, de acordo com o disposto no artigo 66.º;</p>	<p>e) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou outro, a instituições legalmente constituídas pelos seus funcionários, tendo por objecto o desenvolvimento das actividades culturais, recreativas e desportivas, bem como a atribuição de subsídios a instituições legalmente existentes, criadas ou participadas pelos serviços municipalizados ou criadas pelos seus funcionários, visando a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respectivos familiares.</p>

continuação

<p>Competências da Câmara Municipal (art. 64.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competências da Assembleia Municipal (art. 53.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>d) Propor à assembleia municipal a realização de referendos locais.</p> <p>7 - Compete ainda à câmara municipal:</p> <p>a) Elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva;</p> <p>b) Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei;</p> <p>c) Propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação;</p> <p>d) Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município.</p> <p>8 - As nomeações a que se refere a alínea i) do n.º 1 são feitas de entre membros da câmara municipal ou de entre cidadãos que não sejam membros dos órgãos municipais.</p> <p>9 - A alienação de bens e valores artísticos do património do município é objecto de legislação especial.</p>	

Anexo 4YA

Enquadramento jurídico das competências dos presidentes da câmara e assembleia do município

Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002	Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002
<p>1 - Compete ao presidente da câmara municipal:</p> <p>a) Representar o município em juízo e fora dele;</p> <p>b) Executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respectiva actividade;</p> <p>c) Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal e dar cumprimento às decisões dos seus órgãos;</p> <p>d) Elaborar e manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município;</p> <p>e) Participar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dadas pelos membros da câmara, para os efeitos legais;</p> <p>f) Aprovar projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, os termos da lei;</p> <p>g) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação da câmara municipal, com a excepção das referidas no n.º 2 do artigo 54.º;</p> <p>h) Autorizar o pagamento das despesas realizadas, nas condições legais;</p>	<p>1 - Compete ao presidente da assembleia municipal:</p> <p>a) Representar a assembleia municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;</p> <p>b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;</p> <p>c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões e das reuniões;</p> <p>d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões;</p> <p>e) Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;</p> <p>f) Suspender ou encerrar antecipadamente as sessões e as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na acta da reunião;</p> <p>g) Integrar o conselho municipal de segurança;</p> <p>h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas do presidente da junta e do presidente da câmara às reuniões da assembleia municipal;</p> <p>i) Comunicar ao representante do Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;</p> <p>j) Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo regimento ou pela assembleia.</p>

continua

<p>Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>i) Comunicar anualmente, no prazo legal, o valor fixado da taxa de contribuição autárquica incidente sobre prédios urbanos, assim como, quando for o caso, a deliberação sobre o lançamento de derramas, às entidades competentes para a cobrança;</p> <p>j) Submeter a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, com excepção da norma de controlo interno;</p> <p>l) Remeter, atempadamente, ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respectiva apreciação, sem prejuízo da alínea bb) do n.º 1 do artigo 64.º;</p> <p>m) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;</p> <p>n) Convocar as reuniões ordinárias para o dia e hora que fixar, sem prejuízo do disposto no artigo 62.º, e enviar a ordem do dia a todos os membros;</p> <p>o) Convocar as reuniões extraordinárias;</p> <p>p) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões;</p> <p>q) Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;</p>	<p>2 - Compete, ainda, ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte aos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições e bens e serviços correntes, necessários ao funcionamento e representação do órgão autárquico, informando o presidente da câmara municipal para que este proceda aos respectivos procedimentos administrativos.</p>

<p>Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>r) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada, a incluir na acta da reunião;</p> <p>s) Responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores;</p> <p>t) Representar a câmara nas sessões da assembleia municipal ou, havendo justo impedimento, fazer-se representar pelo seu substituto legal, sem prejuízo da faculdade e ser acompanhado por outros membros;</p> <p>u) Responder, no prazo máximo de 15 dias, prorrogável por igual período, desde que fundamentado, aos pedidos de informação veiculados pela mesa da assembleia municipal;</p> <p>v) Promover a publicação das decisões ou deliberações previstas no artigo 91.º;</p> <p>x) Promover o cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e a publicação do respectivo relatório de avaliação;</p> <p>z) Dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Protecção Civil, o serviço municipal de protecção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas;</p> <p>aa) Presidir ao conselho municipal de segurança;</p>	

<p>Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>bb) Remeter à assembleia municipal a minuta das actas e as actas das reuniões da câmara municipal, logo que aprovadas.</p> <p>cc) Remeter à assembleia municipal, para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º, toda a documentação, designadamente relatórios, pareceres, memos e documentos de igual natureza, indispensável para a compreensão e análise crítica e objectiva da informação aí referida.</p> <p>2 - Compete ainda ao presidente da câmara municipal:</p> <p>a) Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos recursos humanos afectos aos serviços municipais;</p> <p>b) Designar o funcionário que, nos termos da lei, serve de notário privativo do município para lavrar os actos notariais expressamente previstos pelo Código do Notariado;</p> <p>c) Designar o funcionário que serve de oficial público para lavrar todos os contratos em que a lei preveja ou não seja exigida escritura;</p> <p>d) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da câmara;</p> <p>e) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino, nos casos e nos termos determinados por lei;</p> <p>f) Outorgar contratos necessários à execução das obras referidas na alínea j), assim como ao funcionamento dos serviços;</p>	

continuação

<p>Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p> <p>Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro</p> <p>g) Instaurar pleitos e defender-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiros;</p> <p>h) Promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação;</p> <p>i) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, ou outros;</p> <p>j) Promover a execução, por administração directa ou empreitada, das obras, assim como proceder à aquisição de bens e serviços, nos termos da lei;</p> <p>l) Conceder, nos casos e nos termos previstos na lei, licenças ou autorizações de utilização de edifícios;</p> <p>m) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações efectuadas por particulares ou pessoas colectivas, sem licença ou com inobservância das condições dela constantes, dos regulamentos, das posturas municipais ou de medidas preventivas, de normas provisórias, de áreas de construção prioritária, de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de planos municipais de ordenamento do território plenamente eficazes;</p>	

continua

continuação

<p>Competências do presidente da câmara (art. 68.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>	<p>Competência do presidente da assembleia (art. 54.º) Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro Diário da República - I Série-A. Suplemento, N.º 9 de 11-01-2002</p>
<p>n) Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja expropriação por utilidade pública tenha sido declarada ou cuja demolição ou beneficiação tenha sido deliberada, nos termos da alínea anterior e da alínea c) do n.º 5 do artigo 64.º, mas, nesta última hipótese, só quando na vistoria se verificar a existência de risco eminente de desmoronamento ou a impossibilidade de realização das obras sem grave prejuízo para os moradores dos prédios;</p> <p>o) Conceder licenças policiais ou fiscais, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas;</p> <p>p) Determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas, nos termos da lei, com a faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da câmara;</p> <p>q) Dar conhecimento aos restantes membros do órgão executivo e remeter ao órgão deliberativo cópias dos relatórios definitivos resultantes de acções tutelares ou de auditorias sobre a actividade do órgão executivo e dos serviços, no prazo máximo de 10 dias após o recebimento dos mesmos;</p> <p>r) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas.</p>	

continuação

Concelhos	17-12-1993						14-12-1997						16-12-2001						09-10-2005							
	CM			AM			CM			AM			CM			AM			CM			AM				
	H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M		H	M			
Espinho	6	1		18	3		7			20	1		20	1		7			17	4		6	1		16	5
Gondomar	11			30	3		9	2		27	6		10	1		10	1		25	8		9	2		29	4
Maia	8	1		25	2		8	1		24	3		8	1		8	1		21	6		8	1		21	6
Matosinhos	10	1		32	1		8	3		29	4		10	1		10	1		26	7		9	2		25	8
Porto	9	4		36	3		9	4		33	6		11	2		11	2		30	9		10	3		31	8
Póvoa de Varzim	7			20	1		6	1		20	1		8	1		8	1		23	4		8	1		21	6
Valongo	7	2		27			9			24	3		8	1		8	1		23	4		8	1		25	2
Vila do Conde	9			29	2		7	2		30	1		7	2		7	2		27	4		8	1		25	6
Vila Nova de Gaia	11			29	4		10	1		30	3		11			11			29	4		10	1		28	5
AMP	78	9		246	19		73	14		237	28		80	9		80	9		221	50		76	13		221	50
Arouca																						7			17	4
Santa Maria da Feira																						7	2		22	5
Santo Tirso																						5	2		17	4
São João da Madeira																						6	1		28	5
Trofa																						10	1		17	4
GAMP																						111	19		322	72
%	89,7	10,3		92,8	7,2		83,9	16,1		89,4	10,6		89,9	10,1		81,5	18,5		81,5	18,5		85,4	14,6		81,5	18,5

Fonte: CNE, www.eleicoes.cne.pt

a) Não houve publicação oficial dos resultados eleitorais das eleições autárquicas de 1976, 1979, 1982 e 1985. Os resultados oficiais de 1989 não contemplam a identificação dos eleitos locais.

Anexo 4AB

Número de equipamentos municipais por concelho da AMP, 2005

	Pavilhões gimnodesportivos	Instalações desportivas descobertas	Piscinas	Parques infantis	Auditórios	Bibliotecas	Arquivos	Museus	Creches	Escolas do pré-escolar	Escolas do ensino básico	Lares	Estabelecimentos de saúde	Pavilhões multusos	Mercados	Parques de campismo	Parques urbanos	Parques de estacionamento	Parques industriais	Áreas de localização empresarial	Total
Espinho	1	1	3	1	3	1	1	0	11	115	17	1	4	1	4	1		9	1	1	176
Gondomar	10	5	6	7	3	1	0	1	0	0	70	0	0	1	3	0	1	3	1	1	113
Maia	14	42	7	21	6	1	1	1	41	154	42	4	12	0	2	0	5				353
Matosinhos	7	24	8	30	13	3	2	3	15	42	10	26	1	1	3	1	12	7			208
Porto	1	27	4	26	7	2	1	7	52	349	57	4	0	0	12	0	3	27			579
Póvoa de Varzim	1	0	3	11	3	1	1	1	19	146	33	0	0	0	1	0	1	14	1		236
Valongo	2	25	5	19	6	5	1	3	44	164	27	0	0	0	2	0	2				305
Vila do Conde	4	21	2	19	3	1	1	4	44	174	49	0	0	1	2	0	1	2			328
Vila Nova de Gaia	10	42	4	34	8	9	2	3	83	501	104	0	0	1	2	2	4	3	3	0	815
Total AMP	50	187	42	168	52	24	10	23	309	1645	409	35	17	5	31	4	29	65	6	2	3113
Total nacional	523	3087	609	3168	476	469	141	314	3551	14577	7778	492	406	113	701	131	311	618	295	112	37872

Fonte: DGA/L, Administração local em números 2005

Anexo 4BB

Grelha de equipamentos culturais e recreativos utilizada no estudo *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte, 1991*

Equipamento	Definição
Bibliotecas	Espaço acessível à leitura de forma habitual organizada.
Arquivos	Repositório de documentos escritos habitualmente acessível a público geral ou restrito.
Museus	Espaço de conservação, exposição e animação de objectos, documentos e práticas sociais.
Cinemas: Cine-Teatros; Cineclubes	Espaço de projecção de filmes, representações teatrais, concertos geralmente utilizados segundo uma organização comercial.
Teatros	Espaço de representações cénicas, musicais, ballet.
Auditórios	Espaço físico ordenado à realização de concertos, conferências e colóquios, pequenos espectáculos.
Centros culturais	Espaço de animação promovendo, por si ou por outrem, nomeadamente associações locais ou regionais, uma diversidade de iniciativas de carácter cultural, social ou económico. Por vezes esta designação é usada para instituições em tudo idênticas à definição da categoria "associações" nomeadamente no caso de não dispor de qualquer espaço para actividades que não as administrativas, mas com mais frequência e propriedade aponta para actividades múltiplas, p.ex. biblioteca, galeria, sala de conferências.
Fundações	Espaço pertencente a uma instituição peculiar (fundação) que aí exercita alguma função cultural aberta ao público, ex: biblioteca, museu ou sala de exposições, conferências. Pode, pois, identificar-se em termos de actividades com itens já referidos.
Galerias de exposições	Espaço especificamente destinado à exposição de obras de arte ou tecnologias plásticas, não incluído ou identificado em itens anteriores.
Equipamentos de juventude	Todo o espaço destinado a acolher para fins de hospitalidade, informação, recreio, intercâmbio ou formação, a juventude (ex: pousada, casa de cultura juvenil, centro de apoio, etc.).

continua

continuação

Equipamento	Definição
Outros espaços de actividades culturais	Todo o espaço não identificado anteriormente, disponível, de modo eventual ou habitual, para a prática de actividades socioculturais: concertos, conferências, exposições, etc. Nesta categoria incluem-se, entre outros, aqueles espaços frequentemente usados ou facilmente usáveis, em muitos lugares pela sua qualidade ou pela inexistência de melhor (ex: bombeiros, igrejas, palácios, salões paroquiais, casas do povo), que possam receber pelo menos 80 pessoas.
Espaços qualificados de actividades recreativas	Todo o espaço não identificado anteriormente, disponível de modo eventual ou habitual, para a prática de actividades recreativas.
Imprensa regional	Publicações de carácter predominantemente informativo e publicação periódica de âmbito local ou regional.
Rádios locais	Centro de emissão radiofónica de âmbito local ou regional.
Associações	Espaço que serve pelo menos de sede a uma associação cultural e que permite identificar, em cada terra, as iniciativas de importância local ou regional. Referenciar nesta categoria apenas quando não identificado com outra.

Fonte: CCRN, *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*

Anexo 4CB

Grelha de equipamentos culturais utilizada no estudo *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, 1999

Equipamento	Definição
Bibliotecas	Bibliotecas municipais e/ou da Gulbenkian. Define-se como um espaço organizado, com estrutura própria e serviços, que permita a conservação de documentos, impressos ou gráficos, audiovisuais ou microformas, etc., com fins de informação, investigação, educação ou recreio, destinado à leitura de livre acesso ao público em geral. Salienta-se o facto de alguns destes equipamentos possuírem outros espaços, nomeadamente auditórios e/ou salas de exposições, não quantificados.
Arquivos	Arquivos municipais, distritais e/ou outros arquivos históricos específicos. Define-se como um depósito, lugar ou edifício onde se guardam documentos escritos, entre outros. São de livre acesso ao público em geral ou de acesso mais restrito consoante a organização e dinâmica.
Museus	Museus classificados como tal e/ou outros associados a fundações que merecem destaque de âmbito municipal. Define-se como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Estabelecimento aberto ao público, onde estão reunidas colecções de objectos de arte, de ciência, etc., e que investiga, adquire, conserva, informa e expõe o património cultural para fins de estudo, educação e recreio. São apoiados pela autarquia, fundações ou Instituto Português dos Museus. Salienta-se o facto de alguns destes equipamentos deterem outros espaços, nomeadamente auditórios e/ou salas de exposições.
Cinemas	Sala de uso exclusivo para cinema não inserida noutros espaços culturais. Define-se como uma sala destinada à projecção de filmes.
Salas de teatro	Salas de teatro e/ou cine-teatro. Corresponde a um espaço para representações teatrais, musicais de dança e/ou concertos, geralmente preparados por uma organização comercial. Salienta-se o facto de se ter contabilizado um equipamento, independentemente do número de salas que este possa conter.

continua

continuação

Equipamento	Definição
Auditórios	Auditórios municipais, entre outros. Define-se como uma sala destinada a conferências e/ou espectáculos relacionados com canto, música, recitais entre outros.
Fundações	Fundações ligadas a actividades culturais com sede própria. São instituições de várias valências, nomeadamente museu, auditório e/ou sala de exposições. Define-se como um equipamento de utilidade pública onde ocorrem acções de índole cultural.
Galerias de exposições	Salas, galerias e/ou centros de exposições de arte. São locais de exposição temporária de obras de arte, independentemente de serem ou não transaccionáveis.
Equipamentos juvenis	Equipamentos especificamente vocacionados para a população juvenil, nomeadamente nas actividades culturais, hospitalidade, recreio, intercâmbio, informação e/ou formação.
Centro cultural	Equipamento autónomo que inclui diversas valências culturais não quantificadas separadamente, também designada casa da cultura e/ou Forum.
Salas de espectáculos	Salas para espectáculos não quantificadas anteriormente.
Planetário	Edifício destinado a informação e divulgação de conhecimentos relativos a astronomia.
Centro de exposições	Grandes centros, parques e/ou outros espaços para exposições de temas diversos.
Casino	Edifício de acesso público, dotado de espaços destinados a convívio, dança, jogos de azar ou de salão e espectáculos vários.

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4DB

Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo *Inventário dos equipamentos culturais e recreativos da Região do Norte*, 1991

Tipo de Equipamento	Definição
Equipamentos desportivos de base/formativos	Equipamentos fundamentais da Rede, servindo para actividades organizadas por grupos enquadrados, quer em treino, quer em competição de nível local. Correspondem aos equipamentos ditos "normalizados" e o seu dimensionamento e localização deve ser feito em função dos utentes escolares em actividades curriculares e das colectividades desportivas locais, com condições de polivalência. São os Grandes campos de jogos (as Pistas de atletismo, os Pequenos campos de jogos, os Pavilhões e as Piscinas (É desejável concebê-los para funções de polivalência e flexibilidade de utilização: rendimento e recreação).
Equipamentos recreativos básicos	Equipamentos vocacionados para a movimentação espontânea em actividades não codificadas de jogo e recreio na linha do "Desporto para Todos" e ocupação dos tempos livres, por todos os escalões da população. Localizam-se na extensão dos locais de habitação ou no centro dos quarteirões. São exemplos: os jardins e parques de bolso, parques infantis, quintais desportivos e pátios desportivos, circuitos de manutenção...
Equipamentos desportivos especializados	Equipamentos destinados à prática desportiva e recreativa de modalidades particulares, exigindo espaços caracterizados por grande especificidade de organização. A sua previsão é ditada pela tradição desportiva na modalidade e pelas suas condições específicas de desenvolvimento na região. São exemplos: as instalações para desportos náuticos, campos de golfe, campos de tiro com armas de caça e tiro com arco...
Equipamentos de competição/espectáculo	Equipamentos orientados para a realização de competições de alto nível nacional e internacional, com grande capacidade de público e respectivas infra-estruturas para comunicação social... São exemplos: os Estádios de futebol, de Atletismo, de Râguebi, Piscinas "olímpicas", Pavilhões de competição, Palácios de desporto, Velódromos, Hipódromos, Autódromos, Kartódromos...

Fonte: GEPAT, Normas para a programação de equipamentos colectivos

Anexo 4EB

Grelha de equipamentos desportivos utilizada no estudo *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*, 1999

Equipamento	Definição
Piscinas	Piscinas cobertas e descobertas excluindo-se, de um modo geral, os tanques, nomeadamente tanques de aprendizagem, tanques infantis e cubas de saltos.
Pavilhões	Salas de desporto e/ou pavilhões gimnodesportivos municipais e/ou associados a equipamentos de ensino, complexos desportivos e/ou associações desportivas.
Grandes campos de jogos	Estádios de futebol, campos de futebol e campos de treinos.
Pequenos campos de jogos	Recintos polivalentes ao ar livre, polidesportivos, campos de andebol, basquetebol, voleibol e/ou ringues municipais, campos associados a equipamentos de ensino público.
Courts de ténis	Cobertos e/ou descobertos, isolados ou em complexos desportivos incluídos em campos de ténis.
Campos de squash	Espaços específicos para a prática desta modalidade.
Pista de atletismo	Espaços com pistas específicas para a prática desta modalidade.
Centros de equitação	Centros hípicas associados à prática desta modalidade.
Circuitos de manutenção	Todos os circuitos específicos que possibilitem este tipo de prática desportiva.
Campos de golf	Campos e equipamentos de apoio específico à prática desta modalidade.
Mini-golf	Locais que incluem os campos e equipamentos de apoio à prática de mini-golf e/ou peter-golf.
Pista de motocross	Pistas destinadas exclusivamente à prática desta modalidade.
Kartódromo	Circuitos e equipamentos de apoio à prática de karting.
Aérodromos/aeroclubes	Locais específicos constituídos por pistas e equipamentos de apoio à prática de desportos associados ao voo desportivo.
Paraquedismo	Locais disponíveis para prática desta modalidade.

continua

continuação

Equipamento	Definição
Modelismo	Locais específicos para a prática de modalidades associadas ao modelismo, nomeadamente aeromodelismo e automodelismo.
Campo de tiro	Locais específicos à prática desta modalidade.
Zona para desportos náuticos	Locais que possibilitem a prática de desportos náuticos que incluem equipamentos de apoio.
Recinto para desportos radicais	Recintos para a prática destes desportos, incluindo parede para escalada.
Ringue de patinagem no gelo	Locais específicos para a prática desta modalidade.

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4FB

Equipamentos culturais do concelho de Espinho por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Anta	1														1
Espinho	1	1		1	1			1		1 ^{a)}				1	6
Guetim															
Paramos															
Silvalde															
Total	2	1		1	1			1						1	7

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

^{a)} Não incluído por se encontrar em fase de construção.

Anexo 4GB

Equipamentos culturais do concelho de Gondomar por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Baguim do Monte															
Covelo															
Fânzeres	1														1
Foz do Sousa															
Jovim															
Lomba															
Medas															
Melres															
Rio Tinto										1					1
São Cosme			1			1									2
São Pedro da Cova			1							1					2
Valbom							1								1
Total	1		2			1	1			2					7

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4HB

Equipamentos culturais do concelho da Maia por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Águas Santas				11											11
Barca															
Folgosa															
Gemunde															
Godim															
Gueifães															
Maia	2	1		1		3		9							16
Milheirós															
Moreira	1														1
Nogueira															
Pedrouços										1					1
S. Pedro Avioso															
S. Pedro Fins															
Silva Escura															
Sta. M. ^a Avioso															
Vila Nova Telha															
Vermoim															
Total	3	1		12		3		9		1					29

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4IB

Equipamentos culturais do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Custóias															
Guifões															
Lavra			1												1
Leça do Balio						1									1
Leça da Palmeira			2										1		3
Matosinhos	1			1		1			1						4
Perafita								1							1
Santa Cruz do Bispo															
S. Mamede de Infesta			1					1							2
Senhora da Hora				8											8
Total	1		4	9		2		2	1				1		20

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4JB

Equipamentos culturais do concelho do Porto por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Aldoar			1		1		1								3
Bonfim	1		2	8				5							16
Campanhã			2		1		1								4
Cedofeita			1	1				6							8
Foz do Douro							2								2
Lordelo do Ouro			1				1	2	1	1					6
Massarelos			3	6	1	1	1	10	1			1			24
Miragaia			1		1		1	4							7
Nevogilde															
Paranhos					1		1	2							4
Ramalde			1	1			1	1							4
Santo Ildefonso		1		6	4			2			1				14
S. Nicolau		1	1		1		1	4					1		9
Sé		1	3		1			1							6
Vitória		1	1			1		7	1						11
Total	1	4	17	22	11	2	10	44	3	1	1	1	1		118

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4KB

Equipamentos culturais do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
A-Ver-o-Mar															
Aguçadoura															
Amorim															
Argivai															
Balasar															
Beiriz															
Estela															
Laúndos															
Navais															
Póvoa de Varzim	1			8	1	1		1	1					1	14
Rates															
Terroso															
Total	1			8	1	1		1	1					1	14

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4LB

Equipamentos culturais do concelho de Valongo por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Alfena										1					1
Campo															
Ermesinde	1							1							2
Sobrado															
Valongo	1	1	1		1	2		2							8
Total	2	1	1		1	2		3		1					11

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4MB

Equipamentos culturais do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditiório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Arcos															
Árvore															
Aveleda															
Azurara															
Bagunte															
Canidelo															
Fajozes															
Ferreiro															
Fornelo															
Gião															
Guilhabreu															
Junqueira															
Labruge															
Macieira da Maia															
Malta															
Mindelo															
Modivas															
Mosteiró															
Outeiro Maior															
Parada															
Retorta															
Rio Mau															
Tougues															
Touguinha															
Touguinhó															
Vairão			1												1
Vila Chã															
Vila do Conde	1	1	7			1		1	1						12
Vilar			1												1
Vilar do Pinheiro															
Total	1	1	9			1		1	1						14

Fonte: CCRN, *Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP*

Anexo 4NB

Equipamentos culturais do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999

	Biblioteca	Arquivo	Museu	Cinema	Teatro	Auditório	Fundação	Galeria	Equipamento juvenil	Centro cultural	Sala de espectáculos	Planetário	Centro de exposições	Casino	Total
Arcozelo															
Avintes						1									1
Canelas										1					1
Crestuma															
Grijó															
Gulpilhares															
Lever															
Madalena															
Mafamude (Gaia)	1	1	2			1		3					1		9
Olival															
Oliveira do Douro															
Pedroso															
Perosinho															
Sandim															
Santa Marinha				9											9
S. André Canidelo															
S. Félix da Marinha															
S. Pedro da Afurada				21											21
Seixezelo															
Sermonde															
Serzedo															
Valadares															
Vilar de Andorinho															
Vilar do Paraíso															
Total	1	1	2	30		2		3		1			1		41

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4OB

Equipamentos desportivos do concelho de Espinho por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Anta	1			2																		3
Espinho	1	1	2	1																1		6
Guetim				1																		1
Paramos				1					1						1	1	1					5
Silvalde			2	2		16	4				1											25
Total	2	1	4	7		16	4		1		1				1	1	1			1		40

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4PB

Equipamentos desportivos do concelho de Gondomar por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Baguim do Monte				1																		1
Covelo			1	1															1			3
Fânzeres			1	2																		3
Foz do Sousa				4																		4
Jovim				1	2																	3
Lomba			1	1																		2
Medas	1		2	1																		4
Melres				1	1														1			3
Rio Tinto	1		2	2	1	1				1												8
São Cosme			3	3		3																9
São Pedro da Cova	1		2	2																		5
Valbom			2		2			1											1			6
Total	3		14	18	7	4		1	1	1									3			51

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4QB

Equipamentos desportivos do concelho da Maia por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total	
Águas Santas	3		5	1	5																		14
Barca				1	1								1										3
Folgosa	3 ^{a)}			1											1	1	1						4
Gemunde			1	1	1									1									4
Godim				1																			1
Gueifães	3		2		2																		7
Maia	4				1																1		6
Milheirós				1	1												1						3
Moreira	1	1	4			2																	8
Nogueira				1	1																		2
Pedrouços			1	3	3	2																	9
S. Pedro Avioso																							
S. Pedro Fins				1	1	2																	4
Silva Escura				1	1				1														3
Santa Maria Avioso		3	2			2											1						8
Vila Nova da Telha				1	2																		3
Vermoim	4 ^{b)}		3	3	2	8		1												1			18
Total	11	4	18	16	21	16	1	1	1				1	1	1	1	1	3		1	1	1	97

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

^{a)} 3 piscinas em construção.

^{b)} 4 piscinas em construção.

Anexo 4RB

Equipamentos desportivos do concelho de Matosinhos por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinagem no gelo	Total	
Custóias			2	2	6	2																	12
Guiões			1	1	3														1				6
Lavra			2	3	2	2																	9
Leça do Balio	1		1	1	5																		8
Leça da Palmeira	1	1	4	1	2	2			1	1									1				14
Matosinhos	1		7		8									1									16
Perafita				4	1	2																	8
Santa Cruz do Bispo			1	1		1																	3
São Mamede de Infesta	1		2	2	3	4																	12
Senhora da Hora		2	6	4	11	7																	30
Total	4	3	26	19	41	20			1	1				1					1	1			118

Fonte: CCRN. Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4SB

Equipamentos desportivos do concelho do Porto por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Aldoar				1	1																	1
Bonfim			2	1																		3
Campanhã	1	1	4	5	5	6	3			1		1										27
Cedofeita	2		3	1		13						2										21
Foz do Douro						6																6
Lordelo do Ouro	1		3	1	6	3		1		2												17
Massarelos	1		1			3	4														1	10
Miragaia																						
Nevogilde																						
Paranhos			1	2	7	6			1													17
Ramalde			4	2	5	10		1														22
Santo Ildefonso				1																		1
São Nicolau					1																	1
Sé					2																	2
Vitória																						
Total	5	1	18	13	27	47	7	2	1	3		3									1	128

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4TB

Equipamentos desportivos do concelho de Póvoa de Varzim por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
A-Ver-o-Mar			1	1																		2
Aguçadoura				1																		1
Amorim				1	1																	2
Argivai				1																		1
Balasar				1	1																	2
Beiriz			1	1																		2
Estela				1							1											2
Laúndos				1	1																	2
Navais				1	1																	2
Póvoa de Varzim	3	2	5	2	7	8	2												1			30
Rates			1	1	1														1			4
Terroso				1																		1
Total	3	2	8	13	12	8	2				1							1	1			51

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4UB

Equipamentos desportivos do concelho de Valongo por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total	
Alfena	1		1	1	5	4																	12
Campo	1			2	3																		6
Ermesinde	1		4	2	8	2																	17
Sobrado	1			1	2																		4
Valongo	1		3	1	7	1														1			14
Total	5		8	7	25	7														1			53

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4VB

Equipamentos desportivos do concelho de Vila do Conde por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total		
Arcos				2	1																		3	
Árvore				1	1																			2
Aveleda				1	1	2																		4
Azurara	1				1																			2
Bagunte				1	1																			2
Canidelo					1																			1
Fajozes				1	1																			2
Ferreiro					1																			1
Fornelo				1	1																			2
Gião				1	1																			2
Guilhabreu				1	1								1											3
Junqueira				1	2																			3
Labruge			1	1																				2
Macieira da Maia			1	1	2																			4
Malta			1	1	1																			2
Mindelo			1	1	2																			4
Modivas			1	1	1																			2

continua

continuação

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Mosteiro					1																	1
Outeiro Maior				1																		1
Parada					1																	1
Retorta					1																	1
Rio Mau				1	1																	2
Tougues				1	1																	2
Touguinha					1																	1
Touguinhó					1																	1
Vairão				1	1																	2
Vila Chã				1	1																	2
Vila do Conde	2	1	4	3	12	4	2			1		1								2		32
Vilar				2	1																	3
Vilar do Pinheiro				1	2																	3
Total	3	1	7	26	43	6	2			1		1	1							2		93

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4WB

Equipamentos desportivos do concelho de Vila Nova de Gaia por freguesia, 1999

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraqueidismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total
Arcozelo			1	1	1					1												4
Avintes			1	2	3					1												7
Canelas			1	3	4	1																9
Crestuma			1	1	1														1			4
Grijó				1	2																	3
Gulpihares			1	1	2	3					1											8
Lever				1	1																	2
Madalena			1		1																	2
Mafamude (Gaia)	3		6	1	6	2																18
Olivai	1		1		3																	5
Oliveira do Douro			7	2	3	2			1													15
Pedroso			3	1	3																	7
Perosinho				1	1													1				3
Sandim			1	2																		3
Santa Marinha	1		3	2	4	2													4			16
S. André Camidelo			1	1	4																	6
S. Félix da Marinha		1		1	1	2																5

continua

continuação

	Piscina coberta	Piscina descoberta	Pavilhão	Grande campo de jogos	Pequeno campo de jogos	Courts de ténis	Campo de squash	Pista de atletismo	Centro de equitação	Circuito de manutenção	Campo de golf	Mini-golf	Pista de motocross	Kartódromo	Aeródromo	Paraquedismo	Modelismo	Campo de tiro	Desportos náuticos	Desportos radicais	Patinação no gelo	Total		
S. Pedro da Afurada					1																		1	
Seixezelo																								
Sermonde																								
Serzedo				1	1				1															3
Valadares				1	2																			4
Vilar de Andorinho				1	2																			3
Vilar do Paraíso					1					1														2
Total	5	1	30	23	47	12			2	3	1							1	5				130	

Fonte: CCRN, Levantamento e caracterização dos equipamentos culturais e desportivos da AMP

Anexo 4XB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos do Continente, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
	620	209	4 572 486	2 747 642	60,1
Desporto	3428	443	9 224 266	3 988 094	43,2
	994	314	6 462 038	3 570 690	55,3
Cultura e Lazer	1315	293	5 715 718	2 940 263	51,4
	390	167	3 127 775	2 022 933	64,7
	742	210	4 336 861	2 421 371	55,8
Alojamento	375	183	2 840 459	2 017 014	71
Turístico	795	233	3 870 846	2 197 549	56,8
	211	52	1 036 579	559 782	54
	752	71	1 574 842	447 842	28,4

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 4 047

Freguesias integradas em cidades: 510

População residente (à data dos Censos de 2001): 9 869 343

População residente em freguesias integradas em cidades: 4 267 249

Anexo 4YB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos nos concelhos da Região Norte, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
	205	78	1 446 072	1 001 492	69,3
Desporto	1679	172	3 370 151	1 341 657	39,8
	327	109	1 996 862	1 185 771	59,4
Cultura e Lazer	506	100	1 925 703	1 036 486	53,8
	134	57	1 049 523	771 402	73,5
	221	61	1 126 905	638 970	56,7
Alojamento	148	74	992 387	798 776	80,5
Turístico	294	88	1 331 123	871 202	65,4
	64	14	234 115	156 532	66,9
	370	29	523 539	120 034	22,9

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 2 026

Freguesias integradas em cidades: 202

População residente (à data dos Censos de 2001): 3 687 293

População residente em freguesias integradas em cidades: 1 469 960

Anexo 4ZB

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Espinho, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
Desporto		2	20 840	20 840	100
	Piscina				
	Campo de jogos descoberto	5	33 701	28 380	84,2
Cultura e Lazer	Pavilhão desportivo ou ginásio	1	10 225	10 225	100
	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	2	14 014	10 225	73
	Écran de cinema	1	10 225	10 225	100
	Biblioteca aberta ao público	3	19 297	17 765	92,1
	Hotel ou hotel-apartamento	1	10 225	10 225	100
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	1	10 225	10 225	100
	Parque de campismo e/ou caravanismo	1	10 225	10 225	100
	Turismo no espaço rural	1	10 225	10 225	100

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 5

Freguesias integradas em cidades: 3

População residente (à data dos Censos de 2001): 33 701

População residente em freguesias integradas em cidades: 28 380

Anexo 4AC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Gondomar, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
Desporto	6	2	129 039	73 412	56,9
	12	2	164 096	73 412	44,7
	11	2	156 984	73 412	46,8
Cultura e Lazer	9	2	140 474	73 412	52,3
	2	1	32 829	25 717	78,3
	3		41 086		
Alojamento Turístico	1		3 945		
	2		8 823		
	1		2 353		
	1		1 711		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 12

Freguesias integradas em cidades: 2

População residente (à data dos Censos de 2001): 164 096

População residente em freguesias integradas em cidades: 73 412

Anexo 4CC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Matosinhos, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente			
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades		
				N.º de habitantes	%	
Desporto	Piscina	7	3	124 689	69 245	55,5
	Campo de jogos descoberto	10	3	167 026	69 245	41,5
	Pavilhão desportivo ou ginásio	10	3	167 026	69 245	41,5
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	8	3	142 853	69 245	48,5
	Écran de cinema	5	3	108 086	69 245	64,1
	Biblioteca aberta ao público	7	2	127 827	52 030	40,7
Alojamento Turístico	Hotel ou hotel-apartamento	4	2	87 919	45 703	52
	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	6	3	123 759	69 245	56
	Parque de campismo e/ou caravanismo	1		9 408		
Turismo no espaço rural						

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 10

Freguesias integradas em cidades: 3

População residente (à data dos Censos de 2001): 167 026

População residente em freguesias integradas em cidades: 69 245

Anexo 4DC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho do Porto, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente	
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades
				N.º de habitantes
Piscina	10	10	244 656	100
Desporto	12	12	247 430	100
	12	12	218 717	100
Cultura e Lazer	12	12	223 392	100
	8	8	184 964	100
	3	3	73 981	100
Alojamento	11	11	216 323	100
Turístico	11	11	213 949	100
	1	1	37 647	100
Turismo no espaço rural				

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 15

Freguesias integradas em cidades: 15

População residente (à data dos Censos de 2001): 263 131

População residente em freguesias integradas em cidades: 263 131

Anexo 4EC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Póvoa de Varzim, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
Desporto	1	1	27 810	27 810	100
	12	5	63 470	45 044	71
	3	2	39 311	36 772	93,5
Cultura e Lazer	6	2	41 345	29 997	72,6
	2	1	30 349	27 810	91,6
	4	2	35 011	29 997	85,7
	4	3	42 597	40 001	93,9
Alojamento Turístico	3	1	32 878	27 810	84,6
	1		2 596		
Turismo no espaço rural	2		4 222		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 12

Freguesias integradas em cidades: 5

População residente (à data dos Censos de 2001): 63 470

População residente em freguesias integradas em cidades: 45 044

Anexo 4FC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Valongo, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente			
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades N.º de habitantes %		
Desporto	Piscina	5	2	86 005	57 013	66,3
	Campo de jogos descoberto	4	1	47 690	18 698	39,2
	Pavilhão desportivo ou ginásio	3	2	70 678	57 013	80,7
Cultura e Lazer	Sala de espetáculos/sala de conferências/congressos	5	2	86 005	57 013	66,3
	Écran de cinema	5	2	86 005	57 013	66,3
	Biblioteca aberta ao público	5	2	86 005	57 013	66,3
Alojamento Turístico	Hotel ou hotel-apartamento	1	1	18 698	18 698	100
	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	3	2	65 658	57 013	86,8
	Parque de campismo e/ou caravanismo					
Turismo no espaço rural						

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 5

Freguesias integradas em cidades: 2

População residente (à data dos Censos de 2001): 86 005

População residente em freguesias integradas em cidades: 57 013

Anexo 4GC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila do Conde, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente		
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades	
				N.º de habitantes	%
Desporto	2	1	29 133	25 731	88,3
	28	1	68 720	25 731	37,4
	6	1	38 123	25 731	67,5
Cultura e Lazer	13	1	47 699	25 731	53,9
	1	1	25 731	25 731	100
	3	1	28 101	25 731	91,6
	3	1	30 412	25 731	84,6
Alojamento Turístico	1	1	25 731	25 731	100
	4		11 792		
Turismo no espaço rural	4		3 887		

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 30

Freguesias integradas em cidades: 1

População residente (à data dos Censos de 2001): 74 391

População residente em freguesias integradas em cidades: 25 731

Anexo 4HC

Número de freguesias equipadas e população residente em freguesias equipadas por equipamento e serviços culturais, desportivos e turísticos no concelho de Vila Nova de Gaia, 2002

Equipamentos e Serviços	Número		População residente			
	Total	Integradas em cidades	N.º de habitantes	Integradas em cidades		
				N.º de habitantes	%	
Desporto		8	4	143 393	66,8	
	Piscina			95 764		
	Campo de jogos descoberto	24	10	288 749	178 255	61,7
Cultura e Lazer	Pavilhão desportivo ou ginásio	16	8	241 526	161 687	66,9
	Sala de espectáculos/sala de conferências/congressos	12	6	163 308	114 219	69,9
	Écran de cinema	6	3	92 221	79 054	85,7
	Biblioteca aberta ao público	10	5	127 383	88 248	69,3
	Hotel ou hotel-apartamento	6	5	109 769	98 598	89,8
Alojamento Turístico	Pensão (pensão, pensão-residencial, albergaria)	5	3	76 012	58 003	76,3
	Parque de campismo e/ou caravanismo	3	3	42 188	42 188	100
	Turismo no espaço rural					

Fonte: INE, CESAP-Norte 2002

Número de freguesias: 24

Freguesias integradas em cidades: 10

População residente (à data dos Censos de 2001): 288 749

População residente em freguesias integradas em cidades: 178 255

Anexo 4IC

Municípios geminados da AMP, autarquias locais com as quais se encontram geminados e respectivos países, 2007

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
Espinho	Bolama	Guiné-Bissau
	Burnoy	França
	Itajaí	Brasil
	Rio de Janeiro	Brasil
	Maricá	Brasil
	Beira	Moçambique
	São Filipe	Cabo Verde
Gondomar	Barton	Reino Unido
	Feyzin	França
	Praia	Cabo Verde
	Pontevedra	Espanha
	Gondomar	Espanha
Maia	Lanzhou ^{a)}	China
	Shangai ^{a)}	China
	Andrézieux - Bouthéon	França
	Mantes-la-Solie	França
	São Nicolau ^{a)}	Cabo Verde
	Sault Saint Marie	Canadá
	Mirandela	Portugal
	Nampula ^{a)}	Moçambique
	Castilla y León ^{a)}	Espanha
Valpaços	Portugal	
Matosinhos	Caué - Cidade de Angolares	São Tomé e Príncipe
	Congonhas do Campo	Brasil
	Mansoa	Guiné-Bissau
	Mérignac	França
	Nacala	Moçambique
	São Filipe	Cabo Verde
	Luanda ^{a)}	Angola
	Villagarcia de Arousa	Espanha
Porto	Beira	Moçambique
	Bordeaux	França
	Bristol	Reino Unido
	Duruelo de la Sierra	Espanha
	Jena	Alemanha
	Lembá - Neves	São Tomé e Príncipe
	Liège	Bélgica

continua

continuação

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
Porto	Luanda	Angola
	Macau	China
	Mindelo	Cabo Verde
	N'dola	Zâmbia
	Nagasaki	Japão
	Recife	Brasil
	Vigo	Espanha
	Xangai	China
	Léon	Espanha
	Canchungo ^{a)}	Guiné-Bissau
	Brno ^{a)}	República Checa
	Boavista ^{a)}	Cabo Verde
Póvoa de Varzim	Montgeron	França
	Eschborn	Alemanha
	Zabbar	Malta
Valongo	Fortaleza	Brasil
	Luanda	Angola
	Me-Zochi - Cidade de Trindade	São Tomé e Príncipe
	Trélazé	França
Vila do Conde	Baucau ^{b)}	Timor Lorosae
	Lobata – Cidade de Guadalupe ^{b)}	São Tomé e Príncipe
	Mansoa ^{b)}	Guiné-Bissau
	Mindelo ^{b)}	Cabo Verde
	Mossel Bay ^{b)}	África do Sul
	Ferrol	Espanha
	Le Cannet	França
	Olinda	Brasil
Portalegre	Portugal	
Vila Nova de Gaia	Manhiça	Moçambique
	Praia	Cabo Verde
	Zamora ^{b)}	Espanha
	São João da Pesqueira	Portugal
Arouca	<i>Poligny</i>	<i>França</i>
	<i>Santos</i>	<i>Brasil</i>
Santa Maria da Feira	<i>Catió ^{a)}</i>	<i>Guiné-Bissau</i>
	<i>Joué les Tours</i>	<i>França</i>
	<i>Targovishte</i>	<i>Bulgária</i>
Santo Tirso	<i>Alcazar de San Juan</i>	<i>Espanha</i>
	<i>Cantagalo - Cidade Santana</i>	<i>São Tomé e Príncipe</i>
	<i>Celanova</i>	<i>Espanha</i>

continua

continuação

Municípios geminados	Autarquias locais geminadas	Países
<i>Santo Tirso</i>	<i>Clichy la Garenne</i>	<i>França</i>
	<i>Gross Umstadt</i>	<i>Alemanha</i>
	<i>Mâcon</i>	<i>França</i>
	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Brasil</i>
<i>São João da Madeira</i>	<i>Maio</i>	<i>Cabo Verde</i>
	<i>Alcobaça</i>	<i>Portugal</i>
	<i>Felgueiras</i>	<i>Portugal</i>
	<i>Nampula</i>	<i>Moçambique</i>
	<i>Novo Hamburgo</i>	<i>Brasil</i>
	<i>Viana</i>	<i>Angola</i>
<i>Trofa</i>	<i>[sem referência a geminações]</i>	

Fontes: DGAL, *Administração local em números 2005* ; ANMP, www.anmp.pt; Sites oficiais dos municípios

a) Protocolo de cooperação .

b) Formalidades em curso.

Anexo 4JC

Iniciativas e redes de parcerias da GAMP, 2007 ^{a)}

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Desenvolvimento de estudos e projectos estratégicos	Reforçar a capacidade organizativa e a base institucional da GAMP.	[sem informação disponível]	[sem informação disponível]
Desenvolvimento de sistemas de informação	Dotar o espaço da GAMP de um observatório de informação estatística de cariz socioeconómico. Organizar a informação estatística já existente. Analisar fenómenos metropolitanos. Assegurar a comparabilidade de conceitos e de resultados a diferentes níveis de desagregação territorial.	Instituto Nacional de Estatística (INE): protocolo assinado em Abril de 1995.	Inquérito ao Emprego trimestral; Inquérito às Empresas sediadas na AMP; Comércio Internacional; Base de Dados Estatísticos das Freguesias da AMP; Projecto "Quadro de Vida dos Idosos" na AMP; Inquérito ao Ambiente 1994: análise dos resultados na AMP; AMP em Números; Números especiais da Revista <i>Estatísticas & Estudos Regionais</i> dedicados à AMP; <i>Site</i> da AMP na Internet; Pressão construtiva nas áreas metropolitanas - 2000; Mobilidade casa-trabalho da população empregada residente na AMP - 2003; Retrato da AMP - 2004; Tipologia socioeconómica da AMP - 2004.
Transportes: estudo e construção da Rede de Metro Ligeiro	Dotar o espaço da GAMP de uma rede de transporte metropolitano.	Autoridades locais da GAMP e Governo.	Construção da Rede de Metro Ligeiro. Criação da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP) pelo decreto-lei n.º 268/2003 de 28 de Outubro.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Acções
Abastecimento de água: Águas do Douro e Paiva, S.A.	Investir e explorar a captação de água, tratamento e distribuição de água para consumo público.	Empresa de capitais públicos constituída em 1995 em acordo com o Governo (decreto-lei n.º 116/95 de 29 de Maio).	Exploração e gestão do sistema em alta para 14 municípios do sul do Grande Porto (Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Gondomar, Maia (sul), Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia). Em 1997 alargou-se a concessão a mais 5 municípios: Felgueiras, Lousada, Paredes, Penafiel e Paços de Ferreira.
Ambiente: Programa Ambiente - Grande Área Metropolitana do Porto	Resolver problemas ambientais ao nível do abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos.	Protocolo "Programa Ambiente Área Metropolitana do Porto" assinado com o Ministério do Ambiente em 1996.	Reforço do Abastecimento de Água. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais. Resíduos Sólidos Urbanos.
Turismo	Conhecer, melhorar e promover turisticamente a GAMP.	ADETURN (Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte): a GAMP integra-a desde 1993.	Estudo para a criação de uma entidade para o turismo da AMP (elaborado pela empresa Deloitte & Touche).
	Concertar acções de âmbito metropolitano no sector turístico (define a política metropolitana na área do turismo, incluindo a promoção conjunta interna e externa).	Composto pelos vereadores com o Pelouro de Turismo das câmaras que integram a GAMP.	Gabinete Metropolitano de Turismo composto pelos vereadores com o Pelouro de Turismo das câmaras que integram a GAMP.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Agentes locais	Promover a GAMP e o Norte de Portugal com vista a atrair a realização de congressos, incentivos e feiras internacionais para a região.	Porto Convention & Visitors Bureau · PCVB ou "O! PORTO!": a GAMP aderiu em Julho de 2004. Destacam-se como membros fundadores as Câmaras Municipais da AMP, Associação Industrial Portuense, Associação Comercial do Porto, Associação de Comerciantes do Porto, Universidade do Porto, Associação Portuguesa dos Agentes de Viagens e Turismo e a União Nacional das Indústrias Hoteleiras e Similares do Norte.	Participação anual em diversas feiras nacionais e internacionais promovendo os destinos turísticos de maior destaque do território metropolitano.
		Integram o projecto cerca de 90 entidades divididas por classes: hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, centros de congressos, agências de viagens, organizadores profissionais de congressos, transportadoras aéreas, Caves de Vinho do Porto, restaurantes, entre outras.	Angariação de eventos internacionais através da elaboração de caderno de encargos para apresentação de candidaturas do Porto e Norte de Portugal, cedência de material promocional, presença em eventos de promoção no exterior, organização de visitas de inspecção e apoio logístico à organização.

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
Participação em redes internacionais	Permitir o intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências no domínio do planeamento e desenvolvimento territorial assim como contribuir para o ordenamento do espaço a nível europeu.	<p>A METREX (The Network of European Metropolitan Regions and Areas) é a Rede de Regiões e Áreas Metropolitanas Europeias que reúne profissionais, ou seja, políticos, funcionários e seus assessores, procedentes de 40 regiões e áreas metropolitanas da Europa. De Portugal estão presentes a AMP e a Área Metropolitana de Lisboa.</p> <p>Tem ainda como parceiros instituições europeias, centros de investigação, organizações governamentais e outras redes.</p> <p>Foi fundada em 1996, tendo a GAMP aderido em 23-10-1998.</p>	<p>Trabalhos de Grupos de Peritos sobre questões de interesse comum; projectos dentro de determinados programas da Comissão Europeia, tais como: Assembleia do Porto de 1999 (iniciativa da AMP da qual resultou a assinatura, por parte de 40 regiões e áreas metropolitanas, da Magna Carta Metropolitana e do Parâmetro (Benchmark) da Boa Prática).</p> <p>A Perspectiva Europeia do Ordenamento do Território (PEOT), publicada em 1999, a partir de agrupamentos policêntricos de regiões e áreas metropolitanas para além da área económica central de Londres/Paris/Rhin/Ruhr.</p> <p>Projecto InterMETREX com 32 sócios metropolitanos e desenvolvido entre 2003 e 2006. Consistiu em 28 padrões de referência eficientes, de ordenamento e desenvolvimento do território.</p> <p>Projecto PolyMETREXplus com 19 sócios e que pretende desenvolver um maior equilíbrio urbano por toda a Europa mediante o fomento de relações policêntricas, incluindo as relações sociais, económicas e de</p>

continua

continuação

Iniciativas	Objectivos	Instituições em parceria	Ações
	<p>Intervir na gestão de um estuário a partir de trocas de experiências sobre o ambiente e a economia marítima e realizar estudos de interesse comum e acção de <i>lobbying</i> junto da União Europeia.</p>	<p>A Rede ESTURIALES é uma Rede Europeia de Regiões e Cidades com Estuário (Rias e Deltas) constituída por municípios, regiões e áreas metropolitanas: adesão da GAMP em 26-08-1998.</p> <p>Fundada em 1990, integrando políticos e técnicos e reconhecida pela Cimeira Europeia de Estrasburgo de 30/31 de Março de 1995 (documento Europa 2000+) enquanto grupo de influência (acções de <i>lobbying</i>).</p> <p>Composta por uma Comissão de Eleitos das Autarquias Locais que contribuem para o financiamento da Rede.</p> <p>Fazem parte desta Rede, para além da AMP, a Área Metropolitana de Lisboa, o Instituto de Dinâmica do Espaço (da Universidade Nova de Lisboa), sendo os restantes membros da França, Reino Unido e Polónia.</p>	<p>Estudos sobre o ambiente e a economia marítima.</p> <p>Guia de boa prática da gestão dos estuários.</p> <p>Estudos para a criação de novas linhas marítimas entre os portos (linha de "feederings"-cabotagem ao longo do Arco Atlântico para o transporte de contentores).</p> <p>Estudo e criação de meios e soluções para a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais da costa atlântica (projecto "Gestão Integrada de Zonas Costeiras: Uma Visão Atlântica", do INTERREG IIB, que conta com a participação de 15 instituições de Portugal, Espanha, França, Reino Unido e Irlanda).</p>

Fonte: GAMP, www.amp.pt

a) Informação recolhida entre Fevereiro e Março de 2007 no *site* da GAMP.

Anexo 4KC

Municípios, freguesias e categoria de povoação da GAMP, 2005

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Arouca	20	Albergaria da Serra			Aveiro
		Alvarenga			
		Arouca		1513	
		Burgo			
		Cabreiros			
		Canelas			
		Chave			
		Covelo de Paivó			
		Escariz			
		Espiunca			
		Fermedo			
		Janarde			
		Mansores			
		Moldes			
		Rossas			
		Santa Eulália			
		São Miguel do Mato			
		Tropeço			
Urrô					
Várzea					
Espinho	5	Anta		02-07-1993	Aveiro
		Espinho	16-06-1973		
		Guetim			
		Paramos			
		Silvalde		26-08-2003	
Gondomar	12	Baguim do Monte			Porto
		Covelo			
		Fânzeres		24-08-1989	
		Foz do Sousa			
		Jovim			
		Lomba			
		Medas			
		Melres			
		Rio Tinto	30-08-1995		
		São Cosme (Gondomar)	16-08-1991		
		São Pedro da Cova		24-08-1989	
Valbom	26-01-2005				
Maia	17	Águas Santas		23-08-1986	Porto
		Barca		a)	
		Folgosa			
		Gemunde		a)	
		Gondim		a)	
		Gueifães			

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Maia	17	Maia	23-08-1986		Porto
		Milheirós			
		Moreira		30-08-1995	
		Nogueira			
		Pedrouços			
		Santa Maria de Avioso		a)	
		São Pedro de Avioso		a)	
		São Pedro Fins			
		Silva Escura			
		Vermoim			
Vila Nova da Telha					
Matosinhos	10	Custóias		26-08-2003	Porto
		Guifões			
		Lavra		26-08-2003	
		Leça da Palmeira	b)		
		Leça do Balio		30-06-1999	
		Matosinhos	28-06-1984		
		Perafita		02-05-2005	
		Santa Cruz do Bispo			
São Mamede de Infesta	12-07-2001				
Senhora da Hora		23-08-1986			
Porto	15	Aldoar			Porto
		Bonfim			
		Campanhã			
		Cedofeita			
		Foz do Douro			
		Lordelo do Ouro			
		Massarelos			
		Miragaia			
		Nevogilde			
		Paranhos			
		Ramalde			
		Santo Ildefonso			
São Nicolau					
Sé					
Póvoa de Varzim	12	A Ver-o-Mar	c)	26-08-2003	Porto
		Aguçadoura			
		Amorim			
		Argivai	d)		
		Balasar			
		Beiriz			
		Estela			
		Laúndos			
		Navais			
		Póvoa de Varzim	16-06-1973		
São Pedro de Rates		02-07-1993			
Terroso					

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Santa Maria da Feira	31	Argoncilhe		25-09-1985	Aveiro
		Arrifana		24-09-1985	
		Caldas de São Jorge		30-06-1999	
		Canedo		12-07-1997	
		Escapães			
		Espargo			
		Feira	14-08-1985		
		Fiães	12-07-2001		
		Fornos			
		Gião			
		Guisande			
		Lobão		16-08-1991	
		Louredo			
		Lourosa	12-07-2001		
		Milheirós de Poiares			
		Mosteiró			
		Mozelos		24-08-1989	
		Nogueira da Regedoura		30-06-1999	
		Paços de Brandão		25-09-1985	
		Pigeiros			
		Rio Meão		02-07-1993	
		Romariz			
		Sanfins			
		Sanguedo			
		Santa Maria de Lamas		25-09-1985	
		São João de Ver		24-08-1989	
São Paio de Oleiros		16-08-1991			
Souto		30-06-1999			
Travanca					
Vale					
Vila Maior					
Santo Tirso	24	Agrela			Porto
		Água Longa			
		Areias			
		Aves		04-04-1955	
		Burgães			
		Campo (São Martinho)		24-07-1997	
		Carreira			
		Couto (Santa Cristina)			
		Couto (São Miguel)			
		Guimarei			
		Lama			
		Lamelas			
		Monte Cordova			
		Negrelos (São Mamede)			
Negrelos (São Tomé)		02-07-1993			

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Santo Tirso	24	Palmeira			Porto
		Rebordões		24-07-1997	
		Refojos de Riba de Ave			
		Reguenga			
		Roriz			
		Santo Tirso	14-08-1985		
		São Salvador do Campo			
		Sequeiró			
		Vilarinho			
São João da Madeira	1	São João da Madeira	28-06-1984		Aveiro
Trofa e)	8	Alvarelos			Porto
		Bougado (Santiago)			
		Bougado (São Martinho)			
		Coronado (São Mamede)		f)	
		Coronado (São Romão)		f)	
		Covelas			
		Guidões			
		Muro			
Valongo	5	Alfena		24-08-1989	Porto
		Campo		12-07-2001	
		Ermesinde	10-08-1990		
		Sobrado		12-07-2001	
		Valongo	10-08-1990		
Vila do Conde	30	Arcos			Porto
		Árvore			
		Aveleda			
		Azurara			
		Bagunte			
		Canidelo			
		Fajozes			
		Ferreiró			
		Fornelo			
		Gião			
		Guilhabreu			
		Junqueira			
		Labruge			
		Macieira da Maia			
		Malta			
		Mindelo			
		Modivas			
		Mosteiró			
Outeiro Maior					
Parada					
Retorta					

continua

continuação

Municípios	N.º de Freguesias	Freguesias	Categoria de povoação		Distrito
			Cidade	Vila	
Vila do Conde	30	Rio Mau			Porto
		Tougues			
		Touguinha			
		Touguinhó			
		Vairão			
		Vila Chã			
		Vila do Conde	01-02-1988		
		Vilar			
		Vilar de Pinheiro			
Vila Nova de Gaia g)	24	Arcozelo		01-02-1988	Porto
		Avintes		01-02-1988	
		Canelas		01-02-1988	
		Carvalhos		01-02-1988	
		Crestuma		12-07-2001	
		Grijó		01-02-1988	
		(Santa Maria de) Gulpilhares			
		Lever		12-07-2001	
		Madalena			
		Mafamude			
		(Santa Maria de) Olival		12-07-2001	
		Oliveira do Douro			
		Pedroso		24-08-1989	
		Perosinho		12-07-2001	
		Sandim		20-07-2001	
		Santa Marinha			
		São Félix da Marinha		12-07-2001	
		São Pedro da Afurada			
		(Santa Marinha de) Seixezelo			
		Sermonde			
Serzedo		12-07-2001			
Valadares		01-02-1988			
		Vilar de Andorinho			
		Vilar do Paraíso			

Fonte: DGAL, *Administração local em números 2005*

^{a)} Integram a vila de Castelo da Maia criada em 23-08-1986.

^{b)} Integra, em conjunto com a freguesia de Matosinhos, a cidade de Matosinhos.

^{c)} A freguesia passa a estar oficialmente incluída na cidade com a aprovação do Plano de Urbanização pelo governo nacional.

^{d)} Faz parte da cidade.

^{e)} Cidade em 02-07-1996.

^{f)} Constituíram a vila do Coronado em 24-07-1997.

^{g)} Cidade em 28-06-1984.

Anexo 4LC

Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por município, 2005 ^{a)}

	Área	Perímetro	Comprimento máximo		Altitude	
			Norte-Sul	Este-Oeste	Máxima	Mínima
	km ²	km		m		
Portugal	92 089,7	3 926	1 400	2 200	2 351	-
Continente	88 966,7	2 731	576	281	1 993	-
Região Norte	21 285,8	1 067	155	224	1 527	-
GAMP	1 575,0				1 220	-
Arouca	329,1	118	19	29	1 220	50
Espinho	21,1	24	7	5	100	-
Gondomar	131,9	79	23	18	470	6
Maia	83,1	68	13	15	254	36
Matosinhos	62,2	61	11	11	132	-
Porto	41,3	36	5	12	155	-
Póvoa de Varzim	82,1	64	12	17	201	-
Santa Maria da Feira	215,1	87	20	19	450	25
Santo Tirso	136,5	69	16	17	533	37
São João da Madeira	7,9	13	4	3	276	150
Trofa	71,9	41	10	11	250	25
Valongo	75,1	53	14	11	383	50
Vila do Conde	149,0	69	19	13	233	-
Vila Nova de Gaia	168,7	77	15	19	261	-

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4MC

Planos municipais do ordenamento do território da GAMP, 2005^{a)}

	Planos Municipais do Ordenamento do Território (PMOT)							Plano Director Municipal			
	Usos do Solo identificados nos PMOT				Turismo	Ano de publicação em Diário da República	Vigência do PDM publicado em Diário da República	Processo de revisão	Ano de publicação em Diário da República	Vigência do PDM publicado em Diário da República	Processo de revisão
	Urbano	Equipamentos e parques urbanos	Industrial	ha							
Continente	473 630,8*	37 458,2*	74 319,1*	17 778,6*		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Região Norte	175 116,7	10 991,2	15 970,1	846,7		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
GAMP	45 059,5	5 331,8	5 883,3	127,5							
Arouca	1 770,3	-	132,9	-		1995	Parcial	Em revisão			
Espinho	1 102,4	140,5	43,3	-		1994	Total	Em revisão			
Gondomar	3 783,9	664,1	377,3	113,6		1995	Parcial	-			
Maia	3 267,4	982,0	768,7	13,9		1994	Parcial	Em revisão			
Matosinhos	2 608,9	642,3	872,5	-		1992	Parcial	Em revisão			
Porto	2 855,4	925,4	142,0	-		1993	Parcial	Em revisão			
Póvoa de Varzim	2 342,5	352,9	133,6	-		1995	Total	Em revisão			
Santa Maria da Feira	7 358,6	419,1	529,8	-		1993	Parcial	Em revisão			
Santo Tirso	3 496,6	121,5	343,8	-		1994	Parcial	Em revisão			
São João da Madeira	504,4	-	117,9	-		1993	Total	-			
Trofa	1 555,5	79,9	404,7	-		1994	Parcial	Em revisão			
Valongo	2 272,1	163,6	554,6	-		1995	Parcial	Em revisão			
Vila do Conde	3 314,6	387,0	630,8	-		1995	Parcial	Em revisão			
Vila Nova de Gaia	8 826,8	453,4	831,5	-		1994	Parcial	Em revisão			

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4NC

Planos especiais e regionais do ordenamento do território da GAMP, 2005 ^{a)}

	Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados				Planos Regionais do Ordenamento do Território aprovados		Serviços e restrições	
	Áreas protegidas	Orla costeira	Albufeiras de águas públicas	N.º	do Território aprovados	Reserva Agrícola Nacional (RAN)	Reserva Ecológica Nacional (REN)	ha
Continente	11	9	24		7	x	x	x
Região Norte	1	1	5		1	x	x	x
GAMP	-	5	-		1	4 680,6	14 546,8	
Arouca	-	-	-		-	2 329,8	13 933,8	
Espinho	-	1	-		-	x	x	
Gondomar	-	-	-		1	x	x	
Maia	-	-	-		-	1 330,3	577,8	
Matosinhos	-	1	-		-	x	x	
Porto	-	-	-		-	-	-	
Póvoa de Varzim	-	1	-		-	x	x	
Santa Maria da Feira	-	-	-		-	x	x	
Santo Tirso	-	-	-		-	x	x	
São João da Madeira	-	-	-		-	33,0	35,1	
Trofa	-	-	-		-	x	x	
Valongo	-	-	-		-	987,4	x	
Vila do Conde	-	1	-		-	x	x	
Vila Nova de Gaia	-	1	-		-	x	x	

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4OC

Variação populacional e suas componentes por NUTS III, 2005

	Acréscimo populacional	Saldo natural	Saldo migratório	Taxa de crescimento efectivo (%)	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento migratório (%)
Portugal	40 337	1 937	38 400	0,38	0,02	0,36
Continente	38 324	1 100	37 224	0,38	0,01	0,37
Norte	10 868	4 836	6 032	0,29	0,13	0,16
Minho Lima	430	- 767	1 197	0,17	-0,30	0,47
Cávado	3 004	1 660	1 344	0,74	0,41	0,33
Ave	2 362	1 323	1 039	0,45	0,25	0,20
Grande Porto	3 984	2 781	1 203	0,31	0,22	0,09
Tâmega	1 846	1 938	- 92	0,33	0,35	-0,02
Entre Douro e Vouga	1 659	479	1 180	0,58	0,17	0,41
Douro	-1 455	-1 132	- 323	-0,67	-0,52	-0,15
Alto Trás os Montes	- 962	-1 446	484	-0,44	-0,66	0,22
Centro	6 216	-5 990	12 206	0,26	-0,25	0,51
Baixo Vouga	2 396	261	2 135	0,61	0,07	0,54
Baixo Mondego	- 761	- 690	- 71	-0,23	-0,21	-0,02
Pinhal Litoral	2 233	202	2 031	0,85	0,08	0,77
Pinhal Interior Norte	- 33	- 919	886	-0,02	-0,67	0,64
Dão Lafões	1 061	- 716	1 777	0,37	-0,25	0,61
Pinhal Interior Sul	- 554	- 580	26	-1,31	-1,37	0,06
Serra da Estrela	- 234	- 429	195	-0,48	-0,88	0,40
Beira Interior Norte	- 616	- 813	197	-0,55	-0,72	0,18
Beira Interior Sul	- 608	- 745	137	-0,80	-0,99	0,18
Cova da Beira	- 263	- 413	150	-0,28	-0,45	0,16
Oeste	3 160	- 309	3 469	0,89	-0,09	0,98
Médio Tejo	435	- 839	1 274	0,19	-0,36	0,55
Lisboa	17 493	6 241	11 252	0,63	0,23	0,41
Grande Lisboa	8 827	4 597	4 230	0,44	0,23	0,21
Península de Setúbal	8 666	1 644	7 022	1,14	0,22	0,92
Alentejo	-1 551	-4 093	2 542	-0,20	-0,53	0,33
Alentejo Litoral	- 416	- 591	175	-0,43	-0,61	0,18
Alto Alentejo	-1 007	-1 028	21	-0,83	-0,85	0,02
Alentejo Central	- 290	- 858	568	-0,17	-0,50	0,33
Baixo Alentejo	- 778	- 937	159	-0,60	-0,72	0,12
Lezíria do Tejo	940	- 679	1 619	0,38	-0,27	0,65
Algarve	5 298	106	5 192	1,28	0,03	1,25
R.A. Açores	1 101	580	521	0,46	0,24	0,22
R.A. Madeira	912	257	655	0,37	0,11	0,27

Fonte: INE, *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005*

Anexo 4PC

População residente por município da GAMP, segundo os grandes grupos etários e o sexo, 31-12-2005 a)

	Total			Grupos etários					
				0 a 14 anos			15 a 24 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10 569 592	5 115 742	5 453 850	1 644 231	843 637	800 594	1 293 031	658 853	634 178
Continente	10 082 154	4 880 069	5 202 085	1 552 128	796 296	755 832	1 217 883	620 286	597 597
Região Norte	3 737 791	1 809 095	1 928 696	612 961	314 433	298 528	493 389	251 129	242 260
GAMP	1 576 943	757 968	818 975	253 655	129 827	123 828	192 792	97 976	94 816
Arouca	23 950	11 723	12 227	3 867	1 958	1 909	3 452	1 782	1 670
Espinho	31 202	15 115	16 087	4 736	2 471	2 265	3 782	1 958	1 824
Gondomar	170 621	83 030	87 591	27 828	14 262	13 566	20 901	10 567	10 334
Maia	133 048	64 502	68 546	22 986	11 726	11 260	15 868	8 108	7 760
Matosinhos	168 837	81 663	87 174	26 112	13 374	12 738	20 435	10 422	10 013
Porto	233 465	105 827	127 638	30 871	15 782	15 089	25 576	12 929	12 647
Póvoa de Varzim	65 882	31 741	34 141	12 240	6 278	5 962	8 967	4 547	4 420
Santa Maria da Feira	143 822	70 483	73 339	24 561	12 640	11 921	18 519	9 337	9 182
Santo Tirso	71 331	34 632	36 699	11 125	5 698	5 427	9 087	4 660	4 427
São João da Madeira	21 641	10 237	11 404	3 538	1 755	1 783	2 777	1 407	1 370
Trofa	39 624	19 405	20 219	6 778	3 413	3 365	5 519	2 801	2 718
Valongo	92 819	45 157	47 662	15 828	8 168	7 660	11 766	5 899	5 867
Vila do Conde	76 427	37 383	39 044	13 174	6 811	6 363	10 030	5 101	4 929
Vila Nova de Gaia	304 274	147 070	157 204	50 011	25 491	24 520	36 113	18 458	17 655

continua

continuação

	Grupos etários											
	25-64 anos				65 e mais anos				75 e mais anos			
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	5 822 230	2 856 279	2 965 951	1 810 100	756 973	1 053 127	793 761	302 312	491 449			
Continente	5 564 423	2 730 166	2 834 257	1 747 720	733 321	1 014 399	767 158	293 144	474 014			
Região Norte	2 074 257	1 012 734	1 061 523	557 184	230 799	326 385	239 847	90 027	149 820			
GAMP	905 799	438 524	467 275	224 697	91 641	133 056	93 595	33 682	59 913			
Arouca	12 769	6 372	6 397	3 862	1 611	2 251	1 965	783	1 182			
Espinho	17 838	8 661	9 177	4 846	2 025	2 821	1 980	739	1 241			
Gondomar	99 924	48 942	50 982	21 968	9 259	12 709	8 757	3 296	5 461			
Maia	77 289	37 493	39 796	16 905	7 175	9 730	6 765	2 464	4 301			
Matosinhos	98 885	48 108	50 777	23 405	9 759	13 646	9 420	3 414	6 006			
Porto	129 989	59 967	70 022	47 029	17 149	29 880	21 905	6 997	14 908			
Póvoa de Varzim	36 644	17 748	18 896	8 031	3 168	4 863	3 337	1 199	2 138			
Santa Maria da Feira	82 397	40 746	41 651	18 345	7 760	10 585	7 300	2 754	4 546			
Santo Tirso	41 029	20 001	21 028	10 090	4 273	5 817	3 983	1 531	2 452			
São João da Madeira	12 336	5 801	6 535	2 990	1 274	1 716	1 201	459	742			
Trofa	22 754	11 238	11 516	4 573	1 953	2 620	1 815	682	1 133			
Valongo	54 322	26 460	27 862	10 903	4 630	6 273	4 021	1 493	2 528			
Vila do Conde	43 314	21 373	21 941	9 909	4 098	5 811	4 019	1 478	2 541			
Vila Nova de Gaia	176 309	85 614	90 695	41 841	17 507	24 334	17 127	6 393	10 734			

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

a) Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4QC

Movimento da população por município da GAMP, 2005 ^{a)}

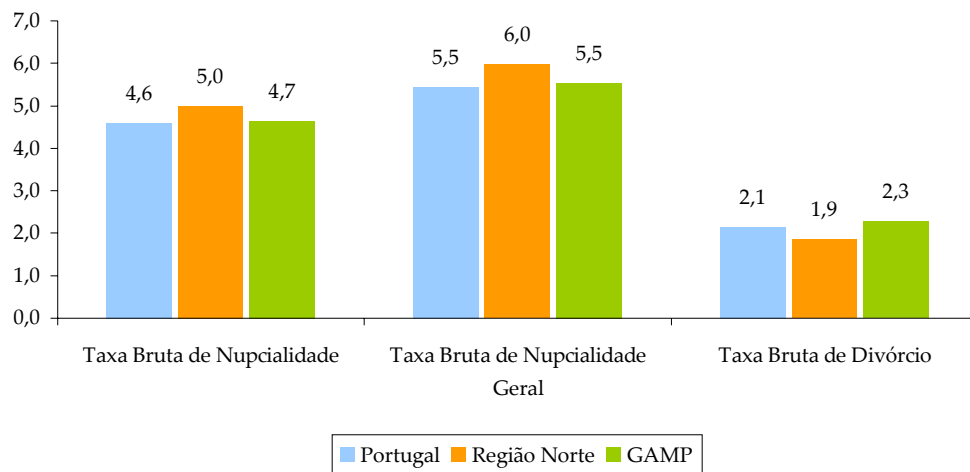
	Nados-vivos			Óbitos			Casamentos			População estrangeira que solicitou estatuto de residente			
							Celebrados		Dissolvidos				
	HM	H	M	HM	H	M	Total	Por divórcio	HM	H	M		
Portugal	109399	56612	52787	107 462	55 484	51 978	48 671	69 004	22 576	13 862	6 048	7 814	
Continente	103420	53507	49913	102 323	52 761	49 562	45 791	65 643	21 415	13 164	5 696	7 468	
Região Norte	37306	19257	18049	32 471	16 710	15 761	18 680	21 516	6 918	1 382	628	754	
GAMP	16251	8366	7885	12842	6518	6324	7 335	9 355	3 590	648	311	337	
Arouca	216	105	111	238	111	127	130	109	27	1	-	1	
Espinho	316	177	139	309	146	163	173	219	77	32	13	19	
Gondomar	1680	868	812	1 187	630	557	702	877	314	25	8	17	
Maia	1635	812	823	858	466	392	577	752	334	45	20	25	
Matosinhos	1739	894	845	1 394	731	663	776	1 147	493	40	22	18	
Porto	2189	1149	1040	2 963	1 407	1 556	1 066	1 710	564	216	108	108	
Póvoa de Varzim	747	407	340	509	274	235	384	343	110	17	9	8	
Santa Maria da Feira	1438	754	684	984	498	486	662	746	296	63	21	42	
Santo Tirso	604	323	281	607	303	304	389	403	125	14	11	3	
São João da Madeira	226	115	111	161	80	81	95	152	70	23	9	14	
Trofa	397	201	196	262	139	123	192	202	75	13	7	6	
Valongo	1042	544	498	585	299	286	432	484	190	14	5	9	
Vila do Conde	870	447	423	604	305	299	454	427	151	19	10	9	
Vila Nova de Gaia	3152	1570	1582	2 181	1 129	1 052	1 303	1 784	764	126	68	58	

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4RC

Taxas de nupcialidade, nupcialidade geral e divórcio da GAMP, 2005 ^{a)}



Fonte: INE, *Anuários Estatísticos Regionais 2005 (7 regiões)*

^{a)} Informação disponível até à data de 30 de Setembro de 2006.

Anexo 4SC

Evolução intercensitária da população da AMP, por sexo e grupo etário, 1981-2001 (%)

	Crescimento da população residente total (1981-1991) e decomposição por sexo e grupo etário						Crescimento da população residente total (1991-2001) e decomposição por sexo e grupo etário							
	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+	Total	H	M	0-14	15-24	25-64	65+
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	7,2	3,7	3,5	-5,8	0,7	10,7	1,6	9,6	4,7	4,9	-2,5	-1,9	10,5	3,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	4,5	2,3	2,2	-5,3	0,2	7,5	2,1	8,0	3,8	4,1	-2,4	-1,9	8,6	3,6
Espinho	7,9	4,1	3,8	-5,6	0,3	10,3	2,9	-3,6	-1,7	-1,9	-5,4	-4,1	2,4	3,6
Gondomar	9,5	4,6	4,9	-5,1	0,9	11,4	2,3	14,6	6,8	7,8	-1,1	-1,3	13,1	3,8
Maia	14,0	6,8	7,3	-3,5	2,1	13,0	2,5	28,9	13,8	15,1	1,2	0,7	22,4	4,6
Matosinhos	11,1	5,2	6,0	-3,4	0,8	11,5	2,2	10,1	4,8	5,3	-3,0	-0,6	9,3	4,5
Porto	-7,6	-3,4	-4,2	-6,3	-1,9	-1,1	1,7	-13,0	-6,0	-7,0	-5,5	-4,3	-5,2	2,1
Póvoa de Varzim	1,0	0,5	0,5	-7,5	-0,1	6,7	1,9	15,8	7,9	8,0	-1,8	-0,6	14,6	3,7
Valongo	15,5	7,7	7,8	-4,7	3,2	14,8	2,3	16,0	7,7	8,3	-1,5	-1,2	14,4	4,2
Vila do Conde	0,7	0,3	0,4	-7,4	-0,6	7,1	1,6	14,7	7,1	7,6	-1,7	-1,3	13,9	3,9
Vila Nova de Gaia	9,8	5,0	4,8	-4,8	1,1	11,1	2,3	16,2	7,7	8,5	-0,4	-1,2	13,6	4,2
Região envolvente da AMP	7,2	3,7	3,5	-5,8	0,7	10,7	1,6	10,9	5,4	5,5	-2,5	-1,9	12,1	3,3
envolvente Norte	9,8	5,0	4,8	-5,2	1,2	12,0	1,8	11,3	5,6	5,8	-2,9	-1,7	12,4	3,5
envolvente Este	3,0	1,5	1,4	-7,0	0,3	8,6	1,1	10,0	4,9	5,0	-2,3	-2,3	11,9	2,7
envolvente Sul	8,3	4,3	4,0	-5,1	-0,1	11,3	2,2	11,6	5,8	5,8	-1,9	-1,9	11,7	3,6
Portugal	0,3	0,2	0,2	-5,5	-0,2	3,8	2,2	5,0	2,5	2,5	-3,2	-1,3	5,9	3,6

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4TC

Balço demográfico da AMP, 1981-2001

	31-12-1981		1982 a 1991		31-12-1991		1992 a 2001		31-12-2001		
	População residente	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	População residente	Nados-vivos	Óbitos	Saldo natural	Saldo migratório	População residente
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 409 270	377 293	192 256	185 037	- 31 884	2 562 423	377 771	227 473	150 298	48 935	2 761 656
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 125 430	158 281	95 776	62 505	- 7 239	1 180 696	159 002	114 150	44 852	28 259	1 253 807
Espinho	32 730	4 864	2 577	2 287	- 63	34 954	4 650	3 228	1 422	- 3 399	32 977
Gondomar	131 820	18 754	9 719	9 035	4 585	145 440	20 345	12 409	7 936	10 776	164 142
Maia	82 300	11 939	6 421	5 518	7 429	95 247	15 031	8 200	6 831	19 396	121 474
Matosinhos	137 420	19 976	11 128	8 848	7 096	153 364	20 574	13 730	6 844	6 005	166 213
Porto	328 800	40 313	33 229	7 084	- 33 758	302 126	32 086	36 419	- 4 333	- 41 547	256 246
Póvoa de Varzim	54 890	9 432	4 310	5 122	- 4 390	55 622	9 508	5 182	4 326	3 495	63 443
Valongo	64 830	10 536	4 351	6 185	4 549	75 564	10 805	5 703	5 102	5 477	86 143
Vila do Conde	64 880	10 061	5 244	4 817	- 3 976	65 721	9 917	6 110	3 807	4 683	74 211
Vila Nova de Gaia	227 760	32 406	18 797	13 609	11 289	252 658	36 086	23 169	12 917	23 383	288 958
Região envolvente da AMP	1 283 840	219 012	96 480	122 532	- 24 645	1 381 727	218 769	113 323	105 446	20 676	1 507 849
envolvente Norte	611 210	105 634	45 054	60 580	1 930	673 720	105 367	53 372	51 995	12 054	737 769
envolvente Este	436 670	78 007	33 568	44 439	- 30 111	450 998	76 948	38 327	38 621	- 2 088	487 531
envolvente Sul	235 960	35 371	17 858	17 513	3 536	257 009	36 454	21 624	14 830	10 710	282 549
Portugal	9 883 940	1 291 302	973 492	317 810	- 236 435	9 965 315	1 246 790	1 149 361	97 429	266 596	10 329 340

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4UC

População residente da AMP, por sexo e grupo etário, 2001

	População residente	H	M	0 - 14	15 - 24	25 - 64	+ 65
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	2 772 561	1 343 359	1 429 202	500 833	422 431	1 516 847	332 450
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1 260 680	603 985	656 695	205 776	181 396	707 916	165 592
Espinho	33 701	16 218	17 483	5 134	4 898	18 778	4 891
Gondomar	164 096	80 103	83 993	28 411	23 641	94 065	17 979
Maia	120 111	58 387	61 724	20 940	16 794	69 733	12 644
Matosinhos	167 026	80 959	86 067	26 686	24 035	95 807	20 498
Porto	263 131	119 715	143 416	34 584	36 850	140 694	51 003
Póvoa de Varzim	63 470	30 542	32 928	12 081	10 231	34 031	7 127
Valongo	86 005	41 915	44 090	15 349	13 060	49 173	8 423
Vila do Conde	74 391	36 338	38 053	13 369	11 276	41 066	8 680
Vila Nova de Gaia	288 749	139 808	148 941	49 222	40 611	164 569	34 347
Região envolvente da AMP	1 511 881	739 374	772 507	295 057	241 035	808 931	166 858
envolvente Norte	739 328	360 149	379 179	141 533	119 345	398 559	79 891
envolvente Este	489 568	241 081	248 487	102 642	80 031	253 678	53 217
envolvente Sul	282 985	138 144	144 841	50 882	41 659	156 694	33 750
Portugal	10 356 117	5 000 141	5 355 976	1 656 602	1 479 587	5 526 435	1 693 493

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4VC

Indicadores demográficos da AMP, 2001 (%)

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento	Índice de renovação da população activa
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	43,0	25,8	17,1	66,4	1,8
Área Metropolitana do Porto (AMP)	41,8	23,1	18,6	80,5	1,6
Espinho	42,3	21,7	20,7	95,3	1,4
Gondomar	39,4	24,1	15,3	63,3	1,7
Maia	38,8	24,2	14,6	60,4	1,8
Matosinhos	39,4	22,3	17,1	76,8	1,5
Porto	48,2	19,5	28,7	147,5	1,3
Póvoa de Varzim	43,4	27,3	16,1	59,0	2,0
Valongo	38,2	24,7	13,5	54,9	1,9
Vila do Conde	42,1	25,5	16,6	64,9	1,7
Vila Nova de Gaia	40,7	24,0	16,7	69,8	1,7
Região envolvente da AMP	44,0	28,1	15,9	56,6	2,0
envolvente Norte	42,8	27,3	15,4	56,4	2,1
envolvente Este	46,7	30,8	15,9	51,8	2,2
envolvente Sul	42,7	25,7	17,0	66,3	1,7
Portugal	47,8	23,6	24,2	102,2	1,4

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4WC

Nível de qualificação académica da população residente da AMP, 2001

	Sem qualificação académica	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	686 303	827 109	455 800	354 704	274 995	15 329	158 321
Área Metropolitana do Porto (AMP)	275 248	356 350	169 926	185 445	160 979	10 129	102 603
Espinho	8 215	9 812	4 826	4 477	3 706	304	2 361
Gondomar	37 026	49 212	23 579	25 188	19 657	826	8 608
Maia	26 394	32 633	15 369	18 230	16 576	904	10 005
Matosinhos	35 720	47 488	20 872	25 806	22 521	1 224	13 395
Porto	48 714	66 696	27 368	38 556	40 632	3 830	37 335
Póvoa de Varzim	15 924	18 361	12 134	7 530	5 828	372	3 321
Valongo	19 378	25 927	13 157	12 954	9 934	413	4 242
Vila do Conde	18 692	23 444	13 711	8 704	6 150	304	3 386
Vila Nova de Gaia	65 185	82 777	38 910	44 000	35 975	1 952	19 950
Região envolvente da AMP	411 055	470 759	285 874	169 259	114 016	5 200	55 718
envolvente Norte	188 601	220 290	137 428	91 173	65 233	3 417	33 186
envolvente Este	150 302	163 917	95 925	42 890	24 738	839	10 957
envolvente Sul	75 152	86 552	52 521	35 196	24 045	944	11 575
Portugal	2 732 254	2 882 955	1 430 146	1 426 255	1 143 448	66 965	674 094

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4XC

Indicadores do sistema de ensino da AMP, 2001-2002

	(População residente / População activa) x 100	(População estudante matriculada / População activa) x 100	Alunos matriculados / Docente			Taxas de participação				
			2001		2001/2002		Total	Básico	Secundário	Superior
			2001	2002	Básico 1.º ciclo	Básico 2.º ciclo				
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	37,2	38,0	14,7	8,3	9,4	72,3	108,9	84,2	31,7	
Área Metropolitana do Porto (AMP)	37,1	40,8	14,7	7,4	8,6	78,6	109,4	98,7	42,4	
Espinho	37,0	38,6	15,2	8,0	8,8	76,0	108,8	96,4	38,6	
Gondomar	36,7	22,7	15,1	8,5	8,6	50,5	46,5	101,0	35,7	
Maia	35,6	27,1	14,9	7,4	8,8	66,4	74,2	104,9	44,4	
Matosinhos	38,0	27,5	13,8	6,7	7,2	60,2	61,3	105,6	42,6	
Porto	40,6	93,5	14,2	6,3	8,3	68,1	59,8	106,2	62,0	
Póvoa de Varzim	36,8	32,3	14,1	8,0	8,2	127,7	251,4	73,3	26,9	
Valongo	36,9	30,3	15,1	7,4	10,7	112,0	200,0	93,8	33,7	
Vila do Conde	35,1	28,5	14,2	8,1	9,5	148,8	300,0	76,4	25,1	
Vila Nova de Gaia	35,4	28,6	15,7	8,2	8,9	77,2	107,8	99,2	38,9	
Região envolvente da AMP	37,2	35,6	14,7	9,1	10,2	67,7	108,5	73,7	23,4	
envolvente Norte	37,6	37,5	14,8	8,8	10,1	70,6	109,3	80,8	28,0	
envolvente Este	38,2	35,8	14,3	9,6	10,7	62,0	107,2	57,7	15,0	
envolvente Sul	34,6	30,3	15,4	8,6	9,7	70,5	108,7	85,3	26,3	
Portugal	38,3	37,3	13,0	7,5	8,7	76,8	112,1	97,9	36,1	

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Nota: As taxas de participação correspondem à relação entre a população a frequentar um determinado nível de ensino e a população do grupo etário específico. Considerou-se, como grupo etário específico, para o ensino básico, o grupo dos 6 aos 14 anos de idade, para o ensino secundário, o grupo dos 15 aos 17 anos de idade, e para o ensino superior, o grupo dos 18 aos 24 anos de idade.

Anexo 4YC

População activa da AMP, por nível de instrução, 2001

	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	14 310	472 531	288 518	174 755	265 643	9 206	187 427
Área Metropolitana do Porto (AMP)	6 043	187 852	96 702	79 909	149 187	5 886	121 812
Espinho	198	5 446	2 871	2 081	3 257	151	2 704
Gondomar	683	26 112	13 562	11 487	20 818	571	11 275
Maia	564	18 415	8 962	7 982	16 207	682	12 719
Matosinhos	876	24 409	11 097	10 610	21 397	813	16 526
Porto	1 372	29 231	12 769	13 347	27 746	1 721	40 358
Póvoa de Varzim	243	10 690	7 913	4 176	5 443	212	3 744
Valongo	354	14 141	8 109	5 952	10 772	290	5 568
Vila do Conde	356	13 459	9 184	4 884	6 254	193	3 996
Vila Nova de Gaia	1 397	45 949	22 235	19 390	37 293	1 253	24 922
Região envolvente da AMP	8 267	284 679	191 816	94 846	116 456	3 320	65 615
envolvente Norte	3 498	134 262	92 524	49 477	66 128	2 145	39 000
envolvente Este	3 330	98 973	63 886	25 991	25 034	499	12 674
envolvente Sul	1 439	51 444	35 406	19 378	25 294	676	13 941
Portugal	89 102	1 531 043	810 947	629 360	1 109 059	35 023	785 674

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4ZC

Crescimento do nível de instrução da população activa da AMP, 1991-2001 (%)

	Sem nível de ensino	Básico			Secundário	Médio	Superior
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	-47,7	-19,8	16,6	36,0	133,9	-66,0	143,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	-40,6	-23,8	2,0	8,8	109,7	-62,3	117,3
Espinho	-46,6	-27,2	-0,1	-4,8	65,1	-72,1	90,8
Gondomar	-45,6	-18,7	9,1	22,6	157,3	-63,7	180,1
Maia	-36,8	-17,3	15,4	37,8	190,3	-42,1	260,3
Matosinhos	-34,9	-25,8	-5,6	0,3	108,6	-58,0	135,9
Porto	-34,6	-41,5	-28,4	-32,0	24,5	-68,3	56,6
Póvoa de Varzim	-61,1	-13,1	26,6	76,0	151,3	-64,2	158,7
Valongo	-37,3	-18,5	12,4	29,3	156,2	-63,6	189,1
Vila do Conde	-49,3	-17,6	15,5	68,2	193,9	-62,2	205,7
Vila Nova de Gaia	-39,7	-17,6	7,2	21,4	158,0	-59,1	158,8
Região envolvente da AMP	-51,4	-16,9	25,6	72,3	174,2	-71,1	212,5
envolvente Norte	-53,1	-18,8	20,8	59,6	164,7	-67,9	198,9
envolvente Este	-51,5	-13,6	38,7	126,8	204,5	-81,6	269,5
envolvente Sul	-46,4	-18,2	17,7	53,8	173,2	-67,8	208,4
Portugal	-50,2	-19,6	44,0	32,2	126,7	-67,6	136,9

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4AD

Crescimento da população desempregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)

	1991-2001	H	M	15 - 24	25 - 44	45 - 64	+ 65	Básico ou inferior	Secundário	Superior
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	56,8	24,2	32,6	2,3	26,3	28,9	-0,6	24,8	21,5	10,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	51,4	25,0	26,4	2,6	22,6	26,9	-0,7	17,4	22,9	11,0
Espinho	5,1	14,2	-9,1	-8,2	5,3	10,9	-2,9	-16,9	14,6	7,4
Gondomar	72,1	36,1	36,0	7,3	36,0	29,3	-0,5	33,2	28,1	10,7
Maia	99,2	39,9	59,3	9,0	46,4	44,0	-0,2	43,8	37,0	18,3
Matosinhos	26,3	13,7	12,7	-4,5	6,6	24,8	-0,6	0,5	17,4	8,5
Porto	30,3	19,2	11,0	-2,2	12,4	20,7	-0,7	3,6	16,4	10,3
Póvoa de Varzim	57,8	29,3	28,5	11,9	31,5	16,5	-2,0	27,8	20,9	9,1
Valongo	39,8	20,2	19,6	4,3	13,8	21,9	-0,2	8,5	22,9	8,3
Vila do Conde	77,5	22,0	55,6	8,9	34,2	35,9	-1,4	45,2	19,8	12,5
Vila Nova de Gaia	80,4	34,8	45,6	8,6	37,0	35,3	-0,5	35,1	31,8	13,5
Região envolvente da AMP	64,5	23,1	41,4	1,9	31,4	31,7	-0,5	35,3	19,6	9,6
envolvente Norte	73,8	30,1	43,7	1,8	32,2	40,0	-0,2	39,1	22,5	12,0
envolvente Este	42,3	7,6	34,7	-2,8	27,9	18,1	-0,9	24,7	12,6	5,1
envolvente Sul	80,1	32,6	47,5	11,3	36,1	33,3	-0,6	44,8	24,7	10,6
Portugal	26,6	13,3	13,3	-2,5	12,8	16,8	-0,6	2,7	15,9	8,0

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4BD

Crescimento da população empregada total da AMP (1991-2001) e decomposição por sexo, grupo etário e nível de instrução (%)

	Total	H	M	15 - 24	25 - 44	45 - 64	+ 65	Básico ou inferior	Secundário	Superior
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	13,0	4,7	8,3	-8,5	12,2	9,0	0,3	-6,3	11,9	7,4
Área Metropolitana do Porto (AMP)	10,8	2,7	8,1	-6,5	8,1	8,9	0,3	-12,0	13,1	9,7
Espinho	-2,3	-4,6	2,3	-9,1	-1,9	8,4	0,3	-14,4	7,1	5,1
Gondomar	19,0	5,9	13,2	-6,8	14,3	11,2	0,3	-7,7	17,8	8,9
Maia	35,4	16,3	19,1	-5,1	25,5	14,3	0,6	-4,7	21,7	18,4
Matosinhos	11,4	2,7	8,7	-5,1	4,9	11,3	0,4	-14,2	14,4	11,2
Porto	-15,0	-10,8	-4,3	-6,8	-9,7	1,3	0,2	-25,3	2,9	7,4
Póvoa de Varzim	21,6	10,5	11,2	-7,4	18,2	10,5	0,3	2,4	12,0	7,2
Valongo	21,0	7,8	13,0	-7,3	16,2	11,8	0,3	-4,9	17,4	8,5
Vila do Conde	16,0	7,0	9,0	-9,1	14,0	10,7	0,5	-3,6	12,5	7,1
Vila Nova de Gaia	20,8	7,7	13,1	-6,0	15,4	11,0	0,4	-7,8	17,8	10,8
Região envolvente da AMP	14,9	6,5	8,5	-10,1	15,7	9,1	0,3	-1,4	11,0	5,4
envolvente Norte	14,9	6,8	8,2	-9,8	14,3	10,2	0,2	-3,4	12,1	6,3
envolvente Este	15,0	5,9	9,1	-10,8	18,8	6,8	0,2	3,2	8,3	3,5
envolvente Sul	14,9	6,6	8,3	-9,9	14,3	10,0	0,4	-3,6	12,3	6,2
Portugal	12,6	2,9	9,7	-4,6	10,3	6,4	0,5	-9,3	13,3	8,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4CD

Principais indicadores sócio-demográficos da AMP e região envolvente e Portugal, 2000-2001

	Área	População residente	População empregada na unidade territorial	Deslocações pendulares para a AMP ^{a)}	2001		Densidade populacional	Densidade emprego	Exportações
					N.º	%			
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	4 395	2 772 561	1 310 160	16,8	630,9	298,1	10 880,5		
Área Metropolitana do Porto (AMP)	815	1 260 680	610 116	30,3	1 547,3	748,8	3 452,0		
Espinho	21	33 701	13 241	18,7	1 596,5	627,3	24,7		
Gondomar	131	164 096	44 271	47,1	1 248,5	336,8	106,8		
Maia	83	120 111	61 495	39,4	1 443,2	738,9	627,7		
Matosinhos	62	167 026	71 621	37,7	2 698,0	1 156,9	370,1		
Porto	42	263 131	218 101	17,3	6 337,4	5 252,9	452,6		
Póvoa de Varzim	82	63 470	27 344	18,1	773,5	333,2	86,1		
Valongo	76	86 005	29 379	42,1	1 134,4	387,5	222,1		
Vila do Conde	149	74 391	32 360	15,8	499,2	217,2	657,5		
Vila Nova de Gaia	169	288 749	112 304	27,0	1 711,8	665,8	904,4		
Região envolvente da AMP	3 580	1 511 881	700 044	5,9	422,3	195,6	7 428,5		
envolvente Norte	1 333	739 328	364 993	3,5	554,7	273,9	4 156,1		
envolvente Este	1 713	489 568	192 142	10,0	285,8	112,2	1 026,8		
envolvente Sul	534	282 985	142 909	6,1	529,9	267,6	2 245,5		
Portugal	92 152	10 356 117	6 232 468	-	112,4	67,6	26 247,2		

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

^{a)} Em % da população residente empregada na região de origem.

Anexo 4DD

Indicadores do parque habitacional da AMP, 2001

	Famílias clássicas por alojamento	Densidade de alojamentos (alojamentos/Km ²)	Densidade de edifícios (edifícios/Km ²)	Índice de envelhecimento dos edifícios	Alojamentos por edifício	Proporção de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,81	254,0	152,9	84,6	1,7	69,2
Área Metropolitana do Porto (AMP)	0,81	664,9	325,8	139,2	2,0	65,8
Espinho	0,80	690,6	380,4	102,5	1,8	66,3
Gondomar	0,84	500,7	269,8	94,3	1,9	69,3
Maia	0,83	584,5	293,8	79,9	2,0	72,9
Matosinhos	0,85	1093,0	543,6	164,6	2,0	65,7
Porto	0,80	3123,9	1164,1	709,6	2,7	50,0
Póvoa de Varzim	0,66	372,2	185,6	58,5	2,0	74,9
Valongo	0,84	441,9	227,8	62,4	1,9	72,7
Vila do Conde	0,77	208,7	137,0	64,5	1,5	77,3
Vila Nova de Gaia	0,80	732,4	377,8	105,3	1,9	70,2
Região envolvente da AMP	0,81	160,7	113,6	61,3	1,4	72,4
envolvente Norte	0,81	209,4	136,5	52,7	1,5	70,6
envolvente Este	0,81	107,3	84,3	69,8	1,3	70,8
envolvente Sul	0,82	210,6	150,6	65,2	1,4	79,7
Portugal	0,72	54,8	34,3	98,7	1,6	75,7

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4ED

Famílias clássicas, alojamentos e edifícios da AMP, 2001

	Famílias clássicas			Alojamentos			Edifícios		
	2001	crescimento		2001	crescimento		2001	crescimento	
		(1981-1991)	(1991-2001)		(1981-1991)	(1991-2001)		(1981-1991)	(1991-2001)
N.º	%	%	N.º	%	%	N.º	%	%	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	901 111	17,9	25,1	1 115 514	29,9	30,4	671 343	19,5	14,5
Área Metropolitana do Porto (AMP)	436 346	15,1	23,4	540 337	28,6	30,4	264 744	16,8	11,3
Espinho	11 584	32,4	4,9	14 571	41,1	9,8	8 027	18,6	-0,2
Gondomar	54 567	20,5	28,6	65 335	30,0	40,5	35 204	19,2	17,4
Maia	40 569	25,4	51,9	48 744	33,1	61,2	24 500	17,2	24,5
Matosinhos	57 771	19,4	24,1	67 766	35,6	28,5	33 703	36,1	4,9
Porto	100 696	1,8	1,4	125 267	14,2	10,0	46 681	9,6	-3,4
Póvoa de Varzim	20 164	10,6	34,9	30 524	50,8	31,0	15 219	20,5	15,5
Valongo	28 070	30,2	31,3	33 455	31,6	43,4	17 246	25,2	16,4
Vila do Conde	23 829	6,4	42,2	31 113	31,4	36,4	20 422	13,5	20,8
Vila Nova de Gaia	99 096	23,7	33,0	123 562	35,6	40,1	63 742	10,6	16,1
Região envolvente da AMP	464 765	20,7	26,7	575 177	31,1	30,4	406 599	21,3	16,8
envolvente Norte	224 865	22,7	28,5	278 946	35,2	33,5	181 897	23,6	17,1
envolvente Este	148 116	15,6	23,0	183 830	23,9	25,5	144 356	17,2	17,3
envolvente Sul	91 784	25,1	28,4	112 401	34,6	31,2	80 346	24,0	15,0
Portugal	3 650 757	7,6	16,0	5 046 744	21,7	20,7	3 160 043	14,4	10,2

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4FD

Indicadores de caracterização empresarial da AMP, 2000-2001

	Sociedades com sede		Pessoal ao serviço		Volume de vendas	
	1996	2001	1995	2000	1995	2000
	N.º		N.º de indivíduos		Milhares de euros	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	61 108	79 948	757 451	764 632	43 038 686	66 966 182
Área Metropolitana do Porto (AMP)	34 555	42 099	365 636	366 498	25 501 822	40 890 171
Espinho	816	999	6 946	6 725	299 299	465 457
Gondomar	2 596	3 408	19 516	19 343	846 695	1 356 570
Maia	3 035	4 142	39 730	40 608	3 293 304	5 900 662
Matosinhos	4 532	5 514	52 434	59 647	3 240 003	6 608 215
Porto	14 080	15 086	141 656	133 158	12 296 560	17 665 373
Póvoa de Varzim	1 376	1 770	14 027	13 773	550 719	776 458
Valongo	1 419	1 970	12 392	11 885	563 671	833 564
Vila do Conde	1 290	1 876	20 269	20 039	1 098 468	1 906 855
Vila Nova de Gaia	5 411	7 334	58 666	61 320	3 313 102	5 377 017
Região envolvente da AMP	26 553	37 849	391 815	398 134	17 536 864	26 076 011
envolvente Norte	14 070	19 512	213 246	209 860	9 634 277	14 136 290
envolvente Este	5 916	9 916	89 072	96 541	3 148 247	4 717 823
envolvente Sul	6 567	8 421	89 497	91 733	4 754 340	7 221 898
Portugal	246 641	308 681	2 322 224	2 446 510	174 150 922	268 093 358

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

Anexo 4GD

Área infra-estruturada da AMP para acolhimento empresarial, 2002

	Km²	em % da área total
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	81,96	1,87
Área Metropolitana do Porto (AMP)	30,13	3,70
Espinho	0,18	0,85
Gondomar	0,84	0,64
Maia	7,12	8,55
Matosinhos	3,68	5,94
Porto	0,00	0,00
Póvoa de Varzim	4,54	5,53
Valongo	0,10	0,13
Vila do Conde	5,75	3,86
Vila Nova de Gaia	7,92	4,70
Região envolvente da AMP	51,83	1,45
envolvente Norte	31,85	2,39
envolvente Este	16,37	0,96
envolvente Sul	3,61	0,68
Portugal	248,87	0,27

Fonte: INE, *Retrato da Área Metropolitana do Porto*

Anexo 4HD

Mobilidade casa-trabalho da AMP, 2001

	População empregada que reside na unidade territorial ^{a)}	População empregada na unidade territorial ^{b)}	População que reside e trabalha na mesma unidade territorial	Densidade de emprego	Densidade de emprego na indústria e construção
	N.º de indivíduos			Indivíduos/Km2	
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	1 319 746	1 310 160	1 265 456	298,1	115,9
Área Metropolitana do Porto (AMP)	595 261	610 116	546 692	748,8	270,0
Espinho	15 529	13 241	8 681	627,3	219,9
Gondomar	78 030	44 271	36 621	336,8	148,4
Maia	61 104	61 495	32 022	738,9	343,4
Matosinhos	78 836	71 621	44 367	1156,9	384,8
Porto	113 556	218 101	85 615	5252,9	1 186,8
Póvoa de Varzim	30 377	27 344	21 461	333,2	133,3
Valongo	41 849	29 379	20 234	387,5	197,9
Vila do Conde	35 962	32 360	23 532	217,2	114,2
Vila Nova de Gaia	140 018	112 304	92 011	665,8	303,4
Região envolvente da AMP	724 485	700 044	643 230	195,6	80,9
envolvente Norte	365 367	364 993	330 911	273,9	66,8
envolvente Este	218 782	192 142	178 096	112,2	65,0
envolvente Sul	140 336	142 909	124 523	267,6	166,8
Portugal	6 303 118	6 232 468	6 232 468	67,6	17,5

continua

continuação

	Índice de polarização de emprego	Crescimento do emprego (1991-2001) ^{c)}	Proporção da população que entra na região	Proporção da população que sai na região	Duração média dos movimentos pendulares ^{d)}	
					%	Minutos
Área Metropolitana do Porto e região envolvente	0,99	9,8	3,4	4,1	21,4	
Área Metropolitana do Porto (AMP)	1,02	4,6	10,4	8,2	26,1	
Espinho	0,85	- 5,6	34,4	44,1	19,4	
Gondomar	0,57	11,5	17,3	53,1	33,3	
Maia	1,01	30,5	47,9	47,6	24,2	
Matosinhos	0,91	4,1	38,1	43,7	24,4	
Porto	1,92	- 9,9	60,7	24,6	26,6	
Póvoa de Varzim	0,90	8,8	21,5	29,4	16,9	
Valongo	0,70	29,4	31,1	51,6	27,4	
Vila do Conde	0,90	17,6	27,3	34,6	18,2	
Vila Nova de Gaia	0,80	15,4	18,1	34,3	27,6	
Região envolvente da AMP	0,97	14,6	8,1	11,2	17,7	
envolvente Norte	1,00	11,2	9,3	9,4	16,7	
envolvente Este	0,88	21,1	7,3	18,6	20,8	
envolvente Sul	1,02	15,2	12,9	11,3	15,6	
Portugal	0,99	8,2	-	1,1	22,6	

Fonte: INE, Retrato da Área Metropolitana do Porto

^{a)} População empregada que reside na unidade territorial = população residente na unidade territorial e que está empregada, independentemente do local de trabalho.

^{b)} População empregada na unidade territorial = população empregada que reside na unidade territorial + entradas - saídas = população que trabalha na unidade territorial independentemente do local de residência = emprego.

^{c)} O crescimento do emprego (1991-2001) e a duração média dos movimentos pendulares foram calculados com base na população residente presente.

Anexo 5A

Manual de transcrição das entrevistas

O presente documento contém as principais indicações relativas ao processo de transcrição das entrevistas realizadas no âmbito do projecto. São apresentadas as três fases do processo: a da preparação formal do texto, com os aspectos relativos à formatação e redacção do texto; a da audição integral da entrevista e a da transcrição da entrevista, com as regras básicas de transcrição.

I. Fase – Preparação formal do texto

1. Configurar a página com as seguintes margens: 4 superior, 4 interior, 2 inferior e 2 exterior. Cabeçalho e rodapé com 1,5. Orientação vertical e tamanho A4.
2. Configurar o cabeçalho da página com os seguintes elementos redigidos a Palatino Linotype, tamanho 8, a 1 espaço e alinhados no lado direito, tal como consta deste documento: Projecto *Culturas urbanas, turismo e desenvolvimento na Área Metropolitana do Porto* (1.ª linha), Entrevista ao Vereador da (do) _____ da CM de _____ (2.ª linha), dia. mês. ano [data de realização da entrevista] (3.ª linha).
3. Redigir o texto a Palatino Linotype, tamanho 10, com um espaçamento entre as linhas de 1,5. Sempre que haja notas a incluir em rodapé, redigi-las a tamanho 8 e a 1 espaço entre as linhas. Texto justificado.
4. Redigir os títulos a Palatino Linotype, tamanho 11, a bold e em maiúsculas. Texto centrado.
5. Pagar sequencialmente a entrevista. Números de página redigidos a Palatino Linotype, tamanho 8, e colocados no lado direito da página.
6. Redigir a itálico as perguntas/intervenções do entrevistador (E.) e a fonte normal as respostas do entrevistado (e.).
7. Separar as intervenções do E. e as do e. com um *enter* de 1,5 de espaçamento.
8. Imprimir a entrevista em folhas de rascunho ou em frente e verso.

II. Fase – Audição integral das entrevistas

1. Proceder à audição integral da entrevista, prestando atenção ao guião de perguntas, às particularidades da situação de entrevista e dos discursos dos intervenientes, aos tipos de respostas dadas pelo entrevistado e ao guião de categorias de análise da entrevista, bem como à própria qualidade acústica da gravação e aos registos vocais de cada interveniente.

2. Fazer a caracterização sociográfica do entrevistado a partir das respostas dadas a certas questões: nome, sexo, idade, naturalidade, área de residência, nível de escolaridade, actividade profissional exercida/em exercício, tempo de exercício da actividade política, filiação partidária, pelouros atribuídos.
3. Assinalar a duração real da entrevista.

III. Fase – Transcrição da entrevista

1. Preencher as duas primeiras folhas da transcrição com os elementos relativos à caracterização da situação de entrevista (identificação do E. e do e., data e local de realização da entrevista, duração da entrevista, hora de início e de fim da entrevista e observações) e à caracterização sociográfica do entrevistado (nome, sexo, idade, naturalidade, área de residência, nível de escolaridade, actividade profissional exercida/em exercício, tempo de exercício da actividade política, filiação partidária, pelouros atribuídos). Esta informação integrará as três primeiras folhas e será preenchida, para todas as entrevistas, por quem realizou a entrevista¹.
2. Identificar os intervenientes por E. (entrevistador) e e. (entrevistado). São estas as letras a colocar sempre que se inicia uma pergunta (E.) e uma resposta (e.). Não se numeram nem as perguntas nem as respostas. Redige-se a intervenção do E. e do e., bem como as próprias letras, com a mesma fonte de texto utilizada: itálico para o primeiro e normal para o segundo. No caso de haver mais do que um entrevistado, respeitar as mesmas regras de transcrição, identificando-o como e2 (o número 2 redigido a tamanho 8).
3. Proceder à transcrição integral da entrevista, assinalando todos os elementos discursivos (palavras e frases + expressões discursivas próprias do E. mas sobretudo do e.) e os elementos não discursivos pertinentes para a caracterização global do discurso do e.: as interferências, as interrupções e as pausas, os ruídos, as hesitações, os risos, os diferentes tons de voz, os silêncios, entre outros elementos possíveis.
4. Fazer a transcrição escrita do discurso oral dos intervenientes o mais exacta possível, respeitando as especificidades orais e transpondo-as da melhor forma possível para a versão escrita.
5. Fazer uso da pontuação tal como previsto pelas regras gramaticais. Ter apenas em atenção o seguinte:
 - a) . - conclusão do discurso, de frases e de raciocínios;

¹ Ter em atenção que a paginação das entrevistas transcritas inicia-se com o número 4 já que o preenchimento das duas primeiras folhas será sempre feito pelo E.

- b) ... - separação entre as palavras, as frases, os discursos e as ideias dos intervenientes quando em simultâneo ou em sequência, quando com pausas, hesitações, pequenas oscilações de voz;
- c) , - separação entre orações, frases, palavras e ideias;
- d) « » - identificação das afirmações de terceiros pronunciadas pelo e., antecedidas por dois pontos quando assim se justificar e com a primeira letra em maiúsculas;
- e) ! - identificação de momentos discursivos de exaltação, entusiasmo, indignação...; utilização de [!] sempre que há uma exclamação associada a uma palavra e sem ruptura discursiva;
- f) ? - identificação das questões do E. e das questões que o próprio e. faz;
- g) *[itálico]* - identificação de elementos, por quem transcreve, relativos aos discursos dos sujeitos.

6. Sempre que surgir *[itálico]*, assinalar a pontuação logo após esta expressão, excepto quando não se justificar.
7. Iniciar o discurso dos intervenientes com letra maiúscula desde que não haja hesitações e/ou pausas; quando for esta a situação, inicia-se com letra minúscula depois de assinalar as respectivas reticências; por outro lado, quando há uma frase com exclamação, seguida de uma outra com um novo raciocínio mas com uma hesitação do e., iniciar com letra maiúscula.
8. Assinalar os elementos não discursivos entre *[itálico]*, logo após terem ocorrido. Por exemplo: ... a Câmara tem desenvolvido... *[pausa longa]* ... um trabalho positivo.
9. Assinalar as interrupções tal como previsto no ponto 7. mas dar um espaçamento entre o momento da interrupção, a descrição do motivo da interrupção e o reinício do discurso de modo a que seja perceptível a respectiva interrupção no discurso. Redigir tais interrupções como orações e com os verbos no pretérito perfeito. Por exemplo:

e. ... a Câmara tem desenvolvido... *[pausa longa]* ... um trabalho positivo...

[a secretária do Vereador entrou no gabinete; a entrevista foi interrompida por alguns momentos]

[logo após a saída da secretária, a entrevista foi reiniciada; o e. retomou o seu discurso]

e. ... como dizia... a Câmara tem...

10. Assinalar com letras maiúsculas as referências a nomes próprios, a instituições, a cargos e a eventos (quando devidamente designados) e com numeração árabe as referências a datas, a estatísticas, a dados e resultados, entre outros elementos similares possíveis.
11. Assinalar as pausas longas (mais de 10 segundos) tal como exemplificado no ponto 7. Sempre que uma pausa se torne significativa quando comparada com outras pausas mais breves (assinaladas com reticências), assinalar [*pausa*] logo após a sua ocorrência.
12. Assinalar com a expressão [*sic*] frases e palavras mal ditas pelo e. e [*discurso imperceptível*] sempre que não se consiga transcrever partes do discurso.
13. Fazer as síncopes discursivas que se revelem pertinentes no discurso dos intervenientes, mantendo ao longo da transcrição um uso uniforme da expressão criada.
14. Anotar elementos da situação de entrevista que se revelem importantes e/ou peculiares. Por exemplo, arrastar uma cadeira, levantar-se da secretária e sair, entre outros.
15. Assinalar, quando necessário e no momento em que ocorrem, os sinais de assentimento e de concordância do E. e do e., nomeadamente nas situações em que a intervenção do e. é demasiado longa, há uma troca de impressões entre E. e e. ou o discurso do e. exige tal estratégia por parte do E.
16. Numa situação de interrupção do discurso de um dos sujeitos pelo outro, anotar tal interrupção do seguinte modo:
e. ... fora de Gondomar e... [*o E. interveio*] e fui eleito...

E. *Mas... desculpe, é natural de...?*

e. ... Marco de Canaveses... e fui eleito com 25 anos...

17. Numa situação de simultaneidade discursiva, anotar os momentos em que o E o e. intervêm. Por exemplo:
e. ... fora de Gondomar e...

[*o E. interveio e ambos falaram em simultâneo*]

E. Mas... não lhe parece que...

e. ... e... fui eleito com 25 anos, portanto, só para dizer...

E. ... não lhe parece que...

[a partir deste momento, os dois interlocutores deixaram de falar em simultâneo]

e. ... sim, sim...

18. Anotar, à medida que se procede à transcrição, as dúvidas, os elementos novos, as opções tomadas.
19. Procurar anotar um breve conjunto de observações sobre as especificidades discursivas e não discursivas do sujeito ao longo da abordagem dos temas.

Anexo 5B

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP -
presidentes de câmara

Caracterização sociográfica

Sexo
Idade
Naturalidade
Área de residência
Nível de escolaridade
Actividade profissional exercida/em exercício
Tempo de exercício de funções políticas
Filiação partidária
Pelouros atribuídos

Representações face ao poder e à prática política

Apresentação e caracterização do concelho antes e depois do mandato actual

Representações sobre os modelos de desenvolvimento para o concelho

Princípios estratégicos de desenvolvimento local e regional
O desenvolvimento da Região Norte e da AMP
A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento do concelho

Representações políticas e sociais sobre a cultura e o turismo

Definição/ Tipos/ Funções

O projecto político global da autarquia e as políticas culturais e turísticas

O projecto de uma cidade cultural
O turismo cultural
Outras potencialidades turísticas do concelho

Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)

Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas

Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia

Relação da autarquia com outros actores sociais

Outros actores do poder local: o projecto metropolitano

Organismos de desenvolvimento local e organizações não governamentais.

Empresas e grupos económicos

Comunidade local

Actores do poder central

[Existência/não existência. Modalidades de relação. Representações sobre as modalidades de relação ideais. Representações sobre a política cultural e turística conjunta.]

Anexo 5C

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos eleitos locais da AMP - vereadores da cultura, do turismo e do desporto

Caracterização sociográfica

Sexo
Idade
Naturalidade
Área de residência
Nível de escolaridade
Actividade profissional exercida/em exercício
Tempo de exercício de funções políticas
Filiação partidária
Pelouros atribuídos

Historial do pelouro na autarquia

Momentos de criação/institucionalização da cultura/desporto/turismo na autarquia

- representações sobre a macroestrutura organizacional da autarquia no momento actual e em momentos anteriores
- representações sobre a articulação formal entre cultura e turismo, cultura e desporto e desporto e turismo
- proximidades/distâncias de projectos, actividades e práticas políticas nos sectores

Actores e factores responsáveis pelo processo de criação/institucionalização da cultura/desporto/turismo na autarquia

- actores responsáveis
- factores políticos, sociais e culturais

Estrutura formal do pelouro no mandato actual

- recursos financeiros, humanos e materiais
- funções/competências/atribuições
- dinâmicas de trabalho

- dificuldades/obstáculos
- relação com outros pelouros/departamentos da autarquia (conhecimento/desconhecimento dos projectos, actividades e práticas dos diversos sectores e modalidades de relação)

Representações sobre a cultura, o desporto e o turismo

Representações políticas sobre a cultura/o desporto

- património de conhecimentos e de competências sociais
- recurso económico e político local
- factor de desenvolvimento endógeno
- recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais

Representações sociais/ideológicas sobre a cultura

- cultura popular (pequena cultura) *versus* cultura de massas (indústrias culturais) *versus* cultura de elite (grande cultura)
- cultura *versus* desporto

Representações políticas sobre o turismo

- recurso económico e político local
- factor de desenvolvimento endógeno associado à indústria local
- recurso social de identidade territorial, de vivências e de sociabilidades locais

Representações sociais/ideológicas sobre o turismo

- turismo de massas *versus* turismo selectivo
- turismo de praia *versus* turismo cultural
- turismo religioso, turismo eco-ambiental, turismo de negócios
- outras

Políticas culturais e turísticas da autarquia

Existência/inexistência de uma política cultural e turística

Representações sobre a política cultural e turística do concelho no momento actual

Objectivos globais (autarquia e pelouro) e sectoriais (projectos)

Representações sobre a evolução das políticas culturais e turísticas do concelho nas últimas duas décadas

Articulação entre a política cultural e turística e o projecto político global da autarquia

- como?
- por quem?
- papel do presidente de câmara e do vereador

Projectos significativos do pelouro no concelho

- identificação e descrição
- valor político e social atribuído aos projectos
- recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros)
- dificuldades e problemas na execução dos projectos
- públicos-alvo dos projectos
- avaliação dos projectos

Representações sobre o projecto de uma cidade cultural

Relação do pelouro com outros actores do poder local

Relação com outras câmaras/outros pelouros da cultura/desporto/turismo

- existência/não existência
- modalidades de relação efectivas
- representações sobre as modalidades de relação ideais

Relação com as câmaras/pelouros da cultura/desporto/turismo da AMP

- existência/não existência
- modalidades de relação
- representações sobre as modalidades de relação ideais
- representações sobre a política cultural conjunta

Relação do pelouro da cultura [e do turismo] com a comunidade local

Relação com outras organizações/instituições/associações locais

- existência/não existência
- modalidades de relação efectivas

- representações sobre as modalidades de relação ideais
- projectos e actividades desenvolvidas
- avaliação das modalidades de relação e dos projectos concretizados

Relação com os públicos

- existência/não existência
- modalidades de relação
- representações sobre as modalidades de relação ideais
- modalidades de participação dos públicos nas actividades

Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural para o concelho

Modelos ideais de desenvolvimento local para o concelho

A cultura como um factor de desenvolvimento local

O turismo cultural e o desporto e a sua relação com o desenvolvimento do concelho

Anexo 5D

Categorias de análise das entrevistas realizadas aos actores locais e regionais

Caracterização sociográfica

Sexo

Idade

Naturalidade

Área de residência

Nível de escolaridade

Actividade profissional exercida/em exercício

Tempo de exercício de funções políticas/administrativas

Historial do organismo

Natureza jurídica

Objectivos

Actividades

Programas

Recursos financeiros, humanos e materiais

Funções/competências/atribuições

Dinâmicas de trabalho

Dificuldades/obstáculos

Relação com outros organismos estatais

Avaliação dos programas/actividades

Representações sobre a cultura e o turismo cultural

Definição/Tipos/Funções

Representações sobre os modelos de desenvolvimento cultural do país, da

Região Norte e da AMP

Princípios estratégicos

A cultura e o turismo como factores de desenvolvimento

Relação do organismo com

- Outros actores políticos
- Autarquias
- Organismos de desenvolvimento local
- Organizações não governamentais

Representações sobre as políticas culturais nacionais, regionais e metropolitanas

- Representações sobre o projecto de uma cidade cultural/concelho cultural
- Evolução das políticas culturais e turísticas no país e regiões

Anexo 5E

Categorias de análise dos *sites* das câmaras municipais da AMP

Representações dos actores políticos locais

- Princípios estratégicos para o concelho
- Concepções políticas de cultura
- Concepções políticas de turismo
- Concepções políticas de desenvolvimento
- Concepções políticas de desporto

Aspectos formais dos *sites*

- Design gráfico
- Símbolos do *site* e do concelho
- Actualização dos conteúdos
- Línguas de suporte do *site*
- Autores do *site*
- Motores de busca
- Número de visitantes

Conteúdos dos *sites* - áreas temáticas

- Discursos políticos
- Actividades e eventos (agenda cultural)
- Resenha monográfica sobre o concelho
- Órgãos e serviços da autarquia
- Eleitos locais
- Dados estatísticos sobre o concelho
- Links*
- Estrutura da página

Anexo 5F

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Espinho

URL: http://www.cm-espinho.pt/	
<p>Data de consulta: 24-11-2003 Data de actualização: 26 e 27-03-2004</p>	
Princípios estratégicos para o concelho	<p>Não há alusão aos princípios estratégicos da Câmara em matéria de desenvolvimento. Muita da informação que se remeteria para estas dimensões diz respeito mais a meras constatações, nomeadamente acerca daquilo que já está feito do que propriamente à vontade política de o fazer ou aos objectivos culturais do executivo. No entanto, num pequeno trecho dedicado às actividades económicas do concelho, há a referência ao turismo como sector a investir. <i>Os serviços ligados ao turismo continuam a ser a grande aposta de desenvolvimento para o concelho, e esta tendência foi e será reforçada com a construção de alguns equipamentos de carácter cultural e desportivo previstos.</i></p>
Concepções políticas de cultura	<p>Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. Registe-se, porém, uma dissociação entre cultura e actividades culturais: aquilo que poderia conferir uma concepção política de cultura para o município encontra-se no <i>menu Lazer</i>, nomeadamente as actividades culturais, bem como qualquer explicação sobre o funcionamento deste tipo de actividades em Espinho: <i>O concelho de Espinho, ainda que de pequenas dimensões geográficas, possuiu uma enorme e diversificada dinâmica cultural que resulta, em grande medida, da vitalidade das Associações Culturais cujo campo de acção se estende por quase todo o tecido social. Estes agentes culturais, parceiros insubstituíveis na definição e execução de estratégias culturais, possibilitam a participação activa e criativa dos munícipes e contribuem de modo decisivo para a criação e alargamento de públicos nas mais diversas áreas de expressão artística. Para além do trabalho prioritário com os agentes culturais locais, de que resultam várias iniciativas, a Divisão de Animação Cultural da Câmara Municipal de Espinho promove anualmente diversas actividades de fruição lúdico-cultural, dirigidas aos diferentes escalões etários.</i></p> <p>Aquilo que são as artes tradicionais de Espinho encontram-se no <i>menu Cultura</i>, nomeadamente naquilo que se refere à Arte da Xávêga com a explicação acerca das origens e do tipo de barcos.</p>
Concepções políticas de turismo	<p>Não há alusão à concepção política de turismo neste site, apenas a referência ao turismo como o principal sector económico do concelho. <i>O turismo afigura-se pois como o principal sector económico no concelho já que este reúne algumas condições importantes para tal, nomeadamente a sua localização geográfica junto do litoral e da praia, o clima ameno e pelo facto de existirem um conjunto de equipamentos turístico/lúdico/desportivos: Hotéis, Casino, Centro Multimeios, Campo de Golfe, Piscinas, Nave Desportiva, Clube de ténis, Aeródromo, entre outros.</i> Sugere-se o interesse político pelo turismo balnear, associado ao turismo desportivo e de lazer.</p>

continua

Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento neste <i>site</i> .
Concepções políticas de desporto	Não há alusão à concepção política de desporto neste <i>site</i> , apenas fotografias de alguns dos equipamentos desportivos do concelho.
Discursos políticos	O único discurso que aparece no <i>site</i> é aquele relativo à justificação da necessidade de se dar importância às novas tecnologias da informação, nomeadamente no que diz respeito à administração pública e ao contacto com o público e que culmina com o lançamento do <i>site</i> oficial de Espinho. Entre os vários aspectos que justificam a <i>política de desenvolvimento dos meios de informação da autarquia</i> , dois há que merecem destaque: a promoção do desenvolvimento do associativismo e a oferta de novos modos de lazer.
Actividades e eventos (agenda cultural)	Não existe qualquer referência a actividades na actualidade, quer culturais, quer desportivas. Existe informação acerca de actividades, eventos ou algumas iniciativas que foram realizadas especialmente em 2001. Essas actividades são as seguintes: <i>Humor de Praia - I Salão Internacional "Humor de Praia"</i> – <i>Espinho/2000</i> . Este evento realiza-se de dois em dois anos; <i>Arte XXI</i> - Concurso nas várias áreas de expressão artística (literatura, fotografia, pintura, escultura, design e vídeo), dirigido aos jovens criadores do concelho; <i>Vir a Banhos</i> - recreação, de dois em dois anos, de uma praia dos inícios do século XX onde são encenados os diferentes modos de estar na praia: jogos diversos; vendedores ambulantes; lançamento de papagaios de papel; teatro de robertos e uma ida ao banho com fatos da época; <i>Encontro Concelhio de Janeiroiros</i> - Reúne todos os grupos que, no concelho de Espinho, se dedicam a recuperar canções e outras tradições de Natal; <i>Encontro Nacional de Homens Estátua</i> - visa incentivar, divulgar e dignificar a criação artística nas artes performativas.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta, e com recurso a fotografias da época, uma pequena resenha histórica que tem por base as primeiras décadas do século XIX, com especial referência à praia e ao comboio como factores que, conjugados, contribuíram para o desenvolvimento de Espinho. Há ainda referência às passagens a freguesia e concelho, nomeadamente com a integração de freguesias vizinhas. Apresenta ainda informação acerca da caracterização geográfica e socioeconómica em termos de área, orografia, hidrografia e flora, população e actividades económicas.

Conteúdos

continuação

URL: <http://www.cm-espinho.pt/>

Data de consulta: 24-11-2003

Data de actualização: 26 e 27-03-2004

Órgãos e serviços da autarquia	Há um espaço dedicado à descrição dos órgãos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), com a composição dos eleitos. Há uma alusão aos serviços municipais mas sem qualquer hiperligação que nos remeta para aí.
Eleitos locais	Parte dedicada aos eleitos locais, mas sem apresentação da página. No entanto, no <i>submenu</i> Órgãos Municipais é apresentada a lista dos eleitos para a Câmara Municipal, bem como para a Assembleia Municipal. No <i>submenu</i> Freguesias também é possível aceder à composição das Juntas e Assembleias de Freguesia respectivamente.
Dados estatísticos sobre o concelho	Existe apenas a referência à população do concelho, nomeadamente número de habitantes e densidade populacional, a partir de dados que não correspondem aos resultados definitivos dos Censos 2001; disponibiliza uma listagem dos resultados das eleições no concelho: autárquicas de 1976 a 1997; legislativas de 1991 a 1999; presidenciais de 1991 a 1996; europeias de 1994 a 1999.
Links	Sim (Casino Solverde).
Estrutura da página	Município, urbanismo, acessibilidades, cultura, lazer, desporto, acção social, actividades económicas, SIG, eleições 2001, info.

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5G

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004^{a)} - Gondomar

<p>URL: http://www.cm-gondomar.pt/</p> <p>Data de consulta: 24-11-2003</p> <p>Data de actualização: 24 e 29-03-2004</p>	
Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho de Gondomar.
Concepções políticas de cultura	Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. Apresenta informação de índole informativa (especialmente no que diz respeito às actividades culturais e turísticas) e promocional (no que diz respeito ao artesanato e ao turismo). Sugere-se o cruzamento entre níveis de expressão cultural.
Concepções políticas de turismo	Não há um discurso que permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. Ainda assim é possível depreender-se que uma das apostas turísticas da Câmara Municipal consiste no apoio à promoção da gastronomia local: referência à <i>Festa do Sável e da Lampreia 2003</i> . Há, ainda, uma preocupação com determinadas dimensões turísticas, que a Câmara designa de património, que pretendem funcionar como um apelo à visita a Gondomar: Artesanato (fabrico da filigrana e trabalhos em talha), Festas, romarias e feiras: <i>Romaria de Nossa Senhora do Rosário</i> , hoje em dia mais conhecida pela <i>Festa das Nozes</i> - Outubro; Feiras promocionais (<i>Feira Nacional de Artesanato</i> e <i>TURISPORT</i> (Salão de Turismo, Desporto e Lazer) - Maio/Junho, <i>DECOMÓVEL</i> (Salão de Decoração e Mobiliário) e <i>HOBBYTRONICA</i> (Salão de Electrónica de Lazer) - Junho, <i>AGRINDUSTRIA</i> (Feira Agrícola e Industrial de Gondomar) - Setembro; <i>Itinerários</i> (Circuito na Cidade, Circuito na Marginal).
Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento neste site.
Concepções políticas de desporto	Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste site, apenas uma listagem de actividades desportivas para o mês de Março, bem como um conjunto de iniciativas que dizem respeito ao desporto escolar: <i>Férias Desportivas - Natal, Páscoa e Verão, Educação e Desporto... Já!, Iniciação à Natação</i> e Escolas Municipais Desportivas (com indicação de "para breve").

continua

continuação

URL: <http://www.cm-gondomar.pt/>

Data de consulta: 24-11-2003

Data de actualização: 24 e 29-03-2004

Conteúdos	
Discursos políticos	Não existe qualquer discurso político no <i>site</i> .
Actividades e eventos (agenda cultural)	Todos os meses é disponibilizado o chamado <i>Roteiro Cultural</i> onde aparecem listadas todas as actividades no âmbito do cinema, teatro, música, dança, colóquios, debate, exposições, desporto, diversos e educação. A agenda do concelho, mais uma vez, sugere o cruzamento entre níveis de expressão cultural.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma pequena resenha histórica acerca da proveniência do nome que deu origem à cidade e concelho de Gondomar. Dá conta ainda da data do foral do município de Gondomar, bem como da anexação das freguesias que hoje o compõem. Junto da resenha monográfica aparece ainda informação acerca do brasão do concelho.
Órgãos e serviços da autarquia	Há um espaço dedicado à composição do executivo municipal (identificação do presidente e vereadores eleitos e em funções, com o respectivo pelouro atribuído). Há ainda a identificação de todos os serviços de apoio e concepção, bem como os serviços operativos que compõem a Câmara.
Eleitos locais	Para além dos eleitos que compõem o executivo municipal não existe qualquer outra listagem de eleitos locais, nomeadamente no que se refere à composição da Assembleia Municipal, bem como aos eleitos respeitantes às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho.
Dados estatísticos sobre o concelho	Não são apresentados quaisquer dados estatísticos relativos ao concelho, nem a qualquer outro tema.
<i>Links</i>	Sim (STCP, IDITEMINHO).
Estrutura da página	Artesanato, câmara, cultura, economia, ensino, informações, instituições, resenha, património, turismo e sugestões.

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5H

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Maia

URL: <http://www.cm-maia.pt/>

Data de consulta: 25-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Princípios estratégicos para o concelho	<p>Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho.</p> <p>O site não disponibiliza nenhum <i>menu</i> dedicado especificamente à cultura, no entanto vai disponibilizando destaques, nomeadamente na agenda cultural e nos equipamentos culturais, onde expõe objectivos a cumprir ou metas a atingir com determinadas actividades. É o caso das actividades presentes no destaque do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia e da Quinta da Caverneira. O primeiro realiza exposições temporárias de longa e curta duração que têm como missão dar rotatividade às coleções e divulgar a história e a etnografia da Maia. O segundo apresenta exposições de carácter temporário que incidem nas profissões desaparecidas, ou em vias de, e/ou modernizadas. Incide em questões como em que consistia a profissão, quem exercia a profissão, como era exercida, com que finalidade, em que tempo e em que espaço e quanto representava o exercício da profissão no orçamento da família. As exposições obedeceram a uma periodicidade de dois meses. A actividade tem como objectivos perpetuar a existência das actividades profissionais existentes outrora, sensibilizar para a preservação e transmissão da identidade cultural do povo maia e relacionar a extinção de certas actividades profissionais com as exigências da modernidade.</p> <p>Para além da Biblioteca Municipal da Maia e da Biblioteca itinerante da Maia, o Fórum da Maia é outro dos equipamentos culturais existentes neste concelho. Pretende-se que este Fórum seja um espaço de aglomeração entre as actividades culturais performativas, as exposições e mostras museológicas, bem como a actividade de arquivo e de leitura. <i>O Fórum da Maia, um dos melhores centros culturais da Área Metropolitana do Porto e de toda a Região Norte do País, é o mais importante espaço dedicado à cultura de iniciativa autárquica. Dotado de uma área coberta de 13.000 metros quadrados, perfeitamente integrado no núcleo urbano principal, compõe-se de três zonas, com vocações distintas mas complementares: Zona de Auditórios, Zona de Museu e Exposições e Zona de Biblioteca e Arquivo Municipal.</i></p> <p>Poderá ser uma aposta da Câmara Municipal juntar num único espaço várias actividades culturais em simultâneo, que aliado ao facto de estar localizado em pleno núcleo urbano do concelho poderá significar uma concentração de actividades e pessoas (concentração e centralização cultural, por oposição aos princípios de descentralização cultural).</p>
---	--

continua

<p>Concepções políticas de turismo</p>	<p>O <i>site</i> disponibiliza um <i>menu</i> inteiramente dedicado ao turismo, onde dá informações relativas à localização do concelho, ao conhecer o passado, ao como ir, o que comer, o que ver, onde ficar e o que fazer, e o que fazer e o que ver. Sugere-se um turismo cultural e um turismo de negócios. Destaquemos os itens o que fazer e o que ver.</p> <p>Em relação às actividades de entretenimento disponíveis aos turistas no concelho da Maia o <i>site</i> fornece uma listagem dos equipamentos desportivos, salas de teatro e cinema, bares e discotecas presentes no concelho, bem como uma listagem de eventos/acontecimentos fixos ao longo do ano: Cantar das Janeiras, Corridas de Cavalos, <i>Maia Open - ATP Tour</i>, <i>Taça Internacional Maia Jovem</i>, <i>Bienal de Arte Jovem</i>, Queima do Judas, <i>Festival de Música da Maia</i>, <i>Quirzena Gastronómica da Maia</i>, <i>Mai' Athletics - Meeting Internacional de Atletismo</i>, Festas do Concelho (Romaria à N^a Sr^a do Bom Despacho), <i>Feira de Artesanato da Maia</i>, <i>Festival Nacional de Folclore</i>, <i>Festival Internacional de Teatro Cómico</i>, <i>Simpósio de Escultura</i> e Congresso Internacional "Raízes".</p> <p>Quanto ao segundo, referem-se os monumentos e locais de interesse, o Zoo da Maia e os circuitos turísticos. Destaca ainda uma listagem dos alojamentos turísticos disponíveis no concelho, bem como espaços destinados ao turismo rural; possibilidades de compras dos turistas, com algum enfoque sobre o artesanato local; Congressos e incentivos. Em relação a este tema é disponibilizada uma listagem dos locais onde é possível desenvolver este tipo de eventos, descrevendo as suas características.</p> <p>Para além disso disponibiliza, em destaque no <i>site</i>, um programa de turismo designado <i>Descobrir a Maia: Por terras do Lidador</i>, que consiste num conjunto de circuitos turísticos internos que visam dar a conhecer o concelho, especialmente aos novos residentes. Esta iniciativa tem o objectivo de <i>dar a conhecer às famílias dos novos maiatos uma visão mais concreta da realidade do Município, nas perspectivas ambiental, patrimonial, cultural, desportiva e de equipamentos de apoio a uma vida usufruída com qualidade.</i></p>
<p>Concepções políticas de desenvolvimento</p>	<p>Não existem alusões no <i>site</i> a uma eventual concepção política de desenvolvimento. No entanto, é no <i>menu</i> turismo, quando se está a contextualizar o concelho, que existe uma referência ao desenvolvimento do concelho. <i>Nas últimas décadas, a Maia registou fortes acréscimos populacionais e elevados índices de desenvolvimento sustentado. Isso justifica que, em 1990, a Vila da Maia fosse elevada à categoria de cidade; Cidade de Distrito do Porto. Sede de Concelho.</i></p> <p>Numa outra situação, isto é, num estudo de enquadramento socioeconómico do concelho e embora não haja referências explícitas ao processo de desenvolvimento do concelho, a verdade é que pela análise feita denota-se uma necessidade de aposta no sector terciário. <i>A análise destes dados levou a que a Câmara Municipal se preocupasse também com a procura de incentivos à fixação do sector terciário, em</i></p>

	<p><i>especial dos serviços de apoio à família, tendo sempre como preocupação de fundo a promoção da Qualidade de Vida do Concelho.</i></p> <p>Por outro lado, num destaque relativo ao <i>Maia Handball Cup</i> há uma clara alusão à importância do desporto para o desenvolvimento do concelho da Maia.</p> <p><i>A Câmara Municipal da Maia é a principal responsável por esse desenvolvimento, pautando a sua acção pela melhoria constante do bem estar social dos seus cidadãos. O Desporto não é indiferente ao seu objectivo. Pelo contrário, ele é visto como um factor fundamental desse desenvolvimento global.</i></p> <p>No Portal Torre do Lيدador (ver à frente a categoria Órgãos e serviços disponíveis), embora não exista qualquer tipo de referência directa a concepções políticas de desenvolvimento neste site, a verdade é que a Câmara ao construir um portal electrónico, que funciona como interface entre o município e a autarquia, perspectiva o desenvolvimento electrónico dos serviços, isto é, o desenvolvimento concelhio através das tecnologias da informação.</p>
<p>Concepções políticas de desporto</p>	<p>Em termos gerais não existe uma informação no site que nos permita inferir uma concepção política de desporto, e mais uma vez todas as que se possam tirar relativamente a este tema dizem respeito a actividades concretas promovidas pela Câmara e que têm já algum peso no concelho. É o caso dos Jogos Inter-Freguesias (andebol, atletismo, basquetebol, voleibol, futsal, ténis de mesa, malha, dominó, bilhar livre, damas, snooker, xadrez e sueca). Neste capítulo para além de haver uma mensagem deixada pelo Presidente em jeito de apelo à prática de actividade desportiva, existe ainda uma referência aos objectivos que se visam com este tipo de actividades.</p> <p>Por outro lado, a Maia tem apostado no desenvolvimento de actividades desportivas de charneira, de índole internacional que promovem o concelho nacional e internacionalmente. O torneio de ténis <i>MaiaJovem</i> é um dos exemplos.</p> <p>Outro dos exemplos é o <i>Maia Handball Cup</i>.</p> <p><i>Os eventos que organiza são de relevante dimensão, quer pelo nível de participação e qualidade, quer pela diversidade dos grupos sociais que consegue alcançar, crianças, jovens, adultos, 3ª idade, pessoas portadoras de deficiência, entre outros. Não é pois, por acaso, que a Cidade da Maia é reconhecida pela capital do desporto português.</i></p> <p>Para isto também tem contribuído a aposta que se tem feito no desenvolvimento de infra-estruturas desportivas, nomeadamente ao nível dos estádios municipais e polidesportivos, piscinas, pavilhões gimnodesportivos, pavilhões específicos e polidesportivos de rua.</p> <p><i>As gentes da Maia são, por natureza, empreendedoras, simpáticas e hospitalteiras, têm o prazer de receber quem as visita. Mas isso, é uma</i></p>

URL: <http://www.cm-maia.pt/>

Data de consulta: 25-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Discursos políticos	Há um discurso político relativo à prática desportiva no concelho, no âmbito dos jogos inter-freguesias.
Actividades e eventos (agenda cultural)	Apresenta na primeira acessibilidade um conjunto de informações acerca de actividades e eventos desportivos e culturais, com destaques mais ou menos notórios. Mas o que é certo é que é na própria <i>home page</i> que eles se fazem notar, com destaques especiais para determinadas actividades, ou com as agendas cultural e desportiva do concelho. Por outro lado, e como já foi referido, também ao nível do turismo há informação acerca dos eventos periódicos e fixos do concelho, sendo essa informação bastante acessível.
Resenha monográfica sobre o concelho	A resenha monográfica do concelho da Maia é disponibilizada, não com estes termos, mas no item <i>conhecer o passado</i> no <i>menu</i> Turismo. Por outro lado, aí também são explicados alguns símbolos do município, nomeadamente o seu brasão.
Órgãos e serviços da autarquia	Há um <i>menu</i> inteiramente dedicado aos órgãos e serviços disponíveis na Câmara Municipal. O <i>menu</i> é designado Guia do Município e é absolutamente igual ao Portal Torre do Lيدador. O Portal Torre do Lيدador, ainda que funcione como um <i>site</i> autónomo, pretende servir de ponte entre o município e a autarquia. b) Encontram-se também disponíveis naquele <i>menu</i> o estudo de enquadramento socioeconómico da Maia, bem como um conjunto de perguntas frequentes acerca do funcionamento e organização dos serviços municipais.
Eleitos locais	A lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais encontram-se no <i>menu</i> Guia do Município aquando da identificação dos órgãos autárquicos.
Dados estatísticos sobre o concelho	São disponibilizados esporadicamente dados estatísticos, nomeadamente sobre a área, população e actividades económicas do concelho. No entanto, existe um estudo de enquadramento socioeconómico do concelho que disponibiliza dados estatísticos provenientes dos resultados provisórios dos Censos 2001.
Links	Sim (Muito variado, lista extensa).

continuação

URL: <http://www.cm-maia.pt/>

Data de consulta: 25-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Estrutura da página	Guia do município, turismo, ambiente, educação e acção social, juntas de freguesia, eventos, mapa interactivo, fórum da Maia, infraestruturas desportivas, informações úteis, <i>links</i> , telefones, <i>e-mail</i> , protecção civil, biblioteca municipal da Maia, polícia municipal e Home.
---------------------	--

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

b) O Portal Torre do Lidador está disponível em www.torrelidador.cm-maia.pt. A consulta do *site* teve lugar a 30-03-2004.

URL: <http://www.maiadigital.pt/>

Data de consulta: 30-03-2004

Princípios estratégicos para o concelho	Este <i>site</i> constitui o início de um processo de informatização dos serviços municipais da Câmara a níveis que não são só os operacionais dos serviços, como o Portal Torre do Lidador. A sua área de actuação será muito mais abrangente. <i>A Câmara Municipal da Maia assumiu-se como dinamizadora de um consórcio de instituições locais e regionais e que promoveu uma candidatura ao Programa "Portugal Digital" - com o objectivo comum de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, do ensino, do acesso à cultura e ao conhecimento, bem como da melhoria da competitividade das empresas no Concelho da Maia, proporcionadas pelas tecnologias da informação e da comunicação.</i>
Concepções políticas de cultura	<i>Concepção e desenvolvimento de um sistema de informação de suporte a todas as actividades de índole cultural, de lazer e de bem estar. O sistema deverá contemplar a gestão de espaços culturais, organização de eventos e a divulgação da memória colectiva do Concelho. Paralelamente pretende-se fomentar a produção e divulgação de conteúdos locais nomeadamente informação histórica e cultural relacionada com a origem e desenvolvimento do Concelho da Maia.</i>
Concepções políticas de turismo	Sim (Muito variado, lista extensa).

continua

continuação

URL: <http://www.maiadigital.pt/>

Data de consulta: 30-03-2004

Concepções políticas de desenvolvimento	<i>Dinamização de parcerias locais para um desenvolvimento sustentado que baseadas no potencial das tecnologias de informação e comunicação envolvam vários sectores da comunidade (autarquia, escolas, associações, etc.) na produção e exploração de conteúdos e na concepção e participação em actividades na área da qualidade do ambiente a nível municipal. Será promovida uma acção mobilizadora baseada na Agenda 21 Local que criará condições em termos do acesso a informação qualificada sobre práticas e potencialidades ambientais do município, bem como em termos de instrumentos para comunicação, colaboração e publicação web pelos vários actores para a definição de objectivos, propostas e políticas ambientais.</i>
Concepções políticas de desporto	<i>Permite o acesso a toda a informação desportiva e inclui a criação do sistema de informação correspondente. O Sistema de Informação a desenvolver incluirá entre outros os seguintes módulos: gestão de equipamentos desportivos, gestão de bilheteira, secretaria automática e Atlas desportivo.</i>

Anexo 5I

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Matosinhos

<p>URL: http://www.cm-matosinhos.pt/</p> <p style="text-align: right;">Data de consulta: 25 e 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004</p>	
Princípios estratégicos para o concelho	<p>Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho. Não existe informação no site que nos permita remeter para os princípios estratégicos da autarquia relativamente à política camarária para o concelho. É no entanto possível aceder a algumas concepções políticas parcelares nomeadamente no que diz respeito à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento, que se seguem nesta análise.</p>
Concepções políticas de cultura	<p>Disponibiliza um texto de pendor político onde são apresentados os princípios estratégicos relativos à cultura no concelho. Nesse sentido é possível isolar algumas dimensões dessa concepção política, nomeadamente: aposta na música; aposta nas artes plásticas; formação de públicos de jazz; preservação e dignificação da memória local; a aposta na animação cultural do espaço público; apoio ao associativismo cultural local. <i>Matosinhos destaca-se, na Área Metropolitana do Porto, pela coerência e sistematicidade da sua programação cultural. Uma política cultural local, aliás, deve primar pela estruturação de actividades perenes e não apenas pelo espectáculo ou pelos eventos de cariz efémero. Além do mais, importa ter em conta, igualmente, as linhas de força da programação dos concelhos metropolitanos, de forma a evitar duplicações desnecessárias. Existem duas áreas estratégicas da programação cultural: a música, com os ciclos temáticos de relevância nacional, como é o caso dos Grandes Momentos da Música de Tecla e os Grandes Momentos da Música de Câmara, a par do ciclo Vozes e o Festival Internacional de Jazz; e as artes plásticas, destacando artistas de âmbito local (como Augusto Gomes), quer promovendo exposições de grandes mestres de âmbito nacional (Júlio Resende, Álvaro Siza, Abel Salazar...), ao mesmo tempo que se estimula a difusão de trabalhos das mais diferentes áreas de expressão, como a fotografia, a escultura, a arquitectura, o design e o artesanato. Acresce a preservação e dignificação da memória local, com uma vasta linha editorial que contribui para o conhecimento das descobertas arqueológicas locais, das referências cruciais da evolução histórica e das lendas, mitos e narrativas que atravessam o tecido simbólico do concelho. Por fim, a produção de ocasiões, festa e animação, quer a propósito de efemérides, quer ainda associando-se a datas religiosas, vivificando o amplo espaço público. Há também uma referência ao movimento associativo local (272 colectivididades culturais, desportivas e recreativas) e ao apoio dado pela Câmara.</i></p>
Concepções políticas de turismo	<p>Em termos de concepção política de turismo há uma clara aposta por parte do executivo camarário na mostra do património histórico construído, que tem grande prevalência no concelho. Por outro lado, o executivo tem-se dedicado também à aposta na arquitectura contemporânea com artistas de renome nacional e internacional. Esta aposta urbanística acaba por ser turística, uma vez que assim</p>

continua

	<p>como se faz uma apelo à visita de monumentos históricos do concelho, o mesmo acontece com estes novos edifícios. A concepção política de turismo acaba por ter por base a junção das dimensões histórica e contemporânea naquilo que se refere à oferta de visita ao turista. Outra das apostas turísticas consiste na valorização da gastronomia local muito associada ao mar, com quem Matosinhos convive desde sempre. <i>Terra de memórias e tradições. Matosinhos aposta num futuro para o seu passado, visível nas obras de Álvaro Siza, Alcino Soutinho, Fernando Távora e Eduardo Souto Moura. A gastronomia de Matosinhos beneficia com a proximidade do mar. Os restaurantes e marisqueiras de qualidade garantem ao turista a certeza de uma ótima refeição, quer prefira pratos de peixe ou marisco.</i></p>
<p>Concepções políticas de desenvolvimento</p>	<p>O executivo municipal de Matosinhos associa a sua concepção política de desenvolvimento à questão ambiental. Na realidade, subscREVendo um plano horizontal de acção ambiental tenta atingir-se a meta do desenvolvimento sustentável do concelho. Este plano de acção prevê várias áreas de acção: qualidade urbanística; renaturalização dos espaços; racionalização dos consumos; concretização do plano director de saneamento básico; potencialização da segurança; combate à poluição; criação e inovação de equipamentos de lazer e de animação; preservação do património; potencialização da cidadania.</p>
<p>Concepções políticas de desporto</p>	<p>Em relação ao desporto em Matosinhos o site disponibiliza apenas uma frase de apelo à prática de actividade física no concelho, apresentando as colectividades desportivas da autarquia, bem como os equipamentos que aí existem. <i>Matosinhos tem para lhe oferecer a suprema delícia de um lazer que oscila entre a terra e o mar, num culto de saúde física e psíquica, qual tempero, pelo descanso, pela observação, pela esfuZiante alegria da prática desportiva, da personalidade de quem o pratica em cenários de rara beleza.</i></p>
<p>Discursos políticos</p>	<p>O único discurso político que é disponibilizado pelo site diz respeito a uma mensagem de boas vindas do presidente da Câmara, onde se aproveita para justificar a pertinência do uso das tecnologias da informação na actual relação entre o município e a Câmara, bem como entre o turista e a Câmara, ou a cidade.</p>
<p>Actividades e eventos (agenda cultural)</p>	<p>O site disponibiliza uma agenda de eventos culturais e desportivos. Por outro lado, há na <i>home page</i> uma área para destaques de eventos que se aproximam, bem como uma outra que contextualiza os eventos diariamente. A designação para hoje, por exemplo, é "Sem evento disponível". A agenda, por sua vez, disponibiliza um calendário com informação acerca de actividades desportivas, actividades teatrais, exposições, feiras, outros.</p>

continuação

URL: <http://www.cm-matosinhos.pt/>

Data de consulta: 25 e 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Resenha monográfica sobre o concelho	O <i>site</i> disponibiliza uma resenha monográfica sobre o concelho no <i>menu</i> História, onde é descrita a história da cidade, bem como figuras importantes de Matosinhos. Nesse <i>menu</i> há ainda a descrição do significado do brasão, da bandeira e das armas, símbolos do município.
Órgãos e serviços da autarquia	O <i>site</i> disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município. É apresentada a composição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal. São descritas as competências atribuídas a cada um destes órgãos. Por outro lado, é apresentado em organograma a organização dos serviços municipais.
Eleitos locais	<i>Eleito directamente pelos municipais, é composto pelo Presidente e dez Vereadores, sendo o executivo actual composto por 5 Vereadores do PS, 4 da coligação PSD / CDS e um da coligação CDU / PEV.</i> Apresenta um lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais (esta última muito incompleta).
Dados estatísticos sobre o concelho	Não disponibiliza quaisquer dados estatísticos.
Links	Sim (Netautarquia, Casa da Juventude e <i>links</i> internos ao <i>site</i>).
Estrutura da página	Câmara, projectos, ambiente, acção social, município, história, cultura e lazer, turismo, juventude e <i>links</i> .

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5J

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Porto

URL: http://www.cm-porto.pt/	Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Representações dos actores políticos locais Princípios estratégicos para o concelho	<p>O site disponibiliza informação acerca dos princípios estratégicos do executivo nos vários discursos do Presidente da Câmara. É possível compilar as áreas privilegiadas do executivo, que para além de terem sido lançadas no programa político de candidatura, foram assumidas na tomada de posse. Este é um dos documentos mais importantes, na medida em que nos descreve as acções que irão ser realizadas pela Câmara nessas áreas. Por outro lado, há outros discursos, nomeadamente de balanço do trabalho do executivo que, para além de constatarem o cumprimento ou não desses objectivos, re lançam novos. Pode então dizer-se que os princípios estratégicos da Câmara Municipal do Porto são: acção/área social/habitação social; mobilidade; requalificação da baixa e do comércio tradicional; turismo; política urbanística; desporto amador; luta contra a droga e o alcoolismo; educação; criação do pelouro da juventude; desburocratização dos serviços municipais; combate à criminalidade; regularização financeira do município do Porto; segurança dos municípios; afirmação política do Porto.</p> <p><i>A requalificação da Baixa e a defesa do comércio tradicional são, também, objectivos a prosseguir. Tarefa seguramente difícil e morosa, mas que se impõe numa cidade que se orgulha do seu património histórico, que tem fortes tradições comerciais e que tem no turismo vantagens comparadas indiscutíveis. É, aliás, no sector turístico, que a nossa ligação à Galiza se torna imperiosa. Se a introdução da moeda única constitui um factor importante na interpenetração das duas economias, a circulação efectiva do Euro tornará a integração irreversível. É justamente com esse pressuposto em mente que deixamos expresso, no nosso programa, o desejo de estudar a possibilidade de constituição de uma empresa de capitais luso-galaicos, com o objectivo de promover todo o Noroeste Peninsular como destino turístico de ingável potencial. Muitas outras ligações nos unem à Galiza, como seja, por exemplo, o intercâmbio cultural. Foi, aliás, no sector da cultura que o Porto fez o seu grande investimento, nos últimos anos, com especial destaque para o ano que agora terminou. É tempo de colhermos os frutos desse investimento. Em termos estratégicos, os fundos públicos aplicados visavam apoiar a aquisição de experiência, em termos de programação, a criação de um público capaz de, no futuro, sustentar as principais actividades culturais e a dotação da cidade de equipamentos modernos. Esse investimento deverá ter agora o retorno que todos esperamos, em termos de afirmação do Porto como cidade digna, competente e economicamente viável, no domínio cultural. O êxito de 2001 será medido, fundamentalmente, a partir de 2002, ou seja, no momento em que a Cidade conseguir aferir a capacidade adquirida e os públicos conquistados, em termos da real sustentabilidade deste sector.</i></p>

continua

<p>Concepções políticas de cultura</p>	<p>É possível aceder a uma concepção política de cultura, mais uma vez, pelos discursos elaborados pelo Presidente da Câmara. A cultura não é considerada um princípio estratégico do governo da autarquia e poucas linhas lhe são dedicadas nos discursos. Ainda assim, num outro documento da Câmara que serve de balanço aos primeiros 100 dias de governação de Rui Rio, a cultura aparece como uma das áreas em que a Câmara desenvolveu alguns esforços.</p> <p><i>Na polémica área da cultura e da animação da cidade, continuaremos num registo de seriedade política e financeira. Ao contrário do que alguns interessados em permanentes subsídios públicos, maliciosamente têm insinuado, o Porto teve, em 2002, uma programação ao nível de sempre. Não foi, obviamente, da intensidade do ano 2001, nem o podia ser, mas estivemos, apesar da herança financeira, ao nível dos outros anos.</i></p>
<p>Concepções políticas de turismo</p>	<p>No que se refere à concepção política de turismo num dos discursos do Presidente é afirmada a ideia da criação de uma marca "Norte-Galiza" com a intenção de promover todo o Noroeste Peninsular como destino turístico.</p> <p>Num documento de súmula das actividades desenvolvidas nos primeiros 100 dias da presidência de Rui Rio são apresentadas algumas relativas ao turismo: <i>Representação da cidade nas feiras internacionais de turismo de Lisboa, Paris, Madrid e Milão.</i></p> <p><i>Produção de uma newsletter de promoção das actividades turísticas dirigida aos profissionais do sector.</i></p> <p><i>Envio de material promocional da cidade, incluindo a referida newsletter, aos profissionais do sector.</i></p> <p><i>Proposta de criação de uma empresa de promoção turística de todo o Noroeste Peninsular no âmbito do Eixo Atlântico.</i></p> <p>Para além disto o site da edilidade conduz-nos a um outro site apenas respeitante ao turismo no Porto. Aliás, o mote é <i>Porto Autenticidade.</i></p> <p>No site de turismo da cidade do Porto podemos ter acesso a informações sobre a cidade do Porto em relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - à região e ao vale do Douro; - à cronologia com informação desde o século XIII a. c. até à actualidade; - aos estrangeiros que vieram para o Porto; - às pontes que existem na cidade. <p>Por outro lado, há um <i>menu</i> inteiramente dedicado à classificação do centro histórico do Porto como Património Mundial pela UNESCO. Aí pode aceder-se aos termos desta classificação, à área classificada, bem como aos circuitos que é possível fazer-se para</p>

	<p>melhor se conhecer este centro histórico.</p> <p>Há ainda o conjunto de informações importantes de recepção ao turista que vem ao Porto, nomeadamente: como chegar ao Porto; que visitar; percursos; onde se divertir; gastronomia, restaurantes e cafés; onde dormir no Porto, como circular e um conjunto de postais virtuais.</p> <p>Este <i>menu</i> é bastante extenso no que se refere às potencialidades turísticas do Porto, nomeadamente no que se refere a tudo o que há para visitar. Para além de identificar cada local, é objecto de uma mini-resenha que informa sobre os seus aspectos mais básicos. Pode dizer-se que é especialmente importante o património edificado da cidade patente não só no centro histórico.</p> <p>Para além disso há ainda uma iniciativa do Pelouro do Turismo que se designa de <i>Porto Tours</i> e que pretende ser um <i>projecto turístico inovador na cidade do Porto. Através de parcerias com diversas entidades de carácter público e privado, o Porto Tours tem ao dispor de todos um vasto conjunto de circuitos turísticos que vão desde cruzeiros de barco no Douro, passando por circuitos de autocarro personalizados, até aos circuitos pedestres com visitas temáticas à cidade do Porto.</i></p>
<p>Concepções políticas de desenvolvimento</p>	<p>A concepção política de desenvolvimento poderá estar relacionada com o entrecruzamento dos princípios estratégicos do executivo para a governação do município. Identifica-se concretamente uma concepção política de desenvolvimento através da interligação desses princípios, tendo por base o mote da coesão social. No entanto, uma notícia em destaque na <i>home page</i> da Câmara permite posicionar o Presidente na concepção política de desenvolvimento que prevê quer para o Noroeste Peninsular, quer para o seu município, uma vez que falou na qualidade de presidente do Eixo Atlântico, bem como na qualidade de Presidente da Câmara Municipal do Porto: <i>Julgo absolutamente indispensável que esta região do Noroeste Peninsular, constituída pelo Norte de Portugal e da Galiza, se posicione não apenas como um exemplo de dinamismo das regiões da Nova Europa, mas também como pioneira de um modelo de desenvolvimento integrado, tendo por base uma estrutura coerente de transportes e comunicações, facilitadora das relações económicas, culturais e políticas nos mesmo espaço geográfico e no universo de toda a União Europeia.</i></p>
<p>Concepções políticas de desporto</p>	<p>Ao nível do desporto há uma clara intenção da Câmara em apoiar o desporto amador, bem como fomentar a prática desportiva entre os habitantes do município, criando estruturas e eventos que tornem isso possível. Aliás pode dizer-se que o executivo pretende democratizar a prática desportiva.</p> <p>Num documento de estímulo das actividades desenvolvidas nos primeiros 100 dias da presidência de Rui Rio são apresentadas algumas</p>

continuação

URL: <http://www.cm-porto.pt/>

Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003

Data de actualização: 24-03-2004

	<p>relativas ao desporto:</p> <p><i>Acompanhamento e resolução dos principais transtornos causados à população envolvente às obras dos novos estádios das Antas e Bessa.</i></p> <p><i>Preparação de um estudo sobre os hábitos desportivos dos portuenses.</i></p> <p><i>Levantamento do estado de conservação dos 34 ringues municipais.</i></p> <p><i>Apoio à organização do Congresso Mundial da Imprensa Desportiva.</i></p> <p><i>Criação do projecto "Vamos Nadar".</i></p> <p><i>Organização do Porto Open 2002.</i></p> <p><i>Organização da Corrida Festas da Cidade 2002</i></p>
Discursos políticos	Discurso da tomada de posse do Presidente da Câmara Municipal do Porto.
Actividades e eventos (agenda cultural)	O site disponibiliza informação acerca dos eventos culturais que acontecem no Porto actualizados à semana. A informação aparece dividida por teatro, festivais, cinema, conferências e colóquios, dança, exposições e outros (conjunto de actividades, oficinas, ateliers Há ainda informação para os mais novos com teatro e visitas guiadas.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma resenha histórica com alusões à história da cidade e ao brasão.
Órgãos e serviços da autarquia	O site disponibiliza toda a informação acerca dos órgãos e serviços do município, fornecendo inclusivamente a nova macroestrutura da Câmara Municipal. Para além disso faz parte desta organização a enumeração daquilo que são os serviços disponíveis no site Legislação; Departamento municipal de arquivos; Desporto; Biblioteca Pública Municipal do Porto; Gabinete da Juventude; Loja da Mobilidade; Via pública; Para além disso são disponibilizadas informações acerca das empresas municipais e fundações ao serviço do município.

continua

continuação

URL: <http://www.cm-porto.pt/>

Data de consulta: 4, 5, 9 e 10-12-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Eleitos locais	Apresenta a relação de eleitos que integram o Executivo Municipal e a composição da Assembleia Municipal.
Dados estatísticos sobre o concelho	O <i>site</i> não disponibiliza dados estatísticos, a não ser se fizermos a importação do trabalho acerca da Monitorização da qualidade de vida na cidade do Porto.
<i>Links</i>	Sim (Muito variado. Lista extensa e <i>links</i> internos ao <i>site</i>).
Estrutura da página	Câmara, projectos, ambiente, acção social, município, história, cultura e lazer, turismo, juventude e <i>links</i> .

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5K

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Póvoa de Varzim

URL: <http://www.cm-pvarzim.pt/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Princípios estratégicos para o concelho	<p>Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho. Não existe informação no site que nos permita remeter para os princípios estratégicos da autarquia relativamente ao projecto político global para o concelho.</p>
Concepções políticas de cultura	<p>Não há alusão à concepção política de cultura para/acerca do concelho. No site não é disponibilizada informação que nos permita aceder a uma concepção política de cultura. Aliás o percurso que é feito a este nível configura mais uma descrição das origens do folclore neste concelho, bem como os vários tipos de artesanato que aí prevalecem. São textos de cariz meramente informativo relativos a estas realidades. Infere-se, no entanto, um apoio da Câmara em especial ao folclore com o patrocínio de espectáculos, bem como de deslocações do Rancho Poveiro ao estrangeiro. Existe uma identificação entre este tipo de manifestação cultural e a projecção do concelho da Póvoa de Varzim. Sugere-se uma valorização da cultura popular local. Acrescentam-se outros eventos que reflectem níveis de expressão cultural que não os populares. <i>Póvoa de Varzim, cidade atlântica, aberta para o mundo, com um longo historial de hospedeira e viajante; facetas essenciais na "arte" de conhecer os povos. Perpetuando a tradição da comunidade piscatória que fazia da rua a "sala de estar", é intrínseca ao poveiro a necessidade de sair de casa, de conviver, dando movimento e animação às artérias, cafés e bares da cidade, pontos de encontro e convívio para todas as idades. Mas a animação não se limita a isso. Para além da vida nocturna, a Póvoa oferece um grande leque de celebrações religiosas, onde merecem particular destaque a riqueza das procissões. As mais significativas são as da Semana Santa, o S. Pedro, a Sr.ª da Assunção e a Sr.ª das Dores. Acrescente-se uma série de grandes acontecimentos de carácter cultural ou desportivo como, por exemplo, o Festival Internacional de Música e o Rallye de Portugal. Adaptada às exigências e necessidades de todos os escalões etários e sócio-económicos, esta é uma cidade moderna, que cativa e satisfaz quem a visita e quem aqui reside.</i></p>
Concepções políticas de turismo	<p>Não há um discurso que nos permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. No entanto, é possível perceber uma valorização do património poveiro construído com algum impacto relativamente a monumentos históricos. O site disponibiliza informação acerca do que é possível ver na Póvoa de Varzim, bem como dois itinerários possíveis para os turistas.</p>

continua

URL: <http://www.cm-pvarzim.pt/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Concepções políticas de turismo	Sugere um turismo balnear, com larga tradição no concelho, e um turismo de lazer. <i>Espraiada junto ao Atlântico, 28 Km a norte do Porto, a cidade cresceu a partir do seu núcleo histórico - Matriz - que se consolidou no séc. XVI e seguintes. A tradicional actividade piscatória mantém-se em torno do seu Porto de Pesca, alvo de amplas remodelações urbanísticas que lhe acrescentam valências desportivas e de lazer. É, também, um animado centro de veraneio, cheio de cor e movimento, com uma das melhores e mais concorridas praias do país. A zona ribeirinha tem sido sujeita a intervenções urbanísticas que lhe emprestam a dignidade e o glamour que uma estância balnear com tão grandes tradições merece.</i>
Concepções políticas de desenvolvimento	Não há alusão à concepção política de desenvolvimento do concelho neste site.
Concepções políticas de desporto	Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste site. Ainda que exista um <i>menu</i> relativo ao desporto, aquilo que aí aparece são os resultados do Varzim no Campeonato Nacional na época de 2002/2003. Do lado esquerdo do site é possível visualizar as designações Desporto Municipal, Acontecimentos Desportivos e Desportivo da Póvoa, mas não é possível aceder a qualquer um destes <i>submenus</i> . Não dá hiperligação.
Discursos políticos	Não há nenhum discurso político no site.
Actividades e eventos (agenda cultural)	O site disponibiliza informação acerca de três eventos: a informação que diz respeito ao Prémio literário <i>Correntes de Escritas</i> não está actualizada. Por outro lado são focadas as Cerimónias de celebração da Semana Santa que decorrerão de 3 a 11 de Abril, e o XVII <i>Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim</i> que decorrerá de 9 a 31 de Julho deste ano. A Câmara promove e patrocina o primeiro evento e faz parte da organização do segundo. Esta informação tem data de última actualização de 4 de Março deste ano.
Resenha monográfica sobre o concelho	O site disponibiliza uma resenha monográfica sobre o concelho acompanhada ainda de uma justificação etimológica para a denominação do lugar, bem como a definição do significado do brasão do concelho.

Conteúdos

continuação

URL: <http://www.cm-pvarzim.pt/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Órgãos e serviços da autarquia	Não disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município.
Eleitores locais	Não disponibiliza informação acerca da listagem dos eleitores para a Câmara e Assembleia Municipais.
Dados estatísticos sobre o concelho	Disponibiliza um conjunto de dados estatísticos com última actualização em Fevereiro de 2000 que abrangem as seguintes áreas: demografia (dados de 1996 e 1997); educação (dados de 1991, 1995 e 1996); finanças municipais (dados de 1992 e 1997); economia (dados de 1989, 1995, 1996 e 1997); habitação e qualidade de vida dados de 1991, 1996 e 1997; Não existe qualquer indicação da fonte relativa a estes dados estatísticos.
Links	Sim (Casa da Juventude, EcoCentro e Plano de Urbanização da Póvoa).
Estrutura da página	Câmara, freguesias, informações, turismo, desporto, livro de visitas, <i>home</i> , eventos e posto de atendimento ao cidadão.

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de *site* oficial.

Anexo 5L

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004^a - Valongo

URL: http://www.cmvalongo.net/	
Data de consulta: 26-11-2003	
Data de actualização: 24-03-2004	
Princípios estratégicos para o concelho	Não há alusão aos princípios estratégicos do executivo para o concelho.
Concepções políticas de cultura	<p>É disponibilizado um conjunto de informações que nos permite antever alguns princípios fundamentais da concepção política da Câmara. São estipuladas algumas das áreas de intervenção do Pelouro da Cultura, Juventude e Turismo, bem como actividades culturais fixas realizadas ao longo do ano e que cumprem a função (desejada pelo executivo) de projecção do concelho de Valongo. Neste sentido, a Câmara estabeleceu um conjunto de protocolos com algumas instituições de cariz cultural nas áreas da música, teatro, magia e ambiente e investigação. <i>O Pelouro da Cultura, Juventude e Turismo tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com determinadas Instituições e Associações. Estes protocolos surgem no nosso Concelho com o intuito de criar uma dinâmica cultural que proporcione não só bons momentos de lazer como preencha os objectivos de índole educativa.</i></p> <p><i>Teatro - Protocolo de Cooperação com o grupo de Teatro Profissional Entretanto Teatro</i></p> <p><i>Música - Protocolo de Cooperação Cultural com a Associação Norte Cultural Orquestra do Norte</i></p> <p><i>- Protocolo de Cooperação Cultural com a Banda de Música de Campo</i></p> <p><i>Magia - Protocolo de Cooperação Cultural com a Comissão Especial para a Organização do MagicValongo</i></p> <p><i>Parque Paleozóico - Protocolo de Cooperação Cultural com a Faculdade de Ciências, Departamento de Geologia da Universidade do Porto.</i></p> <p>Apresentam as seguintes actividades culturais, as mais importantes e que têm carácter fixo.</p> <p><i>Encontro de Teatro Amador do Concelho de Valongo, Animação de Verão, Feira de Artes Populares, MagicValongo, Artvallis, Semana da Juventude, Feira do Livro, Entretanto MitValongo e Desfiles das Marchas Populares de S. João.</i></p> <p>Por outro lado existe um projecto de descentralização cultural levado a cabo através da construção de casas ou Fóruns Culturais em todas as freguesias do concelho. Quer sejam construídas de raiz, quer sejam remodelações de património edificado do concelho, estas casas culturais dispõem de vários espaços para o desenvolvimento de actividades culturais diversas. Acabam por ser um esforço de levar a cultura a cada um dos municípios, aproximando-a deles próprios. São elas: <i>Centro Cultural de Alfena (Alfena), Casa da Cultura</i></p>

continua

URL: <http://www.cmvalongo.net/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

	<p><i>de Campo (Campo), Fórum Cultural de Ermesinde (Ermesinde), Casa da Cultura de Sobrado (Sobrado) e Forum Vallis Longus (Valongo).</i></p> <p>Outro dos princípios da política cultural da Câmara de Valongo consiste na preservação, sensibilização e divulgação do património concelho. Uma outra preocupação da Câmara é a de tornar habituais determinados eventos que acabam por projectar o concelho externamente. Estes eventos são caracterizados pela sua função de animação cultural: <i>Marchas Populares de S. João, Concelho Vivo, Valongo Jovem, 3.ª Semana da Juventude, MagicValongo, Noites de Holywood - Ciclos de Cinema e Geminção Jovem.</i></p>
<p>Concepções políticas de turismo</p>	<p>Não há um discurso que permita compreender qual a concepção política de turismo prevista para o concelho. Porém, disponibiliza um conjunto de informação rápida, tipo guia turístico, acerca das potencialidades do concelho. Neste sentido, aquilo que é mais focado são as visitas a lugares marcantes do concelho de Valongo, lugares esses que correspondem a património histórico construído, apresentando um inventário de equipamentos por freguesia, e ao Parque Paleozóico, que foca uma perspectiva mais de turismo ecológico. São essas as apostas deste executivo para o turismo.</p>
<p>Concepções políticas de desenvolvimento</p>	<p>Não há alusão à concepção política de desenvolvimento para o concelho neste <i>site</i>. No entanto, numa notícia que aparece nos destaques e em relação ao desenvolvimento do desporto, é afirmado que <i>durante este seu mandato (Fernando Melo) irá «apostar forte na vertente desportiva», adiantando ainda que só não o fez antes porque a população estava carente de necessidades primárias como, por exemplo, a falta de água, saneamento, redes viárias, escolas e cultura.</i> Neste sentido será possível compreender ainda um desenvolvimento primário do concelho em termos de infra-estruturas básicas.</p> <p>Por outro lado, e talvez agora no sentido contrário, a aposta na construção de centros culturais em todas as freguesias, com todas as valências, bem como a construção de equipamentos desportivos também em todas as freguesias, indiciam um investimento nas áreas da cultura e do desporto como motores para o desenvolvimento futuro do concelho de Valongo.</p>
<p>Concepções políticas de desporto</p>	<p>Não há informação que nos permita aceder a uma concepção política de desporto neste <i>site</i>. Porém, e fazendo usos quer da existência de infra-estruturas desportivas em todas as freguesias do concelho, quer da notícia apresentada em destaque na página da Câmara, verifica-se uma crescente preocupação com esta área. Através desta notícia é possível perceber que o município tem vindo a acompanhar e a apoiar as modalidades desportivas amadoras nos últimos anos. De referir que estas notícias não têm autor, sendo de supor que são da responsabilidade da Câmara.</p>

URL: <http://www.cmvalongo.net/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Conteúdos	
Discursos políticos	Não há um discurso político relativo ao concelho.
Actividades e eventos (agenda cultural)	O site da Câmara Municipal de Valongo disponibiliza, para além da informação relativa aos eventos fixos da Câmara, informação constantemente actualizada acerca dos eventos a realizar-se no município. Essa informação aparece sob a forma de destaque na <i>home page</i> da autarquia.
Resenha monográfica sobre o concelho	Apresenta uma resenha monográfica sobre o concelho, desde as suas origens até à actualidade. <i>Valongo é hoje um concelho empenhado em cumprir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado. O crescimento económico terá que conviver com a preservação dos bens culturais e naturais. Uma dualidade que garantirá sempre a qualidade de vida.</i>
Órgãos e serviços da autarquia	O site disponibiliza informação acerca dos órgãos e serviços existentes no município: apresenta a composição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. São ainda descritas as competências atribuídas a cada um destes órgãos. Por outro lado, é apresentado em organograma a organização dos serviços municipais.
Eleitos locais	Apresenta a totalidade dos eleitos da Câmara e Assembleia Municipais, Vereadores com e sem pelouro, e Presidentes das Juntas de Freguesia.
Dados estatísticos sobre o concelho	Não são disponibilizados quaisquer dados estatísticos.
Links	Links internos ao site .
Estrutura da página	Contactos, eventos, notícias, serviços, informações, guias, autarquia, municípios, regulamentos, parque paleozóico e transportes.

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de site oficial.

Anexo 5M

Representações dos eleitos locais e conteúdos dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)} - Vila Nova de Gaia

URL: http://www.cm-gaia.pt/	Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Princípios estratégicos para o concelho	<p>O site da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia não disponibiliza um texto específico para a apresentação dos princípios estratégicos do executivo para a autarquia no presente mandato. No entanto, no arquivo de notícias que é disponibilizado neste site há a notícia da tomada de posse do Presidente da Câmara Municipal em 2002. Nessa tomada de posse foi feito um discurso onde o presidente apresenta uma súmula daquilo que foi feito e os objectivos a cumprir para o presente mandato.</p> <p><i>Para este mandato que agora se inicia, o Presidente da Câmara Municipal aposta na consolidação das grandes reformas e investimentos infraestruturantes iniciadas no anterior mandato.</i></p> <p><i>O mandato 2001/2005 será, então, o ciclo de sedimentação de projectos de reabilitação específica das sub-zonas municipais com maiores potencialidades ambientais e patrimoniais – a costa de mar e o centro histórico; será o ciclo da irreversibilidade do movimento de combate às assimetrias do desenvolvimento concelhio; o ciclo da implementação firme dos projectos – muitos já iniciados ou até experimentados – de afirmação de políticas de excelência, em áreas que padronizam a qualidade de vida das comunidades mais modernas e prósperas – Educação, Cultura, Acção Social, Desporto e Lazer serão nesse particular, as áreas prioritizadas. O Presidente da Autarquia, afirmou ainda que Gaia continuará a ter um papel activo na afirmação da identidade metropolitana do Grande Porto, daí que garantiu combater a favor de reformas de Estado que flexibilizem e modernizem o funcionamento da administração pública, modernizem o sistema eleitoral, dêem um novo impulso ao papel coordenador de políticas que deve caber aos órgãos metropolitanos. Neste contexto será feito, nas próximas semanas, uma proposta aos órgãos metropolitanos do Porto, no sentido de ser devolvido, de imediato, ao Poder Local, a soberania sobre todas as empresas e sistemas municipais que hoje são tuteladas de forma absurda pelo IPE.</i></p> <p><i>Consolidação da modernização infra-estrutural;</i></p> <p><i>Os serviços públicos e a melhoria da qualidade de vida (Criar uma escola de artes no centro histórico, Ligar a política cultural a uma política de promoção turística, Alargar rede de instalações desportivas no concelho e Construir a Casa Municipal da Juventude);</i></p> <p><i>Modernização planeada do concelho (Atrair classe média/alta para a orla marítima, Atrair jovens e artistas para a frente ribeirinha e Requalificação das frentes urbanas contíguas ao mar).</i></p>

continua

continuação

URL: <http://www.cm-gaia.pt/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

Alicerçada na panóplia de medidas genéricas atrás referidas, será mantido o designio estratégico de fazer de Gaia, no espaço de mais um ciclo de poder autárquico, no pólo rival do Porto, enquanto principal centralidade, político-económica, social, desportiva e cultural de toda a região. As políticas de crescimento e desenvolvimento continuarão a ter em linha de conta a existência de quatro realidades territoriais: o Centro Histórico e a Orla Fluvial, a Orla Marítima, a Cidade e a mancha sub urbana e rural constituída pelo Centro, Sul e Área Nascente do Concelho.

Em termos de concepção política de cultura passa-se o mesmo que com os princípios estratégicos da autarquia. O site não disponibiliza uma informação sistematizada em relação a este tema, mas através do arquivo de notícias podemos ter acesso a alguns daqueles que são os princípios estratégicos do executivo para esta área e, nesse sentido, é mesmo afirmado que a política cultural de Vila Nova de Gaia assenta em dois pilares fundamentais: a qualidade dos eventos apresentados e a sua dimensão internacional. Por outro lado, através de uma afluência de turistas numa altura particular do ano associada a um festival de Cinema que se quer seja de qualidade, o executivo pretende promover a zona Ribeirinha de Gaia, num interface entre a dimensão económica, turística e cultural. Existe ainda uma outra preocupação do executivo: tornar acessíveis a todos os municípios eventos de qualidade, estando subjacente a esta vontade um princípio de democratização cultural. Pretende-se apresentar concertos de música erudita a todos os habitantes reforçando-se aqui a vertente pedagógica da cultura, no sentido de levar a todas as pessoas manifestações culturais de vários níveis. A Câmara apoia também as colectividades do concelho, nomeadamente no que se refere à construção de infra-estruturas e equipamentos culturais com a contrapartida de que estas promovam a cultura e o recreio.

A cultura é ainda considerada factor de desenvolvimento sendo utilizada como mote para a apresentação da política cultural da autarquia.

Existe finalmente uma preocupação com a animação cultural associada ao desporto e ao turismo, especialmente localizada na zona ribeirinha. Esta animação cultural fica a cargo da Gaianima E.M.

Se não houver oferta de bens culturais de qualidade, as pessoas vão procurá-los noutra sítio. A nossa política cultural, nos próximos quatro anos, tem direções precisas. Há dois objectivos estratégicos. Não queremos fazer a política cultural do Porto ou de Lisboa, já que deve adequar-se ao projecto global. Não pode ser uma feira de vaidades ou instrumento de poder. O primeiro objectivo é que os eventos culturais ajudem a fazer imagem positiva de Vila Nova de Gaia, uma imagem cosmopolita. Não chega que o evento se faça. Hoje, o que não é publicitado não existe.

continua

Portanto, as iniciativas culturais servem para promover o concelho e, principalmente, as zonas que queremos vender: a zona do rio e do mar. Fruto dessa opção, muitos dos eventos serão nesses locais.

O segundo objectivo estratégico é que as actividades culturais tenham um fim formativo. Vamos ter muitas actividades culturais viradas para a escola, para que, amanhã, haja consumidores de produtos culturais de qualidade. A nossa meta é também levar ao público em geral produtos culturais de qualidade. Vamos fazer ópera, ballet e concertos sinfónicos ao ar livre, para que a população, que normalmente não tem acesso a este tipo de espectáculo, possa ser sensibilizada para este género de iniciativas.

A realização do Festival Internacional – Gaia 2002 enquadra-se numa política cultural que assenta em dois pilares fundamentais, a qualidade e dimensão internacional. Duas características reunidas neste certame, particularmente no que se refere à programação, a qual pressupõe a exibição de filmes de qualidade reconhecida, envolvendo nomes de primeira grandeza. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Dr. Luís Filipe Menezes, sublinha que a componente essencial deste certame é o cinema português e que este evento pode ser uma importante rampa de lançamento para futuros nomes de referência do cinema mundial. O Município de Gaia, através da “Gaiamima, E.M”, enquanto comissão organizadora e a Cinema Novo CRL, enquanto comissão executiva, são as entidades responsáveis pela realização deste certame que se propõe marcar Portugal no mapa dos festivais europeus. O Festival Internacional – Gaia 2002 decorrerá entre os dias 14 e 22 de Junho, antecipando numa semana o programa das festas da cidade. A realização deste evento no início da época balnear tem o propósito de coincidir com a altura em que se verifica uma maior afluência de turistas ao Concelho. Daí que um dos objectivos seja a promoção da Ribeira de Gaia, em particular as Caves do Vinho do Porto, através de uma manifestação de forte impacto mediático, na área do cinema e do audiovisual. O que se prevê seja capaz de atrair as atenções dos Media interessados num evento que funda a cultura, o social e a vida económica e que será sediada numa das mais destacadas regiões da Europa, enquanto destino turístico por excelência e candidata a Património Mundial da Humanidade. Além disso, é pretensão dos mentores deste evento a inscrição do Festival na Federação Internacional de Produtores de Filmes – FIAPF -, entidade que atribui a chancela de Festival de Categoria A Mundial”. O Auditório Municipal de Gaia e uma sala do AMC será palco da apresentação de filmes a concurso, uma secção Antestreias e uma secção Retrospectiva. Existirá ainda uma sala ao ar livre com programação idêntica.

2001 – 2005 será o quadriénio da entrada em funcionamento de novos equipamentos culturais, desportivos e de lazer – o Centro Cultural de Gaia, o novo Teatro da Beira-Rio, o Arquivo Municipal, a Casa da Juventude, o Complexo Desportivo do Parque da Cidade, o Complexo Desportivo de Pedroso, o Complexo Desportivo do Candal, entre outros.

	<p>2001 - 2005 serão igualmente os quatro anos de formatação de um novo e imaginativo programa de actividades culturais que faça do Concelho um pólo concorrencial no mercado cultural metropolitano. (discurso de tomada de posse)</p> <p>Câmara Municipal Gaia assinou um protocolo de colaboração com 56 colectividades do Concelho, para infra-estruturas e equipamentos culturais, no valor global de 163.500 euros. (...) (2003/03/22)</p> <p>Os protocolos assinados permitem a realização de obras de construção ou melhoramento, acções de manutenção das infra-estruturas, instalações ou equipamentos culturais, de acordo com as necessidades de cada associação. Ao abrigo destes protocolos ficam as instituições obrigadas a promover, no âmbito das suas actividades, a cultura e o recreio, em colaboração com o Município de Vila Nova de Gaia.</p>
<p>Concepções políticas de turismo</p>	<p>É notório pelo discurso do Presidente quer na tomada de posse, quer em entrevistas, a importância que o turismo tem para o concelho, especialmente no que se refere à costa ribeirinha e marítima. Entende-se pelas várias intervenções que têm sido feitas uma preocupação com a criação de infraestruturas nestas áreas, o que reflecte especialmente na costa marítima, uma preocupação com o turismo de sol e praia, bem como um aproveitamento da zona ribeirinha como uma franca zona de entretenimento.</p> <p>(...) Foi nos últimos dois anos que se consolidou o projecto de progressiva reabilitação da orla marítima, com a conclusão do processo de reabilitação urbana da frente de mar de Canidelo, com as demolições de dezenas de equipamentos degradados (exemplos emblemáticos: o Hotel de Miramar e o edifício Iodo em Francecos), com a conquista de 16 bandeiras azuis para as praias de Gaia.</p> <p>Foi nestes últimos dois anos que avançou com mais determinação para a reabilitação do centro histórico e da orla fluvial, com as renovações das ruas de General Torres e Cândido dos Reis, com a abertura ao público do Cais de Gaia, com a reabilitação das instalações do Fluvial Portuense e o arranque do programa Polis. (Grandes Opções do Plano para 2004)</p> <p>Existe por outro lado a convicção de que Vila Nova de Gaia constitui um pólo de turismo de lazer e de negócios.</p> <p>Vila Nova de Gaia é um concelho moderno e dinâmico, voltado para a indústria, comércio e serviços, com especial destaque para o Turismo de lazer, negócios, congressos e incentivos. (...) Monumentos emblemáticos, como os mosteiros da Serra do Pilar (Património Mundial), Grijó, Pedroso e Corpus Christi, a Casa Museu Teixeira Lopes, o centro Histórico, as povoações de Arnelas, Aguda, Granja e suas igrejas paroquiais,</p>

<p>URL: http://www.cm-gaia.pt/</p>	<p>Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004</p>
	<p><i>capelas e edifícios de carácter civil marcam os tempos e ritmos da comunidade gaíense. (...) As óptimas acessibilidades com o resto do país, a proximidade do aeroporto internacional e a hospitalidade das suas gentes tornam Vila Nova de Gaia num dos mais convidativos e agradáveis lugares para fazer turismo, em qualquer época do ano.</i></p> <p><i>Terra de História, de Mar e Rio, Vila Nova de Gaia é um destino a não perder.</i></p> <p><i>Aproveitando ainda quer a vizinhança com o Douro quer a importância das Caves do Vinho do Porto o site disponibiliza informação acerca destas duas motivações turísticas, relatando a história e a funcionalidade que têm ainda hoje. O património construído é outro dos aspectos focados e que apelam à visita dos turistas, bem como os itinerários possíveis de autocarro ou barco, fazendo sempre apelo à complementaridade que existe entre a tradição e a modernidade de Gaia.</i></p> <p><i>Quem conheceu Vila Nova de Gaia noutros tempos e volta agora a esta cidade não ficará de certo alheio à modernização que se tem feito sentir. Essa modernização não significou porém, a perda da identidade que povos bem antigos deixaram no seu carácter, nas festas, na gastronomia e nos monumentos. Por tudo isto, Vila Nova de Gaia é modernidade e tradição, conforto e encanto que proporcionam à sua estada uma experiência memorável que convidamos a descobrir.</i></p>
<p>Concepções políticas de desenvolvimento</p>	<p>Em termos de desenvolvimento, ou melhor de concepção política de desenvolvimento, não há propriamente um texto que nos permita afirmar que os princípios básicos desta política estejam identificados. Há como em todos os outros pontos uma recolha possível dos aspectos mais importantes para o executivo a partir das notícias que vão sendo disponibilizadas no site . É certo que uma grande parte do desenvolvimento do concelho passa pelo plano urbanístico, e que está eminentemente associado ao Programa Polis. No entanto, outros factores como a educação, o ambiente, a cultura vão sendo utilizados nos discursos para darem conta da sua própria presença no plano de desenvolvimento do concelho.</p> <p><i>A política cultural como factor de desenvolvimento foi o mote para a apresentação da estratégia traçada para esta área nos próximos quatro anos. O programa foi apresentado pelo Presidente da Câmara a bordo de um barco rabelo. Na ocasião foi apresentado o Festival Internacional do Filme - GAIA'2002 (...) 2002/05/10</i></p>
<p>Concepções políticas de desporto</p>	<p>No que se refere ao desporto há uma preocupação da autarquia com a construção e apoio à manutenção de infra-estruturas desportivas de grande dimensão (complexos desportivos) em várias freguesias do concelho.</p>

continuação

URL: <http://www.cm-gaia.pt/>

Data de consulta: 26-11-2003

Data de actualização: 24-03-2004

	<p>Arrelvamento de Campos de Futebol; Complexos Desportivos (Complexo Desportivo do Candal, Complexo Desportivo de Pedroso e Complexo Desportivo de Vila D'Este); Complexo das Piscinas da Granja; Parque da Aguda e Parque da Cidade de Vila Nova de Gaia.</p> <p>Existe ainda a criação de uma Fundação de fomento desportivo protocolada entre a Câmara de Vila Nova de Gaia e o Porto SAD.</p> <p>A Fundação PortoGaia para o Desenvolvimento Desportivo tem como principais instituidores o Futebol Clube do Porto, Futebol SAD e o Município de Vila Nova de Gaia. Esta fundação visa, de acordo com os seus estatutos, promover, patrocinar e realizar actividades de fomento desportivo junto da população do concelho de Vila Nova de Gaia.</p>
Discursos políticos	<p>O site disponibiliza o discurso de Luís Filipe Menezes aquando da tomada de posse do seu segundo mandato em Janeiro de 2002.</p>
Actividades e eventos (agenda cultural)	<p>O site disponibiliza informação acerca das actividades culturais e desportivas do concelho quer na zona dos <i>menus</i>, quer em área de destaque na <i>home page</i>. Actualmente está a ser desenvolvido ao nível desportivo o programa <i>Páscoa Mais Desportiva 2004</i> que tem por objectivo ocupar os tempos livres dos jovens nas férias escolares da Páscoa. Em termos culturais a informação apresenta-se seleccionada pelas seguintes áreas: cinema, actividades, exposições, teatro, congressos, música, teatro e festival. De referir que estas actividades, para além de serem organizadas com a participação da Câmara, decorrem em espaços municipais.</p>
Resenha monográfica sobre o concelho	<p>Apresenta uma resenha monográfica sobre o concelho, bem como a constituição do brasão do concelho.</p>
Órgãos e serviços da autarquia	<p>O site disponibiliza alguma informação relativa aos serviços municipais, nomeadamente ao regulamento desses mesmos serviços publicado em Diário da República em 7 de Maio de 2002. Esse novo regulamento visa revogar e substituir um organograma e regulamento que remonta a 1988 e que, de há muito, tem vindo a revelar-se desajustado às necessidades sentidas pela autarquia, na prossecução quotidiana das respectivas atribuições, pese embora as alterações orgânicas pontuais ocorridas ao longo do tempo, nomeadamente, a última e mais importante, verificada em Maio de 2000.</p> <p>Para além deste regulamento está ainda disponível um organograma dos serviços da Câmara, bem como a organização e funcionamento das Empresas Municipais da Autarquia.</p>

continua

continuação

URL: http://www.cm-gaia.pt/		Data de consulta: 26-11-2003 Data de actualização: 24-03-2004
Eleitos locais	Apresenta a lista de eleitos da Câmara e Assembleia Municipais e das Juntas de Freguesia.	
Dados estatísticos sobre o concelho	<p>O site disponibiliza um conjunto de informações relativas a estatísticas do município, nomeadamente no que se refere às seguintes variáveis: população, grupos etários, alojamentos e habitação. Estes dados têm datas relativas a 1991 e 1998 sendo as suas fontes o INE e a AMP, sem qualquer outra designação, nomeadamente do documento que lhes dá origem. É ainda feita uma análise descritiva aos dados estatísticos disponíveis tendo sempre por comparação o concelho do Porto, bem como o conjunto da AMP. O discurso é por vezes "bairrista":</p> <p><i>Este forte policentrismo da cidade do Porto em relação às restantes cidades da AMP não representa, de forma alguma, um factor positivo para um desenvolvimento sustentável destas cidades, em particular para o Concelho de Vila Nova de Gaia.</i></p>	
Links	Sim (Muito variado. Lista extensa. Subdivididos por áreas. Links internos ao site).	
Estrutura da página	Autarquia, informações, programa polis, desporto, educação, agenda cultural, acção social e saúde, turismo, transportes, cidadania, arquivo de notícias, newsletters, FAQs e links.	

^{a)} À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de site oficial.

Anexo 5N

Aspectos formais dos sites das câmaras municipais da AMP, 2003-2004 ^{a)}

	URL	Design gráfico	Símbolos do site e do concelho	Actualização dos conteúdos	Línguas de suporte do site	Autores do site	Motores de busca	Número de visitantes
Espinho	http://www.cm-espinho.pt/	Azul e amarelo. Fotografias actuais do concelho	Emblemas das bandeiras da juntas de freguesia	Não	Português	Não	Não	Não
Gondomar	http://www.cm-gondomar.pt/	Azul e cinzento e dourado. Fotografias, ilustrações e imagens alusivas ao conteúdo	Não	Agendas de actividades culturais e desportivas	Português	Não	Sim	Não
Maia	http://www.cm-maia.pt/	Branco, preto e azul. Muitas fotografias alusivas aos conteúdos. Mapas e imagens estéticas	Brasão do concelho	Agendas de actividades culturais e desportivas e notícias	Português	Sim (Gabinete de Informática da CM Maia)	Sim	Sim
Matosinhos	http://www.cm-matosinhos.pt/	Cinzento, branco e azul. Fotografias de pessoas, monumentos, equipamentos, actividades ou locais	Símbolo da CM Matosinhos	Agendas de actividades culturais e desportivas e notícias	Português	Sim (PT Prime)	Sim	Não
Porto	http://www.cm-porto.pt/	Branco e verde. Muitas fotografias e imagens animadas	Símbolo da CM Porto	Agendas de actividades culturais e desportivas, notícias e implementação de políticas, actualizados diariamente	Português	Sim (Wiremaze)	Sim (dentro do próprio site)	Não

continua

continuação

	URL	Design gráfico	Símbolos do site e do concelho	Actualização dos conteúdos	Línguas de suporte do site	Autores do site	Motores de busca	Número de visitantes
Póvoa de Varzim	http://www.cm-pvarzim.pt/	Branco e cinzento	Não	Alguns eventos culturais e uma tabela de tarifas	Português	Sim (Webmaster @cm-pvarzim.pt)	Não	Não
Valongo	http://www.cmvalongo.net	Branco e verde (base). Muito colorido. Poucas imagens	Brasão do concelho	Agendas de actividades culturais e notícias	Português	Sim (Forevernet)	Não	Não
Vila do Conde	O site não está disponível							
Vila Nova de Gaia	http://www.cm-gaia.pt/	Branco, azul e amarelo. Fotografias de pessoas, monumentos, equipamentos, actividades ou locais. Croquis de projectos de intervenção urbanística	Símbolo da CM Vila Nova de Gaia	Agendas de actividades culturais e desportivas, notícias e implementação de políticas, actualizados diariamente	Português	Sim (Novabase)	Não	Não

a) À data da consulta e análise de informação, feita entre Novembro e Dezembro de 2003, com actualização dos registos de informação entre Março e Abril de 2004. O concelho de Vila do Conde não dispunha, nestas datas, de site oficial.

Anexo 50

Caracterização sociográfica dos presidentes de câmara por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho	Masculino	51 anos	Castelo de Paiva	Espinho	6.º ano do Seminário e Curso Comercial das Missões Consulata	Operário de máquinas na CORFI (Espinho) e contabilista na CORFI. Entre 1974 e 1983, actividades de sindicalista e militante do PS; a partir de 1983, com funções em estruturas políticas pertencentes à União Europeia e deputado da AR. De 1993 em diante autarca com mandato de deputado suspenso.	20 anos (10 como autarca)	PS	Desporto e Comunicação
Maia	Masculino	55 anos	Águas Santas	Maia	Licenciatura em Engenharia Civil	Engenheiro civil e cargos de gestão em empresas de construção civil do Norte ao Algarve. Actividades associativas. Vereador e vice-presidente da edilidade maiata desde 1989. Desde 2002, presidente da autarquia.	14 anos	PPD/PSD	Desporto, Obras Municipais e Finanças
Póvoa de Varzim	Masculino	53 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Medicina	Médico até 1993, data a partir da qual exerce as funções de autarca.	9 anos	PPD/PSD	Nenhum

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Valongo	Masculino	66 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Medicina	Desde os 15 anos, actividades políticas de oposição ao regime do Estado Novo. Fez parte do Movimento da Unidade Democrática. Médico e director do Hospital de Santo António. Governador Civil do Porto (1991 a 1993). Autarca desde 1993.	10 anos	PPD/PSD	Educação
Vila Nova de Gaia	Masculino	48 anos	Ovar	Porto	Licenciatura e Mestrado em Medicina	Médico desde 1976 até 1991, função de docência na Faculdade de Medicina do Porto durante 8 anos, membro do Governo e da direcção da bancada do PPD/PSD. Autarca desde 1997.	13 anos (6 como autarca)	PPD/PSD	Desporto e Cultura

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5P

Caracterização sociográfica dos vereadores da cultura por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho	Masculino	51 anos	Santa Maria da Feira	Espinho	Licenciatura em Engenharia e em Pintura. Mestrado em Arqueologia Pré-histórica	Empresário (gabinete de projectos na área da engenharia electrotécnica para a construção) e Professor do ensino secundário.	17 anos (os últimos 9 anos a tempo inteiro)	PS	Turismo e Educação
Gondomar	Masculino	34 anos	Marco de Canaveses	Gondomar	Licenciatura em Filosofia. Pós-graduação em Gestão Autárquica. Mestrando em Administração e Planificação da Educação	Professor do ensino secundário	9 anos	PPD/PSD	Educação, Desporto, Acção Social, Juventude e Habitação
Maia	Masculino	38 anos	Maia	Maia	Licenciatura em Ciências da História (ramo Património)	Gestor Financeiro	5 anos	PPD/PSD	Turismo
Matosinhos	Masculino	44 anos	Póvoa de Varzim	Matosinhos	Bacharelato em comunicação social	Jornalista	5 anos	PS (Independente)	Turismo e Educação

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Porto	Masculino	41 anos	Porto	Porto	Licenciatura em História (ramo Arqueologia)	Professor do ensino universitário e Arqueólogo	Dirigente estudantil nos anos 70. 10/12 anos	PPD/PSD	
Póvoa de Varzim	Masculino	48 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante Português-Francês	Professor do ensino secundário	5 anos	PPD/PSD	Turismo
Valongo	Masculino	36 anos	Vieira do Minho	Valongo	Engenharia Electrotécnica	Funcionário da IBM	8 anos	PPD/PSD	Juventude, Turismo, Habitação Social e Ambiente
Vila do Conde	Feminino	53 anos	Serpa	Vila do Conde	Licenciatura em Química	Professora do ensino básico e secundário	5 anos	PS	Educação e Acção Social
Vila Nova de Gaia	<i>é o presidente de câmara</i>								

a) À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

b) O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5Q

Caracterização sociográfica dos vereadores do turismo por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho						<i>é o vereador da cultura</i>			
Gondomar	Feminino	50 anos	Castelo Branco	Porto	Frequência da Licenciatura em Filosofia e do 3.º ano da Licenciatura em História	Funcionária da RTP	9 anos	PPD/PSD	Geminações, Gabinete do Cidadão, Gabinete de Imprensa, Protocolo e Adjunta do Presidente
Maia						<i>é o vereador da cultura</i>			
Matosinhos						<i>é o vereador da cultura</i>			
Porto	Masculino	67 anos	Porto	Porto	Gestão e Marketing (Universidade EUA sem diploma)	Director duma companhia internacional de petróleo	Desde 1974, em actividades partidárias: vice-presidente da Federação Regional do Partido da Democracia Cristã; 20 anos na Assembleia Municipal da edilidade portuense. Vereador desde 2001.	CDS/PP	Actividades Económicas, Polícia, Batalhão de Sapadores de Bombeiros, Relações Internacionais; Representação do Presidente
Póvoa de Varzim						<i>é o vereador da cultura</i>			
Valongo						<i>é o vereador da cultura</i>			
Vila do Conde						<i>é o vereador da cultura</i>			

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

Anexo 5R

Caracterização sociográfica dos vereadores do desporto por concelho da AMP, 2002-2003 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício	Tempo de exercício de funções políticas ^{b)}	Filiação partidária	Pelouros atribuídos
Espinho ^{c)}	Masculino	50 anos	Espinho	Santa Maria da Feira	Licenciatura em Ciências do Desporto	Professor de Educação Física no Ensino Secundário	14 anos	PS	
Gondomar						<i>é o vereador da cultura</i>			
Maia						<i>é o presidente de câmara</i>			
Porto	Masculino	29 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Direito	Advogado	1 ano	PPD/PSD	Educação, Juventude, Recursos Humanos e Euro 2004
Póvoa de Varzim	Masculino	38 anos	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	Licenciatura em Direito	Advogado	5 anos	PPD/PSD	Ação Social, Serviços Jurídicos e Polícia Municipal
Valongo	Masculino	46 anos	Mogadouro	Valongo	Licenciatura em Psicologia	Psicólogo e Empresário (empresa de formação de recursos humanos)	13 anos	PPD/PSD	Feiras, Mercados e Cemitérios e Obras Municipais
Vila do Conde	Masculino	42 anos	Benguela (Angola)	Vila do Conde	Licenciatura em Direito	Advogado	5 anos	PS	Administração e Finanças, Gestão Urbanística e Serviços Jurídicos

^{a)} À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores políticos que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

^{b)} O número de anos referido diz respeito ao tempo de exercício das funções de autarca. Não deixamos, contudo, de referir outras actividades desenvolvidas pelos actores alvo, tal como por eles anotado.

^{c)} Assessor do Presidente de Câmara e Chefe de Divisão da Dinamização e do Fomento Desportivo.

Anexo 55

Caracterização sociográfica dos actores locais e regionais, 2003-2004 ^{a)}

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
Cooperativa Nascente	Masculino	78 anos	Espinho	Espinho	Antigo 7.º ano do liceu	Actividades associativas, desportivas e partidárias (autarca entre 1974 a 1976); 36 anos como empregado bancário; Desde 1976 na actual Cooperativa.
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Masculino	49 anos	Faro	Coimbra	Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas	Desde 1974, em actividades associativas e partidárias; Economista da Reforma Agrária até 1979; 11 anos como Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo (1979 e 1991); Desde 1991 na ANMP. Actualmente, secretário geral adjunto.
Associação para a Promoção Cultural do Norte de Portugal (APCNP)	Masculino	58 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Sociologia	10 anos ligado à área do cinema; Gestor na mesma área dum fundo público na Comissão Europeia. Fundou em 1987 a APCNP, onde se mantém como presidente.
Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte (ADETURN)	Feminino	35 anos	Porto	Porto	Licenciatura em Sociologia	Técnica superior entre 1992-1998 e desde 1998 coordenadora da ADETURN.

continua

continuação

	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
Associação Política Regional e de Intervenção Social (APRIL)	Masculino	71 anos	Lisboa	Porto	Licenciatura em Engenharia Civil	Empresário na área da engenharia civil (regeneração e recuperação de imóveis); actualmente consultor; Desde 1986 na APRIL. Duas vezes assessor do Presidente da República (PR); Uma vez apoiantes duma candidatura a PR; em 1974 ligado à fundação do MES.
Agente local de Espinho (Cooperativa Nascente e Grupo de Teatro Amador)	Masculino	66 anos	Espinho	Espinho	Curso do Magistério	Professor do ensino primário; Actividades associativas na área da cultura.
Delegação Regional da Cultura do Norte (DRCN)	Masculino	58 anos	Fafe	Vila Real	Licenciatura em História; Curso do Conservatório de Música	Professor do ensino básico e secundário. Com actividades político-partidárias desde 1978. Desde 2002 Delegado Regional da Cultura do Norte.
Direcção Geral de Turismo (DGT)	Masculino	49 anos	Caldas da Rainha	Lisboa	Licenciatura em Finanças	Desde 1974 ligado à DGT. Fez carreira profissional na DGT, exerceu o cargo de Director Geral do Turismo e desde 2003 assessor principal da DGT.

continua

continuação

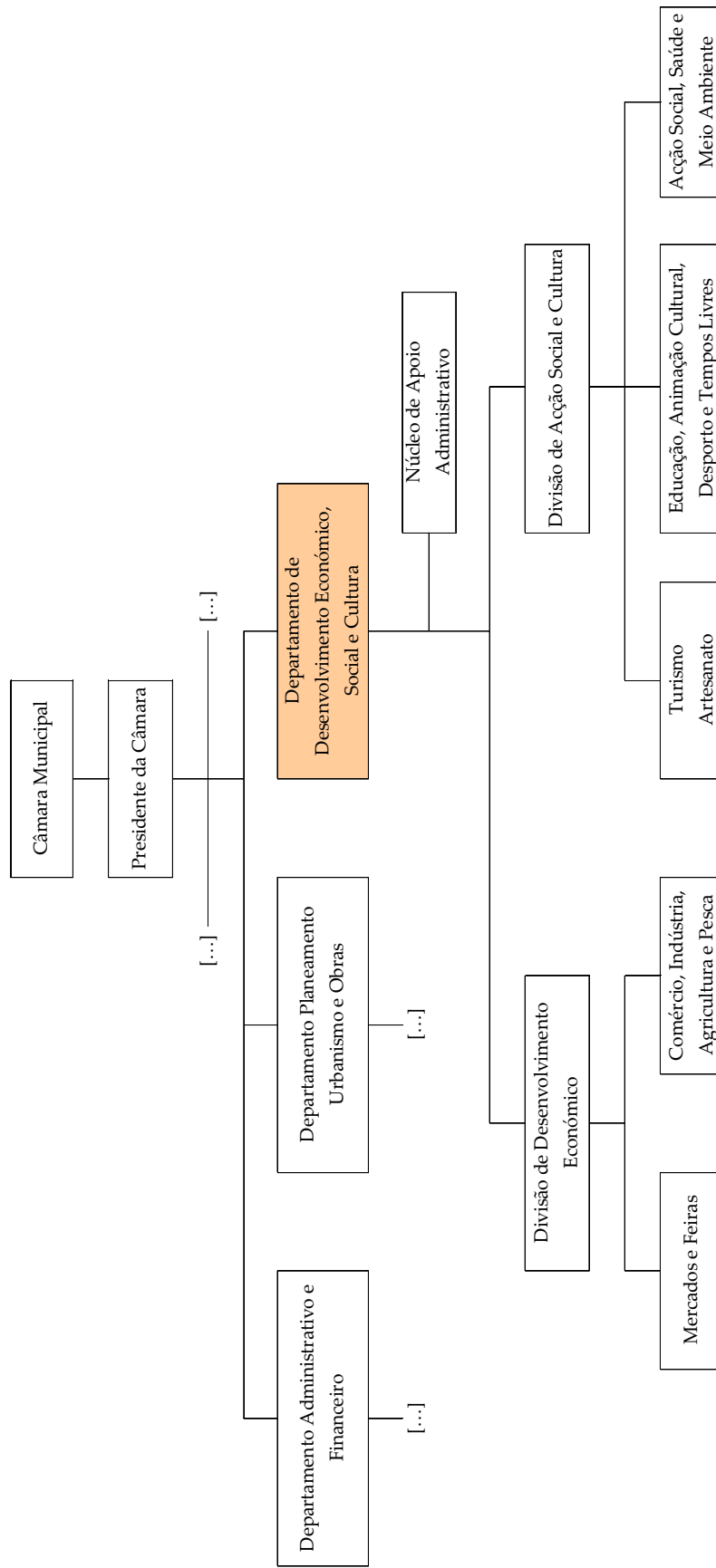
	Sexo	Idade	Naturalidade (concelho)	Área de residência (concelho)	Nível de escolaridade	Actividade principal exercida ou em exercício
ICEP Portugal	Masculino	38 anos	Porto	Lisboa	Gestão Hoteleira; Mestrado de Turismo Internacional	Desde 1989 ligado ao ICEP. Foi Director da Delegação do ICEP em Nova Iorque e desde 2003 Director da Promoção do ICEP.
Porto Convention & Visitors Bureau (PCB)	Masculino	39 anos		Santa Maria da Feira	Formação na área de Electrotecnia e Gestão de Empresas	Desde 1987 ligado ao turismo. Director Executivo do PCB.
PRIMUS - Agência de Desenvolvimento Regional	Masculino	54 anos	Porto	Lisboa	Licenciatura em Direito, em Línguas e Literatura Francesa e Mestrado em Economia	Actividades na área social, saúde, administração de empresas públicas e privadas (cargos diversos em empresas do grupo Universo Oriente, Primus, Tecmaia...; Vice-Presidente Mundial da Organização das Misiéricórdias desde 2003 e Presidente da PRIMUS desde a sua formação em 1998.

a) À data de realização da entrevista. Apresenta-se apenas a caracterização sociográfica dos actores que acederam à entrevista, e de acordo com a análise dos discursos proferidos na situação de entrevista.

Anexo 5T

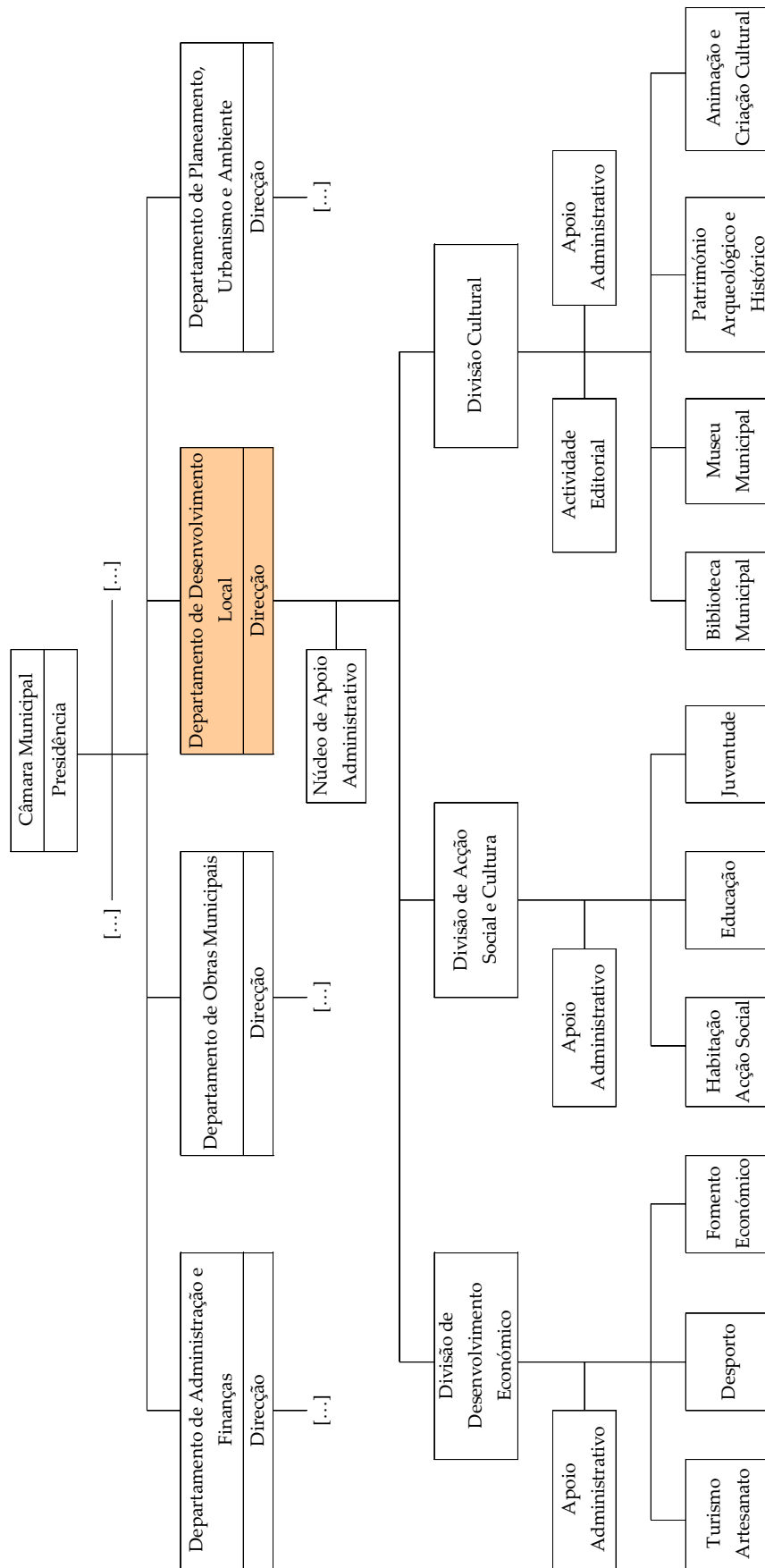
Organograma da câmara municipal da Póvoa de Varzim, 1986-1999

1986

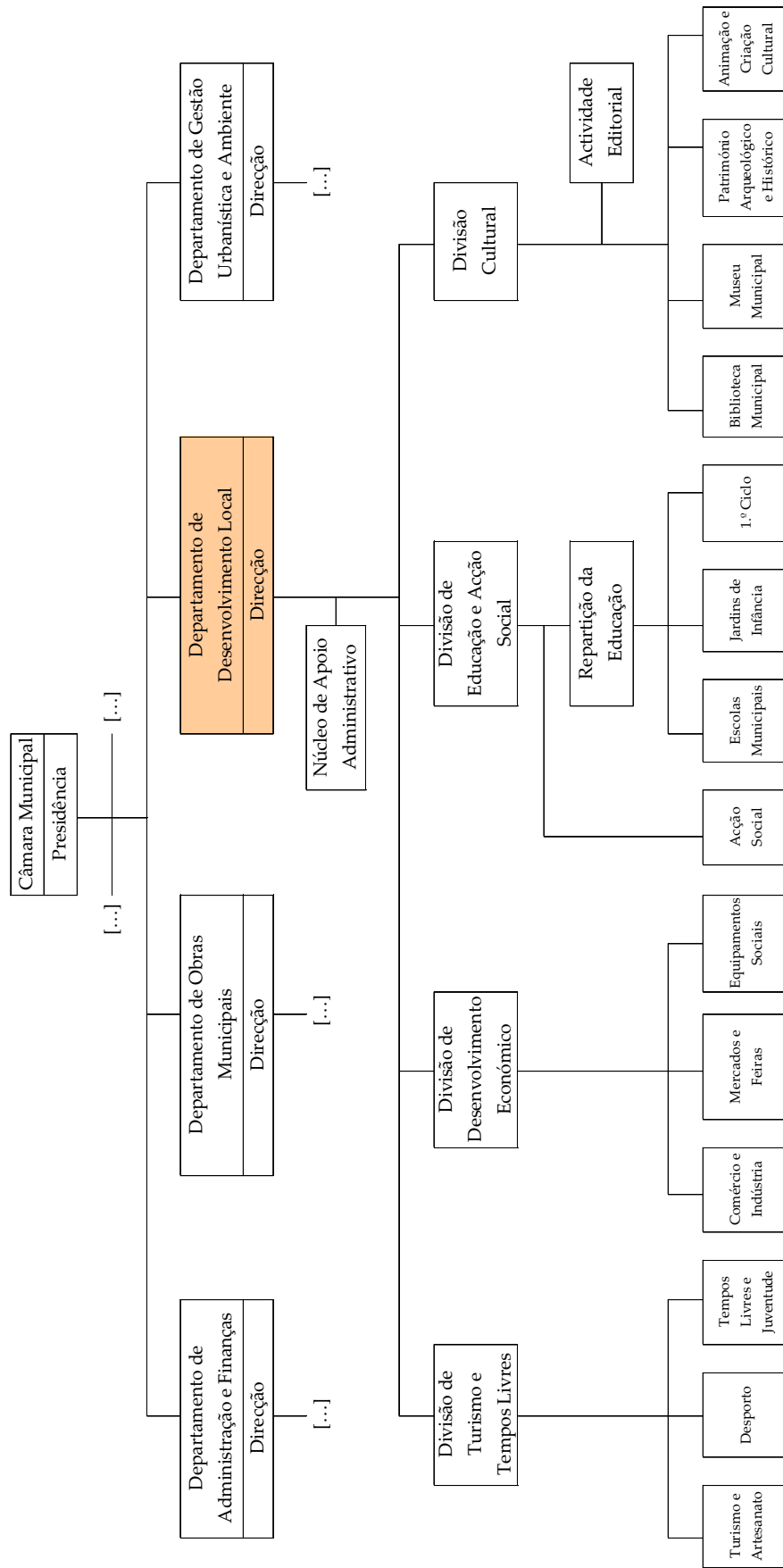


continua

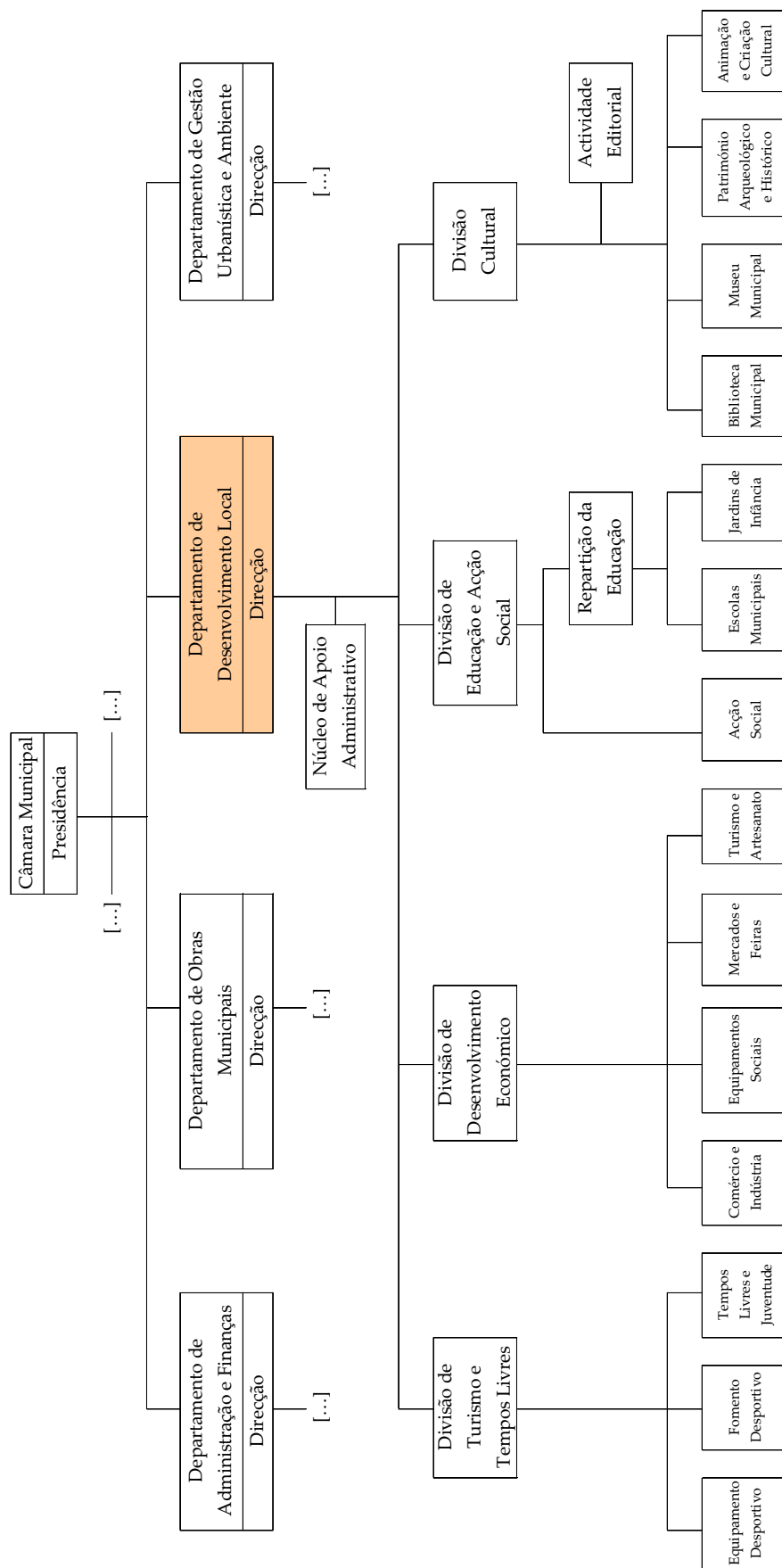
1991



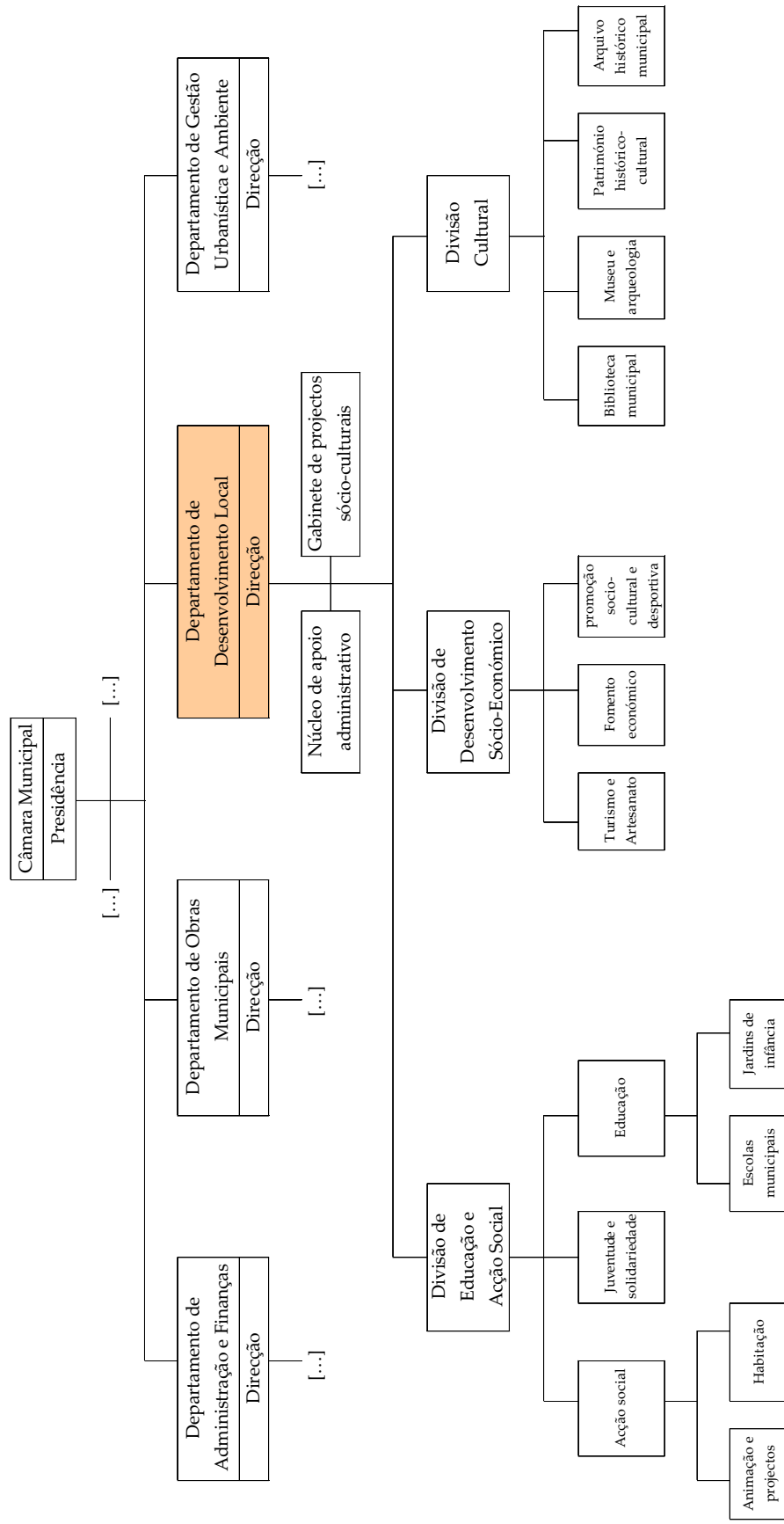
1994



1996



1999

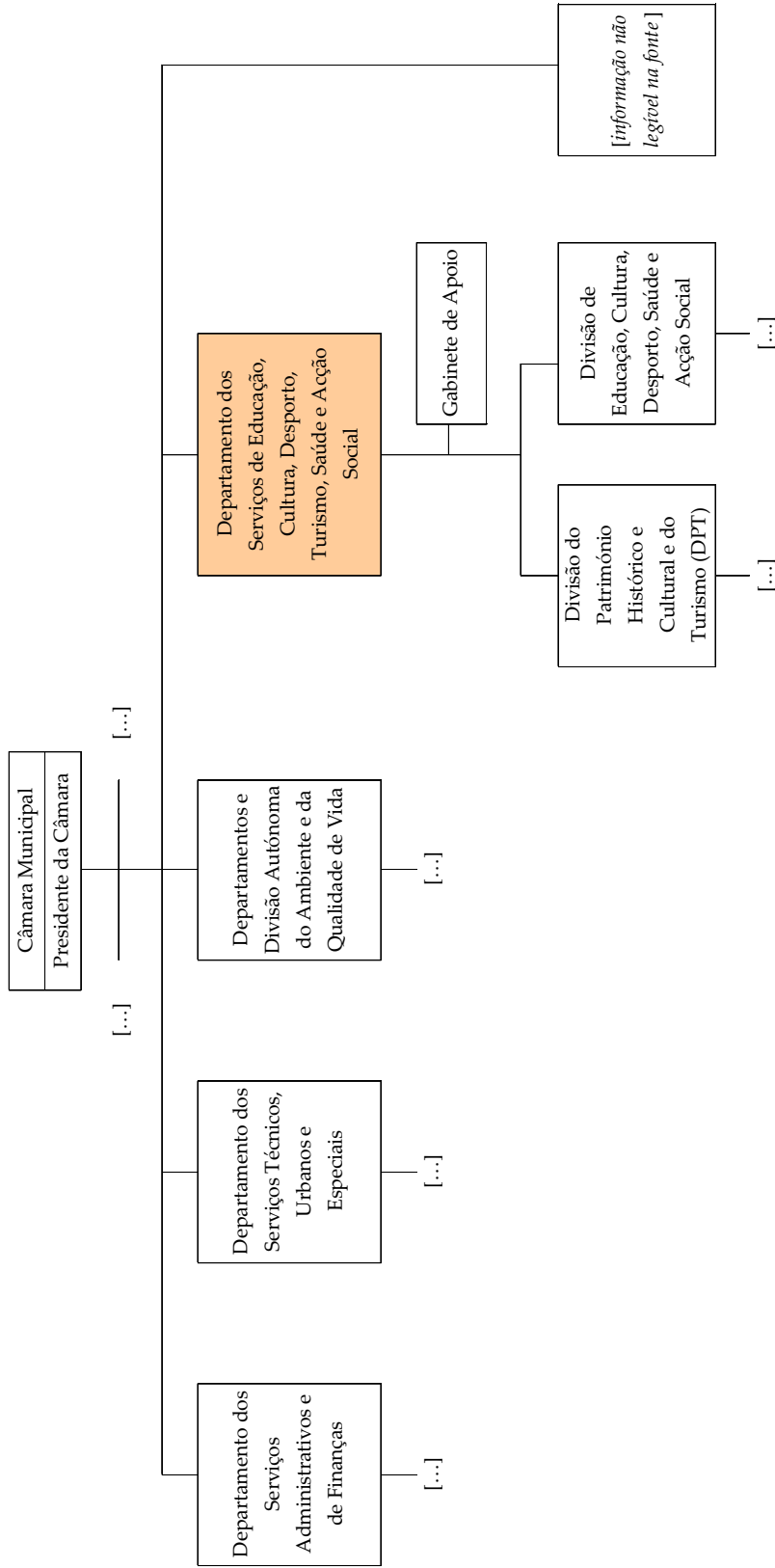


Fontes: Documentos integrantes das reuniões de câmara de 23-12-1986, 12-09-1994 e 09-12-1999; DR n.º 99, II Série, de 30-04-1991; DR n.º 145, II Série, de 25-06-1996.

Anexo 5U

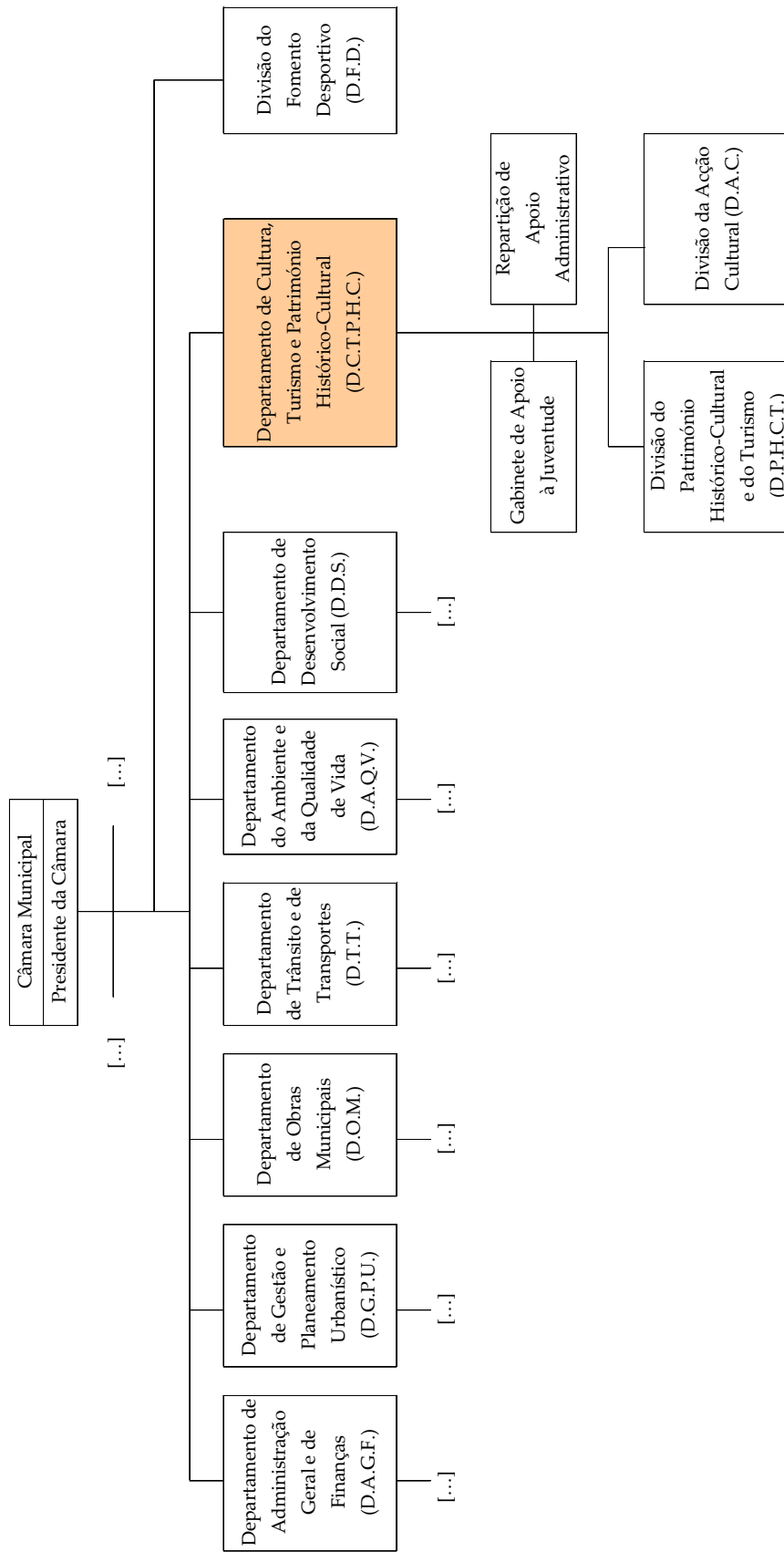
Organograma da câmara municipal da Maia, 1988-1997

1988



continua

1997



Anexo 5V

Grelha de registo dos dados documentais recolhidos nas câmaras municipais, 2002-2004

Trabalho de terreno

Recolha das fontes documentais das Câmaras Municipais da AMP

Folha de registo n.º _____

Câmara Municipal: _____

Local da recolha: _____

Data: _____

Início: _____

Fim: _____

R.Bibliográfica: _____

Tipo de documento: _____

Ano: _____

Observações:

Anexo 5W

Fontes documentais primárias e secundárias consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto das câmaras municipais da AMP, 2002-2004

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
<p>► Planos de actividades e orçamentos entre 1980 e 2001. [Trabalho de levantamento diacrónico e sistemático em todos os municípios, com registos incompletos em 3 dos 9 municípios, dadas as circunstâncias da pesquisa empírica, mas suficientemente exaustivos para a análise dos objectivos em causa]</p> <p>► Relatórios de actividades e contas da gerência entre 1980 e 2001. [Trabalho de levantamento paralelo ao anterior, menos sistemático e menos exaustivo, com a intenção de cruzar informação, particularmente quanto às actividades desenvolvidas; consulta das contas de gerência, a título ilustrativo, com níveis de organização e sistematização da informação diferenciados, e com níveis de sistematização progressivamente mais complexos atendendo à informatização dos serviços municipais e às exigências do POCAL (Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, obrigatório para todas as autarquias a partir de 1 de Maio de 2002)]</p> <p>► Actas das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal entre 1980 e 2001. [Trabalho de levantamento paralelo e sempre que necessário como fonte de controlo da informação ausente nas fontes documentais anteriores; particularmente usada para a década de 80 e os primeiros anos da década de 90]</p> <p>► Organogramas da autarquia entre 1976 e 2001. [Trabalho de levantamento exaustivo e sistemático em todos os municípios, tanto a partir dos diários da república, como dos documentos integrantes das reuniões de câmara]</p>	<p>► Programas políticos das listas/partidos eleitos para a Câmara entre 1976 e 2001 (programas políticos de campanha e/ou programas políticos do Executivo eleito). [Trabalho de consulta e de análise dos programas eleitorais de algumas listas que compõem os executivos municipais nas eleições autárquicas de 1993, 1997 e 2001; para datas anteriores a 1993, e dada a ausência de informação nas próprias instituições (autarquias, sedes nacionais e locais dos partidos políticos, e bibliotecas locais e regionais, por exemplo), confrontámos apenas a informação em alguns municípios e a partir de documentos avulsos, como discursos políticos, resenhas de imprensa, reuniões de câmara]</p> <p>► Eleitos locais para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal entre 1976 e 2001. [Informação recolhida a partir de várias fontes, num registo diacrónico e sistemático, e para todos os concelhos, dos eleitos locais e, inclusive, dos titulares das vereações respectivas]</p> <p>► Listagem dos presidentes de câmara e dos vereadores da cultura, do desporto e do turismo entre 1976 e 2001. [Trabalho de recolha sistemática e exaustiva dos eleitos a partir do cruzamento das fontes municipais (actas de reuniões de câmara, documentos e informações cedidas pelos municípios)]</p>

continua

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	<p>▲ Agendas culturais municipais publicadas entre 1980 e 2001. <i>[Trabalho de recolha junto dos serviços culturais dos municípios, com destaque a partir de 1990 dada a criação das agendas culturais municipais; dificuldades na localização de exemplares de agendas, alguns deles exemplares únicos nos arquivos pessoais dos vereadores e dos técnicos dos serviços culturais; para o período anterior a 1990, recolha das informações a partir dos planos e relatórios de actividades]</i></p> <p>▲ Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do concelho entre 1980 e 2001. <i>[Trabalho paralelo de recolha de informação estatística, que a dado momento foi feito, e sem a exaustividade quantitativa possível, junto de outras entidades que não as câmaras pelo facto de não existir informação organizada nos serviços municipais]</i></p> <p>▲ Listagem das associações culturais e desportivas do concelho em 2002. <i>[Levantamento das listagens disponíveis nas câmaras municipais em 2002-2003, não totalmente exaustivas e organizadas; recolha diferenciada da informação, nalguns municípios por ausência de informação nos próprios serviços culturais e desportivos]</i></p> <p>▲ Listagem dos equipamentos culturais e desportivos do concelho em 2002. <i>[Levantamento das listagens disponíveis nas câmaras municipais em 2002-2003, não totalmente exaustivas e organizadas; recolha diferenciada da informação, nalguns municípios por ausência de informação nos próprios serviços culturais e desportivos]</i></p>

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	<p>▲ Listagem dos eventos culturais e desportivos municipais em 2002. [Trabalho paralelo de consulta e de cruzamento com outras informações documentais recolhidas, nomeadamente com as agendas culturais municipais, e que serviu de suporte a um controlo da informação]</p> <p>▲ Resenha de imprensa realizada pela autarquia entre 1980 e 2001. [Trabalho que não se realizou como inicialmente previsto; foi feita a recolha junto de alguns gabinetes de assessoria à presidência do executivo e das vereações, e para alguns concelhos, de documentos com discursos e notícias da presidência do executivo e das actividades levadas a cabo, e relativamente aos últimos mandatos, 1997-2001 e 2001-2005]</p> <p>▲ Monografias sobre a autarquia e a sua dinâmica cultural, desportiva e turística. [Trabalho de recolha não concretizado na sua totalidade por ausência de informação na fonte, ou seja, nos próprios serviços municipais; foi possível ainda fazer a recolha de documentos monográficos nalguns serviços culturais]</p> <p>▲ Representação cartográfica do concelho e das freguesias. [Levantamento feito junto de alguns concelhos que dispunham de tal informação, e relativa ao momento da pesquisa empírica (2002-2004)]</p>

continua

continuação

Fontes documentais primárias	Fontes documentais secundárias
	<p>► Outros documentos disponíveis. [Trabalho de recolha de documentos avulsos cedidos pelos serviços culturais, desportivos e turísticos das câmaras: folhetos de divulgação cultural, desportiva e turística, mapas e roteiros turísticos, discursos políticos do chefe do executivo, brochuras comemorativas locais, boletins informativos municipais e revistas municipais, brochuras alusivas a eventos específicos dos concelhos, carta desportiva do concelho, legislação avulsa, planos de pormenor, planos de urbanização e/ou planos estratégicos para os concelhos, sites oficiais das câmaras municipais e das juntas de freguesia, nalguns casos]</p>

Anexo 5X

Fontes documentais consultadas e tratadas no âmbito da pesquisa empírica junto dos actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento, 2002-2004

- ▶ Estatutos das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Relatórios de actividades das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Brochuras e monografias temáticas e estatísticas sobre o percurso da associação/organização.
 - ▶ *Sites* oficiais das associações e organizações entrevistadas.
 - ▶ Dados estatísticos sobre a actividade cultural, desportiva e turística do país, da Região Norte e da AMP.
 - ▶ Consulta das bases de dados bibliográficos e estatísticos.
 - ▶ Recolha e consulta de legislação sobre as autarquias e as áreas da cultura, do turismo e do desporto.
-

Anexo 5Y

Prioridades políticas nas áreas da cultura e do turismo nos programas eleitorais da lista do PPD/PSD de Gondomar, 1993 e 2001

	1993	2001
Prioridades políticas na área da cultura	<p>Valorização do património cultural</p> <p>Com esta linha de acção visa-se a recuperação de imóveis particularmente relevantes do nosso património cultural, estando em regra ligados a momentos significativos da nossa história. Assim, urge preservar, dignificar e revitalizar esses monumentos, tornando-os locais mais acolhedores, com enquadramentos adequados, de forma a interessar e sensibilizar mais visitantes.</p> <p>Pretende-se melhorar as infraestruturas existentes, sobretudo, serviços de apoio ao visitante e arranjos de áreas envolventes, de modo a torná-los importantes pólos de atracção turística.</p> <p>Cultura</p> <p>Constitui obrigação da autarquia fomentar e promover programas de animação cultural diversificada, adequada a diferentes grupos de população; criar infraestruturas e redimensionar as existentes; valorizar os recursos artísticos do concelho e facilitar programas de cooperação cultural com o exterior; estimular o aparecimento de novas dinâmicas culturais e valorizar o património cultural existente.</p> <p>Tempos livres</p> <p>É importante que a câmara elabore e divulgue programas de ocupação de tempos livres, que visem, por um lado, uma formação complementar dos jovens em áreas diversas e por outro, a execução de tarefas específicas, para além dos programas de animação dirigidos a toda a população.</p> <p>É essencial dotar o concelho de equipamentos de recreio e lazer, tornando-se também importante defender a criação de um parque florestal de âmbito metropolitano, parque de campismo e caravanismo, pequenos recintos de piquenique, beneficiar as praias fluviais e fomentar os desportos náuticos.</p>	<p><i>Depois de grandes investimentos na habitação, na saúde, na acção social, nas acessibilidades, no desporto e na cultura, vamos, no próximo mandato, virar-nos para importantes projectos nas áreas dos transportes, do ambiente, do turismo e da dinamização empresarial. E vamos construir os grandes equipamentos e os mais emblemáticos edifícios públicos.</i></p> <p>Pavilhão multiusos Biblioteca municipal Museu e arquivo municipal</p>

continua

continuação

	1993	2001
Prioridades políticas na área do turismo	Turismo e desenvolvimento rural A Câmara Municipal apoiará a diversificação de ofertas turísticas reduzindo a dependência de um produto com elevada sazonalidade, estimulando a diversificação da oferta pelo investimento em novos produtos, nomeadamente no turismo cultural, no turismo juvenil, no turismo desportivo (em especial o golfe, os desportos náuticos e a caça) no turismo em espaço rural, no turismo de congressos e incentivos e no turismo de saúde e gastronomia. Esta linha de acção consubstancia-se no apoio financeiro directo no investimento a realizar pelo sector privado.	Programa Polis

Fonte: Programas eleitorais do PPD/PSD de Gondomar, 1993 e 2001

Anexo 5Z

Despesas das câmaras da AMP em actividades culturais e de desporto, 2004 (em milhares de euros)

	Total de despesas	Despesas correntes das quais											
		Total ^{a)}	Património		Publicações e literatura		Música	Artes cénicas	Actividades socioculturais	Recintos culturais	Jogos e desportos		
			Total	Museus	Total	Bibliotecas					Total	Recintos	
													Total
Portugal	795 736	404 221	31 603	18 064	59 407	44 979	32 057	11 520	57 453	7 569	133 008	23 829	
Norte	254 877	133 532	8 321	4 352	26 734	23 199	8 368	3 447	19 048	2 010	43 740	7 399	
AMP	77 221	59 859	3 671	2 186	18 210	17 495	2 015	584	7 329	674	15 554	3 281	
Espinho	2 226	1 203	2		170	144	117	35	136	211	390	30	
Gondomar	5 580	5 136			5	4	153	65	735		2 390	164	
Maia	9 530	6 724	56	56	375	118	200	170	444	457	4 087	1 364	
Matosinhos	6 478	5 192	401	243	295	100	968	25	213		2 181	1 178	
Porto	28 373	27 014	2 655	1 603	16 594	16 591	72	29	2 731		3 684	230	
Póvoa de Varzim	3 351	2 662	346	217	558	428	112	8	292		975		
Valongo	4 233	2 745					170	100	118		221		
Vila do Conde	7 381	5 438	212	68	213	111	223	3	472	6	1 107	315	
Vila Nova de Gaia	10 069	3 746						150	2 187		519		

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) O total das despesas correntes não corresponde à soma das partes, em virtude de não se publicar informação relativa a todos os domínios culturais.

Anexo 5AA

Contas de gerência das câmaras municipais da AMP, 2004 (em milhares de euros) ^{a)}

	Operações não financeiras						Operações financeiras			
	Recargas			Despesas			Activo	Total	Passivo	
	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital			Amortizações	Empréstimos
Portugal	6 367 696	4 546 612	1 821 084	6 349 875	3 774 070	2 575 805	- 73 991	126 147	291 068	418 782
Norte	1 920 413	1 342 379	578 033	1 917 158	1 069 621	847 537	- 14 682	28 923	105 755	136 066
AMP	646 501	482 851	163 650	633 860	383 877	249 982	- 1 332	- 1 254	33 087	32 981
Espinho	22 376	16 020	6 356	23 321	14 976	8 344		870	883	1 753
Gondomar	49 619	38 491	11 127	44 076	30 748	13 328		- 6 606	5 458	
Maia	76 514	47 603	28 911	61 099	38 487	22 612	- 113	- 3 733	3 781	48
Matosinhos	73 805	60 829	12 976	73 136	41 449	31 687		1 206	3 326	4 532
Porto	216 304	150 270	66 034	221 867	119 960	101 907	- 1 200	5 389	10 089	15 478
Póvoa de Varzim	36 773	29 166	7 607	35 760	23 903	11 858		- 983	1 457	474
Valongo	31 905	25 436	6 470	31 941	21 813	10 129		- 1 681	2 027	346
Vila do Conde	44 597	36 220	8 377	46 273	29 275	16 998	- 14	1 852	3 131	4 983
Vila Nova de Gaia	94 608	78 816	15 792	96 386	63 267	33 119	- 5	2 433	2 935	5 368

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) A lógica inerente aos apuramentos dos quadros deste capítulo é uma lógica de tesouraria e não uma lógica estritamente financeira, daí que as "Receitas" e "Despesas" possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. Do mapa de controlo orçamental das Câmaras Municipais não foram consideradas as rubricas relativas às operações extra-orçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas activas e passivas correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Anexo 5BA

Pressupostos, objectivos e acções da política cultural do XV Governo Constitucional, 2002 ^{a)}

- A cultura desempenha um papel aglutinador, fundamental para que a comunidade nacional seja cada vez mais um conjunto harmonioso;
- A dimensão cultural é essencial à pessoa. Por isso, a política cultural tem de dirigir-se prioritariamente a todas as pessoas e só depois aos agentes culturais;
- A cultura é um verdadeiro laço entre o passado e o futuro e uma componente determinante da identidade nacional;
- O papel identitário e estruturante da cultura só pode ser integralmente realizado pelo acesso do maior número possível de cidadãos aos bens e actividades culturais;
- O crescimento económico e a maior justiça social só podem conduzir ao desenvolvimento integral e duradouro se forem acompanhados pelo desenvolvimento cultural. Sem cultura viva e criativa não é hoje possível qualquer desenvolvimento;
- É cada vez maior a importância social e económica deste sector, patente na crescente valorização económica das suas componentes e no seu papel nas políticas de emprego, seja no turismo cultural, como meio de desenvolvimento regional e local, seja no desenvolvimento da sociedade de informação e das indústrias culturais, na crescente valorização dos conteúdos culturais e na multiplicação de escolas profissionais de artes. A economia do século XXI será dominada pela economia imaterial, na qual a criação cultural é fundamental, caminhando-se para uma progressiva culturização da própria economia;
- A cultura contribui para a diminuição da exclusão social e para o reforço da auto-estima das pessoas e das comunidades locais;
- Uma cultura fechada sobre si própria estaria condenada ao estiolamento. Não é possível evitar a interacção e a influência recíprocas entre as culturas que, no mundo de hoje, mutuamente se enriquecem. A interculturalidade é estimuladora e constitui o prolongamento moderno da abertura ao Mundo e do encontro de culturas, que reciprocamente se influenciaram;
- Sendo produto e responsabilidade de toda a comunidade nacional, a cultura tem de ser descentralizada, não podendo concentrar-se em Lisboa e no Porto.
- A política cultural tem um papel central e transversal no conjunto de todas as políticas sectoriais;
- O Estado não pode nem deve predeterminar a vida cultural e ainda menos, criar os valores em que os portugueses se revêem e que reconhecidamente contribuem para a preservação e reforço da identidade nacional. Tem antes o dever de protegê-los, estimulando, apoiando e promovendo acções nesse sentido;
- A política cultural tem de ser conduzida sobretudo numa perspectiva de longo prazo;

continua

continuação

	<p>- A política cultural deve estimular uma cultura de responsabilidade solidária que leve todos a empenhar-se na vida cultural e na protecção do património, tornando-se, sempre que possível, agentes culturais, impondo a si próprios os necessários esforços e limites aos seus interesses em nome da solidariedade e da promoção do bem comum.</p>
<p>Objectivos</p>	<ul style="list-style-type: none">- Promoção do primado da pessoa, dos direitos humanos e da cidadania;- Promoção da identidade nacional;- Promoção do desenvolvimento humano integral e da qualidade de vida;- Estímulo e apoio à criação cultural, aceitando e reconhecendo a pluralidade das suas expressões;- Partilha de responsabilidades no domínio cultural com os agentes e criadores culturais e com as autarquias locais, universidades, fundações, empresas e outras instituições, bem como com os particulares;- Descentralização através da progressiva transferência de competências e meios adequados ao aumento da capacidade e responsabilidade das autarquias locais (em especial dos municípios), e outras entidades, quer na conservação e manutenção do património imóvel e dos centros históricos, quer no estímulo à criação e ao apoio às artes do espectáculo;- Incremento da participação privada na cultura, incentivando a responsabilização de todos os cidadãos, fundações, associações e empresas na sua função de suporte das actividades artísticas e culturais, complementando o esforço do Estado nesta área. Serão incentivadas as doações ou depósito de bens culturais nos museus e simplificados os procedimentos da Lei do Mecenato, agilizando a atribuição do estatuto de manifesto interesse cultural e de visibilidade e reconhecimento público aos mecenatas.
<p>Acções</p>	<p>Será atribuída prioridade absoluta à articulação com o Ministério da Educação, nos termos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">- Interessando as crianças e os jovens pela cultura, introduzindo a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património e a exposições, bem como a assistência a espectáculos;- Promovendo o desenvolvimento de uma componente artística nas escolas públicas e particulares, disponibilizando ou apoiando docentes fornecendo instrumentos e locais próprios para o ensino da música, dança, teatro, artes plásticas e audio-visuais;- Estimulando a ligação a nível local entre escolas e monumentos, definindo modalidades de estabelecimento de laços duradouros que de algum modo responsabilizem cada escola por um monumento;- Reforçando a vertente educativa das estruturas culturais, condicionando os apoios do Estado à abertura e manutenção das suas instalações à realização de actividades extra-curriculares;- Incrementando e tornando atraente para os jovens a formação nas áreas de apoio à actividade cultural;

continua

- Solicitando aos agentes culturais contrapartidas a apoios públicos, designadamente por uma presença regular nas escolas;
 - Organizando programações locais e nacionais de espectáculos e exposições, quando possível itinerantes, com ligação articulada aos programas escolares.
- No que diz respeito ao Património o Governo propõe-se:
- Afirmar o conceito transversal de "herança cultural", capaz de enformar todo o apoio do Estado à cultura;
 - Considerar o património integrado e vivo, não limitado aos monumentos mas englobando conjuntos urbanos e rurais e edifícios que adquiriram com o tempo significado cultural para a população, sem esquecer as próprias actividades que os animam, lhes dão vida e deles são complementares;
 - Proceder ao levantamento rigoroso das necessidades de intervenção no património construído e concluir o inventário do património móvel nacional;
 - Associar mais intensamente as instituições relevantes e os Portugueses em geral à identificação, guarda e protecção do património;
 - Recuperar imóveis desafectados destinando-os a fins públicos;
 - Actuar vigorosamente contra o roubo e tráfico ilícito de obras de arte e outros bens culturais nos termos das Convenções Internacionais aplicáveis.
- No que se refere aos Museus, o Governo:
- Reforçará a acção do Instituto Português de Museus, estabelecendo diferentes categorias de museus e descentralizando competências para as direcções dos mesmos;
 - Dará prioridade às obras do Museu Nacional de Arqueologia, do Museu do Chiado e reformulará o projecto do Museu do Côa.
- No âmbito da sua política cultural, o Governo:
- Continuará a apoiar o projecto da Casa da Música do Porto;
 - Apoiará, conjuntamente com a Câmara Municipal de Coimbra e outras entidades, a consagração, em curso, de Coimbra como Capital Nacional da Cultura 2003;
 - Desenvolverá, no que diz respeito aos Arquivos, uma política sistemática de criação de arquivos privados de interesse nacional;
 - Promoverá o livro, redimensionará e ampliará a Rede de Leitura Pública, em articulação com a rede de bibliotecas escolares;
 - Promoverá, no que respeita à valorização dos grandes autores de língua portuguesa, a redefinição de critérios mais coerentes com vista à edição e fruição das obras clássicas da literatura;

- Dotará os Teatros Nacionais, as Orquestras Nacionais e a Companhia Nacional de Bailado das regras e dos meios adequados, para lhes permitir maior prestígio e eficácia na prestação de serviços públicos que devem proporcionar o acesso do maior número possível de pessoas às grandes obras e valores da dramaturgia, da música, da ópera e da dança.
- O Governo redefinirá os critérios de atribuição de apoios às Artes do Espectáculo, introduzindo a exigência de contrapartidas (pedagógicas, formação, público, inserção social, itinerância) e valorizando a participação de financiamento não estatal. A Biblioteca das Artes do Espectáculo já programada será integrada no Centro Cultural de Belém;
- Prosseguirá o desenvolvimento da rede de cine-teatros nas capitais distritais;
- Promoverá a valorização e dignificação profissional dos criadores e outros agentes culturais, designadamente pela criação de um estatuto profissional que dê resposta às suas necessidades específicas;
- No que respeita ao cinema, o Governo criará condições para abrir o mercado à circulação das produções portuguesas, promovendo a definição de mecanismos de regulação de mercado e apoiando a difusão da produção apoiada por dinheiros públicos;
- Definirá uma estratégia integrada no sector do audiovisual e da área das telecomunicações, de acordo com as directivas europeias, ajudando a abrir novos meios de difusão aos produtos cinematográficos e audiovisuais;
- Acompanhando o desenvolvimento tecnológico e utilizando os novos meios de comunicação, o Governo apoiará a adequada utilização da *internet* na cultura.
- O Governo terá ainda a preocupação de garantir uma eficiente utilização dos recursos que os cidadãos disponibilizam, devendo, para esse efeito, assegurar a modernização dos organismos públicos com o objectivo de alcançar uma maior agilidade e eficácia nas respostas às necessidades do país no sector cultural, eliminando o desperdício dos recursos humanos e materiais que tem ao seu dispor.

Fonte: www.min-cultura.pt

^{a)} À data da pesquisa empírica, e dos contactos exploratórios tidos com os representantes regionais dos organismos culturais do Ministério da Cultura (2002-2003).

Anexo 5CA

Pressupostos, objectivos e acções da política de turismo do XV Governo Constitucional, 2002 ^{a)}

Pressupostos	<ul style="list-style-type: none">- O turismo é um relevante sector no desenvolvimento económico de Portugal;- É um sector produtivo prioritário e estratégico para a próxima legislatura: absorve mão-de-obra, gera receitas, contribui para o PIB e é interdependente com outros sectores da economia portuguesa;- Exige <i>qualidade e excelência</i> e <i>adesão nacional à vocação</i> do país para o turismo;- Exige <i>políticas integradas e coordenadas</i> com outras áreas da acção governativa: os transportes, o ambiente, o ordenamento e planeamento do território, o emprego e a formação profissional, a promoção da imagem, o desporto e o apoio à internacionalização.
Objectivos	<ul style="list-style-type: none">- Crescimento firme e valorizado da procura nos mercados externo e interno;- Aumento das taxas de ocupação, quebrando os actuais problemas de sazonalidade e fomentando a procura em zonas turísticas menos conhecidas dos consumidores;- Incentivo selectivo ao investimento e requalificação, tanto de infra-estruturas hoteleiras e de apoio, como à gestão da exploração, que proporcionem a valorização da oferta nacional, prosseguindo-se uma orientação visando a prestação de serviços de excelência;- Aumento da competitividade, pelo incentivo à evolução positiva da produtividade do sector;- Apoio à internacionalização do sector, criando massa crítica que lhe permita ser competitivo nos mercados internacionais.
Acções	<ul style="list-style-type: none">- Campanhas de promoção e comunicação orientadas para a afirmação da imagem e notoriedade de Portugal como destino turístico (neste quadro, desenvolver uma campanha que, a propósito do EURO 2004, valorize a imagem externa do País enquanto destino turístico);- Campanhas de promoção e comunicação selectivas por produtos/marcas dirigidas a segmentos de mercados/consumidores alvo;- Tratamento promocional específico para o desenvolvimento da procura no mercado espanhol;- Campanhas de estímulo "conhecer Portugal" dirigidas à procura interna, em parceria com as regiões de turismo e às autarquias;- Dinamização e apoio à realização, no país, de grandes eventos e congressos internacionais;- Apoio a programas e parcerias com o sector empresarial, promovendo zonas turísticas específicas e criando calendários selectivos de eventos regionais, com dimensão e potencialidade de gerar atractividade nacional e internacional;- Fomento de infra-estruturas e actividades lúdicas e desportivas de apoio à base hoteleira existente e capazes de provocar a diversificação da oferta para segmentos e nichos de procura fora de época;- Atenção particular a projectos com componentes de defesa do ambiente e de respeito na utilização das envolventes culturais;

continua

- Envolvimento na requalificação de espaços turísticos e no reajustamento e melhoria da sinalização turística;
- Incentivos selectivos à melhoria da qualidade em toda a malha da oferta;
- Apoio ao desenvolvimento de produtos turísticos que resultem da recuperação de património, seja construído, natural ou cultural;
- Reajustamento operacional da ENATUR - Pousadas de Portugal, através da concentração da sua actividade nas "Históricas" e no estabelecimento de parcerias com o sector empresarial privado, susceptível de gerar sinergias capazes de dar expressão e dimensão ao nosso turismo cultural;
- Melhoria da gestão e da prestação de serviços em toda a malha do processo turístico, com a introdução de inovação tecnológica e de sistemas de controlo e avaliação;
- Avaliação, regulamentação e ajustamentos legislativos, diluindo bloqueios, dando mais responsabilidade aos agentes económicos e proporcionando maior eficácia à acção operacional;
- Reanálise, com os órgãos representativos de entidades relevantes no sector da vocação, atribuições e enquadramento funcional da promoção turística;
- Análise, em conjunto com operadores e agências de viagens, de medidas e instrumentos que facilitem e melhorem a prestação de serviços turísticos e que, simultaneamente, defendam os interesses do consumidor;
- Reenquadramento da formação, tornando-a mais orientada para as necessidades do sector empresarial e valorizando a componente comportamental e de atitude;
- Incentivo à criação de parcerias de investimento conjunto de empresas portuguesas no estrangeiro;
- Acompanhamento objectivo dos projectos, a lançar e em curso, nos mercados externos, com utilização de mecanismos adequados para o efeito;
- Estímulo ao lançamento de um programa que projecte internacionalmente a gastronomia e os vinhos de Portugal, do apoio selectivo e condicionado à restauração portuguesa existente ou a instalar em mercados prioritários para o nosso turismo.

Fonte: www.portugal.gov.pt

a) À data da pesquisa empírica e dos contactos exploratórios tidos com os representantes da administração central ligados ao turismo (2002-2003).

Anexo 5DA

Objectivos, eixos prioritários e medidas e descrição sumária das medidas do Programa Operacional da Cultura (POC), 2002 ^{a)}

Objectivos	Eixos Prioritários e Medidas	Descrição sumária das medidas
	<p>I. Valorizar o património histórico e cultural</p> <p>- Medida 1.1 - Recuperação e animação de sítios históricos e culturais</p> <p>- Medida 1.2 - Modernização e dinamização dos museus nacionais</p>	<p>Medida 1.1</p> <p>A medida consiste na melhoria das condições de recuperação e acesso de um conjunto de monumentos e imóveis classificados como património histórico: incluem-se as obras de intervenção nas estruturas antigas, a construção ou adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes, as infra-estruturas envolventes e os arranjos exteriores.</p> <p>Os projectos que a medida prevê apoiar e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obras de recuperação e de valorização de monumentos, sítios históricos e culturais; - Grandes eventos culturais. <p>Medida 1.2</p> <p>A medida consiste, essencialmente, na requalificação e valorização dos principais museus portugueses, numa perspectiva de valorizar a rede nacional de museus. Inclui, por isso, um conjunto de acções de natureza incóporrea relativas à dinamização e promoção de museus, a par das intervenções de carácter físico. Além disso, será dada especial atenção aos serviços complementares de acolhimento ao público, como postos de informação, espaços de exposições temporárias, cafetarias, lojas e áreas envolventes dos museus.</p> <p>Os projectos que a medida prevê apoiar e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obras de construção, recuperação ou valorização dos museus, incluindo a aquisição de edifícios e terrenos para a instalação e/ou ampliação de museus; - Oficinas de conservação e restauro; - Serviços dos museus: bibliotecas, mediatecas, arquivos fotográficos, extensões educativas, etc.; - Exposições permanentes ou temporárias; - Instrumentos de divulgação pública dos museus e/ou das suas colecções.

continua

continuação

Objectivos	Eixos Prioritários e Medidas	Descrição sumária das medidas
Promover um maior equilíbrio espacial no acesso à cultura	II. Favorecer o acesso a bens culturais - Medida 2.1 - Criação de uma rede fundamental de recintos culturais - Medida 2.2 - Utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura	<p>Medida 2.1</p> <p>A medida inclui os investimentos públicos necessários à criação de uma rede nacional de recintos culturais e à dinamização das actividades culturais correspondentes. Abrange, por isso, a construção, adaptação e equipamento de recintos culturais, mas igualmente a promoção de actividades culturais no âmbito das artes do espectáculo, nos centros urbanos menos desenvolvidos, onde esses equipamentos e actividades são bastante escassos.</p> <p>Os projectos que a medida prevê apoiar, e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são:</p> <ul style="list-style-type: none">- Construção, recuperação e valorização de recintos culturais;- Eventos de animação cultural na fase de arranque dos mesmos recintos;- Difusão nacional das artes do espectáculo;- Formação de novos públicos. <p>Medida 2.2</p> <p>A medida inclui projectos que contribuam para divulgar informação cultural, através da utilização das novas tecnologias de informação, ou que facilitem por este meio a aproximação da cultura ao indivíduo e à sociedade. Considera-se, muito especialmente, as possibilidades oferecidas pela Internet e outros veículos digitais.</p> <p>Os projectos que a medida prevê apoiar, e aos quais as autarquias poderão candidatar-se são:</p> <ul style="list-style-type: none">- Inventariação e digitalização do património imóvel e móvel e sua divulgação;- Rede informática em museus, palácios e monumentos para apoio aos utentes;- Tratamento e digitalização de arquivos, fundos bibliográficos e do património musical português cuja edição seja de manifesto interesse cultural;- Outros instrumentos de divulgação de informação cultural.

Fonte: MC, *Criar Cultura*; <http://poc.min-cultura.pt>

a) Dados recolhidos no *site* oficial do Ministério da Cultura (consultado a 27-11-2002) e na *newsletter* do POC, *Criar Cultura*, n.º 1 (Jun. 2002).

Anexo 5EA

Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Dormidas				Hóspedes			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Portugal	35 520 631	18 594 490	3 364 333	13 561 808	11 469 314	7 166 474	1 557 148	2 745 692
Norte	3 438 518	2 229 990	805 911	402 617	1 925 667	1 241 254	439 898	244 515
AMP	1 851 770	1 324 521	342 422	184 827	1 022 259	747 095	159 097	116 067
Espinho	91 564				28 733			
Gondomar		0				0		
Maia	56 983		18 426		35 372		10 287	
Matosinhos	100 393		19 760		65 426		7 180	
Porto	1 113 237		243 716		613 096		118 348	
Póvoa de Varzim	179 730	148 656	5 960	25 114	88 564	73 582	4 184	10 798
Valongo		0		0		0		0
Vila do Conde	38 060		5 486		16 570		2 395	
Vila Nova de Gaia	268 146	211 594	24 195	32 357	172 851	126 920	14 760	31 171

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte 2005*

a) Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Anexo 5FA

Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005 ^{a)}

	Total geral	Total UE25	União Europeia (15)							E.U.A.	
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos		Reino Unido
Portugal	35 520 631	32 594 227	32 337 141	11 647 747	3 898 469	2 726 015	1 111 643	723 353	1 679 343	7 378 185	578 826
Norte	3 438 518	3 169 482	3 149 653	2 159 037	101 843	394 981	124 111	84 118	47 067	149 296	37 889
AMP	1 851 770	1 654 344	1 638 875	956 381	68 484	275 667	74 162	65 060	31 762	100 958	25 523
Espinho	91 564	73 293	72 693	34 540	3 017	19 127	3 675	1 651	2 935	5 089	638
Gondomar											3
Maia	56 983	53 935	53 807	38 521	1 481	6 778	1 357	1 949	849	1 297	304
Matosinhos	100 393	96 734	96 329	78 005	1 670	9 096	2 376	1 382	846	1 512	273
Porto	1 113 237	967 531	955 442	502 286	48 095	174 001	44 150	51 236	21 439	67 024	20 626
Póvoa de Varzim	179 730	174 345	173 573	112 337	3 912	26 765	7 421	1 206	1 676	13 873	630
Valongo											
Vila do Conde	38 060	34 100	33 948	21 105	4 087	3 429	1 190	613	679	1 240	910
Vila Nova de Gaia	268 146	250 771	249 448	166 170	6 212	36 335	13 969	7 007	3 329	10 920	2 139

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os totais não correspondem à soma das partes em virtude de não ser publicada alguma informação de menor expressão quantitativa.

Anexo 5GA

Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros dos municípios da AMP, segundo o país de residência habitual, 2005 ^{a)}

	Total geral	Total UE25	União Europeia (15)								E.U.A.
			Total	dos quais							
				Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	11 469 314	10 433 054	10 352 738	5 513 558	734 043	1 132 870	416 136	308 794	297 382	1 298 314	239 651
Norte	1 925 667	1 798 194	1 787 910	1 292 020	48 156	216 634	66 380	45 014	21 337	59 075	19 418
AMP	1 022 259	926 922	918 493	578 875	33 532	147 651	39 621	34 505	14 656	41 173	13 281
Espinho	28 733	26 234	26 038	14 044	1 151	6 351	1 432	474	955	802	219
Gondomar											
Maia	35 372	33 769	33 677	24 675	735	3 992	1 004	1 011	510	775	194
Matosinhos	65 426	63 668	63 541	54 042	822	4 986	1 138	693	407	813	164
Porto	613 096	535 728	528 713	291 156	25 474	99 050	23 959	27 181	10 028	30 401	11 237
Póvoa de Varzim	88 564	86 331	86 003	62 904	1 212	13 176	3 135	504	602	3 136	199
Valongo											
Vila do Conde	16 570	15 556	15 502	10 760	944	1 708	592	278	237	466	205
Vila Nova de Gaia	172 851	164 011	163 394	119 887	3 184	18 252	8 337	4 348	1 908	4 777	1 060

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os totais não correspondem à soma das partes em virtude de não ser publicada alguma informação de menor expressão quantitativa.

Anexo 5HA

Indicadores de hotelaria dos municípios da AMP, 2005 ^{a)}

	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiros	Proporção de dormidas entre Julho-Setembro	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por 100 habitantes	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	N.º de noites	N.º	N.º	%	%	N.º	milhares de euros
Portugal	4,0	25,0	1,1	51,9	36,8	336,1	4,0
Norte	2,0	9,3	0,5	32,9	34,7	92,0	3,1
AMP	2,0	12,1	0,8	43,4	32,5	145,1	
Espinho	3,9	26,8	0,9	51,1	43,3	293,5	
Gondomar		0,3					
Maia	1,7	5,3	0,3	30,2	26,7	42,8	
Matosinhos	2,0	5,0	0,4	17,4	31,2	59,5	
Porto	1,9	37,3	2,6	52,5	30,6	476,8	
Póvoa de Varzim	2,6	23,4	1,3	29,0	40,6	272,8	
Valongo		0,4					
Vila do Conde	2,9	4,0	0,2	35,1	29,8	49,8	
Vila Nova de Gaia	1,9	8,2	0,6	30,6	33,5	88,1	

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2005

a) Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo. Os Outros Estabelecimentos Hoteleiros englobam os hotéis-apartamentos, os apartamentos turísticos, os aldeamentos turísticos, os motéis, as pousadas e as estalagens.